

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

JÚLIA HELENA GESSER

SE ESSA RUA FOSSE MINHA: UM ESTUDO SOBRE A (RE)APROPRIAÇÃO DAS
RUAS CENTRAIS DE CURITIBA (PR-BRASIL)

CURITIBA

2018

JÚLIA HELENA GESSER

SE ESSA RUA FOSSE MINHA: UM ESTUDO SOBRE A (RE)APROPRIAÇÃO DAS
RUAS CENTRAIS DE CURITIBA (PR-BRASIL)

Dissertação apresentada como requisito parcial à
obtenção do grau em Mestre em Planejamento Urbano,
no curso de Pós-Graduação em Planejamento Urbano,
Setor de Tecnologia, da Universidade Federal do
Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Alessandro Filla Rosaneli

CURITIBA

2018

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO SISTEMA DE BIBLIOTECAS/UFPR
BIBLIOTECA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

G392s

Gesser, Júlia Helena

Se essa rua fosse minha: um estudo sobre a (re)apropriação das ruas centrais de Curitiba (Pr-Brasil) / Júlia Helena Gesser. – Curitiba, 2018.
188 p. : il. color. ; 30 cm.

Dissertação - Universidade Federal do Paraná, Setor de Tecnologia, Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano, 2018.

Orientador: Alessandro Filla Rosaneli.

1. (Re)apropriação ruas. 2. Espaço público. 3. Planejamento urbano. 4. Centro urbano. 5. Curitiba (PR). I. Universidade Federal do Paraná. II. Rosaneli, Alessandro Filla. III. Título.

CDD: 711.40981621

Bibliotecária: Romilda Santos - CRB-9/1214



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PLANEJAMENTO
URBANO

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em PLANEJAMENTO URBANO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da dissertação de Mestrado de **JÚLIA HELENA GESSER** intitulada: **SE ESSA RUA FOSSE MINHA: UM ESTUDO SOBRE A (RE) APROPRIAÇÃO DAS RUAS CENTRAIS DE CURITIBA (PR-BRASIL)**, após terem inquirido a aluna e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua **APROVAÇÃO** no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 25 de Abril de 2018.

ALESSANDRO FILLA ROSANELI
Presidente da Banca Examinadora (UFPR)

LETÍCIA NERONE GADENS
Avaliador Externo (UFPR)

MARIANO DE MATOS MACEDO
Avaliador Interno (UFPR)

LISANA KATIA SCHMITZ SANTOS
Avaliador Externo (UFPR)

Dedico.

Aos meus pais, a Ana e a Fee.

AGRADECIMENTOS

Agradeço

Aos meus amigos de turma, pela troca de conhecimentos e experiências.

A turma que investiga o espaço público, principalmente Rodrigo, Bianca, Karen e Mari.

Aos mestres professores, em especial ao meu orientador Alessandro Filla Rosaneli pelas valiosas palavras, pelo incentivo e compartilhamento de conhecimentos.

Aos professores que se disponibilizaram a ler e participar da banca.

Aos amigos da vida, Arthur, Douglas, Émille, pelas aventuras.

A Dani, Rodrigo e Vó Neusa, pelo acolhimento.

A toda minha família.

Sobretudo

Ao Diego, por deixar a vida leve e me ajudar nas andanças de campo. Qualquer tempo despendido com você é sempre tempo ganho.

A minha irmã Ana, minha maior parceira, que aguentou lamúrias e sempre me incentivou e influenciou pelas andanças acadêmicas. Tudo isso é culpa sua.

Agradeço ainda mais aos meus pais, por tanto amor que não cabe, nem aqui e nem em mim. Pelo apoio, pelo incentivo e por me trazerem até aqui.

E por fim

As pessoas que curtem a rua e fazem a cidade viva.

A Natureza é um templo onde vivos pilares
Deixam às vezes soltar confusas palavras;
O homem o cruza em meio a uma floresta de símbolos
Que o observam com olhares familiares.

Como os longos ecos que de longe se confundem
Em uma tenebrosa e profunda unidade,
Vasta como a noite e como a claridade,
Os perfumes, as cores e os sons se correspondem.

Há perfumes frescos como as carnes das crianças,
Doces como o oboé, verdes como as pradarias,
- E outros, corrompidos, ricos e triunfantes,

Como a expansão das coisas infinitas,
Como o âmbar, o almíscar, o benjoin e o incenso,
Que cantam os transportes do espírito e dos sentidos.

Baudelaire

RESUMO

Nas últimas décadas os centros urbanos sofreram um processo de degradação e esvaziamento de pessoas, deixando de ser o espaço primordial da vida pública. As ruas centrais sofreram com maior intensidade esse processo, ao serem concebidas para suprir essencialmente às necessidades de tráfego urbano. Porém, contrariando essa dinâmica, observa-se que nos últimos anos as pessoas estão voltando às ruas e se (re)apropriando das mesmas, fortalecendo relações positivas entre espaço e sujeito. Esse fenômeno demonstra a importância desse espaço público para a vitalidade da urbe e suscita novas perspectivas para se repensar os processos de planejamento urbano, que ainda explicitam uma série de desafios para a recuperação das áreas centrais enquanto locais de sociabilidade, orientados às pessoas. A presente pesquisa propõe um estudo sobre algumas ruas centrais de Curitiba que sofreram, nas últimas décadas, um processo de degradação e esvaziamento de pessoas, e nos últimos anos vem sendo palco de intensa (re)apropriação social noturna, voltada ao lazer, compondo um ambiente plural e de variadas práticas sociais. Pela investigação dos usos cotidianos, sua relação com o ambiente e os conflitos gerados neste fenômeno, propõe-se refletir de que maneira os processos de planejamento urbano podem ser repensados, visando à construção de cidades mais humanas e à efetivação do direito à cidade na contemporaneidade, sobretudo nos centros urbanos. No que tange à metodologia, a pesquisa se classifica como exploratória e possui o método de abordagem descritivo. Em relação aos procedimentos técnicos, apoia-se na revisão bibliográfica, pautada em teorias do espaço público e nas metodologias de observação e documental. Os resultados obtidos apontam que a (re)apropriação das ruas é positiva à sociabilidade, fortalece a esfera pública e a partir conflitos evidenciados é inerente ao fenômeno a busca pelo direito à cidade, mas ainda enseja uma série de desafios na efetivação de um espaço público de qualidade, voltado à dimensão humana, considerando toda sua pluralidade.

Palavras-Chave: (Re)apropriação Ruas. Espaço Público. Planejamento Urbano. Centro Urbano. Curitiba (PR).

ABSTRACT

In the last decades the urban centers have had a process of degradation and emptying of people, being no longer the primary space of public life. The central streets have suffered more intensely this process, as they are designed to supply essentially urban traffic. However, contrary to this dynamic, it is observed that in recent years people are returning to the streets and (re)appropriating them, strengthening positive relations between space and subject. This phenomenon demonstrates the importance of this public space for the city vitality and it shows new perspectives to rethink the processes of urban planning, which still have lots of challenges for the recovery of the central areas as places of sociability, oriented to the people. The present research proposes a study about Curitiba's central streets that have undergone, in recent decades, a process of degradation and emptying of people, and in recent years have been the scene of intense nocturnal social (re)appropriation, focused on leisure, composing a plural environment, with many social practices. By investigating everyday uses, its relationship with the environment and the conflicts generated in this phenomenon, it's proposed to reflect how urban planning processes can be rethought, aiming the construction of more humane cities and aiming the right to the city in the contemporary world, especially in urban centers. About the methodology, the research is classified as exploratory and has a descriptive approach. About the technical procedures, it relies on the bibliographic review based on theories of the public space and on the methodologies of observation and documentary. The results indicate that the streets (re)appropriation is positive to the sociability, strengthens the public sphere and the conflicts demonstrate that the right to the city is inherent to the phenomenon, but still presents a lot of challenges to the realization of a public space of quality, focused on the human dimension, considering all its plurality.

Keywords: (Re)appropriation Streets. Public Space. Urban Planning. Urban Center. Curitiba (PR).

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1-	RUA SÃO FRANCISCO NO INÍCIO DO SÉCULO XX.....	77
FIGURA 2-	RUA SÃO FRANCISCO NA DÉCADA DE 2000.....	77
FIGURA 3-	RUA SÃO FRANCISCO EM 2012.....	78
FIGURA 4-	RUA SÃO FRANCISCO EM 2013.....	78
FIGURA 5-	RUA TRAJANO REIS EM 2017.....	89
FIGURA 6-	RUA PAULA GOMES EM 2017.....	79
FIGURA 7-	MAPA DO FENÔMENO DE (RE)APROPRIAÇÃO DAS RUAS CENTRAIS DE CURITIBA (2017).....	82
FIGURA 8-	PRAÇA DE BOLSO DO CICLISTA.....	83
FIGURA 9-	O TORTO BAR.....	83
FIGURA 10-	LARGO DA ORDEM (RUA CLAUDINO DOS SANTOS).....	84
FIGURA 11-	AVENIDA JAIME REIS.....	84
FIGURA 12-	EXEMPLO DE MAPA COMPORTAMENTAL DE USO CENTRADO NO LUGAR.....	90
FIGURA 13-	EXEMPLO DE MAPA COMPORTAMENTAL DE PERCURSO CENTRADO NA PESSOA.....	91
FIGURA 14-	EXTRATO DO MAPA DE ZONEMENTO DE CURITIBA (2015)...	98
FIGURA 15-	TRECHOS SELECIONADOS PARA PESQUISA.....	99
FIGURA 16-	EXEMPLO DE RECORRÊNCIA DE MAPEAMENTOS COMPORTAMENTAIS, TRECHO III.....	106
FIGURA 17-	LOCALIZAÇÃO DO TRECHO I.....	107
FIGURA 18-	ASPECTOS FÍSICOS DO TRECHO I (VISTA 1 e VISTA 2).....	108
FIGURA 19-	MAPA FÍSICO DO TRECHO I.....	109
FIGURA 20-	PICHAÇÕES E GRAFITES NO TRECHO I (VISTA 3)	109
FIGURA 21-	PICHAÇÕES E GRAFITES NO TRECHO I (VISTA 4).....	109
FIGURA 22-	SOMBREAMENTO NO TRECHO I.....	109
FIGURA 23-	MC.I.5 _MAPA FÍSICO-COMPORTAMENTAL DO TRECHO I (SEXTA, 20:00 HRS).....	110
FIGURA 24-	OD.I.1 _RUA SÃO FRANCISCO (VISTA 4).....	110
FIGURA 25-	OD.I.1 _AGLOMERAÇÃO NA RUA SÃO FRANCISCO (VISTA 5).	110
FIGURA 26-	OD.I.2 _PESSOAS SENTADAS NA RUA SÃO FRANCISCO (VISTA 6).....	111
FIGURA 27-	OD.I.2 _PESSOAS SENTADAS NA RUA SÃO FRANCISCO (VISTA 7).....	111

FIGURA 28-	OV.I.2_ VESTÍGIOS DE DEPOSIÇÃO.....	111
FIGURA 29-	OV.I.3_ VESTÍGIOS NA FACHADA.....	111
FIGURA 30-	OV.I.2_ VESTÍGIOS DE MORADA.....	111
FIGURA 31-	LOCALIZAÇÃO DO TRECHO II.....	112
FIGURA 32-	ASPECTOS FÍSICOS TRECHO II (VISTA 1 e VISTA 2).....	112
FIGURA 33-	MAPA FÍSICO DO TRECHO II.....	113
FIGURA 34-	PICHAÇÕES E GRAFITES NO TRECHO II.....	114
FIGURA 35-	PICHAÇÕES E GRAFITES NO TRECHO II.....	114
FIGURA 36-	SOMBREAMENTO NO TRECHO II (VISTA 4).....	114
FIGURA 37-	MC.II.2_ MAPA FÍSICO-COMPORTAMENTAL DO TRECHO II (SÁBADO, ÀS 20:20 HRS).....	115
FIGURA 38-	OD.II.2_ CONCENTRAÇÃO DE PESSOAS NA FACHADA ATIVA (VISTA 5).....	115
FIGURA 39-	OD.II.2_ ESVAZIAMENTO EM FRENTE ÀS FACHADAS INATIVAS (VISTA 8).....	115
FIGURA 40-	OD.II.2_ ESVAZIAMENTO EM FRENTE ÀS FACHADAS INATIVAS (VISTA 6).....	115
FIGURA 41-	OD.II.1_ PESSOAS SENTADAS NO MEIO-FIO NA RUA SÃO FRANCISCO (VISTA 7).....	116
FIGURA 42-	OD.II.2_ PESSOAS TRANSITANDO NA RUA SÃO FRANCISCO (VISTA 8).....	116
FIGURA 43-	OD.II.2_ CICLISTAS NA RUA SÃO FRANCISCO.....	116
FIGURA 44-	OD.II.3_ TRAJETOS NA RUA SÃO FRANCISCO (VISTA 9).....	116
FIGURA 45-	OV.II.3_ VESTÍGIO (PINTURA).....	116
FIGURA 46-	OV.II.2_ VESTÍGIO DE CARNAVAL.....	116
FIGURA 47-	OV.II.3_ VESTÍGIOS DE DEPOSIÇÃO DE LIXO.....	116
FIGURA 48-	TL.II.1_ <i>TIME-LAPSE</i> DO TRECHO II (DAS 20:00 ÀS 22:00) (VISTA 9).....	117
FIGURA 49-	LOCALIZAÇÃO DO TRECHO III.....	117
FIGURA 50-	ASPECTOS FÍSICOS DO TRECHO III (VISTA 1 e VISTA 2).....	118
FIGURA 51-	MAPA FÍSICO DO TRECHO III.....	119
FIGURA 52-	SIGNOS NA RUA TRAJANO REIS.....	119
FIGURA 53-	SIGNOS NA RUA TRAJANO REIS.....	119
FIGURA 54-	ILUMINAÇÃO ESCASSA NA RUA TRAJANO REIS (VISTA 4)....	119
FIGURA 55-	MC.II.2_ MAPA FÍSICO-COMPORTAMENTAL DO TRECHO II (SÁBADO, ÀS 22:00 HRS).....	120
FIGURA 56-	OD.III.3_ PESSOAS SENTADAS NO PASSEIO, RUA TRAJANO	

	REIS (VISTA 5).....	121
FIGURA 57-	OD.III.3_PESSOAS CAMINHANDO NA VIA, RUA TRAJANO REIS (VISTA 1).....	121
FIGURA 58-	OD.III.3_PERFORMANCE NA RUA TRAJANO REIS (VISTA 6)..	121
FIGURA 59-	OD.III.3_APRESENTAÇÃO MUSICAL NA VIA, RUA TRAJANO REIS (VISTA 6).....	121
FIGURA 60-	OV.III.2_VESTÍGIOS DE DEPOSIÇÃO DE GARRAFAS.....	122
FIGURA 61-	OV.III.1_VESTÍGIOS DE DEPOSIÇÃO DE GARRAFAS.....	122
FIGURA 62-	OV.III.3_VESTÍGIOS DE DEPOSIÇÃO DE LIXO.....	122
FIGURA 63-	LOCALIZAÇÃO DO TRECHO IV.....	122
FIGURA 64-	ASPECTOS FÍSICOS DO TRECHO IV (VISTA 1 e VISTA 2).....	123
FIGURA 65-	MAPA FÍSICO DO TRECHO IV.....	123
FIGURA 66-	MC.IV.2_MAPA FÍSICO-COMPORTAMENTAL DO TRECHO IV (SEXTA, ÀS 21:30 HRS).....	124
FIGURA 67-	OD.IV.2_AGLOMERAÇÃO NA RUA TRAJANO REIS (VISTA 3)	125
FIGURA 68-	OD.IV.2_VAZIO NA FACHADA INATIVA, RUA TRAJANO REIS (VISTA 4)	125
FIGURA 69-	TL.IV.1_TIME-LAPSE DO TRECHO IV (DAS 21:00 ÀS 22:30, VISTA 3)	125
FIGURA 70-	FIGURA 70 – LOCALIZAÇÃO DO TRECHO V.....	126
FIGURA 71-	ASPECTOS FÍSICOS DO TRECHO V (VISTA 1 e VISTA 2).....	127
FIGURA 72-	MAPA FÍSICO DO TRECHO V.....	128
FIGURA 73-	MC.V.2_MAPA FÍSICO-COMPORTAMENTAL DO TRECHO V (SEXTA, ÀS 22:40 HRS)	128
FIGURA 74-	OD.V.1_PESSOAS SENTADAS NO RECUO, RUA TRAJANO REIS (VISTA 3).....	129
FIGURA 75-	OD.V.2_PESSOAS SENTADAS NO CANTEIRO, RUA TRAJANO REIS (VISTA 3).....	129
FIGURA 76-	LOCALIZAÇÃO DO TRECHO VI.....	129
FIGURA 77-	ASPECTOS FÍSICOS DO TRECHO VI- (VISTA 1 e VISTA 2).....	130
FIGURA 78-	MAPA FÍSICO DO TRECHO VI.....	131
FIGURA 79-	MC.VI.2_MAPA FÍSICO-COMPORTAMENTAL DO TRECHO VI (SEXTA, ÀS 23:00 HRS).....	132
FIGURA 80-	OD.VI.2_REUNIÃO DE PESSOAS NA RUA TRAJANO REIS (VISTA 3).....	132
FIGURA 81-	OD.VI.2_REUNIÃO DE PESSOAS NA RUA TRAJANO REIS	

	(VISTA 4).....	132
FIGURA 82-	OD.VI.1_ PESSOAS SENTADAS NO PEITORIL, RUA TRAJANO REIS (VISTA 5).....	133
FIGURA 83-	OD.VI.2_ PESSOAS SENTADAS NO VEÍCULO E SOBRE A VIA, RUA TRAJANO REIS (VISTA 6).....	133
FIGURA 84-	TL.VI.1_ <i>TIME-LAPSE</i> DO TRECHO VI (DAS 22:30 ÀS 23:30 HRS, VISTA 7).....	133
FIGURA 85-	LOCALIZAÇÃO DO TRECHO VII.....	134
FIGURA 86-	ASPECTOS FÍSICOS DO TRECHO VII (VISTA 1 e VISTA 2).....	134
FIGURA 87-	MAPA FÍSICO DO TRECHO VII.....	135
FIGURA 88-	MC.VII.4_ MAPA FÍSICO-COMPORTAMENTAL DO TRECHO VII (SÁBADO, ÀS 00:00 HRS).....	136
FIGURA 89-	OD.VII.1_ CIRCULAÇÃO DE PESSOAS NA RUA PAULA GOMES (VISTA 3)	136
FIGURA 90-	OD.VII.1_ COLOCAÇÃO DE BANCO EM FRENTE À FACHADA ATIVA NA RUA TRAJANO REIS (VISTA 4)	136
FIGURA 91-	LOCALIZAÇÃO DO TRECHO VIII.....	136
FIGURA 92-	ASPECTOS FÍSICOS DO TRECHO VIII (VISTA 1 E VISTA 2).....	138
FIGURA 93-	MAPA FÍSICO DO TRECHO VIII.....	138
FIGURA 94-	MC.VIII.2_ MAPA FÍSICO-COMPORTAMENTAL DO TRECHO VIII (SEXTA, ÀS 22:00 HRS).....	139
FIGURA 95-	OD.VIII.1_ CONCENTRAÇÃO DE PESSOAS NA RUA PAULA GOMES (VISTA 3)	140
FIGURA 96-	OD.VIII.1_ CONCENTRAÇÃO DE PESSOAS NA RUA PAULA GOMES (VISTA 4)	140
FIGURA 97-	OD.VIII.1_ CONCENTRAÇÃO DE PESSOAS NA RUA PAULA GOMES (VISTA 5)	140
FIGURA 98-	OD.VIII.1_ FACHADA DE POUCA PERMEABILIDADE NA RUA PAULA GOMES (VISTA 6).....	140
FIGURA 99-	TL.VIII.1_ <i>TIME-LAPSE</i> DO TRECHO VIII (SEXTA, DAS 22:00 ÀS 00:00).....	141
FIGURA 100-	LOCALIZAÇÃO DO TRECHO IX.....	142
FIGURA 101-	ASPECTOS FÍSICOS DO TRECHO IX (VISTA 1 e VISTA 2).....	142
FIGURA 102-	MAPA FÍSICO TRECHO IX.....	143
FIGURA 103-	MC.IX.2_ MAPA FÍSICO-COMPORTAMENTAL DO TRECHO IX (SÁBADO, ÀS 23:10 HRS).....	144

FIGURA 104-	OD.IX.2 _CONCENTRAÇÃO DE PESSOAS NA RUA TRAJANO REIS (VISTA 3).....	144
FIGURA 105-	OD.IX.1 _USO DO ABRIGO DE ÔNIBUS NA RUA TRAJANO REIS (VISTA 4)	144
FIGURA 106-	OD.IX.1 _ FILA NA RUA TRAJANO REIS (VISTA 5).....	145
FIGURA 107-	OD.IX.1 _ FACHADA INATIVA RUA TRAJANO REIS (VISTA 6)	145
FIGURA 108-	OD.IX.3 _PESSOAS SENTADAS NA RUA TRAJANO REIS (VISTA 7).....	145
FIGURA 109-	OV.IX.1 _ VESTÍGIOS DE DESGASTE NA RUA TRAJANO REIS...	146
FIGURA 110-	OV.IX.1 _ VESTÍGIOS DE DESGASTE NA RUA TRAJANO REIS...	146
FIGURA 111-	OV.IX.1 _ VESTÍGIOS DE DEPOSIÇÃO NA RUA TRAJANO REIS...	146
FIGURA 112-	LOCALIZAÇÃO DO TRECHO X.....	146
FIGURA 113-	ASPECTOS FÍSICOS DO TRECHO X (VISTA 1 E VISTA 2).....	147
FIGURA 114-	MAPA FÍSICO DO TRECHO X.....	148
FIGURA 115-	MC.X.4 _MAPA FÍSICO-COMPORTAMENTAL DO TRECHO IX (SÁBADO, ÀS 00:50 HRS).....	149
FIGURA 116-	OD.X.2 _CONCENTRAÇÃO DE PESSOAS NA RUA INÁCIO LUSTOSA (VISTA 4).....	149
FIGURA 117-	OD.X.2 _CONCENTRAÇÃO DE PESSOAS NA RUA TRAJANO REIS (VISTA 3).....	149
FIGURA 118-	JOVENS NA RUA SÃO FRANCISCO.....	158
FIGURA 119-	JOVENS NA RUA SÃO FRANCISCO.....	158
FIGURA 120-	“BALADA PROTEGIDA” NA RUA TRAJANO REIS.....	162
FIGURA 121-	ESTRATÉGIA DE POLICIAMENTO NA RUA SÃO FRANCISCO...	162

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - PESQUISA BIBLIOMÉTRICA: ARTIGOS RELACIONADOS AO TEMA.....	70
TABELA 2 - ELEMENTOS DA OBSERVAÇÃO DE COMPORTAMENTO AMBIENTAL.....	88
TABELA 3 - ETAPA I – PRÉ-CAMPO: INTENSIDADE DE (RE)APROPRIAÇÃO NA RUA SÃO FRANCISCO.....	96
TABELA 4 - ETAPA I – PRÉ-CAMPO: INTENSIDADE DE (RE)APROPRIAÇÃO NA RUA TRAJANO REIS E ADJACENTES.....	97
TABELA 5 - DEFINIÇÃO DA CATEGORIA DE ANÁLISE, UNIDADES DE REGISTRO, UNIDADES DE CONTEXTO PARA PESQUISA DOCUMENTAL.....	102
TABELA 6 - FREQUÊNCIA DE UNIDADES DE REGISTRO.....	163

LISTA DE SIGLAS

CIAM	Congresso Internacional de Arquitetura Moderna
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPPUC	Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba
MC	Mapeamento Comportamental
OV	Observação de Vestígios
OD	Observação Direta
TL	<i>Time-Lapse</i>
UN-HABITAT	United Nations Human Settlements

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
1 (RE)APROPRIAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS	27
1.1 APROPRIAÇÃO E (RE)APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO.....	29
1.1.2 Apropriação e resistência.....	33
1.2 (RE)APROPRIAÇÃO VOLTADA AO LAZER	36
1.3 O FORTALECIMENTO DA ESFERA PÚBLICA	39
1.4 O ESPAÇO PÚBLICO (RE)APROPRIADO E OS NOVOS PARADIGMAS AO PLANEJAMENTO URBANO	46
1.4.2 Contexto	49
1.4.3 Economia	51
1.4.4 Mobilidade.....	52
1.4.5 Paisagem.....	53
2 O DIREITO AOS CENTROS URBANOS	55
2.1 CENTROS URBANOS: O PROCESSO DE ESVAZIAMENTO E DEGRADAÇÃO	57
2.2 CENTROS URBANOS E SEUS ATORES SOCIAIS	62
3 (RE)APROPRIAÇÃO DAS RUAS CENTRAIS DE CURITIBA	69
3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA	69
3.2 CURITIBA: BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO	73
3.3 AS RUAS (RE)APROPRIADAS NO CENTRO DE CURITIBA: O RECORTE	77
3.4 UMA PROPOSTA DE LEITURA DO FENÔMENO	86
3.4.2 Método observação pessoa/ambiente	86
3.4.3 Método de pesquisa documental.....	99
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	104
4.1 OBSERVAÇÃO PESSOA/AMBIENTE.....	104
4.1.2 Trecho I.....	107
4.1.3 Trecho II	112
4.1.4 Trecho III	117

4.1.5	Trecho IV.....	122
4.1.6	Trecho V.....	126
4.1.7	Trecho VI.....	129
4.1.8	Trecho VII.....	133
4.1.9	Trecho VIII.....	137
4.1.10	Trecho IX.....	141
4.1.11	Trecho X.....	146
4.1.12	Discussão da observação	150
4.2	PESQUISA DOCUMENTAL	155
1.1.1.	Relação público/privado	155
4.2.2	Atores sociais.....	156
4.2.3	Vigilância	160
4.2.4	Discussão da análise de conteúdo.....	162
5	CONCLUSÃO	165
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	171
	APÊDICE 1 – CORPUS DA PESQUISA DOCUMENTAL.....	183
	APÊNDICE 2 – TÉCNICAS, DADAS, HORÁRIOS E LEGENDA DE REGISTRO DO MÉTODO OBSERVAÇÃO PESSOA/AMBIENTE.	184

INTRODUÇÃO

As pessoas estão voltando aos espaços públicos das cidades, em especial para as suas ruas. Transcorridas décadas em que essas tiveram sua função vinculada, especialmente, às práticas de mobilidade, é instigante constatar que as ruas vêm sendo retomadas como lugares do encontro e da experiência urbana. Um acontecimento, para Magnani (2016), catalisou o fenômeno no contexto brasileiro. Em junho de 2013, as ruas brasileiras foram tomadas por uma onda de protestos, que se iniciaram na cidade de São Paulo, tendo como estopim o aumento nas tarifas de ônibus. Ao se espalhar por todo o país e assumir diferentes causas, o evento chamou a atenção para a função social e política desse espaço público ao abrigar pessoas, suas práticas, discursos e reivindicações.

Ao evidenciar a integração social e dar visibilidade ao domínio público, a volta à rua sinaliza aspectos essenciais para efetivação de uma cidade mais humana, o que torna esse fenômeno fundamental aos estudos voltados ao planejamento urbano. Esse movimento se insere em um contexto de mudança substancial nas cidades contemporâneas: de manifestações sociais, culturais e políticas, de intervenções urbanas, que demonstram que as pessoas estão não apenas (re)ocupando os espaços públicos após um significativo esvaziamento nas últimas décadas, mas, além disso, estão (re)apropriando-os.

Segundo Cavalcanti e Elias (2011) a apropriação estabelece uma relação positiva entre o sujeito e seu entorno quando, por meio da projeção do ser humano no espaço, ele o transforma em um prolongamento da sua pessoa, criando um lugar só seu, com o qual ele se identifica. Um fenômeno que se torna singular na contemporaneidade e motiva a presente pesquisa, ao evidenciar que o principal constituinte do urbano não é sua forma, mas a vida que se dá nele. Isto significa que, ao invés de sinal de alguma patologia urbana, a (re)apropriação da rua deve ser vista como expressão da dinâmica e vitalidade urbanas cotidianas.

As várias formas de (re)apropriação dos espaços públicos se inserem em um amplo campo de pesquisas urbanas, porém as ruas centrais da cidade que apresentam esse fenômeno merecem especial atenção, o que as tornam foco desse trabalho. Ainda que atrativas por concentrarem usos comerciais, de serviço e trabalho, as ruas centrais deixaram de ser o local primordial da vida cotidiana, fato que se deu concomitantemente à degradação dos centros urbanos, o qual, segundo Vargas e Castilho (2009), decorreu

da expansão da cidade e sua dispersão em uma rede de sub centros. No contexto brasileiro, as áreas centrais sofreram deterioração nas últimas décadas, após intensa urbanização e descentralização urbana e em decorrência da criação de “novos centros” de moradia, investimento e consumo, como relatado em cartilha do Ministério das Cidades (2008). Em consequência, o abandono da população residente e a redução de investimentos públicos e privados contribuíram para a consolidação de áreas centrais subutilizadas.

Apesar de alguns gestores e planejadores urbanos repensarem as áreas centrais por um viés humanizado, as intervenções urbanas realizadas nos centros urbanos por meio de processos de planejamento urbano demonstram uma grande distância entre o plano e a vida cotidiana cidadina. É o que pode ser visualizado em recentes estratégias de recuperação das áreas centrais do país. Em 2008, o Ministério das Cidades lançou o “Plano de Reabilitação das Áreas Centrais” e no tocante aos seus objetivos, a promoção da habitação social e a preservação da paisagem patrimonial se constituíram como eixos principais de ação. Contudo, a efetivação da proposta se apoiou em instrumentos de uso e ocupação do solo e não tem garantido a recuperação destas áreas, pois, apesar do uso habitacional ser importante para a recuperação da vitalidade das áreas centrais, não há estratégias que levam em consideração demais aspectos que dão vida ao espaço público e, conseqüentemente, ao espaço urbano. Com efeito, há incertezas sobre como os instrumentos de planejamento urbano atuais podem ser efetivos neste âmbito, percepção fortalecida pelas recentes propostas de “revitalização, “requalificação” que se vinculam a interesses particulares e tendem a favorecer a gentrificação.

Apesar dessa dificuldade, os centros urbanos têm sido identificados como o lugar mais dinâmico da vida urbana e, além de sua importância econômica, possuem referência simbólica, histórica e social, que por vezes ultrapassam os limites da cidade e carregam elementos de recuperação da vida pública, como destacam Vargas e Castilho (2009). Desse modo, considera-se que a rua central é um forte antídoto frente às tentativas de normatização do planejamento urbano e da cidade moderna, ao articular uma rede de usos responsáveis por manter a diversidade e vitalidade urbanas.

Mesmo com as mudanças e significativos avanços que os espaços públicos urbanos têm sofrido em contexto brasileiro, é possível ainda verificar sua negligência pelo planejamento urbano não apenas nas áreas centrais. Ao realizar uma compilação de estudos que tratam sobre as problemáticas recentes do espaço público, Matthew Carmona (2010) destacou como eles vêm sofrendo as consequências da produção da

cidade capitalista, pela falta de poder/políticas públicas que priorizam o social e valorizam o capital e as individualidades, desencadeando no declínio do espaço público e da esfera pública e, que através de forças de mercado e interesses privados que modificam estes espaços, resultando na sua mercantilização e privatização. Em decorrência, transformam-se em espaços apolíticos, que acometem o controle da democracia e o aumento da exclusão social.

Notadamente, as ruas sofrem com maior intensidade esses efeitos, pois vêm sofrendo a “invasão dos carros”, os quais vêm suprimindo as necessidades de fluxos e circulação da cidade. Dentro desse “paradigma da circulação”, de caráter global, os espaços públicos sofrem inúmeros impactos, dentre eles a sua degradação, a perda da função social do espaço, a criação de enclaves (graças à facilidade de chegar de um lugar ao outro) e a transformação da paisagem pelo tratado das ruas (CARMONA, 2010).

Contudo, o paradigma da rua enquanto espaço de circulação vem sendo posto à prova por uma série de pesquisadores, os quais destacam sua importância para a vida cotidiana e para a construção de cidades mais humanas. Esse debate não é, todavia, novo e se insere em um espectro de críticas referentes à integração entre dimensão física e social das cidades que remontam discussões sociológicas - desde Simmel à Escola Sociológica de Chicago - até discussões fenomenológicas, da antropologia e outros ramos das pesquisas sociais. No entanto, no decorrer das últimas décadas, intensificaram-se as pesquisas sobre humanização do espaço urbano através de seus usos e a responsabilidade do planejamento urbano frente a este processo.

Talvez a pesquisa mais emblemática – voltada ao planejamento urbano ortodoxo, foi realizada por Jane Jacobs em 1961, em sua obra clássica “*Morte e Vida das Grandes Cidades*”. Dentro de um contexto de “virada cultural” - como se referiu Otilia Arantes ao discurso ideológico da cidade como “lugar” – Jacobs alertou que o planejamento urbano subjugou a vida urbana das cidades. Para reverter esse fenômeno, a autora observou a importância das pessoas para a geração de um espaço urbano seguro e com vitalidade, e demonstrando a necessidade de se pensar no espaço público como local da vida social e evidenciando os aspectos positivos das ruas. Ao discorrer sobre a importância da mesma como espaço do convívio e elencar práticas necessárias para a preservação da segurança e civilização - como a visibilidade, a diversidade de usos e a vigilância - a autora desvelou mudanças significativas no pensamento sobre o urbano.

Após seis décadas, os estudos de Jane Jacobs mostram-se ainda atuais, e juntamente com outros trabalhos clássicos – como os de Kevin Lynch (1960), Appleyard (1981), Jan Gehl (1987), e Alan Jacobs (1995) - constituem um amplo domínio de conhecimento sobre o sobre as ruas e sua relação com a vida pública. Mas como afirmaram Schönfeld e Bertolini (2017), embora a multiplicidade de funções sociais das ruas tenha sido investigada minuciosamente, o planejamento urbano ainda luta com a incorporação desses elementos.

Para François Ascher, os novos desafios que se apresentam nas cidades, atualmente, demonstram a urgência de qualificar os espaços públicos, pois as cidades contemporâneas vêm se modificando rapidamente, vinculadas não só às transformações físicas, mas de maneiras de pensar, de agir da ciência e da técnica, das relações sociais. Juntamente às mudanças estruturais, são fortalecidas transformações sociais e tecnológicas que modificam a forma com que se dá a experiência social urbana, ao “caracterizarem-se notadamente pela existência de vínculos sociais mais “frágeis”, menos estáveis, porém muito mais numerosos, variados, conectados nas múltiplas redes” (ASCHER, 2001, p. 72). Em vista deste cenário, o autor defendeu que se tornam imediatas transformações na concepção de cidades um novo pensar sobre o espaço urbano, adequado aos desafios e as formas atuais de pensar e de agir. Um desses desafios seria a qualidade dos lugares que estabeleçam novas formas de sociabilidade, que não derivem de uma cidade virtual, imóvel, introvertida, mas sim “uma cidade que se telecomunica, constituída de novas decisões de deslocamento das pessoas, bens e informações, animadas pelos eventos que exigem co-presença” (ASCHER, 2001, p. 67).

A abordagem de Ascher suscita a necessidade de mudança de paradigma no planejamento urbano. Afinal, como afirma Souza (2012, p. 15), “o fracasso do planejamento urbano convencional em proporcionar melhores condições de vida, sob o ângulo da justiça social, não significa que o planejamento deva ser negligenciado, mas sim que alternativas estratégicas precisam ser apresentadas”.

Uma alternativa foi apresentada pelo teórico urbano Rainer Randolph (2015), que por um viés estruturalista, compreendeu que o planejamento precisa ser “subvertido”, afirmando-se enquanto um contra-planejamento. Para que isso ocorra, as práticas sociais cotidianas devem reverter procedimentos instaurados, baseados em uma tomada da cidade pela população. Porém, o autor indica que essa ainda é uma potencialidade, pois não se insere na atual lógica de planejamento, mas deriva de

fenômenos oriundo da vida, que poderiam promover uma racionalidade nova, diferencial, uma alternativa estratégica.

A perspectiva do autor fomenta uma série de questões e desafios e, assinala-se aqui que para uma mudança de paradigma do planejamento urbano ancorada no mundo na vida, é preciso, primeiramente, pensar no espaço que dá suporte a ela: o espaço público e as pessoas. Tal prisma foi destacado recentemente, na Conferência das Nações Unidas sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável (Un-Habitat III), realizada em Quito (Equador) em outubro de 2016, onde foi elaborada a Declaração de Barcelona voltada aos espaços públicos, uma contribuição para a formulação da Nova Agenda Urbana, um instrumento que fornece diretrizes para repensar a cidade contemporânea. Conforme especificado pela Declaração, o planejamento urbano não é apenas ordenador do espaço, mas fomentador das relações sociais, do estímulo ao uso por todos e promoção da qualidade do espaço público, o lugar onde podem ser reverter com maior firmeza “as erosões do direito à cidade, como gentrificação e segregação espacial”. Afirma ainda que o direito à cidade está ancorado, primeiramente, no acesso que temos a ela e aos seus espaços públicos¹.

Harvey (1992) contribuiu para a discussão, afirmando que o direito à cidade é um direito humano que vem sendo negligenciado e implica na liberdade de mudar as nossas cidades, criando-a e recriando-a, o que só pode ser feito através de um poder coletivo. Também implica na redução de conflitos, que se ampliam quando o espaço público é contestado ou reivindicado. (HARVEY, 2012).

Com efeito, compreende-se que o planejamento urbano deve ser pensado a partir do direito à cidade, que está ancorado nos espaços públicos, em especial, suas ruas, pois são elas os locais da vida pública por excelência e “todos podem usá-las” (Jacobs, 2011, p. 4). Para Santos (1985), é onde visualizamos com maior intensidade a vida cotidiana, afinal, as ruas não se conformam apenas como elemento da configuração espacial - de fluxos, limites e funções de transporte - mas como lócus da práxis social, que evidencia o domínio público. Muito além da funcionalidade, elas possibilitam a ocorrência dos contatos sociais, que “aparentemente despretensiosos, despropositados e aleatórios [...] constituem a pequena mudança a partir do qual pode florescer a vida pública exuberante da cidade” (JACOBS, 2011, p. 78).

¹O conceito de direito a cidade foi cunhado por Lefebvre, ainda na década de 1960. Para Borja, ele vem se fortalecendo nas últimas décadas por Harvey e o grupo de New Cork (Peter Marcuse, Neil Smith, Tom Angotti, etc). (BORJA, 2016, p. 6)

Portanto, para uma mudança de paradigma, o planejamento urbano deve olhar também para a pequena escala, o que implica, necessariamente, em discorrer sobre a dimensão do desenho urbano para a construção de uma cidade mais humana. Gehl (2013), Kassenberg (2015) e Clos (2015) defendem que para a cidade ser apropriada e, consequentemente, responder ao direito à cidade, ela precisa ter seus usos estimulados, o que só pode ser realizado com uma cidade pensada ao nível dos olhos, na escala humana. Sendo assim, é uma tarefa que vai além de atuais políticas de planejamento urbano: depende de um tratamento mais apurado, da relação entre qualidades físicas sociais e cívicas dos ambientes. Para Clos (2015), é a função dos espaços (principalmente do andar térreo) e a forma e função do espaço público - em especial das ruas - que conectam espaços, pessoas e bens, facilitando o comércio, a interação social e a mobilidade.

Porém, há uma discussão não inédita, mas que ainda suscita uma série de questionamentos e divergências e que reflete a dificuldade de se repensar em um planejamento urbano voltado à qualidade e vitalidade dos espaços públicos e sua “dimensão humana”: a distância existente entre processos de planejamento urbano e o desenho urbano. Segundo Souza (2002) e Limonad (2015), o planejamento urbano e desenho urbano não são a mesma coisa, apesar de serem muitas vezes descritos indistintamente. Para os autores, o planejamento urbano - atividade mais recente do que as práticas de urbanismo - envolve questões estratégicas, planos e diretrizes macro, que estão ligadas as mudanças estruturais da cidade e, segundo Teixeira (2013), se estabelecem a partir de perspectivas racionalistas-abrangentes. Já o desenho urbano se aproxima de um saber arquitetônico, em pequena escala, que no Brasil teve sua gênese nas intervenções modernistas, ligadas à forma. Por isso, o desenho urbano, por vezes, é tratado de maneira equivocada, quando compreendido enquanto ferramenta técnica e determinista da forma urbana, sem considerar a complexidade socioambiental.

Não obstante, para Ultramari (2009, p. 181) o desenho urbano ganha outra importância na contemporaneidade, ao ser “(...) fruto da técnica, da ergonomia, da tecnologia, da utilização por veículos e do complexo uso intenso em um espaço urbano, revelando uma preocupação muito mais com a função que com a forma”. Concordam com essa perspectiva Carmona et al. (2003) e Del Rio (1990), pois para estes autores o desenho urbano é uma parte importante do desenvolvimento, renovação, gerenciamento e planejamento urbano, pois ao contrário do alegado pelos críticos, denota uma abordagem mais abrangente, envolvendo em um primeiro momento uma preocupação

estética, preocupada com a distribuição das massas e do espaço entre os edifícios, mas tendo cuidado primordial com a qualidade da esfera pública, física e sociocultural, construindo lugares para as pessoas usarem.

Portanto, se as mudanças tecnológicas, sociais e culturais, já apontadas por Ascher (2001), exigem que a criação e gerenciamento dos espaços seja compreendido como um processo, onde a escala global e local estão conectadas, o desenho urbano parece essencial para o planejamento urbano, principalmente no que tange ao fortalecimento dos usos e vitalidade das ruas. Nesse sentido, o estudo da (re)apropriação cotidiana das ruas se mostra uma importante ferramenta de estudos, pois evidencia como as pessoas, de fato, usam os espaços – interagem, jogam, vivenciam a urbe. É o que possibilita pensar na escala humana e sua relação com espaço a partir dos fenômenos apresentados, indo além de determinações de políticas tributárias, planos diretores ou instrumentos do Estatuto da Cidade. Afinal, o planejamento urbano conforma os espaços e os usos, mas eles são realmente compatíveis com os usos cotidianos e com a função do espaço público?

Para além dos usos, as práticas cotidianas no espaço público se fortalecem enquanto manifestações da sociedade, que devem ser vistas não como um problema a ser sanado, mas como ações que, em sua relação com o uso e ocupação do solo, resgatam o pedestre e o sentido da esfera pública. Logo, a apropriação dos espaços, que por vezes vem sendo tratada como um problema de segurança, por evidenciar conflitos, é, efetivamente, uma questão a ser colocada na agenda do planejamento urbano.

Com efeito, propõe-se uma investigação da (re)apropriação das ruas voltada ao lazer. Além de evidenciar aspectos fundamentais à qualificação do espaço público, as práticas de lazer permitem a formação de arranjos coletivos e locais de encontro, o que, conforme Capellà (2014, p. 102, tradução nossa), “responde a uma necessidade social e faz parte do próprio conceito de cidadania”, mantendo “uma estreita relação com as formas de urbanidade (...)”. Ou seja, as trocas sociais oriundas dessas práticas resultam em experiências positivas entre as pessoas e os espaços e vão muito além do ócio, mas são essenciais para o desenvolvimento humano.

As ruas centrais de Curitiba (PR) tornam-se profícuo ponto de partida e objeto da presente pesquisa, visto que sofreram um processo de esvaziamento de pedestres e degradação física e hoje apresentam fortes dinâmicas de (re)apropriação. As ruas São Francisco, Trajano Reis, Inácio Lustosa e Paula Gomes, estão recentemente inseridas em um circuito de lazer estabelecido no município, composto por grupos

majoritariamente jovens e se destacam por comporem um “espaço simbólico urbano”, conceito que será aprofundado neste trabalho. Essas ruas, que compõem uma mancha de (re)apropriação, têm sido fonte de abordagens midiáticas, cujos temas evidenciam inúmeros conflitos que demonstram que a cidade vem sendo reivindicada socialmente e politicamente. Pode-se depreender que Curitiba, a conhecida “cidade modelo” e exemplo de *city marketing*, deve ser investigada por aquilo que lhe garante fama internacional: a dita qualidade de vida promovida pelo seu exemplo de planejamento urbano.

A partir do exposto, a pesquisa procura **analisar os usos cotidianos, sua relação com o ambiente e os conflitos gerados no processo de (re)apropriação voltado ao lazer, visualizado nas ruas centrais de Curitiba** com o objetivo geral de refletir de que maneira o processo de planejamento urbano pode ser repensado à construção de cidades mais humanas e à efetivação do direito a cidade na contemporaneidade, em especial, no contexto de recuperação dos centros urbanos.

Na tentativa de responder tais questionamentos, partiu-se da **hipótese que a (re)apropriação** é positiva à sociabilidade, fortalece a esfera pública e a partir conflitos evidenciados é inerente ao fenômeno a busca pelo direito à cidade, mas ainda enseja uma série de desafios na efetivação de um espaço público de qualidade, voltado à dimensão humana, considerando toda sua pluralidade.

Para solucionar o problema de pesquisa foram delineados os seguintes objetivos específicos: (i) indicar a importância de estudos sobre a (re)apropriação das ruas, como fontes de pesquisa e fomento ao planejamento urbano; (ii) demonstrar a importância das áreas centrais para a vida urbana (iii) apresentar e contextualizar o processo de (re)apropriação das ruas centrais de Curitiba (iv) caracterizar os usos e conflitos derivados do fenômeno à luz da pesquisa pessoa/ambiente e pesquisa documental.

Inserida no mestrado em Planejamento Urbano da Universidade Federal do Paraná, procura-se contribuir para a linha de pesquisa em *Dinâmicas Urbanas*, que possui em um dos seus eixos a análise e a conformação da forma urbana por meio da compreensão dos usos, ocupações e apropriações cotidianos que caracterizam o espaço público. A exposição dessa dissertação se organiza em quatro capítulos. O **primeiro capítulo** parte de uma Revisão Bibliográfica, tendo como foco teorias que buscam compreender o conceito de apropriação e (re)apropriação, a importância deste fenômeno quando voltado ao lazer, para a vida urbana no espaço público e para o fortalecimento da esfera pública. Para tal, ela baseia-se em Cavalcanti e Elias (2011), Pol e Vidal

(2005), DaMatta (1997), Arendt (1993) Habermas (19). Por fim, demonstram-se algumas perspectivas do planejamento contemporâneo para o tratamento das ruas e para a geração de vitalidade, considerando a dimensão humana. Aqui, destacam-se as contribuições de Gehl (2009; 2013) e Karssenberg et al. (2005).

No **segundo capítulo** realiza-se uma contextualização das áreas urbanas centrais brasileiras a partir de um breve panorama histórico das suas transformações ao longo dos séculos XX e XXI. Essa seção se mostra fundamental ao evidenciar que as (re)apropriações urbanas nas ruas centrais passam por constantes ressignificações, que envolvem questões de domínio que se expressam nesse espaço, outrora destinado às elites e, mais recentemente, foco de intervenções urbanas voltadas a promoção de cidades competitivas. Por isso, o direito à cidade demonstra sua faceta mais conflitiva nos centros. Nessa seção, destacam-se as pesquisas de Vargas e Castilho (2009), Frúgoli Jr (1995) e Magnani (2005).

A partir das considerações teóricas, o recorte da pesquisa é introduzido no **terceiro capítulo**, quando se parte para pesquisa empírica e documental, tendo como objeto de estudo as ruas centrais de Curitiba. Pelo método principal da observação comportamental, objetiva-se determinar como as (re)apropriações se relacionam com o ambiente do espaço urbano, baseando-se nos já consolidados estudos realizados por Whyte (1998), Sommer e Sommer (2002), Zeizel (2006), Gehl (2009) e Gehl e Svarre (2013). Como complemento, para compreender os conflitos expressos no fenômeno, apoia-se na análise documental das notícias do jornal “Gazeta do Povo”, pela técnica de análise de conteúdo desenvolvido por Bardin (1977).

Em seguida, no **quarto capítulo**, parte-se para a contextualização da área de estudos e análise dos resultados, que engloba dez trechos de observação e recupera a discussão de bibliografia. Logo, o trabalho é concluído conforme o objetivo central.

1 (RE)APROPRIAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS

A cidade é um constante processo de construção e mudanças e, desde sua origem, ela é intrínseca às necessidades e desejos do homem. Segundo Ascher (2010), nas últimas décadas o urbano se insere em uma terceira fase da modernização, que se caracteriza consubstancialmente pela falta de sincronização entre as rápidas mudanças que ocorrem na sociedade e os processos de construção da cidade². Os processos de planejamento urbano refletem essa distância, ao se prenderem a modelos racionais, que pouco consideram as mudanças da sociedade, as práticas cotidianas e as novas formas de viver o espaço urbano³. O espaço público, nesse contexto, sofreu um esvaziamento pelas pessoas e a perda de sua função maior, como o local de encontro e troca da vida urbana.

No entanto, nos últimos anos têm-se presenciado a volta das pessoas para as ruas. Notícias cujas manchetes aludem à ocupação da rua, com títulos como “retomando as ruas” e “pedestres recuperam as ruas”, ilustram esse processo de volta. E se a presença, se o “estar no espaço público”, é o primeiro passo para que ambiente urbano seja vital, há de se destacar que, por vezes, a ocupação vai além de sua dinâmica física e de uma massa de pessoas que simplesmente se estabelecem em um espaço, mas traz consigo aspectos simbólicos, que ressignificam estes espaços (re)ocupados, compondo espaços (re)apropriados.

Diante disso, faz-se essencial destacar que o termo “(re)apropriação” do espaço não denota um sentido a partir de grupos sociais específicos, que outrora deixaram de apropriar-se e voltaram ao mesmo espaço, o que configuraria uma “reapropriação”, mas se refere à retomada da cidade por velhos e novos grupos, heterogêneos, que formam novos contextos e dinâmicas da vida social. Esse movimento de retomada é visualizado com maior intensidade nas áreas centrais da cidade que, devido aos processos de expansão urbana, sofreram um processo de abandono pelas pessoas nas últimas décadas. Além disso, o fenômeno de (re)apropriação da cidade é simultâneo às recentes intervenções e ocupações que partem “de baixo para cima”, ou seja, da própria

²Ascher (2010, p. 23) afirmou que a modernização é resultado de três dinâmicas que interagem entre si: a individualização, a racionalização e a diferenciação social. Para o autor, é o que resulta em sociedades cada vez mais diferenciadas, “formadas por indivíduos simultaneamente mais parecidos e mais singulares, com possibilidades de escolhas mais complexas.”

³Sennett (1988, p. 362) compreendeu que essa racionalização derivou da ordenação moderna da cidade, que provocou a “atomização da cidade” que, segundo o autor, “anulou um componente essencial do espaço público: a superposição de funções dentro de um mesmo território, o que cria complexidades de experiência naquele determinado espaço”.

sociedade, e que incidem diretamente na cidade, por meio de coletivos urbanos, espaços públicos insurgentes ou práticas de autogestão.

É a partir desse reconhecimento que o presente capítulo busca demonstrar como esse fenômeno - em especial, quando voltado ao lazer - potencializa a busca por uma cidade mais humana. Em um primeiro momento, procura-se esclarecer o significado de apropriação e os fatores condicionantes para sua constituição: a ação transformadora e a identificação simbólica. Tais considerações permitem visualizar sua importância para a integração entre a esfera social e a política, que compõem a dimensão do “Agora”⁴, a qual, segundo Declaração de Barcelona (2016), é fundamental para que o espaço público responda ao direito à cidade e esteja a serviço da democratização das nossas cidades, pois corresponde

a liberdade, a igualdade de gênero, a equidade e a diversidade de expressão, transparência, pedagogia, cultura do envolvimento cívico e crítico, bem como a participação vinculativa e a responsabilização (*que*) abrem caminho para a co-produção democrática do espaço urbano, para todos os habitantes, seja temporário ou permanente, vivendo em condições legais ou ilegais. (DECLARAÇÃO DE BARCELONA, 2016, p.4)

Para essa perspectiva corroboram Pol e Vidal (2006), quando reconhecem que a apropriação incide de maneira “participativa” na cidade, frente aos modelos insustentáveis de desigualdade e injustiça social⁵. Depreende-se dessas considerações que a dimensão da “Agora” não só depende do fortalecimento da esfera pública, mas de um espaço público vital, planejado para a dimensão humana. Frente a esse desafio contemporâneo, a (re)apropriação das ruas pelas pessoas evidencia novas formas de uso da cidade, que vão além das tradicionais formas determinadas pelo espaço físico. Diante disso, esse fenômeno torna-se uma imprescindível fonte de pesquisa para estudos urbanos, ao expor novas possibilidades de planejar a cidade, intuídas a partir dos usos cotidianos, os quais, para Mendonça (2007, p. 297) são “adaptados às necessidades imediatas ou aos desejos e intenções não satisfeitos na construção do ambiente”. É o que será discutido a seguir.

⁴ O documento sinalizou que para que o espaço público responda ao direito à cidade, ele deve ser pensado por uma lógica que integre as seguintes dimensões: (i) a Ágora, que corresponde à dimensão política e social; (ii) a Mobilidade; (iii) a Economia; e (iv) a Habitação.

⁵ Se a democracia representativa está hoje em crise e se as cidades “parecem destinadas a serem as bases da renovação política”, como afirmou Borja (2016, p.6), essas bases são fortalecidas quando os espaços públicos são apropriados, pois há construção de uma nova relação com a cidadania.

1.1 APROPRIAÇÃO E (RE)APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO

Quando algo é tomado para si, tornando-o próprio, diz-se que ocorreu uma apropriação. Porém, o ato de “tornar próprio” vai muito além de um sentido material, de propriedade, como se pode intuir, mas “torna-se próprio” pelo uso. É o que acontece quando um espaço é apropriado. Segundo Cavalcanti e Elias (2011, p. 63), a apropriação estabelece uma relação entre o sujeito e seu entorno, por meio da projeção do ser humano no espaço e “o transforma em um prolongamento da sua pessoa, criando um lugar só seu”. Para as autoras, o fenômeno pode ocorrer de duas maneiras, complementares entre si: por uma ação ou pela identificação. Enquanto a ação ocorre por atitudes de reivindicação, delimitação e defesa diante de ameaças percebidas, por densidade ou invasão; a apropriação por identificação compreende processos simbólicos, cognitivos, afetivos e interativos que transformam o espaço em lugar reconhecível e de significado para o grupo social ou sujeito⁶.

Estas duas acepções, como enfatizaram Vidal e Pol (2005), são complementares e interdependentes⁷. No primeiro caso, por ação transformadora, identifica-se uma aproximação com o processo de territorialidade, por estar estreitamente vinculada ao espaço físico. Já na segunda, pela identificação simbólica, vinculam-se os processos afetivos, cognitivos e interativos. E, como discorrido pelos autores, a ação geralmente ocorre anteriormente ao processo de identificação.

Através da **ação** sobre o meio ambiente, pessoas, grupos e coletividades transformam espaço, deixando nele sua "pegada", isto é, sinais e marcas carregados simbolicamente. Através da ação, a pessoa incorpora o meio ambiente em seus processos cognitivos e afetivos de forma ativa e atualizada. As ações dotam o espaço com significado individual e social, através de processos de interação (...). Ao longo da **identificação simbólica**, a pessoa e o grupo são reconhecidos no meio ambiente [...] indivíduos e grupos auto atribuem as qualidades do meio ambiente como definindo sua identidade. VIDAL E POL, 2005, p. 283, tradução nossa).

Segundo essa descrição é possível compreender que o fenômeno de apropriação resulta na criação de vínculos entre sujeitos e espaços através de processos de interação,

⁶ As autoras complementam que se apropriar significa também exercer domínio sobre espaços e objetos, embora não seja necessário ter sua posse legal. Por exemplo, até mesmo pelo olhar a apropriação pode ocorrer. (CAVALCANTI E ELIAS, 2011, p.62).

⁷ Pol (1996), em seu texto “Cognición, representación y apropiación del espacio” realizou uma compilação e discussão sobre as várias teorias que abrangem este tema,. Segundo esse autor, “o conceito de apropriação derivada psicologia social e psicologia ambiental como diferenciação e matização de alguns similares (e mais estendidos) como conduta territorial, privacidade, intimidade, apego ou personalização, entre outros” (POL, 1996, p. 4).

resultando na formação de lugares⁸. Por isso, o entorno físico só ganha significado para um grupo ou sujeito quando nele se estabelecem vínculos afetivos de identidade, que fortalecem os usos por grupos sociais que se identificam entre si.

Conforme propuseram Pol e Vidal (2005), a ação pode ser dividida em três componentes: a ação cotidiana no lugar, ações voltadas para o lugar e as ações sobre o futuro local de projetos. Estas três dimensões assinalam as interações sociais cotidianas, as práticas e as atividades habituais e menos habituais, inclusive os rituais. Compreende-se que a ação cotidiana no lugar resulta nos usos de um espaço: pelas práticas sociais, que podem ser simples atos do corpo (sentar, andar), ou ações coletivas (atividades, intervenções artísticas). Enquanto as ações voltadas para o lugar e as ações sobre o futuro local de projetos demonstram uma intervenção ativa sobre os espaços (como intervenções urbanas realizadas pela população ou pelo poder público ou manifestações políticas), que são mais visíveis no que tange a sua transformação física; a ação cotidiana no lugar, enfoque neste trabalho pelo estudo da (re)apropriação voltada ao lazer, demonstra-se mais sutil, porém essencial ao domínio público⁹.

Logo, a identificação urbana, segundo Valera (1997), baseia-se em aspetos ou dimensões que fazem com que nos reconheçamos com certos grupos e nos diferenciamos de outros. Essas dimensões são categorizadas pelo autor como: dimensão territorial, dimensão psicossocial, dimensão temporal, dimensão de conduta, dimensão social e dimensão ideológica. Quando uma dimensão se inscreve em um espaço e faz com que as pessoas e grupos se percebam como iguais, constitui-se um “espaço simbólico urbano”. Para o autor, o espaço simbólico urbano é o elemento chave para a gênese, consolidação ou manutenção das identidades sociais e sua relação com o entorno (VALERA, 1997). Assim, a identificação é positiva à vitalidade urbana, pois atrai as pessoas na medida em que “há uma tendência a permanecer perto dos lugares, como fonte de segurança e satisfação derivadas do apego ao lugar”, integrando-se como elemento representativo de identidade (VIDAL; POL, 2005, p. 286, tradução nossa).

A (re)apropriação das ruas voltada ao lazer explicita uma dimensão particular de identidade social urbana: a dimensão a conduta. Essa gera determinadas manifestações

⁸O conceito de lugar foi, desde a década de 1970, fortemente influenciado pela corrente chamada Geografia Humanística e segundo Souza (2006, p. 115) corresponde a uma (...) dimensão cultural-simbólica, que envolve questões de identidades, a intersubjetividade e as práticas simbólicas, por trás da construção de imagens e sentidos. São “espacialidades vividas e percebidas, dotadas de significado” para o sujeito.

⁹Podem existir varrições por idade. Por exemplo, a ação por transformação é predominante na juventude, enquanto na velhice prepondera a identificação simbólica (POL, 2005).

de comportamento característicos dos grupos e sujeitos que se apropriam dos espaços e está estreitamente ligada ao conjunto de práticas sociais próprias dos integrantes de uma determinada categoria social urbana, conforme explicitou Valera (1997). Essa categoria, na (re)apropriação das ruas voltadas ao lazer na cidade contemporânea, é frequentemente análoga à juventude, que por suas ações, vestimentas e práticas, identificam-se uns com os outros. E na maneira de ocuparem os espaços e interagirem entre si, conformam lugares próprios “de uso e desfrute do espaço público”.

As apropriações, nesse contexto, podem ser visualizadas na paisagem. Geralmente ocorrem pela formação de uma “mancha” de pessoas e grupos que tendem e se identificar entre si. Segundo Magnani (2002), as manchas são resultado de formas de apropriação de lugares que funcionam como ponto de referência (físico, visível e público) para um número diversificado de pessoas. São áreas contíguas do espaço urbano dotadas de equipamentos (como bares, restaurantes) “que marcam seus limites e viabilizam- cada qual com sua especificidade, competindo ou complementando – uma atividade ou práticas dominantes”. A mancha possibilita encontros não esperados, o que é um estímulo aos frequentadores. Sua base física é mais ampla do que limites do território e permite a circulação de gente oriunda de várias procedências e sem o estabelecimento de laços estreitos, apesar de se estável na paisagem e no imaginário, dando a entender certa imobilidade. Por exemplo, várias ruas podem conformar uma mancha quando compõe a mesma totalidade de usos, mesmo que demarquem territórios móveis e dinâmicos.

A “rua”, nesse caso, torna-se uma categoria social e não apenas física. Além das manchas, Magnani (2002) sugeriu outras categorias para compreender esse domínio público, diferente das usualmente associadas com a ideia tradicional (e restritiva) de rua. “Circuitos, trajetos e pedaços¹⁰, que constituem “distintas modulações de uso e desfrute do espaço público: são diferentes versões da rua” (MAGNANI, 2002, p. 203). Esse espaço público praticado e usado constitui-se primordialmente como o local de interação e convívio, que conformam constantes significações e representações. Com efeito, para compreender como se dá um processo de (re)apropriação é possível apoiar-

¹⁰“Trajeto” aplica-se a fluxos recorrentes no espaço mais abrangente da cidade e no interior das manchas urbanas. É a extensão e, principalmente, a diversidade do espaço urbano para além do bairro que impõem a necessidade de deslocamentos por regiões distantes e não contíguas. “Pedaço” designa aquele espaço intermediário entre o privado (a casa) e o público, onde se desenvolve uma sociabilidade básica, mais ampla do que a fundada nos laços familiares, porém mais densa, significativa e estável do que as relações formais e individualizadas impostas pela sociedade. (MAGNANI, 2002, p.178).

se em categorias antropológicas, que relacionam os sujeitos e grupos sociais com suas formas de estar e ser no espaço, pois para Frúgoli Jr (1995, p. 35)

(...) vários grupos sociais imprimem determinados usos do espaço público, seja para a circulação ou a ocupação cotidiana, definindo, em decorrência, alguns padrões de interação, a partir dos quais torna-se possível mapear as ruas, refletir sobre os grupos sociais que buscam se apropriar delas, os conflitos decorrentes dessas ocupações diversificadas, os destinos desses espaços públicos em sua dimensão cotidiana.

Além da identificação com o espaço, outra perspectiva, de teor fenomenológico, foi apontada por Pol (1996) como recorrente em um processo de apropriação. Ao referenciar o sociológico Sansot (1976), o autor enfatizou que o fenômeno depende da “experiência do espaço” e vai além dos limites de tempo, pois marca a identidade de uma pessoa, sua memória. Através dela as pessoas ou grupos sociais atribuem significados que constituem a cultura e o entorno de um sujeito. Decorre dessa abordagem que uma condicionante da apropriação do espaço é a percepção do corpo, que compreende seu entorno pelos sentidos. Ou seja, a cidade é vivida e percebida a partir da escala humana, o que denota que um espaço estimulante aos sentidos tem maior tendência a fortalecer a identificação entre pessoa e ambiente e pode reforçar os encontros. Esta acepção vai ao encontro do que Tuan (1980) compreende como “topofilia”: o elo entre a pessoa e o ambiente físico, que decorre da percepção, das representações e relações sociais e da cultura. Indo além dos sentidos, a percepção do espaço depende da subjetividade do indivíduo, da sua experiência. Para o autor, a “topofilia” se define como “todos os laços afetivos dos seres humanos com o ambiente natural”, que fazem do espaço um lugar para certo indivíduo (TUAN, 1980, p.107).

Até aqui, ressaltaram-se os aspectos culturais e simbólicos do fenômeno de apropriação. E, apesar da resultante de um processo de apropriação ser o lugar, é imprescindível destacar que sua conformação não é neutra, o que pode ser percebido pelos inúmeros conflitos – culturais, sociais ou políticos - que permeiam o fenômeno. Assim, ao mesmo tempo em que Souza (2006, p. 115) afirma que na formação do lugar não é a “dimensão do poder que está em primeiro plano ou aquela que é mais imediatamente perceptível”, pois “o lugar estaria para a dimensão cultural-simbólica assim como o território estaria para a dimensão política”, o autor esclarece que nessa dimensão ainda está presente a dimensão do poder.

Assim, conforme apreendido das considerações desse autor, a apropriação da cidade pode exercer fortemente um “contrapoder” de resistência e pode também “definir

um tipo de territorialidade alternativa, a atritar com a estatal” (SOUZA, 2006, p. 115). Com efeito, a apropriação do espaço é constituída, além das dimensões sociais e culturais de uma dimensão política, pois segundo Ascher (2010), “quando grupos e indivíduos se encontram cotidianamente, e permanecem ocupando espaços, estes não só criam um espaço simbólico de encontro, mas representam um movimento de democratização da vida pública”.

1.1.2 Apropriação e resistência

Ao mesmo tempo em que os indivíduos e grupos sociais se identificam cotidianamente com um espaço, criando signos e manifestações próprias, há outro tipo de apropriação urbana, tem sua origem no âmbito do poder público. Por meio de inúmeros agentes interventores urbanos, os espaços são planejados, usos são determinados por processo de zoneamento, planos diretores, planos estratégicos, leis e decretos; que se mostram distantes à realidade urbana. Segundo Arantes (2014), mesmo as intervenções pontuais e culturais, muitas vezes, são utilizadas como mecanismos de consumo e venda de cidades. É o que se presencia nos últimos anos, através de um “boom” dos megaeventos e da venda da imagem de cidade apoiados em um marketing agressivo¹¹, que desconsidera as práticas socioculturais das cidades.

Todavia, contrário às tentativas de produção de cidade, as formas de (re)apropriação que resultam em lugares, tendem a assinalar usos cotidianos que não são compatíveis a escalas monumentais, racionais ou interesses imobiliários, expressos em muitas práticas atuais de planejamento urbano. É por isso que o fenômeno pode também ser compreendido por um viés de resistência, trazendo recorrentes conflitos e embates, explícitos pelos diferentes interesses de uso e “produção do espaço” (LEFEBVRE, 2006 [1974]). Ainda na década de 1970, Lefebvre (2006) identificou na apropriação dos espaços públicos a realização da vida cotidiana, em contraposição à produção do espaço vinculada à reprodução do capital e aos princípios racionalistas. Esta perspectiva,

¹¹ Segundo o filósofo Rubert de Ventós (1980) apud Pol (1996) há uma inversão dos processos de apropriação na modernidade. Busca-se uma imagem ou significação pré-fabricada - como roupas da moda, maneiras de agir de famosos - no intuito de gozar destas mesmas “virtudes” modernas, originais e de distinção. Ou seja, é querer ser como o outro para ter o mesmo tipo de reconhecimento. As intervenções urbanas vêm sendo feitas da mesma maneira. “Cidades modelo”, como Barcelona, buscaram sua estética em ideias de consumo pós-modernos muitas vezes forjando uma identidade. É a tentativa de dar significação *a priori*, já identificada nos princípios racionalistas.

segundo Sobarzo (2006), seria prerrogativa de mudança para as tentativas de dominação sobre a vida. Por este viés, o espaço público apropriado constituiria um espaço diferencial, onde as práticas sociais poderiam ser compreendidas enquanto “táticas” contra hegemônicas¹². Adiante discorrer-se-á sobre este conceito.

Lefebvre (2006, p. 50) denominou os espaços derivados da esfera política - normatizados pelas instituições e pelo planejamento urbano e gestão - como “espaços abstratos”, que tenderiam para a homogeneidade ao “reduzirem as diferenças (particularidades) existentes”. O sistema social atual, que concentra o poder de modificar o espaço a poucas pessoas impede o sentido de apropriação de espaço por todos. Neste contexto, para o mesmo autor, um “novo espaço” que se contraporá ao espaço absoluto seria o “espaço diferencial”, que só nasceria acentuando-se as diferenças, pois, segundo o autor, o espaço diferencial

reunirá o que o espaço abstrato separa: as funções, os elementos e momentos da prática social. Ele acabará com as localizações que rompem a unidade do corpo (individual e social), do corpo de necessidades, do corpo do conhecimento. Ao contrário, ele discernirá o que o espaço abstrato tende a confundir, entre outras, a reprodução social com a genitalidade, o gozo com a fecundidade biológica, as relações sociais com as relações familiares. (LEFEBVRE, 2006, p. 50).

Assim, o espaço diferencial não é programado e tende a revelar aspirações do corpo, este que é regido por normas e convenções. Neste sentido, Harvey (1992, p. 228) ressaltou que as dinâmicas de apropriação são vistas de forma ameaçadora por várias esferas da sociedade, gerando conflito, pois “as práticas temporais e espaciais nunca são neutras nos assuntos sociais; elas sempre exprimem algum tipo de conteúdo de classe ou outro conteúdo social, sendo foco muitas vezes de uma intensa luta social”¹³.

Ao encontro do conceito de espaço diferencial, pode-se estabelecer uma conexão com o conceito de “tática”, discorrido por De Certeau (1998, p.41). O autor defendeu que a “microfísica do poder”, como conceituado por Foucault (1999) - presente nas instituições através de espaços que manipulam as operações do corpo – é também visualizada inversamente em práticas cotidianas que, por vezes, não se conformam com os mecanismos da disciplina. São “novas maneiras de fazer” pelas quais as pessoas se apropriam dos espaços, constituindo uma “antidisciplina”.

¹² O conceito de “hegemonia” foi trabalhado por Antônio Gramsci, o qual a definiu como uma relação de poder, onde um grupo social possui domínio sobre os outros, por um controle político-ideológico. Para ele, o domínio cultural é necessário para garantir o controle sobre as classes dominadas (SCHLESENER, 2007).

¹³ Lefebvre (2000) citado por Pereira (2015, p. 76) também reforçou que “o espaço abstrato da acumulação do capital (...) sempre encontrará resistências nas formas de uso e apropriação que afloram no espaço em sua dimensão concreta”.

As táticas se contrapõem às estratégias¹⁴. Enquanto a primeira evidencia o cotidiano, a segunda é alicerçada em instrumentos normativos para deliberar sobre ele e sobre o corpo da sociedade civil. Neste caso, a organização do espaço urbano, competência do planejamento urbano e demais políticas públicas, se torna artifício de controle social. Para Leite (2002, p. 122), as “trajetórias táticas” são “percursos temporais dos destituídos de poder e de um lugar que lhes seja próprio. Elas ocorrem justamente no interior dos espaços estratégicos, subvertendo sentidos por não serem coerentes com esses espaços”.

Assim, a partir do momento em que a apropriação, além de constituir um lugar de identidade para um grupo social, é representativo e, por vezes, expressa um “contra-uso” de um espaço pré-formado ou destinado a certos tipos de usos (LEITE, 2002), a dinâmica pode se tornar conflitiva, ao incidir e resistir sobre um espaço de domínio. Tal acepção denota disputa de poder, o que, para Souza (2006), como já apresentado, vincula-se a formação de um território do que propriamente de lugar. Então, para esse autor, apesar do “lugar” se caracterizar uma dimensão cultural-simbólica enquanto território estaria inserido em uma dimensão política, não significa que a dimensão do poder esteja ausente em um lugar, pois

na prática, lugares são, menos ou mais claramente, e menos ou mais fortemente, quase sempre territórios. Isso tem a ver com o fato de que às identidades sócio espaciais se associam, sempre, relações de poder espacializadas, em que se nota a finalidade de defender as identidades e um modo de vida (ou também, e não raro usando isso como pretexto, o propósito de defender os privilégios de um grupo ou o acesso privilegiado a certos recursos). (SOUZA, 2006 p. 121-122).

Destarte, como afirma Caldeira (2000, p. 307), os confrontos desafiam hierarquias e possibilitam que os cidadãos “interajam socialmente a despeito de suas diferenças e desigualdades”. Por fim, a partir das abordagens delineadas, é possível constatar que a (re)apropriação permite entender os usos do espaço não apenas como prática sociocultural, mas também como prática política, indo além da percepção negativa de lugar enquanto “espaço comunitário e restrito” (ARANTES, 2015), mas conformando a busca pelo direito à cidade. É o que corrobora Netto (2010, p. 268), ao afirmar que “há um lugar da política no cotidiano”, que vai além de manifestações eventuais, mas se encontra no “poder coletivo de corpos urbanos no espaço público” e possibilita a “experiência urbana como experiência política”.

¹⁴Segundo De Certeau (1998) a estratégia se estabelece por um poder que sustenta a gestão de um indivíduo, o qual é guardado por uma instituição ou organização, como o Estado. Enquanto as táticas se insinuam no tempo: são atos que se formam por ocasiões e acontecimentos, os quais possibilitam um ganho temporário.

Com efeito, o direito à cidade implica em respeitar e proteger uma série de liberdades. Entre elas, destaca-se uma essencial e que, de certa maneira, contrapõe-se ao controle sobre os corpos derivado do trabalho: o lazer, o “*licere*”, o “ser permitido”.

1.2 (RE)APROPRIAÇÃO VOLTADA AO LAZER

Ainda na década de 1970, os autores Carlos Nelson Ferreira dos Santos e Arno Vogel, em seu livro “*Quando a Rua Vira casa*” (Projeto Editores Associados, 1985), consideraram as ruas das cidades historicamente produzidas e apropriadas como principais elementos de contraposição ao planejamento racionalista-progressista. Ao se aproximarem do campo da antropologia, os autores realizaram um estudo comparativo entre dois bairros – o Catumbi (um bairro histórico e não-planejado) e o Bairro Selva de Pedra (fruto de planos urbanos racionalistas) - e observaram o caráter diferencial dos usos e apropriações destes espaços, quando voltados ao lazer.

Para Santos e Vogel (1985, p.7), a investigação da vida cotidiana no espaço público colocaria em cheque “idealizações utópicas sobre o espaço e as formações sociais que comporta”, pois, os planos urbanísticos não seriam finalizados quando construídos, mas pelo contrário, ali eles começariam “passando das abstrações estáticas às práticas sociais contaminadoras e cambiantes, que caracterizam o que é urbano”. Ou seja, após a imposição das intervenções urbanísticas, geralmente abstratas aos desejos sociais, as pessoas ressignificariam estes espaços, criando suas próprias ordens e subvertendo os espaços impingidos. Como consequência, o espaço se tornaria ainda mais complexo, dados os diferentes mecanismos utilizados pela sociedade para superar imposições.¹⁵

Apesar das críticas direcionadas às defesas da produção de lugares no espaço urbano¹⁶, compreende-se que os estudos de Santos e Vogel, juntamente com outros

¹⁵Abrahão (2008, p.119) destacou a importância do trabalho de Santos e Vogel para os estudos urbanos por enfatizar a importância dos vários papéis assumidos por essas ruas para a vida pública de seus usuários, por chamarem atenção para a perda do sentido público dessas ruas com o surgimento de novas ilhas urbanas de caráter privatizante, e pelo empenho em fundar e especializar no território espaços públicos enquanto espaços de reivindicação, de direitos e de decisão”.

¹⁶Segunda Arantes (2014), a defesa de construção de lugares para o urbano “em geral tinham um caráter regressivo, de volta à uma vida “comunitária”, seja através da ilusão de recuperá-la, numa espécie de vizinhança ou de proximidade física, seja através de um mútuo reconhecimento – um vínculo local – propiciado pela identificação com “lugares” urbanos que exprimissem vicissitudes antigas e modernas, por sua história, por sua memória.” Assim como Arantes, Souza (2006, p. 120) destacou que o

pesquisadores, elencaram um aspecto fundamental do espaço urbano: sua importância enquanto lugar da vida urbana, que a partir usos voltados ao lazer, evidenciaram práticas culturais que resgataram o cidadão para as ruas. Uma prática fundamental, na contemporaneidade, para a busca por cidades mais humanas, pois como afirmou Ascher

o presencial e a possibilidade do encontro são mais do que nunca as principais riquezas das zonas urbanas. O *boom* das atividades esportivas e astronômicas de lazer, o sucesso das salas de cinema multiplex, [...] a importância dos grandes eventos esportivos e festivais são índices da importância renovada do presencial e da experiência direta na vida urbana. (ASCHER, 2001, p. 67).

O lazer é um conceito complexo e multifacetado e, ainda que para Dumazedier (1976) ele tenha se fortalecido na década de 1970 - quando o advento industrial resultou em manifestações para a importância do tempo livre - não se resume a isto. Na contemporaneidade, o lazer vem sendo tratado como essencial na vida cotidiana. Segundo Rechia (2006), os espaços públicos ampliam a visão reduzida do lazer enquanto entretenimento, consumismo, para fortalecer uma visão crítica pela experiência, pela troca social. Além disso, é uma forma de fortalecer a relação com o meio, quando amplia uma visão positiva do espaço.

Sawaia (1995, p. 22) também indicou a importância da sociabilidade para o espaço urbano, quando afirmou que “o que produz o calor do lugar é a segurança e uma forte dose do sentimento de sentir-se gente entre pares. Uma vez definido, ele se torna o ponto de referência dos nossos direitos e reivindicações enquanto cidadãos, o lugar onde a noção abstrata de igualdade de direito é referendada por experiências compartilhadas de sobrevivência”. Nesse sentido, ainda de acordo com a autora, um dos principais benefícios do convívio é a “experiência social da diversidade e da complexidade”, que vai ao sentido oposto às práticas de segregação.

Assim, o espaço (re)apropriado voltado ao lazer, enquanto espaço da co-presença, possibilita uma primeira articulação coletiva, mesmo que simbólica e espontânea. No entanto, é recorrente nos estudos urbanos uma perspectiva crítica ao lazer, quando esse é frequentemente promovido enquanto um instrumento de *marketing* das cidades contemporâneas e ser destinada a grupos específicos, geralmente vinculados à economia criativa¹⁷. Nesse contexto, as práticas de lazer, especialmente as que

pesquisador David Harvey tinha certo temor pela abordagem de lugar, pelo “caráter conservador e mesmo reacionário de identidades “congeladas” e acriticamente celebradas em meio a discursos ideológicos.”

¹⁷Segundo Miguez (2007) “a economia criativa trata dos bens e serviços baseados em textos, símbolos e imagens e refere-se ao conjunto distinto de atividades assentadas na criatividade, no talento ou na

evidenciam a “boemia” noturna, são constantemente alvo de críticas, por estarem diretamente ligada a aspectos de consumo da cidade.

Não obstante, como destacou Furquim (2017), a relação entre boemia e cidade vista unicamente por um viés de uma “indústria do lazer” que promove a gentrificação, ainda que essencial aos estudos sociais e urbanos, torna-se um tanto reducionista, na medida em que desconsidera os aspectos positivos que decorrem do fenômeno, como a oportunização de encontros, de afetos e de convivência, que é um primeiro passo para a tomada cultural da cidade. E é justamente essa importância afetiva, que também se torna política, que procura se assinalar a partir da presente discussão.

Esta concepção, já apontada por Nelson Carlos Ferreira dos Santos (1985) pode ser aproximada da perspectiva de DaMatta (1997), quando este autor observou que os rituais são “uma forma complexa de estabelecer uma relação permanente e forte entre rua e casa”: há uma passagem do individual para o coletivo. E, apesar de o lazer não ser propriamente um ritual, ele evoca aspectos de encontro, que se repetem cotidianamente. Ascher (2011, p. 33) contribuiu para discussão, ao evidenciar de forma positiva a desrotinização da vida cotidiana, que, composta por minieventos, promove “relocalizações e ressincronizações coletivas, da escala do bairro à do planeta”¹⁸.

Com efeito, o lazer, segundo Gomes e Elizalde (2010, p. 693), é a “dimensão da cultura caracterizada pela vivência lúdica das manifestações culturais (tais como as festas, os jogos, as brincadeiras, os esportes, as artes e até mesmo o ócio)” e é essencial para a busca pelo direito à cidade. É o que também afirmou Netto (2012), quando apontou que (re)apropriação voltada ao lazer é episódica¹⁹ e

constituída pelos encontros espontâneos em lugares como bares e a rua, como situações da política do cotidiano. Nem toda comunicação nesses lugares envolve temas políticos – mas são atos políticos na medida em que envolvem um potencial de comunicação autorreflexivo, isto é, em que atores podem também problematizar a própria sociedade e sua organização, estrutura, instituições, fissuras, contradições etc. Sem a densidade de comunicação espontânea nesses lugares, perde-se um campo-chave de possibilidades de compartilhar opiniões, exercitar visões de mundo e de organização social, colidir opiniões, elaborar sínteses, exercitar consensos momentâneos e

habilidade individual, cujos produtos incorporam propriedade intelectual e abarcam do artesanato tradicional às complexas cadeias produtivas das indústrias culturais”. Ao ser um setor importante da economia global, os impactos que ela pode trazer referem-se, principalmente, às possibilidades que ele encerra aos países menos desenvolvidos. (MIGUEZ, 2007, p. 96)

¹⁸ Ao dar um exemplo da cidade de Sydney, que programou uma série de eventos nos espaços públicos para sua ativação, Robinson (2005) compreendeu que esta iniciativa reforçava uma identidade verdadeira e autêntica para seus habitantes e visitantes.

¹⁹ Netto (2012) apontou que há uma “condição urbana da esfera pública”, ou seja, os aspectos comunicacionais da esfera pública dependem hoje de uma materialidade e das relações expressas nela e se diferenciam em três modalidades: episódica, organizada e abstrata.

organizar grupos e eventos políticos. Lembremos a cultura dos bares e botecos como cenários da vida social: eles materializam a esfera pública, manifesta na própria rua. Entre os infinitos comentários sobre o cotidiano de cada um, pode-se chegara assuntos políticos de quando em quando. (NETTO, 2012, p. 271).

Portanto, por meio de jogos, reuniões, festas, encontros, cerimônias o domínio público é evidenciado. Korosec (1986) apud Pol (1996) assinalou que a apropriação, por não ser meramente um domínio legal ou material, mas simbólico, é sempre um processo e um fenômeno temporal, um saber fazer histórico mediatizado socialmente. E, segundo Magnani (2016), há uma conjunção entre fenômenos sociais e políticos, ou seja, os usos da rua evidenciam uma série de dimensões, pois

você pode usar [a rua] tanto para o lazer quanto para a manifestação da sua diferença e, em geral, essas manifestações políticas também têm um conteúdo de lazer. Porque é um encontro, uma coisa meio festiva. Há uma espécie de apropriação do espaço, que é marcar a diferença. Quando você vai para a rua de lazer você encontra o diferente, mas troca com ele. Há possibilidade de confronto, muitas vezes. É um pouco a mesma coisa, em uma escala diferente. (MAGNANI, 2016).

Portanto, se nas últimas décadas as ruas foram desenhadas para suprir as necessidades de circulação de automóveis e para suportar as atividades necessárias (ir trabalhar, estudar, morar), são as atividades opcionais, como o lazer, a boemia, que dão outro sentido para esses espaços na contemporaneidade. E quanto mais atividades e qualidade a rua oferece, maior o interesse de usá-la através de encontros espontâneos.²⁰ A retomada do espaço público pelo fenômeno de (re)apropriação, portanto, não apenas conforma lugares, que fortalecem aspectos culturais e identitários, mas se relacionam à esfera pública. E é essa esfera, na qual se dá a democracia, que será centro de discussão na próxima seção.

1.3 O FORTALECIMENTO DA ESFERA PÚBLICA

Ocorre hoje uma série de experiências de apropriação do espaço urbano que nos faz perguntar: será que é só isso, será que estes espaços não recomeçam a ganhar um alto sentido social e político? (Otília Arantes, 2014, p.59).

²⁰Tuan (1980) destacou que as atividades básicas – ouvir, ver, cheirar, movimentar - são condicionantes da experiência do espaço, a qual suscita lembranças, sentimentos, memórias ou sensações, que formatam um espaço simbólico: um lugar.

Afinal, qual a importância da rua (re)apropriada para o indivíduo e para a sociedade? Esta resposta não é tarefa fácil e parte de um amplo campo de discussão sobre a esfera pública e seu papel para a efetivação de um espaço urbano democrático. Durante as últimas décadas, umas séries de pesquisadores se debruçaram na tarefa de compreender como essa esfera se manifesta, buscando não apenas refletir a formação política da sociedade, mas também as possibilidades de participação cidadina.

Contudo, esse conhecimento só pode ser compreendido em relação à formação de uma esfera privada, o que permeia discussões históricas e sociais complexas, adentradas neste trabalho a partir de uma perspectiva sociológica e histórica que temos sobre a casa e da rua no Brasil, exploradas por DaMatta (1997, p. 22)²¹. O pesquisador compreendeu que, ao longo da história, a sociedade brasileira desenvolveu uma visão sobre o mundo e se organizou partir de duas categorias principais: a casa a rua²². Essas duas esferas não corresponderiam ao espaço físico geográfico, mas entidades morais, províncias éticas e domínios culturais, que só podem ser compreendidas em sua relação. Ou seja, o código da casa seria “fundado na família, na amizade, na lealdade, na pessoa e no compadrio”. Já o código da rua se basearia em “leis universais, numa burocracia antiga e profundamente ancorada em nós, e num formalismo jurídico-legal”. Para o autor, há um olhar negativo sobre a rua – “porque tem um ponto de vista autoritário, impositivo, falho, fundado no descanso e na linguagem da lei que, igualando, subordina e explora”, pois

É na rua que devem viver os malandros, os meliantes, os pilantras e os marginais em geral [...]. Do mesmo modo, a rua é local da individualização, de luta e de malandragem. Zona onde cada um deve zelar por si, enquanto Deus olha por todos, conforme diz o ditado [...]. A casa demarca um espaço calmo, dominado por um grupo social que, no Brasil, é concebido “natural”. [...] a casa distingue esse espaço de calma, repouso, recuperação e hospitalidade, enfim, de tudo aquilo que define a nossa ideia de “amor”, “carinho” e “calor humano. (DAMATTA, 1997, p.51).

Nesse sentido, a casa só teria sentido quando compreendida em contraposição e complementaridade ao espaço da rua, da vida pública, ou seja, não podem ser interpretadas de maneira dual – como o feminino/masculino, moderno/antigo - dada sua multiplicidade de significados. Afinal, a denominação *rua* enquanto espaço físico - formado por vias e passeios e ladeadas por casa, muros e jardins - não é a mesma em

²¹ Para DaMatta (1997), uma categoria sociológica é aquela que representa aquilo que a sociedade pensa e institui como códigos de valores e ideias.

²² O autor ainda trabalha com uma terceira dimensão: o outro mundo. Essa dimensão é o “sobrenatural, o universo dos mortos, que também é fundamental ao se associar ao um conjunto da identidade cultural do país. (DAMATTA, 1997, p.17).

termos sociológicos, pois o espaço físico da rua também pode ser *casa* para algumas pessoas ou grupos, que fazem dela sua morada ou nele têm experiências tão calorosas ou significativas quanto em uma casa²³. Assim, segundo o autor, os comportamentos na casa e na rua se diferenciariam de acordo com o ponto de vista de cada uma das esferas de significação, ou seja, da perspectiva de cada pessoa.

A dicotomia entre a rua e a casa é metafórica ao espaço público e espaço privado: enquanto a rua - o espaço em que se dá a vida pública, se constituiria como espaço público; a casa - lugar da intimidade - seria o espaço privado. E, assim como a casa e a rua não podem ser compreendidas de maneira determinante, oposta ou excludente (como pode indicar a gramática), o termo espaço público não se opõe ao espaço privado, mas estas duas esferas são complementares e dependem uma da outra.

A perspectiva de DaMatta sobre o espaço público, onde a “rua” é o local da individualidade, é concebida a partir de uma maneira de ver do próprio indivíduo em sua construção social nas últimas décadas. Porém, a impessoalidade e formalidade jurídica como atributos inerentes a rua - ou seja, ao espaço público - só fazem sentido quando nela estão suprimidas as relações sociais, que constituem significados que importam aos habitantes da urbe. Assim, como será discorrido adiante, toma-se a rua como lugar que vai além da função da via, da sua dimensão física, onde as pessoas estariam sujeitas as forças de dominação. É nesse espaço que, ao contrário da casa, são estabelecidas forças e significados baseados na coletividade, que ampliam discussões complexas e necessárias ao desenvolvimento da cidade: a democracia, a cidadania e o direito à cidade.

Isso não quer dizer que nas (re)apropriações as questões histórico-culturais não estejam presentes. De fato, as perspectivas individuais sobre o público e o privado, a rua e a casa resultam em inúmeros conflitos. Neste âmbito, os conflitos não se reduzem ou podem ser explicados apenas por um viés de *contrapoder*, mas se instauram também em uma perspectiva histórico-sociológica, que conformam questões inerentes ao homem e ao meio sociocultural, como aspectos de intimidade e de domínio cultural.

Conforme o autor, as camadas dominadas, inferiorizadas ou populares, por exemplo, tenderiam a usar como fonte para sua visão de mundo a linguagem da casa - que traduziria o mundo através de assunto de preferências, laços de simpatia,

²³ Caldeira (2011) critica a imagem da casa como de proteção ao lembrar que a violência é constitutiva também no universo doméstico, como por exemplo, quando mulheres e crianças sofrem violência doméstica.

complementaridades, bondades -, enquanto os “dominantes” tenderiam a tomar o código das ruas, com o predomínio das leis. Isto resulta no modo como as pessoas se utilizam os espaços e os vários conflitos que são gerados a partir desta não separação entre “casa” (privado) e “rua” (público). Por exemplo, quando espaços na rua são fechados ou apropriados por uma determinada classe ou grupo social, estes, muitas vezes, são considerados como uma extensão da sua “casa”, ou seja, se o “grupo dominado” se apropria da rua pela sua perspectiva individual, a sua forma de viver vai se refletir no espaço coletivo (DAMATTA, 1997).

Por sua vez, Hannah Arendt, em seu livro “A Condição Humana” (1993 [1958]), desvinculou qualquer noção de público de um espaço físico. Ao resgatar o conceito de público na polis grega compreendeu que a vida na Terra correspondeu às três atividades fundamentais inerentes ao ser humano: labor, trabalho e ação²⁴.

Segundo a autora, a distinção entre esfera da vida pública e esfera da vida privada ficou menos perceptível com a ascensão da vida social na era moderna, que não era nem pública nem privada, encontrando sua forma política no estado nacional. A estudiosa percebeu essa dificuldade ao constatar que a sociedade - seus corpos e comunidades - eram vistos como uma grande família e que também precisariam de uma administração doméstica nacional. Neste sentido, aquilo que deveria ser resolvido pela política, tornou-se uma questão de economia nacional, como se a nação fosse uma “administração doméstica coletiva”, o que acabaria com sua função política (ARENDT, 1993, p. 37). Assim, o crescimento das esferas social e econômica - típicas do *animal laborans* e do *homefaber* – estariam provocando a diminuição, desde os primórdios da Época Moderna, da “esfera pública”, onde o homem da ação (político) poderia ser livre. A liberdade seria condição necessária para a vida pública. Enquanto a liberdade se situasse exclusivamente na esfera política, sendo um tributo definidor da ação, a

²⁴ Segundo Arendt, o labor “é a atividade que corresponde ao processo biológico do corpo humano, cujo crescimento espontâneo, metabolismo e eventual declínio têm a ver com as necessidades vitais”. Ou seja, são as atividades realizadas para suprir as carências biológicas do corpo. Já o trabalho se dá quando o homem “produz um mundo artificial de coisas, nitidamente diferente de qualquer ambiente natural”, sendo assim, ausente do ciclo vital. Neste caso, o homo faber age de acordo com princípios de utilidade e instrumentalidade. Por fim, a última atividade humana corresponderia a ação. Esta, diferentemente do labor e trabalho, é a única atividade que se “exerce diretamente entre os homens sem mediação das coisas”. Enquanto as duas primeiras são classificadas como “mundanidade”, a ação corresponde à condição humana da “pluralidade”. (ARENDT, 2001, p. 15). É nessa dimensão que, para a autora, se dá a esfera pública. Segundo Arendt, essa concepção advém da criação da cidade-estado, onde o homem pertenceria a duas ordens de existência: a vida privada (aquilo que lhe é próprio) e a vida do seu biopolitikos (vida comum). A última ainda se dividiria em Ação (praxis) e discurso (lexis), as quais eram vistas como coiguais. É na ação, prerrogativa exclusiva do homem e que depende exclusivamente da presença dos outros, que se faz a história. Sendo assim a ação e o discurso seriam atividades políticas por excelência, e é no espaço público que elas se estabeleceriam (ARENDT, 2001).

necessidade era primordialmente um fenômeno pré-político, onde a violência seria permitida.

Telles (1990) identificou três registros que fundam a noção de espaço público na obra de Arendt. O primeiro é o espaço público como espaço do aparecimento e da visibilidade, pois “somente quando as coisas podem ser vistas por muitas pessoas, numa variedade de aspectos, sem mudar de identidade, de sorte que os que estão à sua volta sabem que vêem o mesmo na mais completa diversidade, pode a realidade do mundo manifestar-se de maneira real e fidedigna” (TELLES, 1990, p. 67).

O segundo aspecto denota um espaço público onde a singularidade de cada um é reconhecível e pode ser reconhecida. Não uma singularidade baseada na vida privada e íntima, mas construída através da ação e do discurso, que estão vinculados à pluralidade humana e se contrapõe a uniformidade. Arendt (1993, p.33) alertou que há uma diluição da fronteira entre público e privado, presente na modernidade, e que essa reduz a pluralidade e amplia o interesse individual, quando os homens “tomam sua própria subjetividade como referência exclusiva de verdade e julgamento”. Ou seja, a perda da vida comum, que se faz no espaço público, constrói o homem individualizado, “desinteressado e desprovido de responsabilidade perante o mundo”.

E por fim, o espaço público enquanto comunidade politicamente organizada. Isto não quer dizer que a sociedade deve ser regida por algum tipo de autoridade, pois “para Hannah Arendt, a questão dos direitos não se qualifica por referência ao Estado. Qualifica-se, sobretudo, enquanto forma de sociedade e, mais ainda, enquanto modo específico de se fazer a experiência da vida em sociedade”. Aqui se assinala a importância da ação, das práticas sociais enquanto busca por uma condição de igualdade, pois estas permitem que cada um seja julgado de acordo com suas ações ou opiniões, e não por sua classe, origem ou raça. É pensar na política fora do Estado, que se qualifica na sociabilidade (TELLES, 1997, p. 40).

Expostas estas considerações, é notório que Hannah Arendt abre um leque de questões e possibilidades de repensar o espaço público (re)apropriado como espaço do diálogo e da ação²⁵. Não obstante, como destacado por diversos críticos, entre eles Telles (1990), apesar de inegável a contribuição de Arendt, essa autora expressou um poder de ação e discurso autônomos, desvinculados dos interesses e dos conflitos que

²⁵ Importante destacar, contudo, que apenas os “cidadãos” tinham poder de discurso. Naquele contexto, nem todos eram considerados cidadãos. As mulheres e os escravos, por exemplo, não se enquadravam nessa categoria, ficando fora da discussão pública.

podem se dar nesta esfera, o que tornaria seu pensamento uma utopia política. É possível vermos esta questão nos conflitos resultantes das apropriações contemporâneas, que desvelam problemas históricos de classe, gênero e interesses econômicos. Ou seja, a autonomia de assinalar opiniões e diferenças e chegar ao consenso a partir do discurso parece um tanto inocente na atual conjuntura, onde diversos agentes e poderes se valem de sua posição autoritária e histórica para deliberar sobre o outro e, principalmente, se diferenciar do outro.

Outro trabalho que pode ser tratado no âmbito da discussão sobre esfera pública é a obra *Mudança Estrutural da Esfera Pública* (2003 [1962]), de Jürgen Habermas. A partir de um viés marxista, proveniente da Escola de Frankfurt, o autor propôs uma interpretação da esfera pública por um viés comunicacional, através da qual os interesses públicos seriam considerados pela publicidade. Nesse estudo histórico-sociológico, o autor reconheceu que os fundamentos sociais, a função da esfera pública estão, há aproximadamente um século, se diluindo; fenômeno que se deu em decorrência da mudança estrutural na esfera pública, em especial, da esfera pública burguesa.

Segundo Habermas, a partir da renascença houve o início da separação do Estado e da Sociedade, período em que a “sociedade aristocrática” já não representava sua própria soberania, mas sim a do monarca²⁶. Quando a sociedade civil burguesa começou a se orientar por um intercâmbio mercantil mais amplo, induzido e controlado publicamente - ou seja, fora da esfera privada, como já havia observado Arendt – a relação com o poder público se alterou. Assim, a esfera pública burguesa se valeu da publicidade e do público pensante para exercer influência sobre decisões do poder estatal.

Avançando para o século XIX, o pesquisador identificou que a esfera pública passou a ter uma função central, tornando-se um princípio organizatório do Estado de direito burguês (HABERMAS, 2003). De acordo com Jovchelovitch (2000), essa esfera pública introduziu uma nova concepção de participação política e de relação entre estado e sociedade, baseada na publicidade. Ou seja, este novo público (burguês) fazia com que o Estado prestasse contas de suas ações à sociedade, através de canais da

²⁶Habermas esclareceu que, na Idade Média, apesar de não existir comprovação da separação entre esfera pública e privada segundo critérios institucionais, havia indícios de representação pública de soberania, uma marca de status. Essa condição era representada publicamente, ou seja, o seu detentor corporificava um poder superior, que só poderia ser demonstrado na esfera pública. Aqui a visibilidade não era coletiva, mas individual, afinal os dotados de poder sobre o povo (como o príncipe), não o faziam pelo povo, mas perante ao povo. (HABERMAS, 2003).

imprensa. Assim, a esfera pública passou a ter um *status* normativo de um órgão da sociedade burguesa com um poder estatal que correspondia às suas necessidades²⁷.

Apesar das críticas voltadas a concepção de Habermas, Jovchelovitch (2000) enfatizou que este modelo de esfera pública burguesa “reside no centro de debates relacionados às questões como a democracia e a participação política”. Porém, como destacado pela autora, há de se ter cuidado com as ideias de diversas esferas públicas em oposição à outra esfera pública (Estado), primeiro porque as desigualdades históricas não são assinaladas na comunicação entre estas duas esferas, ou seja, a comunicação é sempre permeada por um jogo de poder; e, segundo, porque abandona o espaço do diálogo racional para chegar a um entendimento.

Tal dificuldade pode ser observada na recente abordagem do planejamento urbano comunicativo, derivado da razão comunicativa²⁸. Apesar de sabida a importância da participação da sociedade nas decisões vinculadas ao planejamento urbano, este processo encontra uma série de dificuldades no que tange a incorporação de interesses sociais, pois reside num plano simbólico. Então, quando a “política sai do cotidiano para ser discutida em uma esfera constitucional própria, na qual são decididas as ações concernentes a coletividade” (NETTO, 2012), a esfera pública perde força.

Frente essa dificuldade, Arantes (2014) indicou que, para a efetivação do direito à cidade, a razão comunicativa não pode se dar de maneira autônoma - como uma esfera pública virtual, por exemplo - sem relação ao espaço urbano. Ao basear-se em David Harvey, a autora alegou que a ocupação dos espaços urbanos públicos contemporâneos é um passo fundamental para o fortalecimento da esfera pública, indo além das visões de Arendt ou Habermas. Esta autora observa que

Harvey, por exemplo, atribui muita importância à retomada da cidade e de seus espaços controlados, vigiados e até criminalizados, do qual o público é excluído pelo Estado e seu aparato repressor, convertendo-a justamente, acredita ele, num espaço político de iguais, através de movimentos como o Occupy. Daí, segundo Harvey, o caráter incontornável da cidade como espaço onde ocorrem as ocupações e os confrontos: são os corpos nas ruas e praças, não o balbúcio de sentimentos no Twitter ou Facebook, que realmente importam. (ARANTES, 2014, p.60)

²⁷ Para Gurza-Lavalle (2005), na esfera social, foco do presente estudo, decorre a convivência social, onde as apropriações se estabelecem. É onde se evidencia a vida pública, o domínio público. Já a esfera política, geralmente engloba os processos de decisão, ou seja, estratégias que derivam do poder público, pautado no Estado de Direito. Aqui, as decisões do poder público incidem sobre a esfera social, a partir de políticas de planejamento urbano.

²⁸ O planejamento comunicativo deriva da Teoria Comunicativa de Jurgen Habermas e, segundo Randolph, incorpora e valoriza elementos da ação coletiva que desafiam a lógica dominante. No entanto, nesse tipo de planejamento, os planejadores recorrem à comunicação como forma simbólica de mediação entre o mundo da vida e o sistema (RANDOLPH, 2015).

Ou seja, os espaços públicos são condição para que a esfera pública alcance sua excelência²⁹. Afinal, a partir da visão de Habermas, a esfera comunicativa pode ser compreendida por um viés simbólico: quando as pessoas “vão para a rua” elas se tornam visíveis, e comunicam questões públicas uns com os outros. Nesse sentido, a apropriação da rua, mesmo quando não organizada politicamente, exprime forças e dá visibilidade as pessoas que buscam o direito à cidade e geralmente são excluídas de sua formação.

Nessa direção, Gomes (2005) explicitou que a efetivação da esfera pública se fortalece quando sociedade convive entre si a despeito de suas diferenças, pautadas em regras de civilidade. Assim, retomando o pensamento de Habermas sobre o agir comunicacional, defendeu a atividade cotidiana no espaço como condição para o exercício da cidadania. Além disso, conforme perspectiva de Arendt, quando as ruas (re)apropriadas revelam ou põe em discussão aspectos de visibilidade, pluralidade, civilidade, cidadania, ação, discurso, representação e democracia, é possível compreender que a esfera pública – sua dimensão social e política - vêm sendo ampliada através da vida em sociabilidade. Enfim, demonstra-se pela presença das pessoas na rua o lado essencial do espaço público: a vida na diferença. Por isso, compreende-se que há urgência do planejamento urbano repensar o tratamento dos espaços públicos em prol de potencializar seus usos e apropriações.³⁰

1.4 O ESPAÇO PÚBLICO (RE)APROPRIADO E OS NOVOS PARADIGMAS AO PLANEJAMENTO URBANO

Apesar de fundamental, a “reconquista da cidade e de um espírito urbano”, nos termos de Netto (2012, p. 269), não dependem apenas de manifestações de retorno ao espaço público, mas também de “condições espaciais para um retorno e presença constantes no espaço público”. Nesse sentido, o autor apontou que, tanto o esvaziamento do espaço urbano quanto sua retomada não ocorrem em um vácuo, mas

²⁹ Neste sentido, “esfera pública” corresponde a uma perspectiva abstrata, derivada de especificações históricas, sociológicas e contextuais. Já “espaço público” é aqui entendido como o espaço “composto do dialético mantido entre a disposição física das coisas e as ações ou práticas sociais que aí tem lugar”. Ou seja, ao mesmo tempo em que o espaço público é o local onde a ação social acontece, ele é também condição necessária para que elas existam (COSTA, 2006, p. 171).

³⁰ Conforme a Declaração de Barcelona (2016, p. 3), os “espaços públicos são todos os lugares, incluindo ruas, propriedade pública ou de uso público, acessível e agradável por todos de graça e sem motivação de lucro”.

dependem de condições materiais – urbanas e arquitetônicas. Conforme a Declaração de Barcelona, (2016, p. 3), essas condições urbanas devem refletir “uma escala humana, (...) e um grau de integração com o meio imediato que promova seu uso, manutenção, e segurança diária para todos”.

Para isso, Netto (2012) reiterou que o fortalecimento de retomada da cidade depende de uma reversão dos processos de racionalização da cidade, prática imbuída nas soluções técnicas típicas dos processos de planejamento urbano. Na contemporaneidade, esses processos são vinculados a planos estratégicos de ordenamento territorial. As cidades são planejadas em grande escala, as funções que ela abriga são delimitadas por zonas e as formas são pensadas a partir de parâmetros urbanísticos ³¹. Nesse contexto, os espaços públicos respondem a interesses desvinculados da dimensão humana, mas respondem às necessidades de fixos e fluxos estabelecidos por interesses imobiliários, políticos e, principalmente econômicos.

Nas últimas décadas, as ruas vêm sendo planejadas para cumprir, sobretudo, a função principal de mobilidade, dentro de um paradigma de circulação no qual o carro tem preferência frente ao pedestre. Como consequência, pesquisadores apontam que essa invasão de veículos provoca sérios danos à vida pública. Gehl, por exemplo, argumentou que são gerados espaços empobrecidos de atividades sociais e recreativas e por isso, as pessoas andam pelas ruas apenas porque precisam e não porque querem (CARMONA, 2010). Além disso, o fenômeno da cultura do automóvel resultou na construção de grandes enclaves fortificados e barreiras físicas que, segundo Caldeira (2000), vêm anulando os encontros, criando tensões, separações, discriminação e suspeição, por práticas de vigilância sobre os usuários das ruas.

A forma dos espaços públicos, nesse cenário, pouco é pensada para os usos cotidianos, apesar das recentes mudanças que o planejamento urbano apresenta³². Por um viés legalista, a dimensão física do espaço público brasileiro é tratada pela Lei nº

³¹ Os usos das edificações, em um plano normativo, por exemplo, são definidos pela política de Zoneamento e Uso do Solo, prescritos pelo Plano Diretor de um município. Enquanto o uso do solo é o conjunto de atividades desenvolvidas pela sociedade no território (uso comercial, de serviço, habitacional, etc); a ocupação do solo é o instrumento de planejamento que disciplina a maneira pela qual a edificação pode ocupar um terreno, em função de parâmetros urbanísticos incidentes sobre o mesmo (CURITIBA, 2017). No entanto, a normativa não leva em consideração aspectos urbanos para a promoção da vitalidade urbana e se prende a diretrizes hegemônicas de uso e ocupação do solo.

³² Nas últimas décadas, o planejamento urbano brasileiro sofreu mudanças estruturais, onde o Estado assumiu papel central. No contexto brasileiro, um importante avanço adveio do Movimento Nacional pela Reforma Urbana (MNRU), que resultou no Estatuto da Cidade (Lei n.10.257). Criado em 2001, a partir da Constituição de 1988, os instrumentos derivados destes – como o Plano Diretor e instrumentos de controle de uso e ocupação do solo – avançaram no controle de expansão da cidade e participação nos processos de decisão sobre políticas públicas.

13.146/2015 (CC, Art.3º, Inciso III), de acessibilidade, que determina a necessidade de promoção - pelos Estados, o Distrito Federal e os Municípios - de melhorias no “saneamento básico, das calçadas, dos passeios públicos, do mobiliário urbano e dos demais espaços de uso público”. Essa lei, ainda que recente, elenca a importância do desenho do espaço público para a qualidade de vida dos habitantes da cidade³³, este que vem sendo tratado como uma ferramenta a parte dos processos de planejamento urbano, servindo às intervenções urbanísticas pontuais.

Contudo, a função da rua pode variar muito e ir muito além da circulação, contribuindo para que a cidade tenha vitalidade, segurança, sustentabilidade e saúde. Gehl (2009) classificou os usos desse espaço público como estacionários ou móveis ativos ou passivos; e como lugar das atividades necessárias, atividades opcionais e/ou atividades sociais. Ou seja, ao mesmo tempo em que um usuário pode se mover na rua a pé, outro pode utilizar a bicicleta o carro. Assim como outros usuários podem estar fazendo compras ou simplesmente permanecendo sobre o passeio. É a possibilidade de a rua abrigar os diferentes tipos de uso que a permite ser viva e utilizada. (GEHL, 2009; 2010).

Segundo Declaração de Barcelona, “o espaço público deve ser versátil para permitir múltiplos usos e acessos, facilitados entre outros, por meio de traduções de sinais públicos e comerciais para minorias étnicas”. Gehl (2009) ainda reiterou que a qualidade do espaço público é condicionante para atender às atividades básicas e essenciais ao nosso corpo: caminhar, sentar-se, permanecer em pé, ver/ouvir e falar. Essas seriam o ponto de partida para a formação de quase todas as demais atividades sociais.

A partir dessas considerações é evidente que, no âmbito do planejamento urbano, o espaço público não é pensado para os usos cotidianos, pois esses são dinâmicos, ao contrário dos planos que normatizam a cidade. Nesse sentido, recentes discussões demonstram que há necessidade de mudança de paradigma, para que os espaços públicos, principalmente as ruas, sejam pensados primeiramente nas pessoas. Para isso, há necessidade de planejamento em várias escalas, inclusive na menor delas,

³³A lei vai ao encontro da Declaração de Barcelona (2016, p. 2), que defende que “os espaços públicos devem ser gratuitos e livres de barreiras físicas, jurídicas e arquitetônicas que desencorajem a presença de pessoas sem residência e de renda baixa (design preventivo ou dissuasivo) e dificultem as pessoas com mobilidade reduzida para circular, para o pleno exercício de seus direitos e liberdades”.

na qual se enquadra o desenho urbano³⁴. Dessa forma, a Declaração de Barcelona (2016, p. 2) indica que o processo de *design* deve ser uma co-produção (...) e incluir identidades físicas, culturais e sociais que definam um lugar. O potencial de mudança se encontra nas práticas cotidianas, e para que elas existam o ambiente urbano deve propiciar a vida coletiva. Sendo assim, a qualidade do desenho do espaço público é um elemento fundamental na qualidade dos usos, indo além de um viés determinista, no qual o modernismo encontrou seu maior representante³⁵.

Em sua obra “La Humanizacion del Espacio Urbano: La vida social entre os edificios” (2009 [1998]), Gehl defendeu que na constituição do espaço público deve haver uma ordem: primeiro a vida social, o espaço público e depois o edifício. Além disso, o edifício e seu uso devem ser dispostos para potencializar a vida nas ruas, o que abarca todo o espectro de atividades, que se combinam para fazer com que os espaços das cidades sejam atrativos e significativos. Nesse sentido, são elencados abaixo os alguns aspectos que devem ser considerados para essa mudança.

1.4.2 Contexto

Como apontado anteriormente, a dinâmica de uma rua não depende apenas de sua forma física, mas de um contexto, uma relação entre função e forma, que conforma o ambiente urbano. Clos (2015) identificou certa negligência no planejamento contemporâneo pela interconectividade entre os espaços públicos e os usos do térreo. Esta ligação, que está “ao nível dos olhos” evidencia que, pensar na forma e função dos espaços públicos de forma isolada, sem sua conexão com o espaço edificado, não é suficiente para gerar vitalidade. Para o autor, a qualidade das ruas depende da “interação entre forma, função e conectividade entre os prédios e as ruas”³⁶. Essa relação

³⁴O termo “desenho urbano” foi cunhado na América do Norte em meados do fim da década de 1950 e deriva do termo “design cívico”, o qual representado pelo movimento “City Beautiful” preconizava o desenho de edificações principais – prefeituras, museus, casas de ópera – em relação com os espaços abertos. (CARMONA et al, 2003).

³⁵A forma também está ligada a conformação de paisagens (inclusive de fachadas), o que vai muito além de uma determinação física. No entanto, afirmar que a relação entre paisagem e uso entra numa discussão voltada a percepção que as pessoas têm deste ambiente a partir de suas experiências e vivências, aproximando do campo da fenomenologia. Um possível estudo para demais trabalhos.

³⁶O entendimento quanto à importância da forma do espaço público para os usos dos espaços é um tema controverso. Em uma perspectiva comum aos estudos urbanos, a forma é vista como determinante da função, ou seja, um espaço pensado apenas a partir da forma, sem considerar os usos, cria espaços vazios. Tal debate esteve vinculado principalmente ao urbanismo modernista e a maneira determinista e racional com que os espaços eram produzidos.

demonstra a necessidade de apoiar-se em instrumentos e regulamentos que permitem a flexibilidade dos espaços térreos, visando à variação de usos e usuários.

Karssenber (2015, p. 21) também destacou que para gerar bons usos do espaço devem ser pensados, simultaneamente, em três elementos fundamentais na constituição do urbano, tanto de sua função quanto de sua forma: o prédio, a rua e o contexto. O prédio, ou seja, as edificações que circundam as ruas, devem ter funções variadas nos térreos, que estão ao nível dos olhos, além de forma que atraiam as pessoas, que promovam “fachadas ativas”³⁷, o que vai além da estética. Locais de co-working, restaurantes e bares, escolas elementares e habitações são alguns usos do térreo indicados por Clos (2015) como favoráveis à vitalidade urbana, em especial, dos centros urbanos e suas ruas, que sofrem um intenso processo de esvaziamento noturno. A habitação térrea pode propiciar que o espaço público e o privado sejam melhor inter-relacionados, a partir de uma relação visual e circulatória entre eles.

Não obstante, a relação entre forma e função não é uma tarefa fácil. Por exemplo, apesar de evidente a importância de usos mistos para promover a apropriação de uma rua³⁸, é preciso destacar os inúmeros conflitos que os usos variados podem causar. Um deles, relacionado à habitação, é o conflito entre o público e o privado, quando os usos espaço público “incidem” no espaço de morada, no lugar de intimidade. O principal exemplo é o barulho, que transcende barreiras físicas e incide sobre esses dois domínios. O tratamento desse aspecto vai além de detalhes planejados e práticas efetivas de gestão urbana, depende de questões culturais e sociais. Outro conflito entre o público e o privado foi tratado por Carmona (2010) e ocorre quando interesses privados se expandem para o espaço público, provocando sua “privatização” e inviabilizando o acesso por todos. Dentre outros aspectos, o pesquisador observou que a apropriação indevida dos passeios por mobiliários exclusivos do comércio, invasão e poluição através de publicidade constituem formas desta inviabilização de acesso (CARMONA, 2010).

A diversidade de usos, pensados temporalmente durante dia e da noite são essenciais para que as pessoas a ocupem a rua do longo do dia. Essa ocupação coaduna com outro aspecto levantado por Jacobs (2011) e Gehl (2015): a importância de pessoas nas ruas, que cumprem a função de vigilância, um dos mecanismos de polícia da qual o

³⁷ O andar térreo é referenciado através do termo “*Plinth*”, o qual, segundo Karssenber (2015), é fundamental para a experiência da vida pública e para a economia urbana.

³⁸ O “direito a cidade demonstra a necessidade de ter um planejamento urbano capaz de produzir cidades mais mistas” (DECLARAÇÃO DE BARCELONA, 2016, p. 3.)

Estado lança mão para o controle social. As estratégias de controle por práticas de vigilância – por câmeras, por policiamento, por abordagens no espaço público – levantam uma série de conflitos que exprimem tentativas de controle, ampliando a esfera privada sobre o espaço público, ameaçando as liberdades sociais de grupos historicamente marginalizados. Nesse sentido, a vigilância pelas próprias pessoas que vivenciam a rua torna-se positiva e essencial aos espaços públicos, ainda que medidas regulatórias e de exclusão pelos próprios usuários devam ser combatidas.

1.4.3 Economia

A economia, expressa através do comércio e serviços também tem importante contribuição para a vitalidade das ruas e para a efetivação do direito à cidade, ativando o uso da rua e atraindo pessoas³⁹ (DECLARAÇÃO DE BARCELONA, 2016). Borja (2016) assinalou a importância dessa dimensão para o cotidiano público, observando que hoje, apesar da economia estar vinculada às políticas neoliberais em prol da acumulação de capital e se beneficiar em detrimento dos direitos sociais, há potencialidade para reverter esse processo. Para isso, ela deve se integrar a reprodução social, como, por exemplo, a “economia cidadã, que vem ampliando uma “economia social”, também chamada de cidade colaborativa. Disso depreende-se a convivência ativa da sociedade organizada, onde se mesclam “trabalho, consumo, relações sociais, ócio e inovação e alternativas políticas cidadãs”; e de espaços onde as pessoas podem conviver e trocar ideias, desenvolvendo conhecimento crítico e estabelecendo laços com o entorno. Portanto, uma economia sustentável depende da colaboração, a qual é intrínseca a convivência, que fortalece identidade e apego ao entorno (BORJA, 2016, p. 4). Além disso, deve estar integrada às formas informais de economia urbana no espaço urbano, da qual dependem inúmeros atores sociais marginalizados, como será mais detalhadamente discorrido no próximo capítulo.

³⁹As oportunidades de participar da riqueza comum e a democratização das atividades econômicas são asseguradas para incluir operadores de pequena escala e produtores locais. (DECLARAÇÃO DE BARCELONA, 2016)

1.4.4 Mobilidade

“O direito à mobilidade forma parte do direito à cidade para todos os cidadãos” e esta também é um importante aspecto que depende do desenho urbano (BORJA, 2016, p. 5). O autor afirma que promover a caminhada e o ciclismo é uma medida chave para levar as pessoas ao espaço público, reduzir o congestionamento e impulsionar a economia e as interações locais, bem como melhorar a segurança e saúde nas cidades (BORJA, 2016, p. 3; GEHL, 2010). A mobilidade reativa o domínio público, quando veículos privados – que trazem consequências catastróficas sobre saúde, equidade, mudanças climáticas, resíduos energéticos, expansão urbana e segregação espacial - são substituídos por passabilidade, pelo ciclismo e pelo transporte público (DECLARAÇÃO DE BARCELONA, 2016). Nesse sentido, o desenho das suas ruas torna-se fundamental, pois espaços limitados, obstáculos, ruídos, poluição, risco de acidente e más condições de acessibilidade resultam na diminuição do fluxo de pessoas (GEHL, 2015, p. 17). Estes elementos ocasionam a redução do pedestrianismo e, conseqüentemente, das funções culturais e sociais do espaço que resgatam os espaços da cidade como locais de encontro. Para o autor, o fato das pessoas serem atraídas para caminhar e permanecerem no espaço da cidade é uma questão de se trabalhar cuidadosamente com a dimensão humana na forma urbana. Schönfelda e Bertolini (2017, p.) complementam a discussão por uma citação de Ascher (2003).

a agenda para os decisores políticos e os arquitetos que desejam criar espaços públicos de mobilidade de alta qualidade inclui o desafio de conciliar aqueles próximos opostos que constituem a riqueza das cidades: pressa e desnivelamento, eficiência e falta de atuação, funcionalidade e superfluidade, o planejado e o inesperado.

Segundo Gehl (2015), há variadas formas de lidar com os diferentes tipos de mobilidade. Uma delas é planejar a rua compartilhada, onde carros, pedestres e ciclistas dividem o espaço; outra seria por um tráfego lento, que propicie um espaço com maior segurança. Outras soluções podem se apresentar conforme o contexto, porém, para uma rua feita para as pessoas, é necessário dar preferência ao ciclista e ao pedestre.

1.4.5 Paisagem

Em 1995, Allan Jacobs analisou os atributos físicos de importantes ruas mundiais. Esses elementos, segundo o pesquisador, poderiam tornar a rua agradável ou não para a vida humana. No entanto, há de se considerar as complexidades sociais e sensoriais que se estabelecem nas ruas, geralmente desconsideradas na relação com a forma urbana proposta. Afinal, uma rua é ótima quando vital o que não é garantido apenas pelo seu desenho, como supracitado.

De acordo com a Declaração de Barcelona (2016, p. 3), “longe de ser apenas uma área livre e aberta, o espaço público tem uma natureza espacial complexa que inclui varandas, áreas subterrâneas e edifícios fechados”. Ou seja, o espaço público compreende a paisagem do seu entorno. Aqui, não se pretende fazer uma abordagem completa sobre as diversas nuances que permeiam o conceito de “paisagem”, por se tratar de um tema complexo, que vai além do espaço geográfico, mas leva em conta aspectos sociais, culturais e históricos. No entanto, é relevante discorrer que dimensão da paisagem ambiental reforça que o espaço público vai muito além de sua dimensão física.

Thibaud (2012) defendeu que para um ambiente urbano de qualidade, é necessário que haja uma relação sensorial entre o material e o corpo, que é sensível. Ou seja, para que ocorra a “topofilia” (TUAN, 1980) o espaço precisa ser pensado também em seus componentes sensíveis e imateriais, a partir dos sentidos do corpo, para que se constitua uma “atmosfera” única que dê vida ao ambiente e reforce os encontros. Essa atmosfera depende de uma série de fatores – visuais, olfativos, de temperatura, ventilação - e ao final conformam uma “ambiência”. Essa possibilita a experiência do sujeito, que identifica o espaço como um lugar de valor para si e se envolve por ele. E vai além de um sentido contemplativo, ela estimula a prática e o agir, faz repensar sobre o mundo que nos circunda. Para o autor, “a ambiência convoca, ao mesmo tempo, uma *poiesis* e uma estética dos ambientes construídos. O desafio é ajustar essas duas dimensões e relacioná-las às atuais mutações da urbe” (THIBAUD, 2012, p. 10). Porém, é relevante salientar que a criação de ambiências nem sempre é positiva e algumas ressalvas foram feitas pelo autor

Será que esse novo controle das ambiências não correria o risco de produzir espaços públicos excessivamente neutralizados, formatados e pacíficos, limitando oportunidades para trocas e pequenos encontros entre transeuntes? Além disso, um meio ambiente excessivamente artificial não levaria a uma

perda relativa do contato com a realidade, resultando em uma sensação de estranhamento, a uma experiência de ordem alucinatória ou percepção anestesiada? (THIBAUD, 2012, p.13)

As observações do autor assinalam uma preocupação relevante, principalmente em um contexto onde o desenho urbano também é artifício de venda de cidades, por intervenções pontuais e de espetacularização urbana. No entanto, quando em concordância com as especificidades sociais dos lugares, a ambiência pode fortalecer laços afetivos com os espaços, promovendo a identificação com os mesmos e possibilitando novas experiências para os sujeitos.

Em conclusão ao capítulo, após delineados os aspectos sociais, políticos e físicos imbuídos em um processo de (re)apropriação, é convincente afirmar que o fenômeno pode contribuir significativamente para mudanças de viver e conceber a urbe, ao evidenciar a retomada pelas pessoas da mesma, um passo importante para a efetivação do direito à cidade. Seja pelo lazer, por manifestações culturais, artísticas ou políticas, as ruas apropriadas dão protagonismo à sociedade, que resiste às estratégias de construção urbana que insistem em responder aos interesses racionais e econômicos, desvinculados da escala humana. A visibilidade, a pluralidade, o capacidade de comunicar questões pelas diversas práticas que se apresentam dão sentido ao potencial político espaço público. Esse, que é o lugar latente da vida pública, depende de um tratamento mais apurado, pois vai além de dimensão física, é composto pela dimensão sensorial e social.

No entanto, a (re)apropriação urbana parece ser uma dinâmica à parte das atuais estratégias de planejamento urbano. Esse último que se desvincula das rápidas mudanças que ocorrem nas diversas escalas e, na contemporaneidade, se imbrica ao poder público, lançando mão de estratégias de intervenções urbanas que buscam mitigar problemas urbanos complexos e promover o *marketing* urbano, afastando-se ainda mais das pessoas. Em consequência, mantêm-se desigualdades, excluem-se grupos sociais, gentrificam-se os espaços centrais. De fato, o paradoxo entre retomada da cidade e processos de produção da cidade se apresenta com maior evidência nas áreas centrais, foco do próximo capítulo.

2 O DIREITO AOS CENTROS URBANOS

Os centros urbanos tradicionais são peças chave para repensar a origem e evolução de nossas cidades, porém as (re)apropriações de seus espaços públicos assinalam aspectos fundamentais para a efetivação do direito à cidade. Mais do que um “centro cívico”, de tomada de decisão, ou um “centro geográfico”, na contemporaneidade o centro urbano adquire um poder simbólico. Segundo Rosanelli (2017) esta é uma área de significados que dá sentido à vida urbana, constituindo-se, assim, como referência urbana. A Declaração de Barcelona (2016, p. 3) elencou a importância de preservação e promoção de acesso aos centros tradicionais, pois “longe de ameaçar seus valores naturais ou patrimoniais, o acesso público às áreas orientadas para a conservação ou frágeis permite que as pessoas conheçam, avaliem e defendam, o que em si é uma garantia maior de sua preservação”. Ou seja,

há uma necessidade de preservar a característica e a qualidade de áreas públicas históricas, na ordem de promover a identidade local e transmitir herança às futuras gerações; melhoras as áreas públicas existentes no centro e áreas periféricas da cidade para melhoras sua qualidade e adotar um senso de pertencer as comunidades [...] para incrementar a qualidade de vida dos habitantes e fortalecer sua estabilidade social. (DECLARAÇÃO DE BARCELONA, 2016, p. 3)

A necessidade de preservação decorre de um fenômeno de esvaziamento das áreas centrais, apontado em uma série de pesquisas recentes. Ou seja, há uma convergência de estudos que apontam que, nas últimas décadas, os centros urbanos tradicionais vêm sofrendo um processo de degradação física e esvaziamento pelas pessoas (DEL RIO, 199; VARGAS E CASTILHO, 2009; GADENS, 2010; ROSANELI, 2017). No intuito de reverter esse processo, um conjunto de intervenções urbanas vem sendo propostas pelo poder público, porém alguns desafios ainda expõem a complexidade de recuperação desses espaços. É o tema abordado na reportagem “Coração Reanimado”, exposta no jornal “Folha de São Paulo” que discutiu os recentes entraves aos planos de recuperação da região central do município de São Paulo. Conforme exposto pelo periódico, a legislação engessada e a sensação de insegurança são dois fatores que dificultam a sua recuperação (FOLHA DE SÃO PAULO, 2017).

De fato, as recentes tentativas de recuperação dos centros, não apenas em São Paulo, mas em outras cidades brasileiras – como pode ser visto em recentes estudos sobre o centro de Salvador e de Recife – estão inseridas em um contexto de intervenções internacionais, como por exemplo, as realizadas em Puerto Madero, a

“renovação” urbana realizada no centro de Bogotá⁴⁰ e a recuperação de bairros industriais de Londres⁴¹.

Por um lado, os estudos demonstram que o centro é apropriado pelo poder público, que visa uma série de proposições estratégicas para a inserção competitiva das cidades na nova ordem econômica mundial. Para Arantes (2014), essas estratégias vão além da incorporação imobiliária e estão galgadas na esfera cultural, na qual as intervenções urbanísticas e arquitetônicas – como os edifícios icônicos e equipamentos culturais sofisticados - têm papel central, pois buscam promover uma “diferenciação estética”, típicas do *marketing* urbano⁴².

Ao mesmo tempo, e de maneira contrária ao processo supracitado, há uma incorporação do centro por atores sociais, que buscam não apenas estar inseridos na cidade, mas terem direito a ela. Dada sua carga simbólica, a (re)apropriação desses locais denota sentidos de formação de identidades por grupos sociais e atores que constantemente os ressignificam, gerando embates e resistências em local historicamente formado como um centro de poder. Dado esse embate entre diferentes agentes atuantes nos centros urbanos, Frúgoli Jr (1995, p. 70) afirma que “o destino do espaço público nas áreas centrais da cidade torna-se problemático, diante das mudanças em curso, no que diz respeito às utilizações cotidianas”. Segundo Rosaneli (2017, p. 18), além do desinteresse público e privado pela recuperação desses locais há um acirramento social, “com a revelação explícita das profundas diferenças presentes em nossa sociedade”.

Nesse contexto, a questão central que permeia o presente capítulo é compreender a incorporação dos centros urbanos por estratégias de planejamento e intervenções urbanísticas em um contexto de degradação visualizado nas últimas décadas. Assim como reconhecer os atores que vêm se (re)apropriando dessa área, no intuito de compreender seus usos cotidianos e seu papel nesse contexto. Resgatando a abordagem do capítulo anterior, o a esfera pública só efetivada quando o espaço público é

⁴⁰ Carlos José Suarez. Políticas de Renovação urbana no Centro Histórico de Bogotá. R. B. Estudos Urbanos e Regionais. V. 14. N. 2 / Novembro 2012.

⁴¹ Tarcísio R. Botelho (2006) afirma que, embora as principais experiências de “revitalização” urbana venham sendo estudadas por diferentes disciplinas, são poucos os trabalhos que se dedicam a analisar as apropriações destes espaços pela população local. Ao pesquisar a Revitalização da Região Central de Fortaleza (CE), especificamente a construção do equipamento cultural “Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura”, o autor percebeu que, embora a intenção desta intervenção tenha sido motivada para a inserção da cidade na economia global e na atração de turistas, os novos usos destes espaços são ressignificados pela população.

⁴² O *City Marketing* é um mecanismo institucional de promoção e venda das cidades, vertente do planejamento estratégico, buscando tornar a cidade mais atrativa e competitiva. (SÁNCHEZ, 1994)

apropriado por todos os atores da cidade, que convivem entre si na diferença, fortalecendo aspectos políticos e sociais. E é no centro, espaço historicamente disputado, que a retomada pelas pessoas torna-se mais simbólica, ao resistir aos esforços de redução do direito à cidade, por todos.

2.1 CENTROS URBANOS: O PROCESSO DE ESVAZIAMENTO E DEGRADAÇÃO

Vinculadas ao processo de crescimento populacional e expansão do espaço urbano que, segundo Vargas e Castilho (2009), intensificam-se no contexto brasileiro após a década de 1950, as áreas centrais sofreram um processo de deterioração e esvaziamento populacional. As causas deste fenômeno, ainda que complexas, são descritas principalmente como consequência da criação de “novos centros” de moradia, investimento e consumo⁴³. Simultaneamente ao abandono da população residente, foram contribuintes para a consolidação de áreas centrais subtilizadas, a redução de investimentos públicos e privados.

Villaça (1998) corroborou para a compreensão do fenômeno de esvaziamento ao discorrer que, no Brasil, as áreas centrais refletiram com intensidade este processo após a década de 1970, momento de acentuada urbanização e descentralização urbana. O espraiamento de ocupação da cidade para as regiões periféricas vinculou-se aos interesses de expansão capitalista e do capital imobiliário, gerando novas formas de centralidade, que passaram a concorrer com o centro principal (VARGAS E CASTILHO, 2006). O centro, ainda que atrativo por concentrar usos comerciais, de serviço e trabalho, deixou de ser o local da vivência cotidiana e se transformou em local de passagem, fato que se acentuou pelo aumento do fluxo de veículos.

Ademais, segundo Frúgoli Junior (1995), o processo de esvaziamento se acelerou a partir da criação de novos espaços, conformados pelo aumento de um “discurso do medo”. Entre eles, estão os complexos empresariais, os shopping centers, os hipermercados e os condomínios fechados, que vem conformando novas formas de ocupação do espaço. Para Caldeira (2000), além de estes equipamentos reforçarem a

⁴³Citando Del Rio (2004), Gadens reforça que “o esvaziamento demográfico dos centros urbanos não é um fenômeno decorrente das características físico-ambientais dessas áreas, mas das políticas regionais vigentes e dos novos modos e paradigmas buscados pela classe média, inserida na sociedade de consumo”. (DEL RIO, 2004 apud GADENS, 2010, p.11).

construção de “cidades de muros”, são muitas vezes destinados a grupos sociais específicos, acentuando a intolerância, a violência e a discriminação.

No contexto brasileiro, as intervenções nos centros urbanos que procuraram reverter este processo são caracterizadas por três períodos principais - não determinados ou excludentes entre si - delineados por Vargas e Castilho (2009). O primeiro período foi descrito como Renovação Urbana, relativo ao intervalo entre a década de 1950 e 1960; o segundo período, de Preservação Urbana se fez presente nas duas décadas seguintes, entre 1970 e 1980; logo, o terceiro período se deu da década de 1990 até os dias atuais: a Reinvenção Urbana.

De acordo com as autoras, no período de Renovação Urbana (1950-1960) as intervenções urbanas se voltaram para a construção do novo. Neste contexto, o Movimento Moderno se destacou: os CIAM – Congresso Internacional de Arquitetura Moderna – fortaleceram a relação entre arquitetura e planejamento urbano. Em 1951, o grupo publicou “O Coração da Cidade”, um conjunto de diretrizes para a remodelação dos centros urbanos em confirmação à Carta de Atenas⁴⁴. Baseadas em críticas à desordem e à insalubridade das grandes cidades industriais e à expansão ilimitada dos subúrbios, estas diretrizes baseavam-se em critérios de funcionalidade e eficiência, preconizando a implantação de áreas (verdes) destinadas ao lazer e ao convívio social, a verticalização dos edifícios, o ordenamento do uso do solo e a circulação viária. O centro da cidade, neste viés, deveria ser o “centro cívico”, onde se concentraria os usos diversificados e os espaços públicos abertos ao convívio social.

Ainda segundo as autoras, neste período, lançou-se mão da estratégia de promover o uso exclusivo para pedestres das ruas centrais para sua recuperação, em especial, do seu comércio⁴⁵. Dessa forma, as principais críticas às intervenções realizadas na década de 1970 foram dirigidas ao movimento moderno, a monofuncionalidade dos edifícios e da cidade e a sua incapacidade de atração de usuários, prejudicando a vitalidade urbana. Ainda, acrescentou-se a elas, a falta de visão

⁴⁴ A Carta de Atenas, manifesto resultante do IV CIAM, estabelecia diretrizes para as cidades modernas, cujas funções deveriam ser definidas conforme as necessidades dos homens.

⁴⁵ No Brasil, esse movimento ganhou força a partir da década de 1970, influenciado por pesquisadores, como Jane Jacobs (2011). Naquele contexto, uma série de propostas de pedestrianização das ruas centrais, que se encontravam “degradadas” foram realizadas. Vargas e Castilho (2009) ainda discorrem que essa iniciativa foi frustrada graças à incapacidade das ruas de gerar o conforto que já propiciavam outros ambientes, como os Shoppings Centers – de estacionamento, liberdade de horário de abertura de lojas, manutenção e segurança. Este processo, que serviu para afastar ainda mais as pessoas – ganhou espaço no contexto brasileiro em meados da década de 1970.

empresarial nas propostas, o que resultou na incorporação futura de empreendimentos comerciais nas cidades: os *shopping centers*. (VARGAS; CASTILHO, 2009).

Entre 1970 e 1980 as intervenções em áreas centrais objetivaram a contraposição ao movimento moderno, através da preservação urbana das edificações históricas e sua incorporação nos projetos de reestruturação, assim como pela incorporação de funções tradicionais, de comércio e serviço. No intuito de valorizar a memória, a identidade e cidadania, o discurso de intervenção enalteceu a necessidade do centro histórico para vida urbana e orgulho cívico, sem, contudo, ter muita preocupação com o entorno edificado. A atração de usuários foi pautada em três ações principais: a intervenção física por meio de projetos arquitetônicos, o estabelecimento de políticas urbanas e a implementação de programas de gestão compartilhada. No entanto, pesquisadores criticaram a criação de “cenários”, a “espetacularização” do centro para atração de investimento e consumo. (VARGAS; CASTILHO, 2009).

É o que assinala Frúgoli Jr (2006), que compreende que até hoje as elaborações de intervenções em torno do patrimônio histórico cultural, vinculadas a discursos de memória popular e a história da cidade, na verdade articulam uma série de ressignificações politicamente interessadas, que destinam tais locais ao consumo cultural, do lazer, do turismo, do entretenimento, dos negócios, etc.

Nesta conjuntura se intensificou um debate, iniciado em contexto anglo-saxão na década de 1980 e que se expandiu nas décadas seguintes para a escala mundial: o fortalecimento do processo de gentrificação⁴⁶. Zukin (2000, p.201), socióloga indispensável nesse debate, percebeu que certos discursos que enalteceram a necessidade de diversidade, de vigilância, de revitalização dos centros históricos acabaram favorecendo a sua gentrificação. Para a autora, as novas paisagens, com seus novos locais de consumo, novos edifícios residenciais, que sugeriram a recuperação da vitalidade central, tiveram a real finalidade de atrair apenas alguns grupos sociais: aqueles com condições de comprar a nova cidade vendida⁴⁷.

É neste contexto que se deu início a terceira fase, ainda atual: a reinvenção urbana, momento em que os centros urbanos são incorporados por parte do poder

⁴⁶Conforme Pereira (2015) o termo “gentrificação” foi utilizado pela primeira vez por Ruth Glass (1964), quando narrou um processo de enobrecimento da área central de Londres, marcado pela entrada de grupos sociais de alto poder aquisitivo. O geógrafo Neil Smith assinalou que este movimento vem se expandindo para a escala global.

⁴⁷Portanto, o espaço público perde sua qualidade e acesso, quando é ameaçado por dois fenômenos opostos: a apropriação do espaço público como resultado da gentrificação e a privatização do espaço público como resultado do desenvolvimento habitacional exclusivo e fechado (DECLARAÇÃO DE BARCELONA, 2016).

público, num intuito de reativar sua “eficiência, eficácia econômicas”, uma “possibilidade de investimento” e de marketing urbano. É nesse período que planejamento urbano encontra no centro grande visibilidade e assim, muitos planos voltados espaços públicos nas áreas centrais, principalmente para suas ruas, buscam deixar estes locais atrativos para novos investimentos e novos públicos.

Nesse sentido, como discorrido por Vainer (2000), as recentes políticas públicas de ordenamento do solo pautadas no planejamento urbano assumem os ideais modernos de funcionalização da cidade, mas agregam-se a esses planos estratégicos de ordenação territorial, que derivam de conceitos e metodologias decorrentes do planejamento empresarial, apoiando-se em um marketing agressivo⁴⁸. Como afirma Pereira (2015), o papel do Estado se intensifica, principalmente como agente propositor de planos de “revitalização”, “reestruturação” ou “requalificação”, que se imbricam às tentativas de incorporação destas áreas pelo capital⁴⁹. Esta retomada - como área economicamente relevante, de formação de identidades culturais e como lugar de conflitos pela apropriação do espaço – “volta a ocupar o uma posição de destaque em agendas de política urbana, estratégias de investimento, discursos acadêmicos e mobilizações políticas” (PEREIRA, 2015, p. 18).

A estratégia de intervenções pontuais está estreitamente ligada com a “espetacularização”⁵⁰ dos centros, que teve início no período de preservação urbana. As intervenções centrais se voltam para o turismo e para aqueles que podem pagar o preço de seu valorizado metro quadrado. Na tentativa de adequar às cidades às demandas e aos fluxos de consumo urbano na contemporaneidade, os processos de gentrificação, como alertado por Leite (2002), vinculam-se aos instrumentos de ordenação e uso do solo. Ademais, as intervenções em áreas centrais nas últimas décadas tendem a associar planos estratégicos com projetos pontuais e de megaeventos - no Brasil, a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016 são os exemplos emblemáticos.

⁴⁸ Limonad (2015, p. 85) ainda destacou que “o planejamento estratégico dá ênfase às parcerias público-privadas e abre espaço e oportunidade aos processos de renovação e revitalização urbana”.

⁴⁹ Pereira (2015) ressalta um movimento de promoção de “volta aos centros” a partir da década de 1990, norteadas as políticas e estratégias de intervenção pelo Estado, visando o desenvolvimento urbano através da performance econômica das cidades.

⁵⁰ A transformação do espaço urbano em cenário fortalece a privatização dos espaços públicos, especulação imobiliária e gentrificação, conferem um sentido mercadológico, turístico e consumista à cidade. Nesse processo de globalização dos espaços urbanos, as cidades buscam se “diferenciar” pela transformação/redução das mesmas em cidade-museu, cidade-parque-temático, cidade-shopping, cidade espetáculo etc. (BRITTO; JACQUES, 2009).

Em 2001, a criação da Lei 10.257/2001, conhecida como Estatuto da Cidade, que regulamentou os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, expôs essa questão complexa dos centros urbanos. Segundo Diretriz VI do Estatuto, “a ordenação e controle do uso do solo devem ser realizados de forma a evitar a deterioração de áreas urbanizadas” (BRASIL, LEI Nº10.257). Neste contexto, foi elaborado pelo Ministério das Cidades, em 2008, um programa específico de reabilitação⁵¹ das áreas centrais, preconizando “ser um instrumento para garantir o uso e a ocupação do solo democrática e sustentável dos centros urbanos”, e “estimular a diversidade funcional, recuperar atividades econômicas e buscar a complementaridade entre os diferentes usos” (BRASIL, 2008, p. 13). O programa se constituiu enquanto “mobilizador, facilitador e fomentador das ações, considerando que a gestão e a ocupação do uso do solo, bem como a política urbanística, são de competência municipal” e criou normativas que vem estabelecendo, predominantemente, a promoção do uso residencial (BRASIL 2005, p.76):

A promoção do uso residencial das áreas centrais visa, sobretudo, possibilitar que essas áreas, assim como outros bairros da cidade, tenham um uso 24 horas. É comum existirem centros urbanos que se tornam vazios durante o período noturno e nos finais de semana. Ou seja, o uso quase que exclusivo para atividades comerciais e de serviços faz com que essas áreas só sejam usadas no horário comercial, ficando subutilizadas nos outros períodos, gerando a ideia de que o centro é um lugar vazio. O uso residencial imprime ao centro a qualidade de bairro, como no restante da cidade.

Em linhas gerais, o uso habitacional é o foco principal do Plano de Reabilitação dos Centros. De fato, o acesso à moradia é um tema que permeia complexas discussões sobre a função social de propriedade, desde a Constituição de 1988. Porém, percebe-se que os instrumentos apontados para reverter este cenário não são suficientes, é o que pode ser observado nos recentes estudos e notícias veiculadas a essa problemática⁵². O próprio Plano de Reabilitação das Áreas Centrais levanta a deficiência em relação aos instrumentos de planejamento urbano no que tange a reabilitação dos centros, quando afirma que

Apesar de os instrumentos de planejamento urbano existentes no Brasil não haverem sido pensado especificamente para um contexto de reabilitação dos

⁵¹ Reabilitar o centro, segundo o plano, significa recompor atividades, habitando novamente o espaço através de políticas públicas e de incentivos às iniciativas privadas, para o exercício das múltiplas funções urbanas, historicamente localizadas numa mesma área da cidade, reconhecida por todos como uma centralidade e uma referência do desenvolvimento humano. (BRASIL, 2008, p. 25).

⁵² Recentes estudos apontam que, no contexto brasileiro, o Estatuto da Cidade consiste em uma legislação avançada, porém podem ser verificadas inúmeras dificuldades no que tange a sua aplicação, que hoje se dá em esfera municipal. Para Arretche (2005), essa dificuldade deriva da falta de autonomia, recursos e, por vezes, da própria incapacidade administrativa dos municípios de implementação de seu planejamento urbano.

centros, é possível combinar os instrumentos tradicionais das políticas tributária e da política de preservação com os novos instrumentos definidos no Estatuto da Cidade a fim de contribuir para melhor desempenho das intervenções pretendidas. (BRASIL, 2008, p. 43).

Então, como já apontado na seção anterior, além de pensar na habitação como integrante no processo de reabilitação dos centros, outras questões relativas ao uso e ocupação do solo e ao tratamento dos espaços públicos devem ser consideradas para que haja um forte processo de uso e apropriação. Deste modo, sabendo que a diversidade funcional e social, a identidade cultural e a vitalidade econômica são alguns dos objetivos listados pelo programa, reforça-se que as ruas centrais (re)apropriadas são fundamentais para compreender e potencializar sua reabilitação. E um dos principais aspectos que esse fenômeno evidencia, são os atores sociais que dão vitalidade a ele, através de seus usos e que também exprimem os conflitos que derivam destes. Como dito no capítulo anterior, se os espaços públicos tendem a ser diminuídos, privatizados ou elitizados, é no centro urbano que a retomada da cidade é mais simbólica e o poder público – da coletividade, da visibilidade, da sociabilidade – é fortalecido.

2.2 CENTROS URBANOS E SEUS ATORES SOCIAIS

Decorre da abordagem anterior a intensificação do papel do Estado nos processos de intervenção nas áreas centrais nas últimas décadas. Porém, por vezes, a intenção de dar um sentido a um espaço por estratégias de “requalificação”, “revitalização” que buscam promover certos tipos de usos por alguns grupos sociais não penetram no tecido social. Em sentido oposto, são formadas apropriações espontâneas do espaço, gerando uma “imagem” de cidade desvinculada de interesses estratégicos, mas que evidenciam transformações por diversos grupos sociais, que buscam representação ou se apropriam desses locais para sua sobrevivência.

Aqui, novamente, se expressam conflitos, que vão além da relação entre o público e o privado, mas atingem esferas ampliadas, cujas consequências são diversas, entre elas, sobressai-se a manutenção da segregação e da desigualdade, além do fortalecimento de discursos moralistas, da violência e do medo. Tendo essa conjuntura em vista, é notório que, na tentativa de formar cidades para as pessoas, torna-se indispensável identificar os agentes e atores que se apropriam da cidade e os conflitos

derivados de seus usos, que permitem compreender por que o direito à cidade ainda não é universal, principalmente nos centros urbanos.

Para Marins (1998), a tentativa de controle sobre grupos sociais, presentes nos centros urbanos, não é atual, mas tem sua proveniência ainda no final do século XIX e início do século XX. É quando se vê, por parte da classe alta oligárquica, uma ameaça territorial de grupos distintos, que migravam para as cidades em busca de melhores condições de vida. Estes grupos - nos quais se destacam ex-escravos e seus filhos - sobreviviam em condições precárias e como podiam, sem condições básicas de saúde. Naquele contexto, segundo o autor, foram médicos-higienistas que justificaram a necessidade de uma nova “ordem social” do espaço urbano, contra o “tumulto e a desordem”, alegando que sua organização era a causa principal das epidemias. Efetivou-se uma política com legislação sanitaria, pautada no controle e normatização das classes populares. Tais “patologias” eram combatidas através da exclusão geográfica, pela eliminação dos cortiços centrais e expulsão para as periferias, que deram início às primeiras favelas (MARINS, 1998). A política higienista acabou se inscrevendo na política do Estado, em um processo evidente de disputa entre as classes e as elites, onde a última foi atendida⁵³.

Nas décadas posteriores, de acordo com o pesquisador Frúgoli Jr. (1995), o centro tradicional deixou de ser lugar da elite, que migrou para novos centros para moradia e consumo. Grupos sociais de maior poder aquisitivo foram gradativamente abandonando estes espaços para realizar suas relações em locais de caráter mais privatizado e individualizado, reforçando “a representação de que as ruas são espaços de total degradação, de crime, de horror, de mazelas sociais, de grupos sociais marginais”. Ainda atual, esta imagem estereotipada foi alimentada por um discurso do medo, ampliado constantemente pelos meios de comunicação.

Esse discurso, coaduna com diferentes formas de segregação e intolerância. Caldeira (2000, p. 9) afirmou que “em cidades diversas (...) diferentes grupos sociais, especialmente das classes mais altas, têm usado o medo da violência para justificar tanto novas tecnologias de exclusão social quanto sua retirada dos bairros tradicionais dessas cidades”. Ou seja, a constante vigilância, por câmeras e policiamento, está legitimada por um discurso de medo, que vem justificando o levantamento de barreiras simbólicas

⁵³Por exemplo, com Pereira Passos (1902/1906), o “Hausmann tropical” (BENCHIMOL, 1990) e sua política de renovação embelezamento das cidades, deu-se início a um “urbanismo de capitalidade”, onde as normas e leis votavam-se não à resolução dos reais problemas urbanos, mas para servir a uma classe dominante insatisfeita, padrão que permanecerá nas próximas décadas (PECHMANN, 1996).

e físicas, que de acordo com a autora “estabelecem diferenças, impõem divisões e distâncias, constroem separações, multiplicam regras de evitação e exclusão e restringem os movimentos”.

Para Frúgoli Jr (1995), o abandono dessas classes não significou o direito por outras, menos favorecidas. Afinal, os centros ainda são os locais com maior custo de terra e que sofrem intensamente com interesses imobiliários. Todavia, o espaço público central torna-se palco para o uso de diversos atores, os quais, segundo o autor, são “maioria oriunda das camadas populares, muitos dos quais ocupam o espaço através de organizações informais, enraizadas em tradições de longa data, criando modos específicos de resposta, mesmo quando a intenção seja apenas continuar utilizando o espaço para garantir a sobrevivência ⁵⁴”. Assim, o pesquisador destacou que (re)apropriações articuladas por grupos sociais imersos na trama urbana tem constituído uma questão vital para muitas investigações, tendo em vista a magnitude da presença das classes populares nas áreas mais densas das cidades brasileiras ou latino-americanas.

Afinal, a região central da cidade contemporânea, em especial o centro tradicional, não compreende apenas os fluxos de comércio ou contém apenas apelo histórico, mas possui referência simbólica, o que faz com que os diversos grupos sociais busquem nele sua representação. Segundo Frúgoli Jr. (1995) tal diversidade é, muitas vezes, conflitiva e intolerante, e vista de forma absolutamente negativa, principalmente pelas classes sociais de maior poder aquisitivo, que há muito abandonaram o espaço urbano central e deteriorado da cidade. Contudo, na medida em que o centro representa um centro de poder, ele é palco para uma série de disputas, que se evidenciam em um contexto onde a imagem da cidade é vendida por novas intervenções urbanas, para novos públicos. E nesse marketing urbano, que promove um espaço público “revitalizado”, nem todos atores sociais estão incluídos e sofrem constantes repressões e vigilâncias, justificadas pelo discurso do medo. Portanto, os

conflitos em torno dos usos dos espaços públicos (...) se acentuam à medida que tais fenômenos recentes de intervenção tentam delimitar linhas de pertencimento em termos de legitimidade em relação a quem fica “dentro” e “fora” dessas “novas concepções” de espaço público. Embora elaboradas em novos termos, muitas dessas práticas reeditam antigas versões higienistas do espaço urbano, nas quais as tentativas de expulsão de consideráveis setores das classes populares eram recorrentes. (FRÚGOLI JR, 1995, p.14)

⁵⁴Migrantes, desempregados, moradores de rua, população de rua são atores sociais das ruas identificados pelo autor.

[...] essa representação intolerante implica uma visão sobre a rua como invariavelmente local do perigo à espreita, do crime e do tráfico de drogas, devendo ser evitada a todo custo, articulando-se como uma das soluções mais solicitadas a presença de um policiamento ostensivo, visando controlar tais manifestações. (FRÚGOLI JR, 1995, p. 34)

Ao mesmo tempo, juntamente com os atores supracitados, descortina-se uma nova forma de (re)apropriação da cidade, onde se destaca um nicho específico de atores sociais: a juventude. Normalmente nomeados como “tribos urbanas”⁵⁵ e posteriormente como “culturas juvenis”, Magnani (2005) utilizou uma nova denominação ao referenciar esses grupos: “circuito de jovens”. É um tipo de apropriação que denota um sentido de experiência de cidade e geralmente vincula-se ao lazer, indo além do tradicional consumo, demonstrando a identificação simbólica é também de estilos de vida típicos de uma faixa etária.

Em meio a uma cidadania frágil e a discriminações ora disfarçadas, ora declaradas, esses jovens movem-se pela cidade, procurando obter espaços e acessos simbólicos à juventude, marcada hoje de forma potencial, ainda que não exclusivamente, por combinações particulares de gestos de consumo e por relações onde o universo da indústria cultural fornece as principais referências. (FRÚGOLI JR., 1995, p.69)

São os vários atores que se (re)apropriam dos espaços públicos centrais e, nessa diferença, para Frúgoli Jr., evidenciam uma forte característica dos centros urbanos: a coexistência de uma “multiplicidade de códigos e significados, acarretando muitas vezes em relações conflitivas entre os grupos sociais, uma vez que se cruzam visões e práticas diferenciadas”, decorrente de uma verdadeira fusão de padrões culturais distintos. Porém, o autor faz uma distinção entre aqueles que lutam pela sobrevivência na rua e através de suas práticas constituem uma “cultura de rua”. Essa se difere de uma “cultura pública”, a qual se aproxima de uma esfera pública.

Moura e Scocuglia (2016) relatam que os usos e apropriações por trabalhadores de rua no centro da cidade são táticas de permanência de produção e reprodução dos espaços públicos e são opostas às ações recentes dos poderes públicos de retirada de ambulantes, que resultam na “limpeza urbana” e seguem ideais de higienização e de compreensão da rua enquanto espaço unicamente de circulação. Apesar de longa, a citação a seguir explicita questões importantes sobre esses atores no meio urbano.

⁵⁵Magnani (2005) expressou o cuidado que deve se ter ao utilizar este termo, pois para ele, ao utilizá-lo “pensa-se logo em pequenos grupos bem delimitados, com regras e costumes particulares, em contraste com o caráter massificado que comumente se atribui ao estilo de vida das grandes cidades. Não se pode descartar, ademais, a carga de preconceito em leituras que veem disputas de gangues como ‘conflitos tribais’”. Portanto, há um certo tom pejorativo e de preconceito na denominação.

Os trabalhadores de rua – homem ordinário – são compreendidos aqui como sujeitos que podem ter vozes dissonantes e, por isso, estigmatizadas, embora sejam fundamentais na orientação de projetos e diretrizes urbanísticas, dado possuírem uma tradição na história dos espaços públicos no Brasil. Por vezes, ambulantes e camelôs são alvos de processos de higienização nos projetos de requalificação urbana contemporâneos, que não levam em consideração a informalidade como prática de reprodução de parte dos trabalhadores das cidades, em especial nos países latino-americanos. Do ponto de vista dominante da produção do espaço, o comércio informal tende a ser encarado como um problema a ser “eliminado”, “controlado” e/ou “encoberto”, conclusão fundada na justificativa de que eles comercializam produtos ilegais e atrapalham a circulação nas ruas (causam desordem). Enquanto a primeira opção remete, geralmente, à tentativa de expulsar ambulantes e camelôs das ruas, as outras comumente reportam à necessidade de inseri-los em lugares fechados e planejados. Sem dúvida, todas essas opções envolvem conflitos entre o poder público e os camelôs/ambulantes. Já da perspectiva do trabalhador de rua, o comércio ambulante é uma parte significativa da economia urbana informal (...). (MOURA; SCOCUGLIA, 2016, p. 310).

Dessa forma, os usos diversificados, ao contrariarem normativas ou não serem compatíveis com interesses particulares, são constantemente combatidos e, com frequência, de forma violenta. Para Caldeira (2000) a violência é uma violação dos direitos individuais ou civis, típica de uma democracia fragilizada, e sua prática afeta a cidadania⁵⁶. Portanto, os atores sociais, ao conviverem na diferença, evidenciam diálogos e os confrontos, o que permite que “os mecanismos para que os conflitos evoluam e sejam resolvidos, entre os usuários, particularmente nas complexas cidades multiculturais, para que o espaço público possa trazer seu valor agregado a diferentes grupos e necessidades” (DECLARAÇÃO DE BARCELONA, 2016, p. 3).

Ainda segundo o mesmo documento, os espaços públicos têm papel fundamental em um fenômeno recente, que assinala novos atores sociais nas cidades brasileiras: a migração. Nesse sentido, o documento reitera que espaço público “pode criar o meio ambiente para dissipar os mitos e os estereótipos destrutivos associados à migração, promovendo o debate público sobre as contribuições variadas e abruptamente positivas dos migrantes para as comunidades locais”. Importante destacar outros grupos que constantemente sofrem assédio, ameaças e violência nas cidades: mulheres, crianças, LGTBs e jovens. Esses problemas precisam ser abordados em suas raízes, e neste sentido, o convívio e o diálogo, promovido pela sociabilidade entre diferentes abrem portas para construção de relações de proximidade e relações sociais positivas, que

⁵⁶Para Silva e Silva (2009, p. 412) a violência “denota, além da agressão física, diversos tipos de imposição sobre a vida civil, como a repressão política, familiar ou de gênero, ou a censura da fala e do pensamento de determinados indivíduos (...). Dessa forma, podemos definir violência como qualquer relação de força que um indivíduo impõe ao outro”.

contribuem fortemente para o aprimoramento da segurança dos cidadãos. (DECLARAÇÃO DE BARCELONA, 2016, p. 4).

Segundo Montaner e Dias (2017), a relação entre a cidade e a criança é um debate contemporâneo, que tem sua origem na década de 1970. Para os autores, os espaços públicos pensados a partir das ideias e desejos das próprias crianças podem resultar em lugares de experiência sociológica para este público, estimulando a autonomia e contrariando as tentativas de colonialismo, infantilização, imposição de questões de gênero. Ainda na década de 1960, Jacobs alertou para a importância que as ruas têm para as crianças. Em relação ao seu projeto, pensar na rua para este público implica em pensar na sua dimensão, seu mobiliário, seus moradores. Significa pensar num espaço não apenas para eles, mas um espaço plural. Dias e Ferreira (2015) complementam essa percepção quando afirmam que quando o meio urbano não é pensado para esse público, pois

as crianças têm sua liberdade de movimento reduzida, além de serem tolhidas da possibilidade de desenvolver formas particulares de perceber a cidade. Essa privatização da infância reforça o efeito de ocultamento de sua condição social, contribuindo ainda mais para sua marginalização. Em prol de uma suposta segurança, tornam-se “refêns”, confinadas em espaços especialmente reservados a elas: “infantis”, fechados, artificiais, homogêneos, supervisionados e controlados por adultos (AITKEN, 2014; OLIVEIRA, 2004), os quais acabam por cercear a criatividade e a própria infância. Outra consequência do paradigma do medo à cidade é a acentuação da infantilização: as crianças tornam-se mais dependentes dos adultos e desinteressadas em descobrir, por si mesmas, o que o mundo lhes oferece para ser explorado, percebido, sentido e vivenciado. (...). Em definitiva, criam-se cidadãos incapazes de interferir na organização de uma sociedade mais consciente, democrática e harmônica. (DIAS, FERREIRA, 2015, p. 123)

Assim, quando Gomes (2006) diz que, fisicamente, o espaço público é qualquer tipo de espaço - o lugar, praça, rua, shopping, praia - onde não haja obstáculos à possibilidade de acesso e participação de qualquer tipo de pessoa, é perceptível que quando há restrições de uso, há uma moralização e privação do espaço público. Para o autor, o acesso é condição básica para a efetivação do domínio público, e para isto, depende-se da co-presença e da co-habitação social. A civilidade é substancial nesse contexto, ao possibilitar “um universo de trocas e de encontros que reafirmam o estatuto de uma sociedade civil fundada em relações do tipo contratual” (GOMES, 2006, p. 163). É por intermédio da civilidade e não da violência, que surge a possibilidade de diálogo e que se opera a transformação desse lugar de contato e de mistura em espaço público, terreno fundamental da vida social democrática.

No caso do espaço público a sociabilidade se transforma em civilidade, em comportamento que extrapola a simples maneira convencional que uma sociedade atribui ao homem educado de se apresentar e se conduzir, “a etiqueta”. Ela ganha uma dimensão nova nesse espaço, que é um universo de trocas e de encontros que reafirmam o estatuto de uma sociedade civil fundada em relações do tipo contratual. (GOMES, 2006, p.163)

Caldeira (2012, p. 66) identificou outros atores sociais quando discorreu sobre como os espaços públicos vêm sendo transformados em São Paulo, pelo grafite, pichações, skate e parkour. Para a autora, estas intervenções possibilitam novas visualidades grupos sociais marginalizados e vem desafiando noções pré-estabelecidas sobre a função do espaço público, revelando contradições e denunciando as injustiças que sofre a sociedade. No entanto, ao contrário dos movimentos que se visualizavam na década de 1980, “esses novos atores afastaram-se das linguagens políticas e das formas de manifestação já estabelecidas e, em vez disso, privilegiaram a produção de signos, os eventos artísticos e culturais, assim como as práticas de mobilidade”. Ou seja, há uma aproximação entre a prática e os estilos de vida, o que para Harvey, está vinculado ao direito à cidade.

A partir das considerações expostas neste capítulo, a pesquisa adentra sobre algumas ruas centrais de Curitiba, que em sua (re)apropriação noturna evidenciam uma série de atores sociais, de usos voltados ao lazer e que se apresentam enquanto espaços de convívio e de sociabilidade. Além disso, esse domínio vem sendo palco de uma série de conflitos e intervenções de vigilância por parte do poder público, o que o assevera como uma profícua fonte de pesquisa para os estudos urbanos contemporâneos.

3 (RE)APROPRIAÇÃO DAS RUAS CENTRAIS DE CURITIBA

Nos últimos anos presencia-se um fenômeno de (re)apropriação das ruas centrais de Curitiba, voltado ao lazer. Esse capítulo pretende contextualizar o fenômeno e propor uma metodologia para alcançar o objetivo geral. Em um primeiro momento, faz-se uma caracterização da pesquisa. Posteriormente, parte-se para um breve panorama histórico do centro urbano do município nas últimas décadas, destacando os recentes processos de intervenção sobre as áreas centrais históricas e, em seguida apresenta-se a área de pesquisa. Delineiam-se, posteriormente, as linhas metodológicas, que estão centradas em dois métodos principais: a observação pessoa/ambiente e a análise de conteúdo.

3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

Como assinalou Pereira (2015), os centros urbanos vêm sendo foco de estudos de várias áreas, como a geografia e a sociologia. No entanto, as (re)apropriações das ruas centrais se apresentam como um tema pouco explorado no âmbito do planejamento urbano. Em uma conjuntura de publicações já existentes que abordam o tema proposto foi realizada a pesquisa do estado da arte, a partir de uma análise bibliométrica⁵⁷, que possibilitou fundamentar o escopo teórico deste trabalho.

A pesquisa foi realizada em três etapas: (i) seleção de artigos por palavras-chave em bancos de dados; (ii) Filtragem de artigos conforme redundância e alinhamento com o tema de pesquisa; (iii) Filtragem a partir da leitura integral do artigo. Adotou-se a delimitação temporal de cinco anos, no intuito de identificar as publicações mais recentes no meio científico. Ademais, a busca foi realizada em dois momentos, em julho de 2017 e janeiro de 2018.

Primeiramente, foram resgatadas publicações de periódicos dos últimos cinco anos (2012-2017), utilizando a Plataforma CAPES. As três bases de dados – Web of Science, Scopus e Scielo Brasil - e as combinações efetuadas com os temas-chave da pesquisa são apresentados na tabela abaixo, juntamente com um quantitativo dos resultados obtidos:

⁵⁷ “Técnica para mapeamento dos principais autores, periódicos e palavras-chave sobre determinado tema, podendo desses extrair-se o curso da comunicação escrita de uma dada disciplina” (PERON, 2016)

TABELA 1 - PESQUISA BIBLIOMÉTRICA: ARTIGOS RELACIONADOS AO TEMA

Termos	Web ofScience	Scopus	Scielo Brasil
“Public Space” “Urban Planning”	96	402	0
“Street” “Appropriation”	63	64	3
“Street” “(Re)appropriation”	1	2	0
“Public Space” “(Re)appropriation”	3	11	0
“(Re)appropriation” “urban center”	0	0	0
“Appropriation” “urban center”	41	8	0
“Street” “Recreation”	1	0	8
“Urban center” “Curitiba”	0	5	0

FONTE: AUTORA

A partir da tabela é possível identificar que há uma extensa gama bibliográfica acerca da combinação de termos “*public space*”/“*urban planning*” e “*Street*”/“*Appropriation*”. Foram analisados os resumos dos 50 artigos mais relevantes angariados e exportadas as cinco publicações com maior similaridade a presente pesquisa. Já com relação a combinação de termos *street/(re)appropriation* e *Public, Space/ (re)appropriation* não foram encontrados resultados significativos quantitativamente. O termo *(re)appropriation/urban center* não contabilizou nenhum resultado.

Logo, para maior precisão de seleção, buscaram-se especificamente periódicos Qualis A1, na área de avaliação “Planejamento Urbano e Regional/ Demografia”. Os periódicos selecionados foram: “*Cities*”, “*Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*”, “*Eure*” e “*Planning Theory*”. Foram destacados, por meio da leitura de títulos e resumos, todos os artigos de interesse, abrangendo o período de 2012 a 2017.

A partir dos artigos científicos selecionados foi possível perceber que abordagens referentes ao espaço público e as ruas são recorrentes, e se voltam principalmente aos movimentos sociais urbanos, às práticas insurgentes, aos atores sociais, às intervenções artísticas, a apropriação por práticas culturais (como o Carnaval) e às práticas de mobilidade. Ademais, são inexistentes artigos que abordam a relação entre a (re)apropriação da rua por práticas de lazer noturno e o planejamento urbano, fenômeno que vem sendo uma prática cultural recorrente nas cidades contemporâneas. Portanto, esse vazão reitera a relevância da atual pesquisa.

Como complemento à pesquisa bibliométrica de periódicos, foram angariadas dissertações e teses, por meio das plataformas de busca de quatro universidades⁵⁸ brasileiras. É imprescindível para a presente pesquisa destacar a dissertação de Felipe Melo Pissardo (2013), que realizou um estudo, abrangendo os anos 1891-2012, sobre as transformações e usos urbanos em uma rua central de São Paulo: a Rua Augusta. A partir de um viés histórico, o autor observou que a apropriação da rua, proveniente dos diversos usos sociais e culturais, foi permeada por interesses econômicos e construção de identidades e se deu de maneira diversa com o passar do tempo, conformando espaços simbólicos. Em uma seção de seu trabalho, destacou a recente apropriação da rua por atividades de lazer noturno, por grupos jovens, o que demonstra que este fenômeno não é particular, mas evidencia um novo tipo de retomada da cidade pelos jovens, a partir do lazer.

Já a tese de Ferreira (2002) se aproximou da presente investigação quanto tomou a rua como referência nos estudos dos usos dos espaços públicos de áreas centrais brasileiras. Segundo o autor, não há preocupação em criarem-se políticas públicas voltadas à readequação destas áreas, que vêm sofrendo depreciação e perda de sua função pública. Dessa forma, o pesquisador apontou que a rua deveria ser rediscutida de maneira a abarcar as realidades histórico-sociais e culturais, visando à criação de espaços de sociabilidade, onde os cidadãos poderiam se identificar por meio de símbolos, representações e mediações. Este espaço público da sociabilidade, indicado por Ferreira, manifesta-se nas ruas que são objeto desta pesquisa.

No âmbito de Curitiba vale destacar as pesquisas de Gadens (2010), Rosaneli (2013, 2016), Crestani (2015), Santana (2015) e Cravero (2017). Em sua dissertação, Letícia Gadens (2010) investigou o fenômeno de degradação dos centros urbanos, tomando como estudo de caso o bairro Centro de Curitiba. A partir da análise das dinâmicas urbanas, a pesquisadora identificou que o bairro possui grande fluxo de pessoas, ainda que em caráter transitório. No entanto, ainda podem ser observados sinais de deterioração física - como edifícios abandonados e subutilizados, que comprometem a paisagem - além da permanência do esvaziamento demográfico da área, embora esses aspectos tenham sofrido retração ao longo do período de análise, o que

⁵⁸ Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Federal do Paraná (UFPR), Universidade de São Paulo (USP), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal da Bahia (UFBA). Foram selecionados os 10 trabalhos mais relevantes para este estudo.

indica mudanças nos usos destas ruas e a necessidade de estudos sobre sua relação com a vida pública, proposta da presente dissertação.

Já Crestani (2015) investigou o processo de revitalização de uma tradicional rua central de Curitiba, a Rua Riachuelo, que se deu no ano de 2012. Para o autor, as mudanças promovidas pelo poder público de infraestrutura e tratamento da paisagem desta rua histórica e central favoreceram um processo de gentrificação e enobrecimento da região, que buscou decalcar a diferenciação social. Este estudo demonstrou os interesses que permeiam as intervenções em áreas centrais: como certos usos se mostram mais interessantes do que outros para a criação de uma “imagem da cidade”, que a torna mais competitiva. Ademais, o autor abriu um questionamento importante: estes interesses se chocam diretamente com os usos derivados de apropriações espontâneas por indivíduos e grupos que, muitas vezes, não são desejáveis para uma parcela da população, originando diversos conflitos sociais.

As ruas dos municípios da Região Metropolitana de Curitiba foram foco de pesquisa de Rosaneli (2016) que, ao analisar a paisagem de suas principais avenidas, expôs a situação do espaço público e sua interferência no desenvolvimento da esfera pública. Para o autor, ainda há muito a ser feito para que este espaço, lugar de exercício da vida pública, atinja um nível de excelência para todos os seus usuários. Outro estudo desenvolvido por Rosaneli et al. (2015) teve como objeto a Praça Tiradentes, espaço público central da cidade de Curitiba e adjacente às ruas (re)apropriadas, estudadas neste trabalho. Com o objetivo de compreender os usos e apropriações para o desenvolvimento da vida pública, os autores concluíram que essa praça histórica central se conforma enquanto lugar de encontro e de manifestações, que fortalecem a experiência do espaço vivido.

Já Santana (2015), investigou as práticas de lazer no processo de construção da Praça de Bolso do Ciclista, localizada na Rua São Francisco. Essa praça, que teve papel central na (re)apropriação da rua. A mesma região foi foco de pesquisa de Cravero (2017), que investigou as fronteiras urbanas a partir de princípios morais e de classe, e éticos-rationais, em processo de “revitalização”. Para a autora, essas fronteiras simbólicas têm o urbanismo como dispositivo de “segurança” e vigilância, que dão lugar às formas de segregação na cidade. As pesquisas das autoras, evidenciam os agentes e atores que vêm se (re)apropriando dos espaços centrais, que são centro dos principais conflitos expostos pela mídia.

A partir dos trabalhos expostos, é notório que não apenas as ruas centrais, mas especialmente as ruas de Curitiba, mostram-se uma fonte atual e relevante nas pesquisas sobre o urbano.

3.2 CURITIBA: BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO

A cidade de Curitiba, com uma população aproximada de 1,90 milhões de habitantes (Censo de 2017) é o município sede de uma região metropolitana. Torna-se objeto instigante de pesquisa ao se apresentar mundialmente como um exemplo de sucesso de planejamento e gestão urbana (CURITIBA, 2014)⁵⁹ e assim ser reconhecida também (ONU, 2011). Elencada como cidade “modelo”, ao lado de outras cidades internacionais - dentre elas Barcelona - Curitiba recebeu o título, na década de 1970, de “laboratório de experiências urbanísticas” e nos anos 1990 de “Capital Ecológica”. Conforme Oliveira (2000), a capital foi reconhecida, por muitos, como um sucesso de gestão. Porém, tal representação demonstra-se paradoxal na cidade contemporânea, pois disfarça índices de desigualdade e problemáticas urbanas que se assemelham a outras metrópoles brasileiras. Conforme expuseram Rosaneli et al. (2006, p. 3), a partir de dados do IPEA e UN-HABITAT (2010)⁶⁰ “Curitiba foi classificada entre as 20 cidades mais desiguais do mundo”.

A evolução do centro de Curitiba foi estudada recentemente por Ângela Pilotto (2010). A autora fundamentou-se na pesquisa de Lineu Bley (1982), o qual constatou que a evolução do centro da capital foi caracterizada por três períodos. O primeiro período abrangeu o início do povoamento até o começo do século XX. Já o segundo, compreendeu o intervalo entre as décadas de 1910 e 1960, quando houve a estruturação do centro, dando espaço às atividades de comércio e serviços e ao início ao processo de verticalização. Por fim, o terceiro período se deu a partir da década de 1960 até o ano de 1982, ano de conclusão da pesquisa do autor. No entanto, como inferiu Pilotto (2010), este período ainda é atual e é nele que se verificou o início da perda da população para outras regiões da cidade.

É durante a primeira fase destacada por Bley que Garcez (2006) identificou as primeiras diretrizes urbanísticas de Curitiba. Lançadas na cidade colonial pelo Ouvidor

⁵⁹ Disponível em <<http://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/curitiba-e-citada-como-exemplo-em-gestao-integrada/33714>> Acesso em: fev. 2018.

⁶⁰ UN-HABITAT; IPEA. State of the World's Cities 2010/11: Cities for All: Bridging the Urban Divide. New York: Earthscan, 2010.

Pardinho, estas diretrizes deveriam reger o crescimento da cidade, através de normas e posturas, dentre as quais: o alinhamento dos lotes e ruas, salubridade e abastecimento da população. O Código de Posturas estabelecido em 1829 pouco apresentou mudanças. Os vereadores do início do Império ainda delimitaram o arruamento retilíneo em grade ortogonal, o adensamento das edificações e a volumetria única das quadras. Em 1831, somou-se a esta a normatização construtiva, com especificações para as edificações.

Ainda segundo o mesmo autor, o discurso sobre a necessidade de modernizar a cidade ganhou cor no processo de transformação de Curitiba em capital do Estado, o que resultou no primeiro plano urbanístico do município, em 1855. Na ocasião, estavam estabelecidas 10 ruas, hoje pertencentes ao bairro “Centro”. Em 1905, entrando na segunda fase de transformação da área central, um novo Código de Posturas foi criado, com novos mecanismos de “renovação do centro urbano” que preservaria “o valor da zona central da cidade”. Um zoneamento estabeleceu o centro como área urbana, e reviu normas construtivas e de uso, abrigando neste “lojas, bancos, escritórios, consultórios, ateliês, estúdios” e prestações de serviço. (GARCEZ, 2006, p. 63).

O crescimento da cidade e a tendência nacional de ordenação do espaço como forma de modernizar e gerar o crescimento econômico, fez com que o planejamento urbano se institucionalize na capital com o Plano Agache (1943), cujo objetivo era estabelecer diretrizes e normas para ordenar o crescimento da cidade, baseando-se, principalmente, no trânsito e zoneamento das funções urbanas. Com morfologia radial, o Plano das Avenidas dava às ruas funções de ordenação entre os novos centros criados e, no seu miolo, consolidava-se o centro histórico.

Conforme apontou Dudeque (2010), o Plano Agache tratou o centro como um problema para a circulação de veículos, que não poderia se adaptar ao grande aumento do fluxo naquele período. Segundo o autor, com suas ruas consolidadas e não pensadas para os carros, os habitantes não conseguiam chegar com seus veículos no centro histórico, precisando, assim, caminhar. Nesse contexto, o centro era visto de maneira negativa frente à “modernidade”, pois seus fluxos não pensados para os veículos estariam prejudicando o acesso a outras áreas da cidade.

O primeiro Plano Diretor de Curitiba, outorgado no ano de 1966, redirecionou o foco de investimentos do centro para outras regiões do município. Ancorado no tripé transporte, sistema viário e uso do solo, o zoneamento foi integrado ao sistema de transporte trinarário estrutural, que alicerçou o crescimento e ordenação da cidade a partir da rua, que tomou função principal de circulação. Neste contexto, seguindo uma

tendência nacional, o espraiamento da cidade vinculou-se a criação de “novos centros”, que se voltaram para as classes de alta renda e às novas sedes administrativas, que se diferenciavam do centro tradicional. Para Pilotto (2010), o Bairro Batel e o Bairro Alto da Glória – localizados a oeste e nordeste do centro, respectivamente – já vinham atraindo a população de alta renda a partir da década de 1950. Movimento que se intensificou para a região sudoeste na década seguinte.

Seguindo um discurso internacional sobre necessidade de pensar o espaço urbano por um viés mais humanizado, a partir da década de 1960 começaram a ser estruturadas propostas de pedestrianização das áreas centrais. A Rua XV, principal artéria comercial da cidade, foi transformada em calçadão. Jaime Lerner, prefeito na ocasião, enfatizou a importância da escala humana e das ruas - não importantes para o sistema viário – para o uso recreativo e como ponto de encontro (ABRAHÃO, 2008). A partir de planos urbanos voltados a mobilidade, da criação de áreas verdes – praças e parques – Curitiba apresentou-se como um modelo de planejamento urbano humanista e sustentável. Segundo Rosaneli (2017) as iniciativas legais para a preservação do patrimônio histórico foram realizadas a partir de 1970, com a delimitação do Setor Histórico de Curitiba. Tal iniciativa coadunou em um importante conjunto arquitetônico e paisagístico (ROSANELI, 2017).

Para Pilotto (2010) e Gadens (2010), o abandono do centro pela população se deu a partir da década de 1980, quando ao contrário dos índices de crescimento do município, que expressaram um aumento na população, o bairro Centro apresentou queda. Enquanto na década de 1980 o bairro apresentava uma população de 42.371 habitantes, em 2000 este valor passou para 32.623 habitantes (GADENS, 2010; PILOTTO, 2010).

Segundo Crestani (2015), durante a década de 1990, Curitiba se voltou a um discurso de valorização da cidade pela imagem, típica do *city marketing*, e teve projetos nacionalmente divulgados, como a Ópera de Arame, o Jardim Botânico e a Rua 24 horas. Paralelamente, outras intervenções urbanas voltadas ao transporte e aos programas ambientais ganharam destaque e demonstraram que os esforços da gestão urbana se voltavam para a criação da imagem da “capital ideal”. Enquanto isso, deu-se continuidade o crescente abandono da região central, que perdeu espaço nas pautas de reformas urbanas.⁶¹

⁶¹ Em seus trabalhos, Oliveira (2000) e Sanchez (2001) destacam a criação da imagem da “cidade-modelo” através de estratégias de políticas territoriais e do *marketing* urbano, consubstanciadas em um

É a partir de 2000 que começaram a surgir novos debates sobre a necessidade de “revitalização” do Centro de Curitiba através de organizações, como o “Centro Vivo”, da Associação Comercial do Paraná e da Prefeitura municipal, com o programa “Marco Zero”⁶² (CURITIBA. LEI Nº 11.652 DE DEZEMBRO DE 2005). Com o principal objetivo de revitalizar a área central, alguns dos resultados esperados do Programa “Marco Zero” eram: o diagnóstico das vias, calçadas e demais praças da área central, elencadas e revitalizadas e com manutenção intensiva e periódicas, visando a melhoria da paisagem do ambiente urbano; aumento de novos espaços de atratividade, novos usos, empreendimentos e serviços, trazendo mais diversidade e população a área central; aumento no número de moradores na área central, com acesso facilitado à serviços e recursos de qualidade; aumento no atendimento, encaminhamento e orientação da população em situação de risco e marginalizada, contribuindo para uma área central mais segura; adequação, regulamentação do comércio ambulante em geral, visando a melhoria do ambiente urbano.

Em 2009, foi anunciada a proposta de revitalização da Rua São Francisco e da Rua Riachuelo, que em suas diretrizes procuravam:

(...) fazer do Centro da cidade um local onde as pessoas queiram morar, se encontrar, fazer suas compras e seu lazer, possibilitando um considerável crescimento na circulação de consumidores de bens e serviços e um consequente aumento no fluxo de capital, gerando novos empregos e riqueza para a nossa cidade. (CENTRO VIVO, 2003, p. 1).

A fama de Rua “escura”, dos “usuários de drogas” alimentou a proposta de intervenção. Apenas em 2012 as obras iniciaram, e segundo o arquiteto e urbanista responsável pelo projeto de revitalização da Rua São Francisco, Mauro Magnabosco, buscavam

uma forma de criar mais atrativos para o Centro [...] as calçadas foram melhoradas e os paralelepípedos foram preservados. Além disso, uma nova pintura foi feita e a iluminação foi reforçada. Dois trechos da rua contarão com tapumes conceituais, que resgatam a história do local e têm o propósito de oferecer mais segurança, já que um deles isolará um terreno baldio. As calçadas ganharam mais dois metros de largura – parte do passeio, feito de grandes blocos de basalto negro, foi preservado. (RIBEIRO; TRISOTTO, 2012).

conjunto de interesses de agentes das elites locais. Na Revisão do Plano Diretor (2015), da política de desenvolvimento urbano, Artigo 13, a venda de imagem é integrada à Lei, quando pela Diretriz XIV, busca: “promover a utilização dos conceitos de cidade inteligente no planejamento urbano municipal” (Lei Municipal número 14771 de 1712/2015).

⁶² O programa propunha a revitalização da Região Central da cidade, visando adequá-la aos novos usos. A área de abrangência do projeto tem seu foco principal a partir da Praça Tiradentes, início da (CURITIBA. LEI Nº 11.652 DE DEZEMBRO DE 2005).

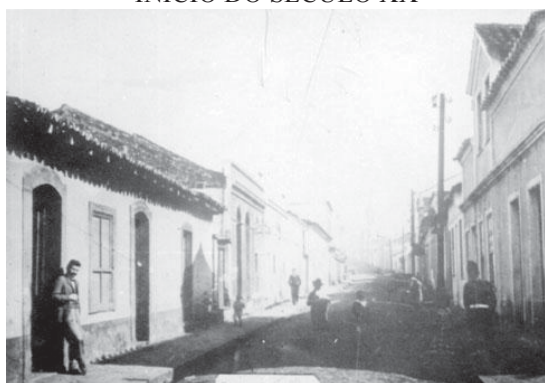
Na recente revisão do Plano Diretor, realizada no ano de 2015, são reforçadas as diretrizes para preservação e requalificação do centro tradicional. Conforme CAPÍTULO I – Artigo 17, da Diretriz IV - requalificar o centro tradicional, estimulando o uso habitacional e atividades econômicas, de animação e de lazer; V - revitalizar áreas e equipamentos urbanos como meio de desenvolvimento social e econômico da comunidade.

Observa-se, a partir dos programas propostos uma série de diretrizes para o tratamento e recuperação das áreas centrais. Porém, as ruas de Curitiba, ainda com alto grau de qualidade ambiental e paisagístico, como observou Rosaneli (2016), deve ser investigada por seus usos, enquanto espaço da vida pública.

3.3 AS RUAS (RE)APROPRIADAS NO CENTRO DE CURITIBA: O RECORTE

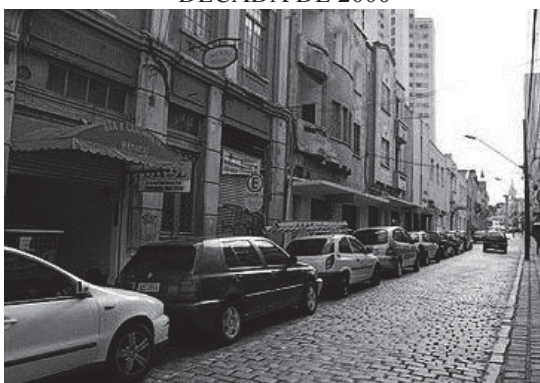
As ruas centrais de Curitiba foram sendo ocupadas e/ou apropriadas de diferentes maneiras ao longo do tempo. No final do século XIX e início do século XX, os comércios já se instalavam nesses locais. Os usos das edificações eram variados - bilhares, botequins, escritórios de advocacia, barbearias, armarinhos, armazéns, hotéis, lojas de calçados, serralheria e pensões para receber estudantes⁶³. A FIGURA 1 ilustra a movimentação de pedestres na rua, permanecendo e transitando e a ausência de veículos.

FIGURA 1- RUA SÃO FRANCISCO NO INÍCIO DO SÉCULO XX



FONTE: Fundação Cultural de Curitiba (2017).

FIGURA 2- RUA SÃO FRANCISCO NA DÉCADA DE 2000



FONTE: GEROLLA (2011).

⁶³ PREFEITURA DE CURITIBA. Rua São Francisco. Disponível em <<http://www.curitiba.pr.gov.br/conhecendocuritiba/ruasaofrancisco>> Acesso: Jan. 2018.

Contudo, simultaneamente ao processo de esvaziamento e degradação da região central histórica nas últimas décadas - em conjunto com mudanças na própria sociedade (segurança, aumento da oferta de locais privados para comércio e lazer, etc.) - elas deixaram de ser o lugar principal das experiências sociais, que dão vida ao espaço urbano. Tal fato foi acentuado ao advento da circulação de veículos que deu à rua a função principal de circulação (FIGURA 2).

Porém, nos últimos anos, contrariando esse processo e desafiando o paradigma das ruas concebidas à circulação de veículos e fluxo rápido de pedestres, tais espaços públicos vêm sendo (re)apropriados pelas pessoas⁶⁴, configurando lugares de convivência. A Rua São Francisco (FIGURA 3 e FIGURA 4), a Rua Trajano Reis (FIGURA 5), a Rua Paula Gomes Reis (FIGURA 6) e Rua Inácio Lustosa: localizadas nos dois bairros mais antigos das cidades - Centro e São Francisco – conformam espaços voltados ao lazer e, além disso, tornaram-se lugar de manifestações artísticas, culturais, de eventos que transbordam o espaço público de pessoas. Ocupadas por grupos majoritariamente jovens⁶⁵ e adultos, que permanecem nos passeios e vias, conformam o fenômeno de (re)apropriação, ao constituírem um espaço simbólico e de identidade social urbana pela dimensão da conduta (VALERA, 1997). Essa “categoria social” é percebida pela idade dos usuários, que se comportam de maneira similar e conformam processos dinâmicos de interação de conduta com seu meio físico, formando uma “mancha” social na paisagem, apesar da heterogeneidade de grupos, culturas e costumes (MAGNANI, 2005). É o que pode ser visualizada nas figuras a seguir.

FIGURA 3- RUA SÃO FRANCISCO EM 2012



FONTE: Gazeta do Povo (2012).

FIGURA 4- RUA SÃO FRANCISCO EM 2013



FONTE: A autora (2017)

⁶⁴ “O Curitibano saiu da Toca” é o título de uma reportagem do dia 20 de agosto de 2016 do Jornal Gazeta do Povo, que relata que este movimento de volta das pessoas para as ruas da cidade (GAZETA DO POVO, 20-08-2016).

⁶⁵ Designação conforme Estatuto da Criança e do Adolescente, que estabelece como público jovem a faixa etária entre 15 e 29 anos (Lei federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990).

FIGURA 5- RUA TRAJANO REIS EM 2017



FONTE: EBERSPÄCHER (2013).

FIGURA 6 - RUA PAULA GOMES EM 2017



FONTE: A autora (2017).

Cabe reiterar que as ruas sempre foram apropriadas: moradores de ruas, vendedores e os próprios habitantes da região nunca deixaram de ocupá-las e compreendê-las como um lugar de valor para si. Ademais, estes grupos vêm sofrendo de maneira diferenciada as mudanças recentes nos usos destes espaços, que carregam consigo conflitos e interesses que muitas vezes desconsideram as minorias. No entanto, para fins desta pesquisa, o fenômeno de (re)apropriação é compreendido a partir da visualização de uma intensa ocupação que se dá, principalmente, no período noturno e com o propósito claro de lazer.

Em Curitiba, esta mancha não é a única, está dentro de um “circuito jovem”. Por exemplo, no Bairro Batel contém uma série de estabelecimentos voltados ao lazer, que configuram manchas de (re)apropriação das ruas. No entanto, há uma diferença básica, percebida tanto pelos atores sociais quanto pelo tratamento dado às ruas. Enquanto o Bairro Batel se constitui como o “novo centro” de comércio e habitação, voltado às classes altas - seguindo a lógica proposta pelos estabelecimentos e entorno - a Rua São Francisco e a Rua Trajano Reis apresentam públicos variados em um centro tradicional histórico, que sofreu um intenso processo de esvaziamento e degradação.

Portanto, o que diferencia as ruas focos deste estudo das demais em que se visualiza o mesmo fenômeno, é a constituição de uma “cena”, que é particularidade de uma mancha, pois denota principalmente atitudes e opções estéticas e ideológicas, articuladas nos “circuitos”. Segundo Magnani (2005), “a cena é constituída pelo conjunto de comportamentos (pautas de consumo, gostos) e pelo universo de significados (valores, regras) exibidos e cultivados por aqueles que conhecem e frequentam os lugares “certos” de determinado “circuito”. Esta tem como referente “os atores sociais, suportes dos sinais de pertencimentos e escolhas no próprio corpo, na

roupa, no discurso; [...] se manifesta nas atitudes”. Desta forma, é possível afirmar, indo ao encontro do conceito de identidade urbana, que a “cena” reflete a identificação simbólica pela conduta e torna-se ponto de referência para as pessoas que compartilham de certas ideias e valores⁶⁶.

Assim, a (re)apropriação observada em demais bairros centrais não faz parte da mesma cena ou compartilha da mesma identidade associada ao público que se (re)apropria. Mas importante assinalar que, apesar da mancha apresentar certa homogeneidade pela identificação, ela é heterogênea, na medida em que grupos formam o seu próprio “pedaço” (MAGNANI, 2002).

Assim, baseando-se em Magnani (2002, p. 22), o estudo da (re)apropriação exigiu um olhar de pesquisa a partir dos arranjos dos próprios atores sociais, “das formas por meio das quais eles vêm transitando pela cidade, usufruindo de seus serviços, utilizando seus equipamentos e estabelecendo encontros e trocas nas mais diferentes esferas”. Com efeito, estes atores puderam ser compreendidos em seus “múltiplos, diferentes e criativos arranjos coletivos”, pois seu comportamento, na paisagem da cidade, não é errático, mas apresenta padrões. O recorte de pesquisa espacial partiu, portanto, da mancha simbólica, constituída pelos atores sociais e seus arranjos, ou seja, o uso do espaço voltado ao lazer conformou uma totalidade.

Considerando que a dinâmica social urbana não é estática, demonstrou-se complexo determinar limites e/ou fronteiras desse processo de (re)apropriação. No entanto, como se observou durante as pesquisas empíricas exploratórias e documentais, o fenômeno teve focos de origem e foi se estabelecendo de maneira mais intensa em algumas regiões, consolidando-se em algumas áreas e se irradiando para outras. Ou seja, é um constante movimento que vem se ampliando para novas ruas, reverberando a partir de um circuito de lazer já consolidado. É o que se ilustra no recorte espacial de pesquisa de campo, apresentado na FIGURA 7.

Conforme depoimentos de comerciantes e moradores do bairro São Francisco no documentário “São Francisco, Curitiba” (2016)⁶⁷, é possível assinalar certos

⁶⁶Essa cena pode ser percebida não apenas pelo comportamento, mas pelo próprio espaço. Para Proshansky (1976) apud Pol (1996), quando as pessoas se identificam fortemente com um espaço, tendem a personalizá-lo e, frequentemente, os mesmos objetos usados como indicadores ou símbolos de personalidade dos ocupantes servem de signos de ocupação. Por isso, até mesmo na paisagem há unidade de comportamento dos grupos que se (re)apropriam das ruas centrais.

⁶⁷Documentário dirigido por João Marcelo e coordenado por Mayara Wal (2016). No livro “O que é morar no São Francisco” (Instituto Arquibrasil, 2016), lançado juntamente ao documentário, Wal e Imaguire Junior retrataram aspectos históricos e de uso do Bairro São Francisco, onde se localizam

catalisadores para tal fenômeno e uma evolução no processo de (re)apropriação. No documentário, o arquiteto e urbanista Fábio Batista identificou que há aproximadamente quinze anos atrás a Rua São Francisco era vazia, mas a criação da praça de Bolso do Ciclista, implantada em 2014 (FIGURA 6), mudou toda a dinâmica da rua. A perspectiva de que foi esta intervenção que instaurou um intenso processo de (re)apropriação no local foi confirmada por Patrícia Bandeira, dona de um estabelecimento comercial na mesma rua, no mesmo documentário (SÃO FRANCISCO, CURITIBA, 2016).

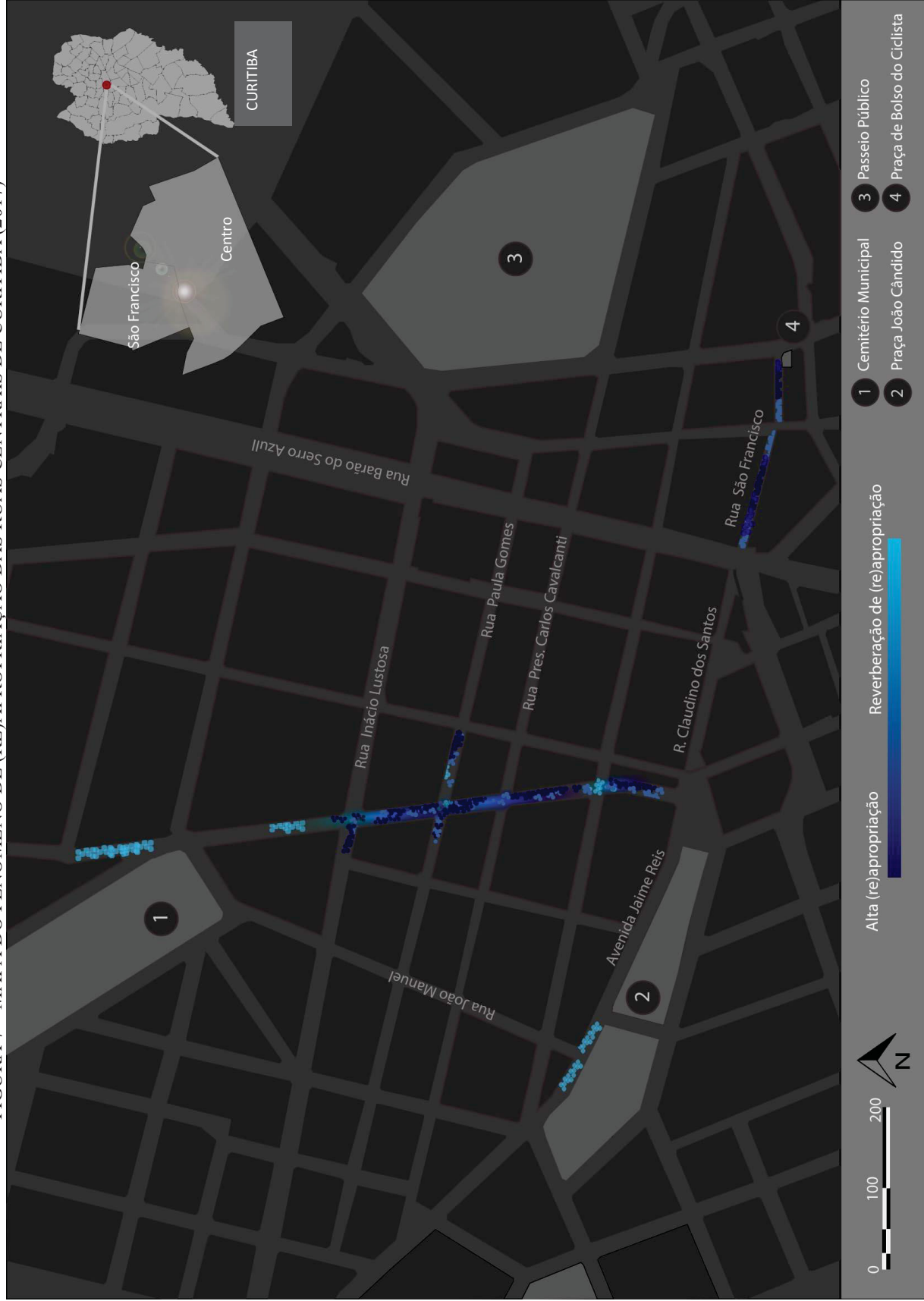
Segundo Santana (2016) essa praça foi criada por cicloativistas em um terreno baldio, localizado no extremo leste da Rua São Francisco. A autora reconheceu que a aprovação do projeto, que se deu em parceria com o Poder Executivo municipal, teve relação ao fato da região fazer parte do Projeto Novo Centro, proposto no Plano de Governo de 2009-2012. Porém, este estopim se deu por iniciativa da sociedade e, segundo a reportagem da Gazeta do Povo,

O boca a boca funcionou, e a estreita viela de paralelepípedo, então, tornou-se uma “nova Trajano” e fez a alegria dos que querem viver a cidade numa noite quente; fomentou certo desespero em alguns moradores, que reclamam do barulho todo – inevitável --; e tornou-se novo foco de atenção da polícia, que volta e meia dá “batidas” em busca de usuários de drogas. É pano para manga, mas não é de hoje. (CASTILHO, 2015).

A partir da citação acima exposta, é possível afirmar que o processo de (re)apropriação da Rua Trajano Reis e entorno, apesar de apresentar características semelhantes ao da Rua São Francisco, teve sua gênese nos anos anteriores. Ainda em 2010, a Rua Trajano Reis já chamava a atenção pelas opções de lazer noturno ofertadas por bares e restaurantes, como pode ser constado pela reportagem a seguir:

É noite de sexta-feira e as perguntas de sempre pairam no ar: “Há algo legal para fazer?”, “Aonde ir?”. A resposta, ou melhor, o destino, acaba sendo sempre o mesmo para muita gente: o bairro São Francisco, mais especificamente as ruas Trajano Reis, Inácio Lustosa, Duque de Caxias e Paula Gomes. Basta fazer esse trajeto em uma sexta-feira à noite para ficar perdido diante da variedade de opções. Uma cerveja no Torto, um sanduíche no Old’s ou no Chinasky, um show de jazz no Blues Velvet [...]. Mesmo com uma escolha diferente a cada dia da semana, não é possível vencer a variedade da programação encontrada por lá. (GIRARDI, 2010).

FIGURA 7 – MAPA DO FENÔMENO DE (RE)APROPRIAÇÃO DAS RUAS CENTRAIS DE CURITIBA (2017)



FONTE: Adaptado de IPPUC (2017).

É reconhecido que esta dinâmica sofreu catalisação a partir da abertura do bar “O Torto”, localizado na Rua Paula Gomes (FIGURA 7). Segundo entrevista de Arlindo Ventura, dono do estabelecimento no período de abertura do bar (2003), os bares em seu entorno encontravam-se fechados (SÃO FRANCISCO, CURITIBA, 2016). Já em 2017, segundo levantamento feito pela Gazeta do Povo (17/01/2017) identificou-se a existência de 17 bares. Essa relação, entre a abertura de estabelecimentos e a (re)apropriação da rua, é relatada por Leila Elias, moradora do bairro São Francisco:

Na Paula Gomes tá cheio de bar assim, cada dia abre mais um. É só ir no sábado lá, cada dia tem mais um. Começou com “O Torto” lá e dá já tem vários naquela rua. Na Inácio Lustosa também, pra cima da Trajano. E você passa num lugar ali que de dia é uma garagem pintada de preto, de noite, no fim de semana tem centenas de pessoas. (SÃO FRANCISCO, CURITIBA, 2016).

FIGURA 8- PRAÇA DE BOLSO DO CICLISTA



FONTE: Gazeta do Povo (15/11/2010).

FIGURA 9- O TORTO BAR



FONTE: Fred Kendi (2016).

É indispensável falar sobre as (re)apropriações das ruas sem fazer referência à Rua Claudino do Santos, parte da Rua São Francisco e parte da Rua Jaime Reis, popularmente conhecido como “Largo da Ordem” (FIGURA 8). Apesar de terem seus usos voltados ao lazer, essas ruas possuem características físicas e de apropriação diferenciadas ao longo de sua extensão. O “Largo da Ordem” constitui-se em uma das regiões mais antigas da cidade. A partir da década de 1970 esse trecho foi destinado ao uso exclusivo de pedestres e vem sendo foco de constantes intervenções voltadas à recuperação do patrimônio edificado do seu entorno. As intervenções estão diretamente ligadas às políticas públicas culturais, econômicas e sociais que incentivam a ocupação não só dos habitantes da cidade, mas sem voltam fortemente ao turismo. Isso pode ser observado pelos usos que se dão nestes locais, que se diferem deste processo recente de (re)apropriação.

FIGURA 10 - LARGO DA ORDEM (RUA CLAUDINO DOS SANTOS)



FONTE: A autora (2017)

FIGURA 11 - AVENIDA JAIME REIS



FONTE: A autora (2017)

No domingo, o Largo da Ordem é intensamente ocupado pelas pessoas atraídas pela tradicional “Feira de Arte e Artesanato do Largo da Ordem”. Conhecida popularmente como “Feira do Largo da Ordem”, ela foi oficializada em 1971, na gestão do prefeito Jaime Lerner. Diferentemente do público que se (re)apropria das ruas centrais no período noturno, os usuários são formados por grupos heterogêneos de moradores e turistas, de diferentes faixas etárias. Já no período noturno, os usos desta rua são voltados ao lazer e, apesar de as pessoas se concentrarem em frente aos estabelecimentos comerciais (bares e restaurantes), a ocupação se dá de maneira diferenciada das demais ruas caracterizadas por uma intensa (re)apropriação noturna. Os grupos sociais, formados por turistas e habitantes da cidade, interagem em pequenos grupos, que utilizam as mesas posicionadas nos passeios. Assim, os estabelecimentos tradicionais - entre eles o “Bar do Alemão” – são referência e lugares de permanência para grupos específicos, que não apenas ocupam a rua, mas consomem a imagem vendida da cidade.

Destarte, a ocupação no “Largo da Ordem”, é tradicional, ainda que venha se intensificando. Em relação à mancha de apropriação consolidada, esta via se manifesta como um trajeto⁶⁸, pois não denota os mesmos aspectos simbólicos de identificação pela conduta. Dado o exposto, o recorte espacial dessa pesquisa é referente à mancha de (re)apropriação consolidada, que abarca trechos da Rua São Francisco, Rua Trajano Reis, Rua Paula Gomes e Rua Inácio Lustosa.

Além de conformarem uma mancha perceptível na paisagem, são estas ruas que

⁶⁸ Categoria que segundo Magnani (2005, p. 178) “aplica-se a fluxos recorrentes no espaço mais abrangente da cidade e no interior das manchas urbanas”.

vêm sendo noticiadas pela mídia nos últimos anos, manifestadamente. As abordagens relatam as práticas, os acontecimentos e os conflitos resultantes da (re)apropriação destes locais, o que reitera a pertinência deste tema para a atualidade. É o que pode ser verificado no Gráfico 1, o qual representa notícias que fizeram referência às ruas durante os últimos doze anos (2005-2017). O período de análise foi delimitado a partir da base virtual do jornal da Gazeta do Povo e possibilita verificar o momento em que esse fenômeno é evidenciado⁶⁹.

GRÁFICO 1. NOTÍCIAS COLETADAS SOBRE AS RUAS (2005 - 2017)



FONTE: Adaptado de Gazeta do Povo (2017).

É notável um aumento significativo de informes sobre as ruas de estudo nos últimos sete anos, ou seja, a partir de 2011. Porém, tal crescimento é díspar em 2012, quando se deu início ao processo de “revitalização urbana” de algumas ruas centrais, entre elas a Rua Riachuelo⁷⁰ e a Rua São Francisco, como exposto na seção anterior. A delimitação do recorte espacial, portanto, vai além da similaridade de conduta, que nessas ruas estão fortemente vinculadas aos equipamentos, mas indicam uma manifestação política pelos inúmeros conflitos, que para Harvey (2013), são demonstrativos de busca ao direito à cidade.

Delineada a contextualização que indica a origem do fenômeno e sua compreensão enquanto categoria social, a partir da formação de uma mancha de lazer, a

⁶⁹ Esta pesquisa foi realizada através de periódicos eletrônicos, pelo site oficial do periódico, que disponibiliza notícias a partir do ano de 2005. Não tem como objetivo uma aferição estatística, mas um propósito de ilustrar preliminarmente esse fenômeno.

⁷⁰ Sobre a história da Rua Riachuelo, ver a pesquisa “As Muitas Vistas de Uma Rua: histórias e políticas de uma paisagem” (Editora Máquina de Escrever, 2014).

pesquisa se encaminha para as determinações metodológicas.

3.4 UMA PROPOSTA DE LEITURA DO FENÔMENO

Esta pesquisa delinea-se como descritiva, ou seja, “que partindo das teorias e leis, na maioria das vezes prediz a ocorrência dos fenômenos particulares”. (MARCONI E LAKATOS, 2010, p. 88). Possui natureza predominantemente qualitativa, que, de acordo com Alami et al. (2010) ressaltam os efeitos de situação, as interações sociais ou a relação dos atores com as normas sociais, além de revelarem dinâmicas, ambivalência e diversidades das práticas sociais, frutos desta dinâmica. Quanto aos objetivos, classificou-se, inicialmente, como exploratória, pois sua natureza inicial possuiu o objetivo de apresentar uma visão geral de determinado fato (GIL, 2008).

Para analisar os usos cotidianos, sua relação com o ambiente e os conflitos gerados pelos mesmos, no processo de (re)apropriação voltado ao lazer, visualizado nas ruas centrais de Curitiba, a pesquisa baseou-se em metodologias que procuraram interpretar a interação entre a vida pública e o espaço público. Para este fim, a pesquisa fundamentou-se em dois métodos principais, a observação pessoa/ambiente e a pesquisa documental, resultando em uma abordagem multimétodos (GÜNTER et al. 2011). Na etapa descritiva, as principais técnicas adotadas foram o mapeamento comportamental e a análise de conteúdo.

3.4.2 Método observação pessoa/ambiente

O método de observação é ponto de partida para essa investigação. Inúmeros autores desenvolveram a metodologia de observação no ambiente urbano, explicitando modos de pesquisar e cuidados que devem ser tomados na compreensão do objeto de pesquisa. Entre eles destacam-se Lynch e Hack (1984), Zeisel (2006), Gehl (2009), Gehl e Svarre (2013) e Uriarte (2013), que em suas pesquisas demonstraram diversas técnicas de observação e registros no espaço público.

Há inúmeras possibilidades de pesquisa e métodos de observação envolvendo o processo de uso e apropriação do espaço público. Contudo, o que interessa neste estudo é compreender como, de fato, as pessoas usam-no e se relacionam com o ambiente urbano. Por isso, o método de observação pessoa-ambiente se mostrou uma contribuição

fundamental. As pesquisas sobre a relação entre pessoa e ambiente, todavia, não são novas, inserem-se no campo da psicologia ambiental e se diferenciam conforme o objetivo proposto. Os campos metodológicos mais recorrentes deste campo são o da Percepção Ambiental e o do Comportamento Ambiental.

Para Vicente Del Rio (1996), os autores Kevin Lynch (1918-1984) e Gordon Cullen (1914-1994), ao fundamentarem-se em Piaget e Gibson, foram pioneiros nas pesquisas sobre a Percepção Ambiental. Em seus estudos, os dois pesquisadores consideraram que os atributos físicos do meio ambiente teriam influência sobre a percepção da população, ou seja, que a partir das percepções sobre seu entorno e sua própria memória a população reconheceria certas qualidades ambientais e formaria imagens mentais sobre elas. O principal método de análise da percepção ambiental são os mapas cognitivos, que se referem a imagens mentais de lugares⁷¹.

Já os estudos sobre os usos dos espaços em sua relação com o ambiente não dependem da percepção do usuário e, para o objetivo aqui proposto, essa abordagem de campo se mostrou mais adequada. Esse método, que consiste na observação sistemática do comportamento ambiental dos usuários das ruas, deriva do campo da psicologia denominado “behaviorismo”. Para Del Rio (1990), os pesquisadores desse campo defendem que a ação do ser humano é diretamente relacionada à situação – o ambiente em que ele se encontra. No entanto, destaca-se que não quer dizer que o espaço condicione o ambiente, mas que há uma relação mútua entre ambos.

No âmbito da observação pessoa/ambiente, Uriarte (2013) e Zeisel (2006) elencaram alguns aspectos que dever ser ponderados na observação comportamental. Uriarte (2013) contribuiu com uma perspectiva metodológica derivada de um campo específico da antropologia: a etnografia. Para a autora, ver a cidade conscientemente é perceber “micro espaços” que correspondem aos usos e hábitos manifestados no urbano, que devem ser vistos “de perto e de longe”, mas como um todo. Apesar de a etnografia ir além do que se propõe, por estar mais estreitamente vinculada com os atores sociais e os lugares, a autora oferece importantes subsídios para a observação direta do meio urbano.

Outro autor essencial nessa discussão é Zeisel (2006). Para o pesquisador, observar o comportamento provê informações importantes sobre os sujeitos que estão

⁷¹ Esta metodologia foi ferramenta para os estudos de Vicente Del Rio (1996) e Castello (1996), os quais estudaram a revitalização de áreas centrais portuárias e a possibilidade destas áreas sofrerem intervenções a partir das percepções e expectativas da própria população.

utilizando os espaços, as suas relações com outras pessoas e com o ambiente. Ou seja, “na observação comportamental, em certas configurações espaciais, geram-se dados sobre as atividades humanas e as relações ambientais necessárias para sustentá-las” (ZEISEL, 2006, p. 191, tradução nossa). Por exemplo, algumas atividades que podem oferecer uma valiosa fonte sobre como funciona essa relação são: as regularidades de comportamento, os usos esperados e novos usos e as oportunidades e regulações que o ambiente pode provocar. O autor ainda indicou elementos que devem ser observados quando se descreve um comportamento ambiental, para que haja coerência entre a pesquisa empírica e o que se quer se analisar com ela. Esses elementos estão descritos na TABELA 2.

TABELA 2. ELEMENTOS DA OBSERVAÇÃO DE COMPORTAMENTO AMBIENTAL

Quem é? Quem está se apropriando da rua?	Ator (feminino – masculino), (criança-adulto, segundo estabelecido por ECA,2017)
Fazendo o que?	Ato
Com quem?	Como é a interação entre a pessoas (alta ou baixa interação?) O que a interação gera?
Em qual relação e contexto?	Em qual horário e em que lugar
E onde?	Configuração física (relações espaciais). Quais as áreas mais ocupadas, os usos predominantes? Qual a atração e inibição de usos?
Quais os trajetos?	Quais os caminhos que os usuários realizam, de fluxo rápido ou de parada?
Há vestígios?	Quais as marcas deixadas após os usos? (objetos, trilhas)

FONTE: Adaptado de Zeisel, 2006.

Pelos elementos elencados pelo autor, nota-se que a observação comportamental também possibilita identificar os atores e grupos sociais que estão se (re)apropriando da rua, qual a sua faixa etária, se as formas de convivência e interação social expressam o domínio público (VALERA, 2007; FRÚGOLI JR, 1995). Todavia, para que todos esses elementos sejam analisados, o método de observação pessoa/ambiente requer instrumentos e técnicas diversas para sua realização, conforme apontou Zeisel (2006). Abaixo, estão elencada técnicas e instrumentos necessários para sua execução.

3.4.2.1 Técnicas e instrumentos

Dados os aspectos que devem ser considerados na observação comportamental, destaca-se que a observação pessoa-ambiente só pode se desenvolver adequadamente

quando apoiada em multimétodos (Pinheiro; Elali; Fernandes, 2008). A partir de estudos consolidados, a pesquisa empírica construiu-se nas seguintes técnicas principais de observação e registro: (i) mapa comportamental de uso e percurso, (ii) observação de vestígios, (iii) *time-lapse* e (iv) observação direta. Já os principais instrumentos utilizados foram (i) diário de campo e (ii) fotografia.

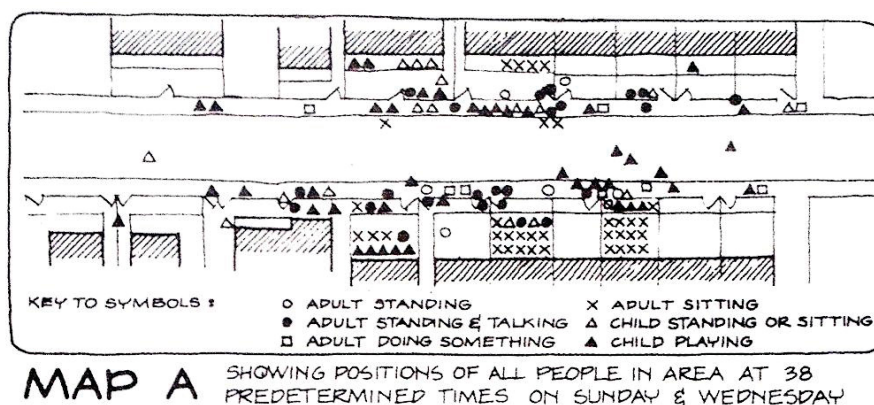
- **Mapeamento Comportamental de Uso e Percurso**

A principal técnica utilizada para ilustrar o comportamento ambiental é o mapeamento comportamental. Segundo Sommer e Sommer (2002), essa técnica é utilizada nas ciências sociais para gravar sistematicamente as ações e locações das pessoas em um espaço. É um documento empírico que ilustra onde e quais comportamentos ocorrem, possibilitando analisar criticamente como as pessoas usam o espaço planejado. Sendo assim, o método demonstrou-se essencial para a presente pesquisa, pois permitiu compreender a relação entre os usos - as ações das pessoas - com o ambiente construído e suas funções. Ou seja, compreender se o ambiente planejado é correspondente aos usos que realmente se dão nele.

Ainda segundo os autores, os mapas comportamentais podem ser centrados no indivíduo ou no lugar. Enquanto os mapeamentos centrados nos indivíduos tendem a ter como o foco a pessoa ou grupo social, aproximando-se de uma pesquisa sociológica e antropológica, no mapeamento centrado no lugar, o observador se localiza em um ponto estratégico e observa uma região e os indivíduos estaticamente, como é possível observar na FIGURA 12. (SOMMER e SOMMER, 2002).

Segundo Sommer e Sommer (2002), na construção dos mapas comportamentais de uso, o pesquisador grava apenas os itens prontamente observáveis, como sexo, idade, se a pessoa está sozinha ou em grupo e o que ele ou ela está fazendo. Dado isso, em um segundo momento, buscou-se compreender quem são os usuários destes espaços (grupos e indivíduos, sexo, idade); onde, quando e como exercem suas práticas. Cada pessoa é demarcada no mapa, permitindo sua contagem, ferramenta importante apontada por Gehl e Svarre (2013) para os estudos da vida pública, pois possibilita comparações entre outros lugares ou outros momentos da rua. O posicionamento das pessoas foi representado em um “instante congelado de tempo (Pinheiro, Elali e Fernandes, 2008). Para que esta anotação fosse precisa, o desenho contou com uma grelha na calçada, realizada a partir dos lotes.

FIGURA 12 - EXEMPLO DE MAPA COMPORTAMENTAL DE USO CENTRADO NO LUGAR



FONTE: Gehl; Svarre (2013).

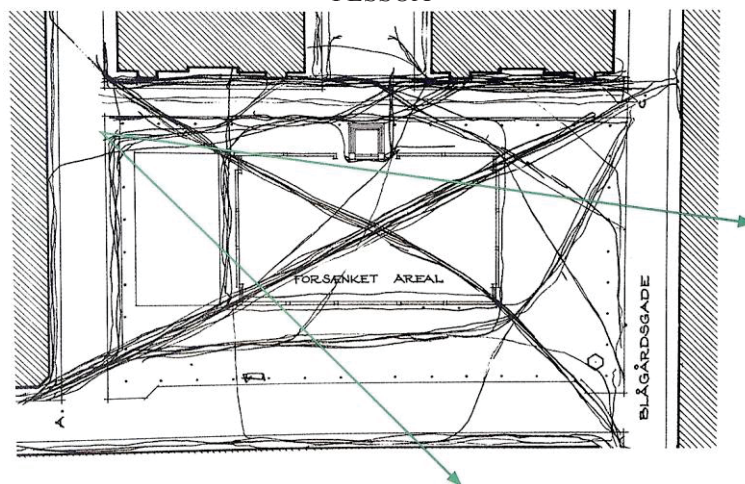
A técnica supracitada é recorrente em pesquisas sobre o urbano nas últimas décadas. Um dos primeiros exemplos de aplicação dos mapas comportamentais voltados ao lugar – se não o mais emblemático - foi realizado por Donald Appleyard ainda na década de 1970, quando este analisou a territorialidade e o comportamento dos seus moradores sob a influência do tráfego veicular em ruas da cidade de São Francisco. Este estudo, conforme apontou Del Rio (1990), resultou em medidas corretivas para a promoção de “Ruas de vivência”. Além de Appleyard, Gehl (2009 [1987]; 1989) utilizou os mapas comportamentais para estudar os usos dos espaços públicos no intuito de aprovar uma estratégia de pedestrianização progressiva no centro de Copenhague, na década de 1960. Como resultado, a pesquisa apontou a co-relação entre as qualidades físicas (a forma) de um espaço público e seu volume e caráter de vida (DEL RIO, 1990).

Outro método complementar à observação comportamental de usos, apresentados por Gehl e Svarre (2013), é o rastreamento do percurso das pessoas, que pode prover um conhecimento básico sobre os padrões de movimento em um determinado local, como a escolha de direção, de fluxo e quais as entradas são mais utilizadas. Os percursos ligam pontos e são de curta extensão, na escala do andar e também possibilitam identificar onde o fluxo de pessoas é mais intenso ou estável, para então aferir se as ruas compõem lugares de permanência ou fluidez. Um exemplo de Mapa Comportamental de Percurso, centrado na pessoa, é demonstrado na FIGURA 13.

Uma pesquisa que contribuiu neste âmbito, realizada em 2013, aplicou a metodologia de mapeamento comportamental centrado no lugar e nas pessoas, para analisar as intensidades de ambiência de uma praça. Através de “mapas de percurso” Jean-Paul Thibaud procurou compreender movimentos específicos, focando seu olhar

nos sujeitos desde sua entrada na praça até o momento em que saíam, observando seus gestos e suas condutas corporais, ou seja, as minúcias das ações dos usuários das praças. Apesar de não ser enfoque da presente pesquisa observar minúcias das ações dos usuários das ruas, a pesquisa desse autor indica a importância de compreender os percursos, que dão indícios de fluxos e paradas dos usuários.

FIGURA 13- EXEMPLO DE MAPA COMPORTAMENTAL DE PERCURSO CENTRADO NA PESSOA



FONTE: Gehl; Svarre (2013)

No contexto nacional, uma série de pesquisadores se apoiaram no método do mapeamento comportamental, principalmente para o estudo dos usos e apropriações de praças, entre eles pode-se citar Liberalino (2012), Rosaneli et al. (2016) e Klein (2016). Com o objetivo de compreender os usos de praças, as atividades e usuários que as desempenhavam, Liberalino (2012) e Rosaneli et al. (2016) setorizaram, através de marcações comportamentais sobre mapas, como se davam os usos, as atividades realizadas e sua frequência, que se estabeleciam em praças. Pelas suas pesquisas, puderam analisar quais características socioambientais facilitam ou dificultam certas atividades.

No campo da psicologia ambiental, o trabalho de Klein (2016) procurou compreender a relação entre os usos de praças por habitantes de uma praça, tendo a afetividade como uma categoria de análise. Para tanto, ao apoiar-se no método de mapeamento comportamental e em entrevistas, compreendeu que a praça sofreu uma catalisação do processo de (re)apropriação após a sua revitalização, e a afetividade se conecta com uma retomada do espaço público, que evolui o sentido de agir e do existir dos sujeitos.

O principal instrumento de mapeamento comportamental é o “diário de campo”,

que possibilita registros e anotações sobre mapas pré-elaborados do ambiente de pesquisa, que nele estão contidos. Além disso, permite registrar detalhes que não podem ser demarcados por imagens, como a interação social e distância entre as pessoas, pequenos acontecimentos, qual o contexto do entorno e dos usos. (GEHL & SVARRE, 2013).

Dado o exposto, é notório que o mapeamento comportamental vem sendo ferramenta imprescindível para analisar os usos dos espaços públicos e, para Del Rio (1990), sua única limitação reside no fato que estes estudos são normalmente desenvolvidos para espaços relativamente limitados (como o quarteirão).

- **Observação Direta**

Outra técnica de observação comportamental é a observação direta. Segundo Lakatos e Marconi (1992), essa técnica “utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade. Não consiste apenas em ver e ouvir, mas também examinar os fatos e fenômenos que se deseja estudar”. Zeisel (2006) ponderou sobre os cuidados na maneira como essa observação deve ser feita – participante, direta, dinâmica, intrusa. Para ele, a pesquisa precisa ter todos estes elementos para sua excelência metodológica, mas varia conforme o contexto no qual o pesquisador se insere. Também indicou que o observador pode manter-se no anonimato, ser reconhecido, ficar à margem ou ter participação total com os grupos observados.

Uriarte (2013) também reiterou que é preciso um olhar disciplinado para ver a cidade: um olhar consciente, de pedestre lento; perseverante, que leva um tempo para perceber; um olhar em que os diversos sentidos estejam interligados, para presenciar a rua; e um olhar de estranhamento, capaz de instaurar uma distância. Para a autora, o que observamos também é relativo à nossa posição no espaço e, para captar todos os nuances de uma pesquisa social, há necessidade de observar por vários ângulos, através de uma observação de cima e de longe (como de um edifício, por exemplo), conectada com uma observação da proximidade estática e móvel de baixo (da própria rua).

Os principais instrumentos utilizados nesse tipo de observação são a fotografia e o diário de campo. Conforme Gehl e Svarre (2013) pontuaram, a fotografia é frequentemente utilizada nas pesquisas sobre a vida pública para ilustrar situações e a interação entre a forma a vida pública. Além disso, possibilita recuperar informações que podem ter sido omitidas durante o mapeamento comportamental.

Uma importante informação que a observação direta pode fornecer a como se dão os contatos e níveis de interação entre as pessoas. Esse nível, segundo Hall (2006) e Gehl (2014), depende da distância entre as pessoas, que possibilita ou não que nos comuniquemos com ela através dos nossos sentidos. Para os autores, a uma distância menor a 7 metros, todos os sentidos do corpo podem ser usados e possibilitam uma comunicação mais intensa, inclusive afetiva.

- ***Time-Lapse***

Outra técnica de registro deriva de um trabalho icônico e ainda uma forte referência nos estudos sobre os usos e comportamentos nos espaços públicos. Foi desenvolvida por William Whyte, que em sua obra “The Social Life of Small Urban Spaces” (2001[1980]) observou os usos de praças em Nova Iorque. O autor procurou compreender, durante anos de pesquisas e pela adoção do método de observação comportamental e ambiental, por que alguns espaços eram apropriados pelas pessoas, enquanto outros tinham apenas função de passagem. Um dos aspectos abordados pelo pesquisador foi a função do espaço público para a sociabilidade.

Naquele contexto, uma das técnicas utilizadas pelo pesquisador para identificar a variação de usos durante um intervalo de tempo foi o *time-lapse*, que consistiu em fotografar, de um ângulo específico e em intervalos de 10 segundos, os usos de alguns espaços públicos da cidade de Nova York. Portanto, a fotografia em um mesmo ponto de observação durante intervalos regulares permite uma maior apreensão da área observada e das mudanças comportamentais e se mostra uma valiosa técnica de observação pessoa/ambiente.

- **Observação de Vestígios**

Gehl e Svarre (2013) apontam um método de observação comportamental indireta, destacada também por Zeisel (2006) e Pinheiro, Elali e Fernandes (2008): consiste na observação dos vestígios – signos de vida - deixados pelos usuários após usos dos espaços, que dão ao observador informações que podem passar despercebidas sobre a vida naquele ambiente. Para Pinheiro, Elali e Fernandes (2008), os vestígios ambientais são uma espécie de “arqueologia do comportamento” e os elementos registrados se dividem em duas categorias: de “deposição” (como o lixo, a grafiteagem, a

pichação, latrinária); ou “desgastes construtivos” (como um rastro ou uma cicatriz deixada no espaço após o uso (PINHEIRO, ELALI, FERNANDES, 2008). O seu registro é comumente realizado durante e após o uso de um espaço, pela fotografia ou croquis registrados em diário de campo.

3.4.2.2 Escolhas referentes às técnicas

As técnicas apresentadas anteriormente foram adotadas para a investigação proposta e para sua realização foram necessárias algumas escolhas preliminares, referentes à maneira com que seriam aplicadas. Portanto, alguns apontamentos gerais sobre as técnicas e instrumentos adotados são realizados.

No que tange a técnica de mapeamento comportamental, três dimensões foram observadas: a dimensão física, a dimensão sensorial e a dimensão social. Em um primeiro momento, buscou-se mapear a dimensão física e a dimensão sensorial. A dimensão física do espaço, segundo Rosaneli (2015) constitui-se de inúmeros aspectos, são eles: (I) infraestrutura, mobiliários urbanos (cadeiras, mesas, muros, iluminação) (ii) O uso e ocupação do solo, especificamente do andar térreo, para compreender a relação entre espaço privado e (re)apropriação da rua; (iii) vias e passeios, suas dimensões, composições e situações funções e acessibilidade; (iv) e a vegetação urbana. Ainda de acordo com Rosaneli (2015), para compreensão holística do espaço observado, o pesquisador deve estar atento à dimensão sensorial, que consiste (i) no conforto urbano, ou seja, nos ventos, sombreamentos, sons, odores e texturas característicos; (ii) na paisagem visual, que contempla aspectos da comunicação visual (publicidade, inscrições em muros e fachadas, arte urbana).

Posteriormente ao entendimento das dimensões físicas e sensoriais, foi realizada a observação social, de verve comportamental. Em relação à técnica de mapeamento comportamental de uso e de percurso, a presente pesquisa se apoiou na observação centrada no lugar, para o mapeamento dos usos, pois, apesar de ser um processo dinâmico, a mancha de (re)apropriação geralmente é estável na paisagem, pois está vinculada aos equipamentos urbanos, neste caso nos estabelecimentos comerciais (MAGNANI, 2002); e centrado na pessoa para o mapeamento dos percursos. Observou-se e registrou-se o percurso de uma pessoa aleatória que entrava no trecho, até resultar em um total de 12 percursos por trechos. Ambos os mapeamentos foram realizados a partir de um ponto pré-selecionado.

A observação direta foi realizada “de baixo”, ou seja, da própria rua, pois se vista de cima, a compreensão seria fragmentada (URIARTE, 2013). Ademais, para evitar a indução de comportamento⁷², constrangimento dos sujeitos ou integração natural com os sujeitos, optou-se pela “observação anônima”. O instrumento utilizado para esse registro foi a fotografia. Já a observação de vestígios se deu durante a permanência na rua e após o seu uso, no período da manhã. No entanto, cabe destacar que a maior presença de vestígios ocorria à noite, pois durante a manhã poucos deles foram encontrados, já que as ruas eram geralmente limpas. No que tange a técnica do *time-lapse*, definiu-se um período de observação de 1 a 2 horas e intervalos de tempo de 5 minutos em um local que abarcou visualmente o trecho observado. Esse intervalo possibilitou verificar as mudanças significativas de comportamento ao longo do tempo.

Em relação aos dias de observação, procurou-se a investigação do cotidiano, o qual Heller (2000, p. 17) conceitua como “a vida de todo homem” e possui uma característica dominante: a espontaneidade. Alguns eventos, por exemplo, vão além da cotidianidade, quando se suspende qualquer atividade para a concentração em uma única questão. A arte, para a autora, é um exemplo dessa suspensão. Portanto, os eventos programados, como os musicais, o carnaval, são manifestações artísticas que modificam a dinâmica da rua e, por esse motivo, não são considerados cotidianos, mas eventuais. Por isso, algumas datas festivas foram excluídas do período de observação.

Além disso, convém destacar que as observações foram realizadas apenas em dias não-chuvosos, pois o fenômeno que se buscou compreender se alterava significativamente nesses dias e, por vezes, não ocorria. Ressalta-se que não foram realizadas observações durante as quatro estações do ano e a pesquisa empírica se deu predominantemente em duas estações do ano – primavera e verão – pelos seguintes motivos: (i) a observação nas diversas estações do ano exigiria um pré-campo e um trabalho de campo extremamente extenso (por pelo menos um ano para permitir abarcar todas as estações); (ii) a relação entre (re)apropriação e o clima não foi o principal objeto da pesquisa, mas sim o próprio fenômeno (iii) há pouca variação de padrão (re)apropriação durante o ano.

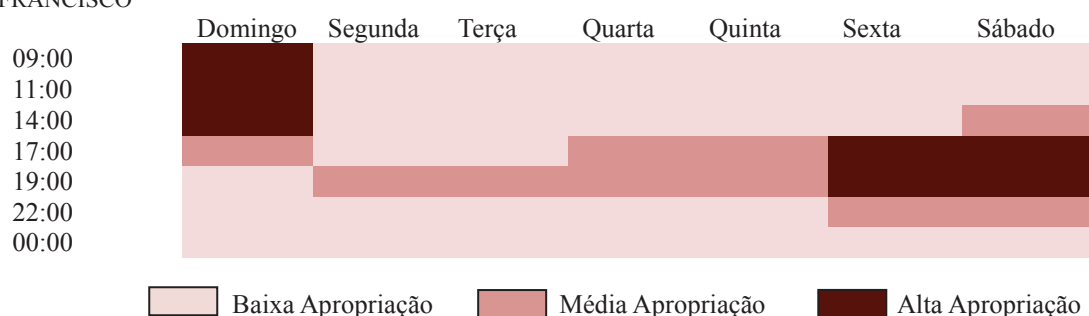
⁷² Esta indução ocorre quando o sujeito se dá conta que é observado e começa a controlar seus atos, este fenômeno é conhecido como “Hawthorne Effect” (ZEISEL, 2006, p. 197).

3.4.2.3 Trabalhos preliminares

Para a exatidão metodológica, para observação física e sensorial e para a definição de um cronograma de observação sistemática, a pesquisa de campo contou com dois pré-campos, que consistiram na pesquisa prévia em duas ruas consideradas principais para o fenômeno em estudo, que constituem a mancha de (re)apropriação (Rua São Francisco e Rua Trajano Reis), por meio do método exploratório e da observação não estruturada (ou assistemática). Essa técnica de observação, também denominada espontânea, informal, ordinária, simples, livre, “(...) consiste em recolher e registrar os fatos da realidade sem que o pesquisador utilize meios técnicos especiais ou precise fazer perguntas diretas” (MARCONI E LAKATOS, 2010, p. 175).

Em um primeiro pré-campo, buscou-se (i) a delimitação da mancha e horários de (re)apropriação e; (ii) a demarcação dos aspectos físicos e sensoriais dos trechos de análise. A primeira fase foi realizada no mês de junho de 2017, quando foram feitas sete visitas, através de um circuito por toda a mancha de apropriação, em determinados períodos do dia e da noite, durante uma semana. A partir de registros no diário de campo, constatou-se que a (re)apropriação das ruas se dá predominantemente no período noturno e nos finais de semana, como especificado na TABELA 3 e TABELA 4. Se para Pinheiro, Elali e Fernandes (2008, p. 93), “os mapas comportamentais devem cobrir ao máximo os momentos em que a área esteja sendo usada”, a partir dessa observação puderam ser definidos os horários da observação comportamental sistemática: sextas-feiras e sábados, no período noturno⁷³.

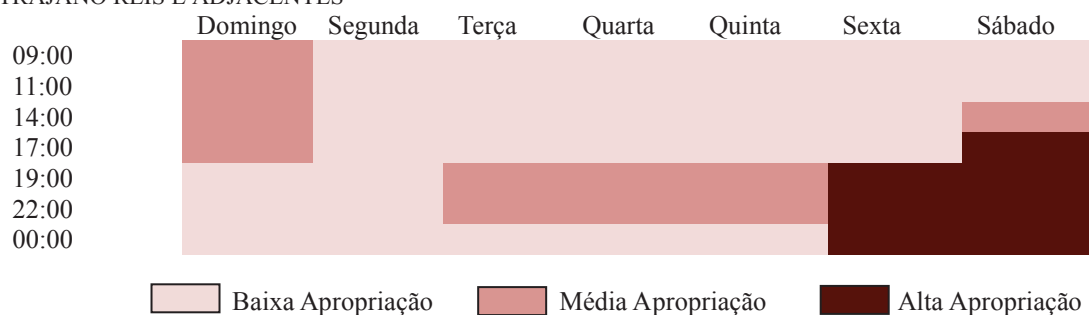
TABELA 3 – ETAPA I – PRÉ-CAMPO: INTENSIDADE DE (RE)APROPRIAÇÃO NA RUA SÃO FRANCISCO



FONTE: AUTORA (junho/2017).

⁷³Importante destacar que, na Rua São Francisco, ao contrário da Rua Trajano Reis e ruas anexas, que possuem acentuada apropriação inclusive durante a madrugada, ocorre um esvaziamento intensificado a partir das 22 horas, quando o comércio do local é fechado.

TABELA 4 - ETAPA I – PRÉ-CAMPO: INTENSIDADE DE (RE)APROPRIAÇÃO NA RUA TRAJANO REIS E ADJACENTES



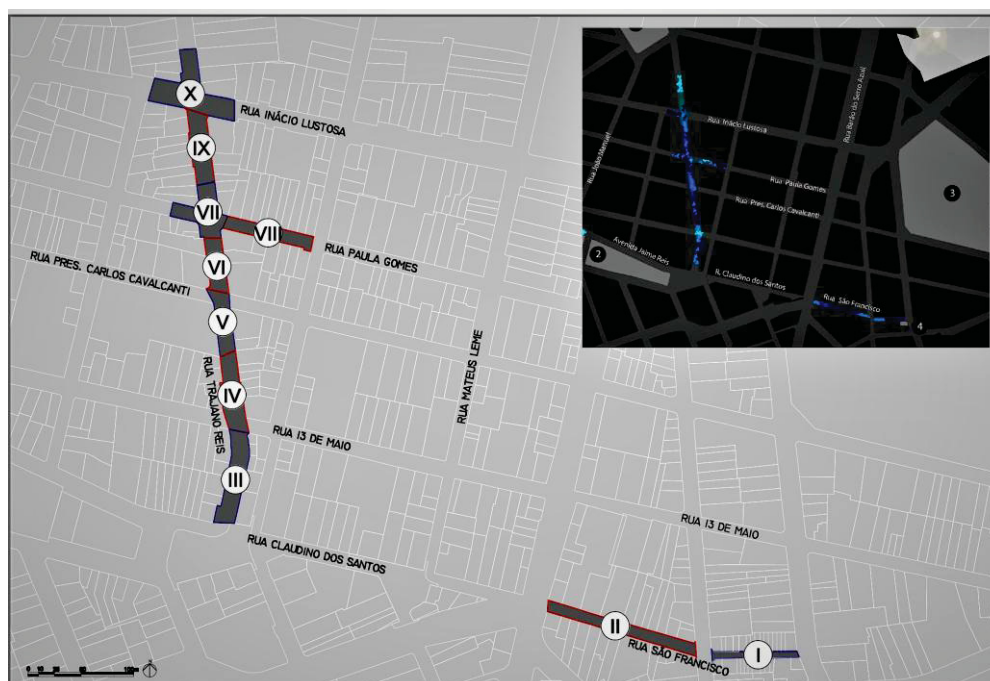
FONTE: AUTORA (junho/2017).

No mesmo período foram realizadas as observações físicas e sensoriais diurnas do recorte. Essas foram realizadas pela inserção em campo, com registros feitos em diário de campo e fotografia. Além disso, com o objetivo de identificar a relação entre as (re)apropriações e os usos do térreo nas ruas demarcadas, apoiou-se na metodologia de observação assistemática e na análise documental de mapas de uso e ocupação do solo, fornecidos pelo IPPUC (2017). No Brasil, os usos do térreo estão vinculados a Legislação de Uso e Ocupação do Solo, que pelo Plano Diretor Municipal define quais as atividades que podem ser desenvolvidas nas edificações, a partir do Zoneamento Municipal e outras leis urbanísticas, por exemplo, o Código de Obras. No entanto, esta normativa é uma idealidade, e critérios por ela estabelecidos possibilitam uma gama diversificada de usos, o que não permite identificar exatamente quais os usos do térreo que se dão, na realidade, em cada lote. É o que pode ser verificado no Zoneamento de Curitiba (2000) que abrange a área de estudos e que estabelece quatro zonas Uso e Ocupação do Solo que se vinculam as ruas de estudo, como se apresenta na FIGURA 14.

Assim, partindo da assertiva de que a (re)apropriação da rua possui relação com o uso do térreo, conforme estudos de Gehl (2009; 2013) e Kassenberg et al. (2015), investigou-se pela imersão em campo, quais os usos do térreo vinculados às ruas estudadas, classificando-os em residencial, não-residencial ou fechado⁷⁴. Este mapeamento foi subsídio para elaboração análise dos mapas comportamentais, pois possibilitou compreender se, de fato, há relação entre os usos da rua e o espaço edificado. Os instrumentos utilizados foram os mapas de lotes, fornecido pelo IPPUC

⁷⁴ Compreende-se que há uma possibilidade de classificação mais detalhada, que identifica usos religiosos, culturais, educacionais, etc. No entanto, para clareza de visualização e por compreender que prestações de serviço também são comerciais, optou-se por essa categorização: residencial, não-residencial e fechado (desocupado, fechado, vazio).

FIGURA 15 - TRECHOS SELECIONADOS PARA PESQUISA



FONTE: A autora

Por fim, através dessa observação assistemática, foram definidas categorias de análise comportamental, excluindo as que não se demonstraram efetivas, que resultaram em: sozinho em pé, sozinho sentado, reunião de pessoas em pé, reunião de pessoas sentadas, pessoas caminhando. No pré-teste, utilizou-se a categoria “criança”, que posteriormente foi excluída, dado que nenhuma foi identificada durante a observação. Também foram excluídas as categorias “reunião de pessoas conversando” e “reunião de pessoas consumindo”, já que em praticamente 100% das reuniões as pessoas praticavam essas atividades.

A partir do exposto e das técnicas descritas no item anterior, realizou-se um cronograma de campo para as observações sistemáticas, que foi adaptado durante a pesquisa, pelas condições climáticas ou pela realização de eventos.

3.4.3 Método de pesquisa documental

Dada à velocidade em que as dinâmicas de apropriação ocorrem, em conjunto com os conflitos resultantes, a presente pesquisa também se apoiou no método da pesquisa documental, pautado na análise de conteúdo a partir das notícias do *Jornal Gazeta do Povo*, dado que é o jornal com maior circulação no Estado do Paraná (ANJ,

2015). Tendo em vista as constantes transformações sociais e culturais, Gil (2008) afirmou que em uma pesquisa social não basta apenas observar as pessoas e interrogá-las acerca de seu comportamento, é preciso conhecer alguns fenômenos já passados, que além de oferecerem um conhecimento mais objetivo da realidade, evitam constrangimentos dos sujeitos de pesquisa. Consequentemente, a pesquisa documental possibilitou identificar os conflitos explícitos pelos usos das ruas, que não são visíveis prontamente durante a pesquisa empírica, porém são essenciais para a compreensão do fenômeno.

É reconhecido que as informações jornalísticas, que veiculam acontecimentos ao público, não são sinônimo de verdade, como afirmam Grimberg e Dorfman (2016), pois resultam de critérios técnicos e ideológicos. Sendo assim, deve-se ter cuidado com análises genéricas ou julgamentos de posições de discursivas. Contudo, conforme apontam as autoras, as notícias podem “auxiliar na contextualização de determinado fenômeno ou acontecimento da vida pública, bem como informar sobre sua evolução e repercussão, além de ampliar o contato com processos cujas informações ou atores envolvidos são pouco acessíveis, como fatos do passado” (GRIMBERG e DORFMAN, 2016, p. 271).

As fontes jornalísticas são difundidas e consolidadas no campo das pesquisas históricas. O uso do jornal como fonte histórica de trabalhos historiográficos decorreu de uma discussão iniciada ainda no final do século XIX, com a crítica a uma história factual, que prezava apenas por uma história política. Sob essa nova concepção, os fatos históricos deixaram de ser restringidos ao mundo político, no qual as fontes de arquivo e as crônicas que diziam respeito à História Política tradicional não eram mais os únicos meios aos quais recorriam historiadores. Conforme observa Barros (2012), “qualquer vestígio ou qualquer evidência – dos objetos da cultura material às obras literárias, das séries de dados estatísticos às imagens iconográficas, das canções aos testamentos, dos diários de pessoas anônimas aos jornais – podia ser agora legitimamente utilizado pelos historiadores”, pois as problematizações propostas pelos historiadores também poderiam dizer a respeito da cultura, da economia, dos modos de pensar e sentir, dentre muitas outras temáticas.

Essa expansão documental prossegue ainda nos dias atuais, em que historiadores se aproximam de fontes pouco exploradas, mas que são vestígios materiais da sociedade contemporânea, como as fontes virtuais. Dentro deste movimento, verifica-se o crescente uso de periódicos como fonte de pesquisa, principalmente em teses e

dissertações acadêmicas. A despeito disso, o uso deste tipo de material requer alguns cuidados metodológicos, para que o pesquisado não tire do documento jornalístico considerações simplistas ou vulgarizadas. Portanto, ressalta-se que a consulta a um periódico seja feita com uma análise criteriosa, não estudando o jornal de maneira isolada.

Além do contraponto com outras fontes, o jornal deve ser visto como uma representação possível acerca do real⁷⁵. Nesse sentido, para Espig (1998, p. 275), “a imprensa deve ser pensada como uma representação construída sobre o real, sob a qual incidem determinados filtros deformadores que cabe ao estudioso determinar e equacionar em suas análises”. Mais do que isso, é preciso tentar ir além da visão de que os jornais são representações enunciadas acerca de uma realidade objetiva e estabelecer quais as forças ou representações que agem sobre tal, e como estas poderiam influenciá-la. Os elementos objetivos e subjetivos de que o produz devem ser objeto de atenção do pesquisador, que extrai deste tipo de fonte um significado, uma interpretação.

A importância da análise de notícias é constatada nos estudos de Jovchelovitch (2000), no campo da psicologia social. Através da análise de conteúdo, a autora buscou compreender quais as representações sobre a vida pública que a imprensa brasileira produziu e pôs em circulação nos anos de 1992 e 1993. De acordo com a autora, a mídia é essencial para os estudos da esfera pública, pois ela gera e transforma os sistemas sociais contemporâneos. Ademais, acrescenta que, para o pesquisador, esta metodologia oferece novas perspectivas que não podem ser apreendidas de sua experiência imediata. Isto posto, reitera-se que as fontes documentais derivadas de notícias jornalísticas são essenciais e complementares à técnica de observação.

Logo, o limite temporal da pesquisa documental é assinalado pelo (GRÁFICO 1), apresentado anteriormente, no item 3.3, onde constatou-se o aumento significativo de abordagens sobre as ruas, objetos de pesquisa, após o ano de 2011, ano do qual partiu o presente estudo, quer seja, abrangendo o período de 2011 a 2017⁷⁶. A aplicação da análise de conteúdo se dividiu em três fases: (i) pré-análise, (ii) exploração do material e (iii) tratamento dos dados, inferência e interpretação (BARDIN, 1977). A pré-análise

⁷⁵ O conceito de representação reporta-se ao trabalho de Roger Chartier (1990), em que este historiador francês define o termo como o resgate do modo como, em diferentes momentos históricos, uma determinada realidade social é dada a ler, construída, pensada, gerando práticas identitárias próprias, através das quais cada indivíduo, grupo ou sociedade constrói representações de si mesmo.

⁷⁶ Esta percepção é fortalecida através de uma matéria publicada pelo jornal em 06/04/2012. Intitulada “Uma nova ordem curitibana: ruas cheias e eventos em lugares públicos sinalizam uma Curitiba diferente, que surge para derrubar antigos mitos e clichês”, a notícia indica a (re)tomada das ruas pelas pessoas.

possibilitou o primeiro contato com as notícias por meio da “leitura flutuante” e resultou na delimitação do primeiro *corpus* da pesquisa, ou seja, os documentos explorados. Esses, foram delimitados pela categoria de análise, que se refere aos conflitos derivados dos usos e apropriações das ruas e que são apresentados no APÊNDICE 1.

Em seguida, procedeu-se a exploração das notícias coletadas, a partir da definição das Unidades de Registro. Para responder ao objetivo específico de “analisar os conflitos derivados dos usos das ruas”, optou-se pela análise temática, que “consiste em descobrir os núcleos de sentido que compõem a comunicação, e cuja presença, ou frequência de aparição podem significar alguma coisa para o objetivo analítico escolhido” (BARDIN, 1977, p. 105). Assim, a temática foi estabelecida através de pequenas frases ou trechos da notícia que coadunaram em três categorias de análise, derivadas da revisão bibliográfica: i) conflitos de atores sociais; ii) conflito derivado de “estratégias” de vigilância; iii) conflito entre uso público e uso privado.

TABELA 5 – DEFINIÇÃO DA CATEGORIA DE ANÁLISE, UNIDADES DE REGISTRO, UNIDADES DE CONTEXTO PARA PESQUISA DOCUMENTAL.

Categoria de análise	Unidade de registro	Unidade de contexto	Referência
Conflitos derivados da (re)apropriação das ruas	Conflito derivado da vigilância	Estratégias de vigilância utilizadas para o controle dos corpos e dos usos sociais para manutenção da disciplina. Uso de violência ou repressão.	DE CERTEAU (1998); CALDEIRA (2010); CARMONA (2010) .
	Conflito referente aos atores sociais	Conflito derivados dos atores sociais que utilizam a rua.	MAGNANI (2005); FRÚGOLI JR. (1995); DECLARAÇÃO DE BARCELONA (2016); JACOBS (2011); MONTANER E DIAS (2017); DIAS E FERREIRA (2015); ARENDT (1993) CALDEIRA (2012); MOURA E SCOCUGLIA (2016).
	Conflito entre uso público e uso privado	Conflitos derivados de relações de propriedade pública/propriedade privada.	CARMONA (2010); GOMES (2006); LEGISLAÇÃO MUNICIPAL DE CURITIBA.

FONTE: A AUTORA

Em conclusão aos apontamentos metodológicos, reitera-se a importância dos multimédodos para a abordagem proposta, que segundo Günter et al. (2011, 239) proporcionam um “conhecimento abrangente do objeto de estudo e das dimensões que

atuam em sua definição”. Portanto, os métodos de observação pessoa/ambiente, juntamente com o de método documental, ofereceram uma gama significativa de dados sobre o fenômeno de (re)apropriação, possibilitando uma análise rica aos estudos urbanos.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

O presente capítulo concentra-se em expor e analisar os resultados obtidos pela pesquisa empírica, através da metodologia exposta anteriormente; para tanto, divide-se em dois momentos. Em uma primeira parte, realiza-se a apresentação dos resultados obtidos pelo método de observação pessoa/ambiente. Na sequência, realiza-se a discussão dos resultados. A segunda parte consiste na análise de conteúdo das notícias coletadas sobre os conflitos decorrentes da (re)apropriação, conforme discorrido na seção anterior. A exposição é dividida em quadros, sucedida por comentários relativos às peculiaridades de cada temática. A análise dos resultados obtidos ainda será realizada pela frequência de unidades de registro (temas) abordados pelas notícias.

4.1 OBSERVAÇÃO PESSOA/AMBIENTE

Na apresentação dos dados da observação pessoa/ambiente, para maior coerência e organização, adotou-se uma divisão de exposição de dados por trechos selecionados, como demonstrado no capítulo anterior. Cada um é introduzido pela localização - que contém também as vistas dos registros fotográficos - e pela contextualização, que consiste em duas imagens da rua a partir de um ponto central no trecho. Logo após, apresentam-se as observações físicas e sensoriais, realizadas durante o período diurno e noturno. Importante ressaltar que, em todos os trechos observados, foram percebidas características físicas similares no que tange à infraestrutura: todos os trechos possuem instalação de distribuição de energia elétrica, de coleta de águas pluviais e pavimentação.

Em seguida, serão expostos os dados obtidos pelas técnicas de observação comportamental. Ao todo, foram realizados - durante os meses de setembro, outubro, novembro, dezembro de 2017 e janeiro e fevereiro de 2018 - oito mapeamentos comportamentais de uso e de percurso por trecho, além de observações diretas, observação de vestígios e *Time-Lapse*. Apenas o Trecho I e o Trecho II contaram com cinco mapeamentos comportamentais cada, dada a grande frequência de eventos realizados nos locais, que impossibilitaram a observação cotidiana.

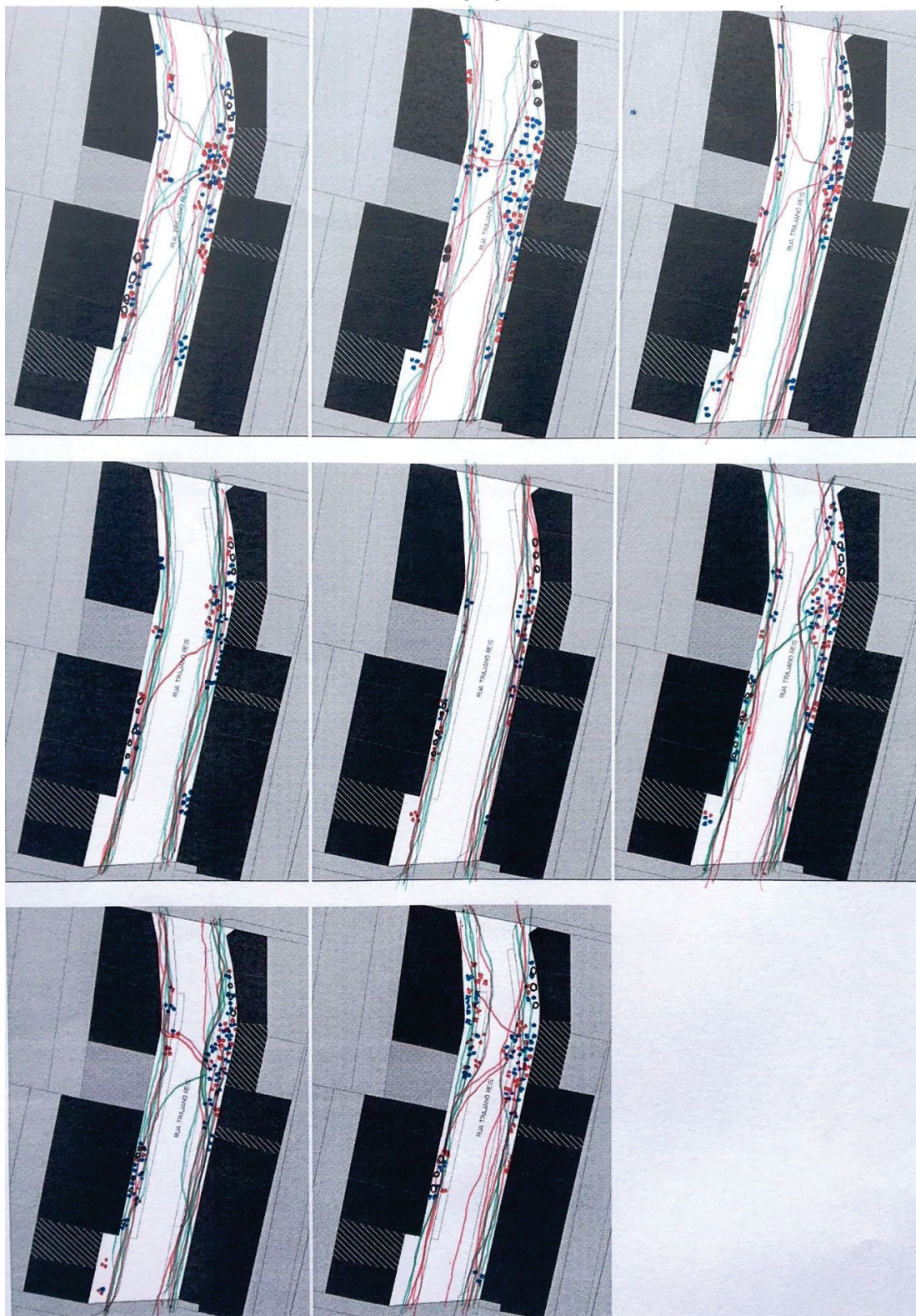
No que tange a classificação comportamental, foram delimitadas as seguintes categorias:

- Sozinho em pé: permanência em pé, sobre o passeio ou via, sem a companhia de outras pessoas (afastamento maior a 1 metro);
- Sozinho sentado: permanência sentado, sobre o passeio, via ou elementos da fachada, sem a companhia de outras pessoas (afastamento maior a 1 metro);
- Reunião de pessoas em pé: permanência de duas pessoas ou mais sobre o passeio ou via (afastamento menor a 1 metro);
- Reunião de pessoas sentadas: permanência de duas pessoas ou mais sobre o passeio ou via, sentadas (afastamento menor a 1 metro);
- Caminhando: pessoas transitando sobre o passeio ou via;

Apesar dos números e porcentagens expressarem todos os dias de mapeamento, os mapas que serão apresentados a seguir representam apenas um mapeamento comportamental de um dia típico de (re)apropriação, pois o acúmulo de todas as informações mapeadas em todos os dias faria com que o posicionamento das pessoas se sobrepusesse, já que há recorrência de padrão comportamental. Um exemplo que demonstra tal recorrência é demonstrado pela FIGURA 16, que ilustra os mapas realizados no Trecho III.

Por fim, os dias e horários em que foram realizadas as observações estão especificados no APÊNDICE 2. Este também expõe, em sua última coluna, uma legenda dos produtos obtidos pela observação, onde se detalha (i) a técnica adotada: mapeamento comportamental (MC), observação de vestígios (OV), observação direta (OD) e *Time Lapse* (TL); (ii) o trecho de observação; e (iii) o número de registro dos produtos. Essa legenda acompanha as fotos que serão apresentadas e permite identificar com maior clareza as datas e horários de registro de campo.

FIGURA 16 – EXEMPLO DE RECORRÊNCIA DE MAPEAMENTOS COMPORTAMENTAIS,
TRECHO III

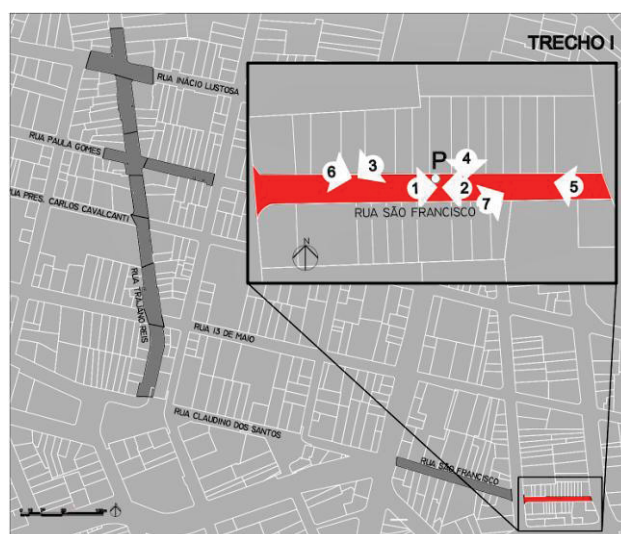


FONTE: A Autora (2018)

4.1.2 Trecho I

O Trecho I se localiza na extremidade leste da Rua São Francisco e é ilustrado pela FIGURA 17. Caracteriza-se fisicamente por uma via estreita, com aproximadamente 3 metros de largura; não possui recuos para estacionamento e é cercada por passeios de 2,5 metros, nivelados, pois não há rebaixamento para a entrada de veículos. A via é composta pela pavimentação de paralelepípedo, enquanto o passeio é composto por blocos cimentícios de tom avermelhado, aspectos que podem ser observados na FIGURA 18. Apesar da recente “revitalização” da rua, realizada em 2012, as calçadas se encontram em estado de degradação, quebradas e com rachaduras. Ademais, não há mobiliários urbanos fixos, como bancos e mesas - com exceção de uma lixeira próxima à Praça de Bolso do Ciclista - e de postes de iluminação, que se distribuem ao longo do passeio. Na paisagem, distingue-se um totem de segurança da Guarda Municipal, que contém uma câmera de vigilância e dispõe de um botão de emergência, que pode ser acionado pelos usuários da rua.

FIGURA 17 – LOCALIZAÇÃO DO TRECHO I

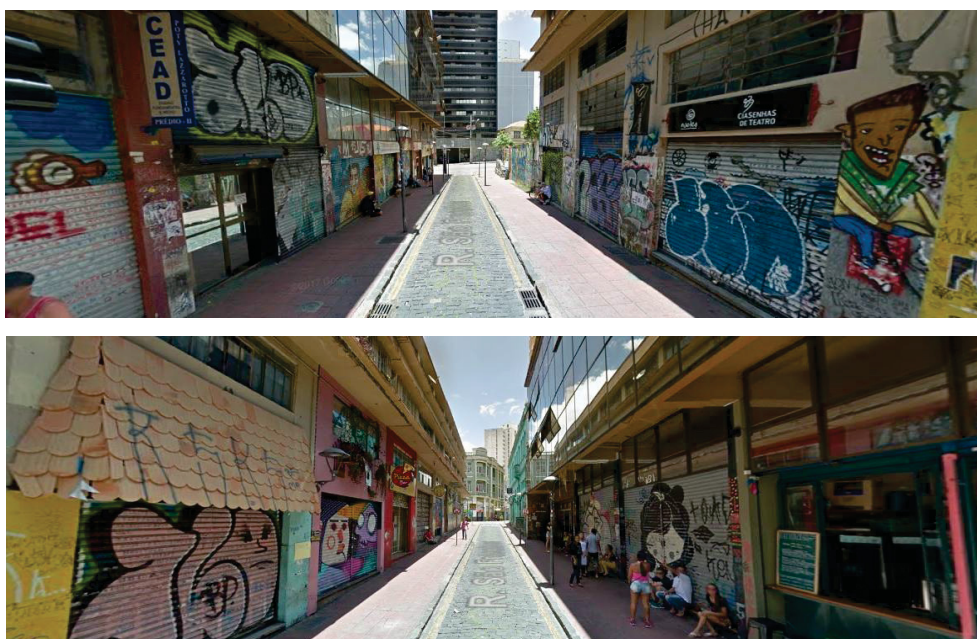


FONTE: Adaptado de IPPUC (2017).

As edificações que contornam a rua são majoritariamente históricas e com dois pavimentos; estão conectadas umas às outras, conformando fachadas contínuas e com o mesmo alinhamento. A exceção é um avanço sobre o passeio, de aproximadamente 1,5 metros, por três edificações, que provoca estreitamento do mesmo. Ademais, localizadas na Zona Central, as edificações possuem uma gama variada de usos, porém, no térreo,

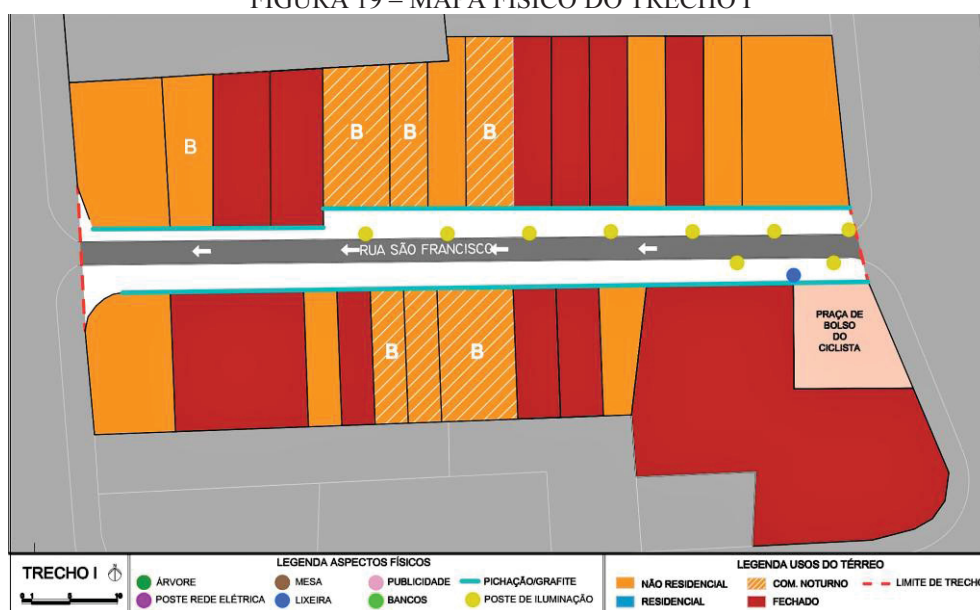
prevalecem os usos comerciais (57,6%), dentre os quais 46,6% encontram-se abertos no período noturno, como aponta a FIGURA 19. Importante destacar a ausência de usos residenciais e a presença significativa de lotes desocupados, que expressam 42,4% do total dos usos dos estabelecimentos privados. Ademais, neste trecho está situada a Praça de Bolso do Ciclista, localizada ao lado de um vazio urbano e já indicada como um equipamento catalisador do fenômeno de (re)apropriação.

FIGURA 18 – ASPECTOS FÍSICOS DO TRECHO I (VISTA 1 e VISTA 2)



FONTE: Google Street View (2017).

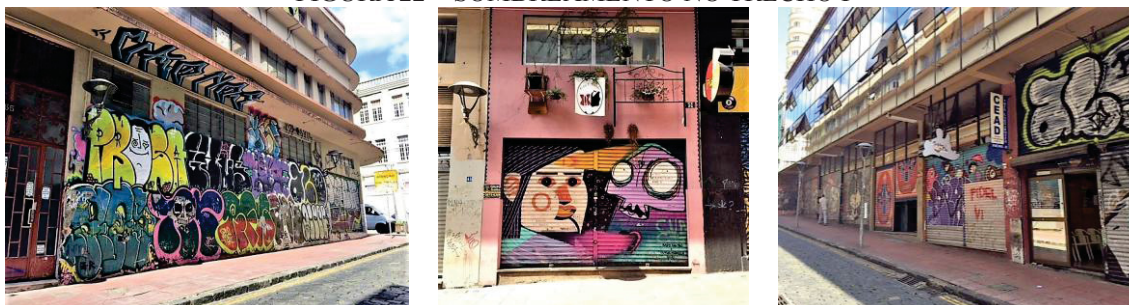
FIGURA 19 – MAPA FÍSICO DO TRECHO I



FONTE: Adaptado de IPPUC, julho de 2017.

Expostas nas fachadas, os grafites, estêncis e pichações marcam a rua com signos e cores. A publicidade é discreta, não prejudica a circulação ou gera poluição visual (FIGURA 20 e FIGURA 21). Durante o dia, a percepção sensorial do ambiente é de esvaziamento e, dada a pequena largura da rua, os edifícios provêm sombreamento (FIGURA 22). Já no período noturno, essa percepção se altera, os comércios abertos atraem os usuários, dando percepção de segurança. Contudo, apesar da regularidade de elementos de iluminação, há zonas escuras e insuficientemente iluminadas, que geram sensação de desconforto.

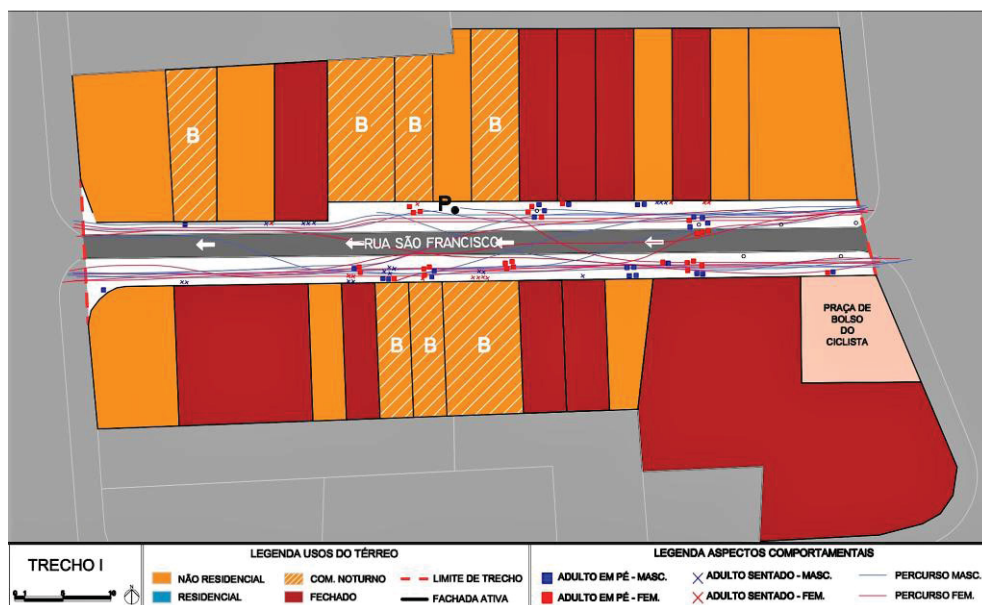
FIGURA 20 e FIGURA 21 – PICHAGÕES E GRAFITES NO TRECHO I (VISTA 3 e VISTA 4);
FIGURA 22 – SOMBREAMENTO NO TRECHO I



FONTE: A autora (2017)

Nos cinco Mapas Comportamentais (MC) realizados no Trecho a partir do ponto “P”, foram mapeadas 520 pessoas ao todo. Geralmente, como se pode ver na FIGURA 23, que ilustra um dia típico de (re)apropriação, as pessoas se organizavam pequenos grupos que se localizavam em frente a estabelecimentos comerciais, na porção central da seção. Os atores correspondiam à faixa etária adolescente/jovem e adulta, e interagiam intensamente entre si através da fala, dentro dos pequenos grupos, no qual os sujeitos permaneciam a um a distância próxima, menor a 1 metro (FIGURA 24 e FIGURA 25). A alta interação é comprovada pela categoria reunião de público, que correspondeu a 86,1% dos usos. Dentro desse índice, 53,5% das pessoas permaneciam em pé, enquanto 46,5% interagiam sentadas, apesar da ausência de bancos. As soleiras das portas eram os elementos mais utilizados para a permanência e para o sentar (FIGURA 26 e FIGURA 27). Ademais, foi possível observar poucas pessoas permanecendo isoladas (2,6%), que geralmente estavam sentadas em frente às fachadas desocupadas, denotando certo distanciamento. Interessante destacar que todas as pessoas observadas que estavam permanecendo sozinhas eram do gênero masculino. Em dados absolutos, a maioria do público era do gênero masculino (56,2%).

FIGURA 23—MC.I.5 _MAPA FÍSICO-COMPORTAMENTAL DO TRECHO I (SEXTA, 20:00 HRS)



FONTE: Adaptado de IPPUC (março de 2018).

Já as pessoas que não permaneciam, mas transitavam sobre a rua contabilizaram 11,1% dos registros. O MC de percurso demonstrou que prevaleceram os de fluxos de passagem e poucos de parada. Esses eram realizados majoritariamente sobre os passeios, mas também sobre a via, que possui um fluxo pequeno e de baixa velocidade de veículos. As paradas dos transeuntes eram realizadas em frente às fachadas ativas, estas que também eram um elemento atrativo, fazendo com que as pessoas atravessassem a via.

FIGURA 24— OD.I.1 _RUA SÃO FRANCISCO (VISTA 4)



FONTE: A autora (2017)

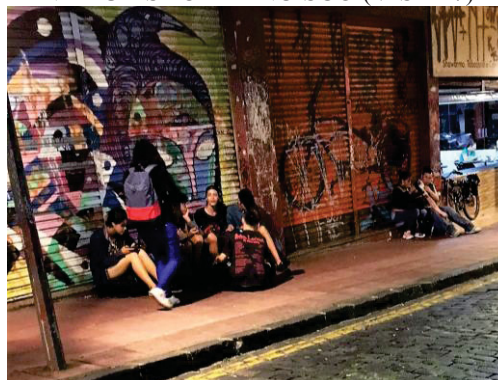
FIGURA 25— OD.I.1 _AGLOMERAÇÃO NA RUA SÃO FRANCISCO (VISTA 5)



FONTE: A autora (2017)

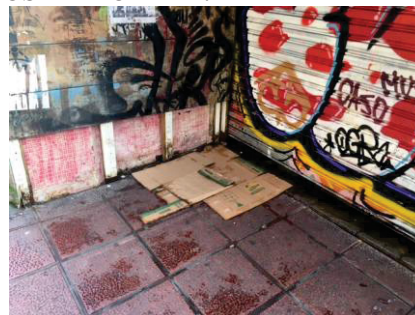
FIGURA 26– **OD.I.2_** PESSOAS SENTADAS NA RUA SÃO FRANCISCO (VISTA 6)

FONTE: A autora (2017)

FIGURA 27– **OD.I.2_** PESSOAS SENTADAS NA RUA SÃO FRANCISCO (VISTA 7)

FONTE: A autora (2017)

Os vestígios observados eram basicamente de “deposição”, constituindo-se de copos, cigarros, garrafas (FIGURA 28). Um deles foi demarcado pelos moradores da rua (FIGURA 29), que requereram, por meio de um anúncio na fachada, que os usuários desta não encostassem na porta ou deixassem na sua frente “mochilas, copos ou bicicletas”, o que denuncia um conflito entre uso público e privado. Também foram observados papelões, geralmente utilizados por moradores de rua para sua proteção e morada (FIGURA 30).⁷⁷

FIGURA 28 – **OV.I.2_** VESTÍGIOS DE DEPOSIÇÃO; FIGURA 29 – **OV.I.3_** VESTÍGIOS NA FACHADA; FIGURA 30 – **OV.I.2_** VESTÍGIOS DE MORADA.

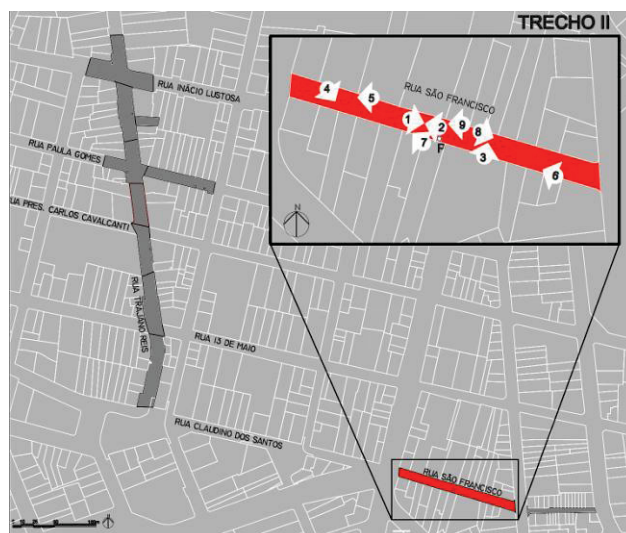
FONTE: A autora (2018)

⁷⁷ Neste trecho há uma dinâmica diferenciada, voltada ao tráfico. Dado essa condicionante de segurança, a observação foi realizada sem a utilização do *time-lapse*, já que a fotografia exige certo cuidado em relação à exposição. Aqui, reserva-se um parágrafo para esclarecer uma questão importante e que se evidencia não apenas nos trechos analisados, mas é se constitui enquanto um tipo de uso recorrente nos espaços público: o tráfico de drogas. De fato, essa dinâmica modifica os usos na rua e origina uma série de conflitos, porém considera-se que vai além da capacidade de a pesquisadora abordar, por dois motivos centrais. O primeiro, diz respeito à forma com que o tráfico é compreendido e combatido. Entende-se que não se trata de uma questão de segurança (como comumente vem sendo tratado) ou de planejamento urbano, mas sim de saúde pública. Um segundo aspecto decorre do processo com que está se observando o fenômeno de (re)apropriação. Por não ser uma pesquisa antropológica ou sociológica, não há aproximação com os atores sociais, sendo assim, qualquer abordagem ou conclusão sobre tal dinâmica seria rasa e pouco fundada. A respeito dessa questão, portanto, defende-se uma abordagem específica.

4.1.3 Trecho II

O Trecho II é contínuo ao supracitado, localizando-se na Rua São Francisco (FIGURA 31).

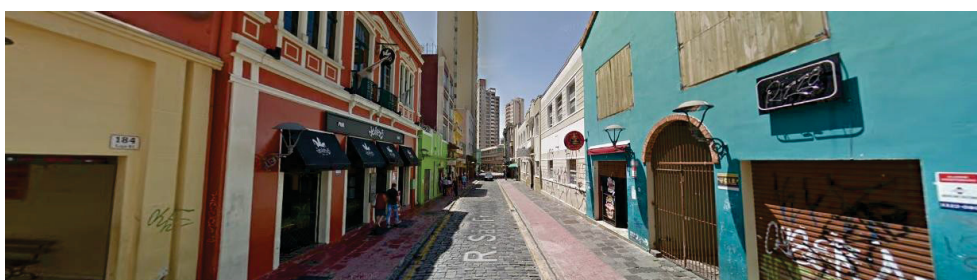
FIGURA 31– LOCALIZAÇÃO DO TRECHO II



FONTE: Adaptado de IPPUC (2017).

Com aproximadamente 3 metros de via e 2,5 metros de passeio, diferentemente da seção anterior, contém uma ciclofaixa de aproximadamente 1,5 metros de largura e alguns avanços para o estacionamento de veículos (FIGURA 32). A rua contém edificações com pavimentos variados (entre 1 a 18 pavimentos), contudo possui majoritariamente 2 pavimentos. Destaca-se um prédio residencial, na porção noroeste da rua, que com seus 15 pavimentos destoia da paisagem histórica. Além disso, possui uma galeria que se volta para o interior do lote, em total desconexão com a rua.

FIGURA 32– ASPECTOS FÍSICOS TRECHO II (VISTA 1 e VISTA 2)





FONTE: Google Street View (2017).

Conforme mapa físico (FIGURA 33), possui 29 usos no térreo, sendo que todos são não-residenciais ou estão desocupados. Os usos não-residenciais são todos comerciais e correspondem a 79,3 % dos usos, enquanto os terrenos fechados correspondem a 20,6% deles. Dentre os usos comerciais, apenas 26% possuem térreo ativo no período noturno. No que tange ao mobiliário urbano, apesar da existência da ciclofaixa e proximidade com a Praça de Bolso do Ciclista, não há paraciclos. A iluminação, também distribuída ao longo dos passeios, é realizada tanto por postes de iluminação pública quanto por arandelas fixas nas fachadas das edificações.

FIGURA 33 – MAPA FÍSICO DO TRECHO II



FONTE: Adaptado de IPPUC, julho de 2017.

A calçadas, assim como apontado anteriormente, também se encontram degradadas (FIGURA 34). Durante o dia, a percepção sensorial aponta esvaziamento. A publicidade se concentra nas fachadas, sem promover poluição visual. A pichação e o grafite são

presentes em todas as fachadas (FIGURA 35), que também proporcionam sombreamento, apesar da inexistência de arborização (FIGURA 36). Sem rede elétrica aparente, não há bloqueio físico ou visual, porém, apesar do recente processo de “revitalização”, as fachadas apresentam desgaste e deterioração. Durante à noite, parte da rua gera sensação de insegurança, gerada pela insuficiência de iluminação e pelos térreos fechados, onde há menor concentração de pessoas.

FIGURA 34 e FIGURA 35– PICHAGENS E GRAFITES NO TRECHO II;
FIGURA 36 – SOMBREAMENTO NO TRECHO II (VISTA 4)

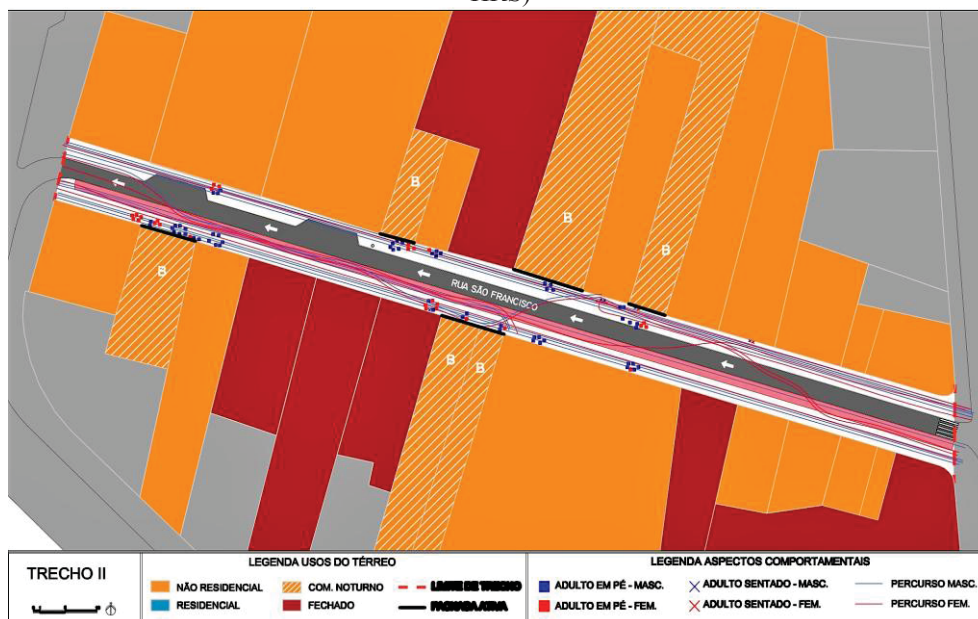


FONTE: A autora (2018).

Ainda que dispersa, o MC dessa sessão demonstra maior intensidade de (re)apropriação, quando comparado ao trecho anterior (FIGURA 37). O público, de jovens e adultos, já não apresenta uma faixa etária predominante adolescente, quando comparado ao anterior. A partir da elaboração de cinco mapas comportamentais, que resultaram em um número absoluto de 572 pessoas, a categoria reunião de pessoas se destacou, em 80% dos comportamentos. Nessa categoria, 83,8% das pessoas permaneciam em pé e 13,1% sentadas. A observação direta apontou que as práticas mais comuns eram a conversa, o tabagismo e o consumo de bebidas e alimentos. A interação entre as pessoas era de proximidade e por vezes, de intimidade. Já a permanência de pessoas sozinhas foi praticamente nula (2,4%). Os homens eram maioria, correspondendo a 62,2% dos registros. Das pessoas que permaneciam sozinhas, 85% eram do público masculino.

Pessoas transitando corresponderam a 17,4% dos comportamentos, o que indica que o trecho é também composto por intenso número de passagem. O MC de percurso indica que poucas pessoas cruzam a via, geralmente em locais não sinalizados. As paradas eram realizadas em frente às fachadas ativas com o objetivo de encontrar os grupos que permaneciam. A passagem sobre a via era realizada para o desvio de grupos que permaneciam sobre o passeio. Também transitam sobre a ciclovia, provocando, por vezes, conflitos com os ciclistas, que tendiam a se movimentar em baixa velocidade.

FIGURA 37– MC.II.2_MAPA FÍSICO-COMPORTAMENTAL DO TRECHO II (SÁBADO, ÀS 20:20 HRS)



FONTE: A autora (2017).

É visível a correspondência entre o comércio noturno voltado ao lazer e a quantidade de pessoas que permanecem nas ruas (FIGURA 38). Observa-se que, na parte leste do Trecho estudado, onde o comércio permanecia fechado no período noturno, havia um esvaziamento de pessoas, que tendiam a permanecer durante todo esse período (FIGURA 39 e FIGURA 40). Era uma prática comum a utilização de placas de sinalização de trânsito para o estacionamento de bicicletas e a utilização do meio-fio e das soleiras como banco (FIGURA 41). O pedestrianismo e o ciclismo, portanto, eram as práticas de mobilidade mais comuns neste trecho (FIGURA 42; FIGURA 43 e FIGURA 44).

FIGURA 38– OD.II.2_CONCENTRAÇÃO DE PESSOAS NA FACHADA ATIVA (VISTA 5);
FIGURA 39 - OD.II.2_ESVAZIAMENTO EM FRENTE ÀS FACHADAS INATIVAS (VISTA 8) e
FIGURA 40– OD.II.2_ESVAZIAMENTO EM FRENTE ÀS FACHADAS INATIVAS (VISTA 6)



FONTE: A autora (2018).

FIGURA 41- **OD.II.1_** PESSOAS SENTADAS NO MEIO-FIO NA RUA SÃO FRANCISCO (VISTA 7)



FONTE: A autora (2017).

FIGURA 42- **OD.II.2_** PESSOAS TRANSITANDO NA RUA SÃO FRANCISCO (VISTA 8)



FONTE: A autora (2017).

FIGURA 43- **OD.II.2_** CICLISTAS NA RUA SÃO FRANCISCO



FONTE: A autora (2017).

FIGURA 44- **OD.II.3_** TRAJETOS NA RUA SÃO FRANCISCO (VISTA 9)



FONTE: A autora (2017).

Os vestígios registrados eram resquícios de usos culturais, como o carnaval (FIGURA 45); e artísticos, por desenhos deixados sobre o passeio (FIGURA 46). Além desses, a deposição de lixo também foi um elemento observado, evidenciando a falta de local adequado para sua locação (FIGURA 47).

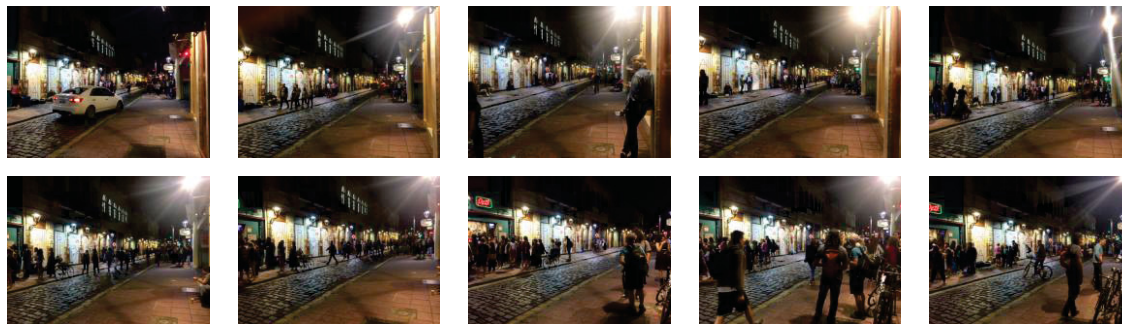
FIGURA 45 - **OV.II.3_** VESTÍGIO (PINTURA) e FIGURA 46 - **OV.II.2_** VESTÍGIO DE CARNAVAL; FIGURA 47- **OV.II.3** VESTÍGIOS DE DEPOSIÇÃO DE LIXO



FONTE: A autora (2018).

O *time-lapse*, realizado em um intervalo de 2 horas, apontou que a maior concentração de pessoas se deu às 21:30 hrs (FIGURA 48). Durante esse período, o padrão de (re)apropriação – lugares de permanência e formas de comportamento - não se alterou.

FIGURA 48– **TL.II.1**_TIME-LAPSE DO TRECHO II (DAS 20:00 ÀS 22:00) (VISTA 9)

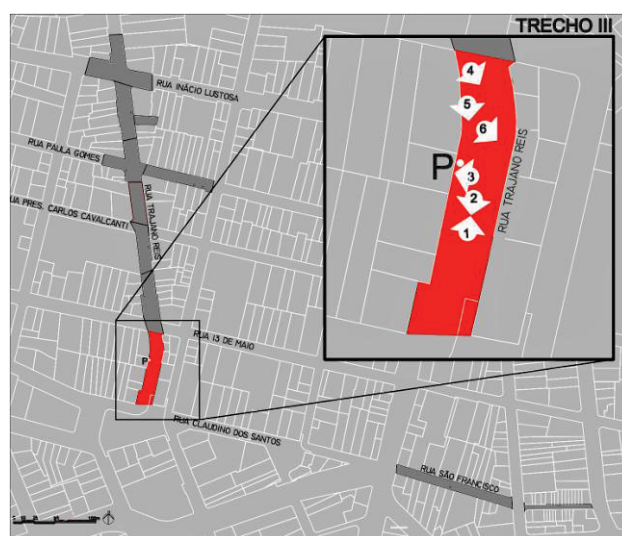


FONTE: A autora (fevereiro de 2017).

4.1.4 Trecho III

O Trecho III está localizado no “início” da Trajano Reis e é adjacente à Rua Claudino dos Santos, comumente conhecida como “Largo da Ordem”, como apresentado na FIGURA 49, que também contém as vistas dos registros fotográficos.

FIGURA 49 – LOCALIZAÇÃO DO TRECHO III



FONTE: Adaptado de IPPUC (2017).

Durante o dia, a via possui duas faixas de tráfego e uma faixa de estacionamento, ou seja, são aproximadamente oito metros destinados à circulação e parada de veículos. No entanto, durante a noite, uma das faixas viárias também é utilizada para o estacionamento de veículos, resultando em duas faixas para a parada dos mesmos. A via é constituída de pavimentação em paralelepípedo, já os passeios são constituídos por blocos de pedra; sua largura varia de 2,50 metros a 3,00 metros de largura. Os passeios são regulares, porém há blocos quebrados, soltos, que prejudicam a acessibilidade. Nesse quesito, importante destacar a ausência de piso tátil, rebaixamento de calçadas ou equipamentos sonoros para deficientes físicos (FIGURA 50).

FIGURA 50 – ASPECTOS FÍSICOS DO TRECHO III (VISTA 1 e VISTA 2)



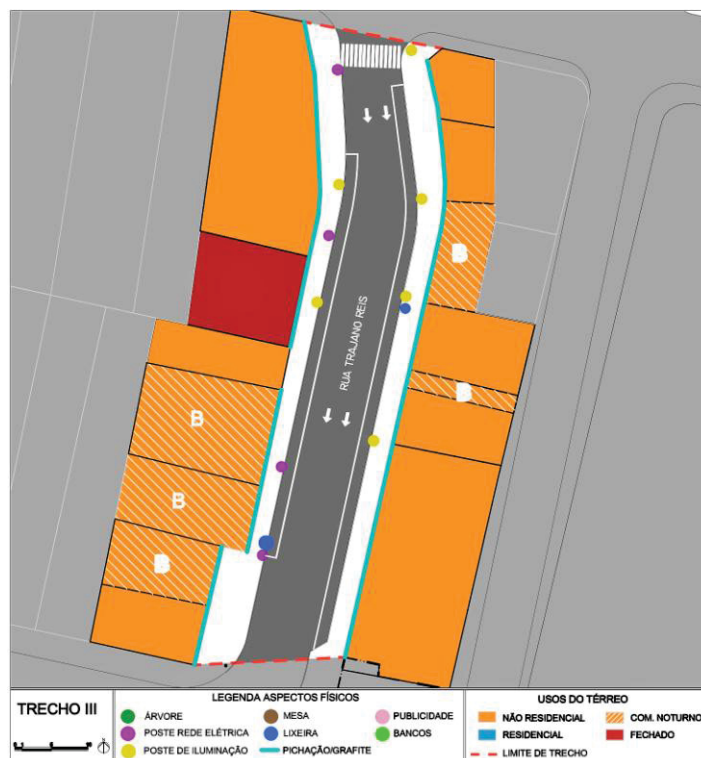
FONTE: Google Street View (2017).

Ainda na percepção do espaço físico, conforme ilustra a FIGURA 51, no tocante ao mobiliário, constata-se que os passeios são destituídos de bancos ou mesas fixas e as lixeiras são escassas. As alturas das edificações variam de dois a quatro pavimentos e conforme diretrizes de zoneamento, fazem parte do Setor Especial Histórico e da Zona Residencial 4 (ZR4). Apesar dos 86% estabelecimentos comerciais que se voltam ao térreo, com usos comerciais variados - com padarias, brechós, lojas de tapetes - apenas 25% deles atendem o público no período noturno e são predominantemente bares.

Durante o dia, a percepção sensorial da rua aponta que há uma comunicação visual na paisagem, marcada pelo grafite, pela pichação, por cartazes e pelos estêncis (FIGURA 52 e FIGURA 53). Já em relação à arborização, não foi identificada

vegetação, o que gera um desconforto ambiental nos dias de sol. Já no período noturno, iluminação é escassa, gerando sensação de insegurança em alguns pontos (FIGURA 54). De maneira geral, a paisagem edificada não possui conexão contínua com a rua e apresenta traços de degradação física.

FIGURA 51 – MAPA FÍSICO DO TRECHO III



FONTE: Adaptado de IPPUC, julho de 2017.

FIGURA 52 e FIGURA 53- SIGNOS NA RUA TRAJANO REIS; FIGURA 54- ILUMINAÇÃO ESCASSA NA RUA TRAJANO REIS (VISTA 4)



FONTE: A autora (2017)

Após observações e registro de 842 pessoas, o MC apontou que havia uma relação entre o comércio noturno - caracterizado por bares - e a permanência de pedestres, que tendiam a se posicionar em frente às fachadas ativas (FIGURA 55). A observação indicou que a atividade mais comum, de um público predominantemente de

jovens e adultos, era a reunião de pessoas, com 84,4% dos registros. Nesse ambiente, as atividades observadas foram o consumo de alimentos e bebidas, o tabagismo e, principalmente, a conversa. Entre as pessoas que permaneciam em reunião, 29,2% estavam sentadas, em soleiras, nos peitoris das janelas, em cadeiras instaladas pelos bares ou no próprio passeio (FIGURA 56). A proximidade e distância social entre os pequenos grupos, que conformavam pequeno aglomerados, eram inferiores a um metro.

Os comportamentos menos observados foram: adulto sentado sozinho e adulto em pé sozinho, ambos com porcentagem inferior a 1%. Distinguiram-se, significativamente, os gêneros; enquanto 60,8% das pessoas na rua eram do gênero masculino, 39,2% eram do sexo feminino. No instante de tempo observado, 14,5% das pessoas estavam apenas circulando, em direção aos demais trechos. Aqueles que atravessavam a rua encontravam com outros grupos e permaneciam, em frente às fachadas ativas. Alguns desvios eram realizados sobre as vias, onde os passeios continham maior aglomeração, o que indica que o fluxo era impedido e o passeio não conseguia abrigar todos os transeuntes.

FIGURA 55 - MC.II.2_MAPA FÍSICO-COMPORTAMENTAL DO TRECHO II (SÁBADO, ÀS 22:00 HRS)



FONTE: Adaptado de IPPUC, julho de 2017.

Registrou-se um conflito nítido entre o carro e o pedestre, que competiam pela

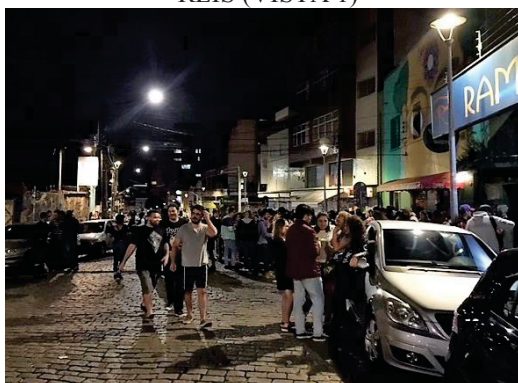
via em períodos de maior (re)apropriação (FIGURA 57). Ainda, durante observação direta, foram constatadas, em praticamente todas as noites de pesquisa, algumas práticas artísticas e culturais sobre a via e passeio, que ocasionam uma mudança comportamental: as pessoas deixavam de se agrupar em pequenos aglomerados e se organizavam ao redor da performance, formando um grande grupo (FIGURA 58 e FIGURA 59).

FIGURA 56 - **OD.III.3**_PESSOAS SENTADAS NO PASSEIO, RUA TRAJANO REIS (VISTA 5)



FONTE: A autora (2017)

FIGURA 57 - **OD.III.3**_PESSOAS CAMINHANDO NA VIA, RUA TRAJANO REIS (VISTA 1)



FONTE: A autora (2017)

FIGURA 58 - **OD.III.3**_PERFORMANCE NA RUA TRAJANO REIS (VISTA 6)



FONTE: A autora (2017)

FIGURA 59 - **OD.III.3**_APRESENTAÇÃO MUSICAL NA VIA, RUA TRAJANO REIS (VISTA 6)



FONTE: A autora (2017)

O *time-lapse*, realizado no período de 1 hora apontou pouca mudança no padrão da dinâmica comportamental. Já o registro de vestígios, durante e após o uso da rua, caracterizou-se predominantemente por “deposição” de cigarros, copos, garrafas de vidro quebradas e lixo (FIGURA 60, FIGURA 61 e FIGURA 62). Esses, indicam um uso voltado ao consumo, que coaduna aos usos privados (bares, lanchonetes).

FIGURA 60 -
OV.III.2_VESTÍGIOS DE
DEPOSIÇÃO DE GARRAFAS

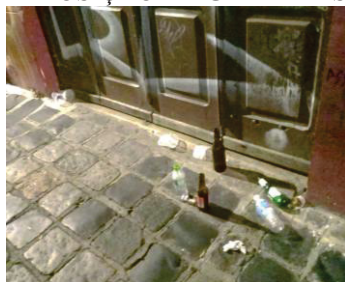
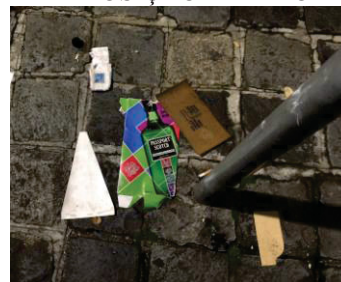


FIGURA 61 -
OV.III.1_VESTÍGIOS DE
DEPOSIÇÃO DE GARRAFAS



FIGURA 62 -
OV.III.3_VESTÍGIOS DE
DEPOSIÇÃO DE LIXO

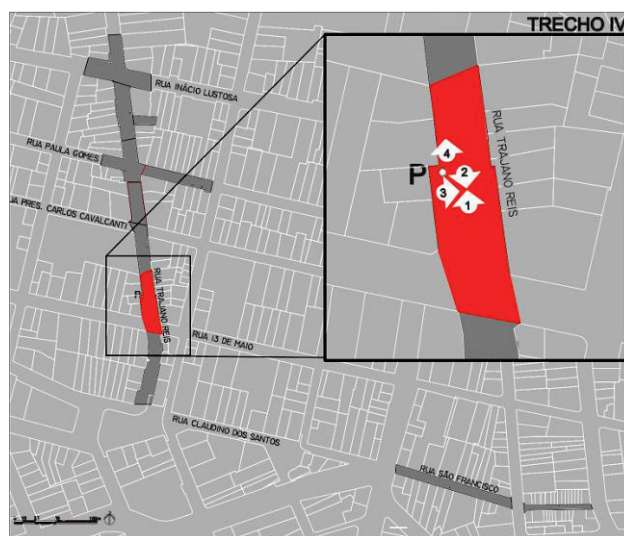


FONTE: A autora (2017).

4.1.5 Trecho IV

Esta seção é contínua ao Trecho III e está localizado na Rua Trajano Reis, como ilustra a FIGURA 63, que também possui as vistas de registros fotográficos. A Vista 1 e a Vista 2 da FIGURA 64, apresentam a área.

FIGURA 63 – LOCALIZAÇÃO DO TRECHO IV

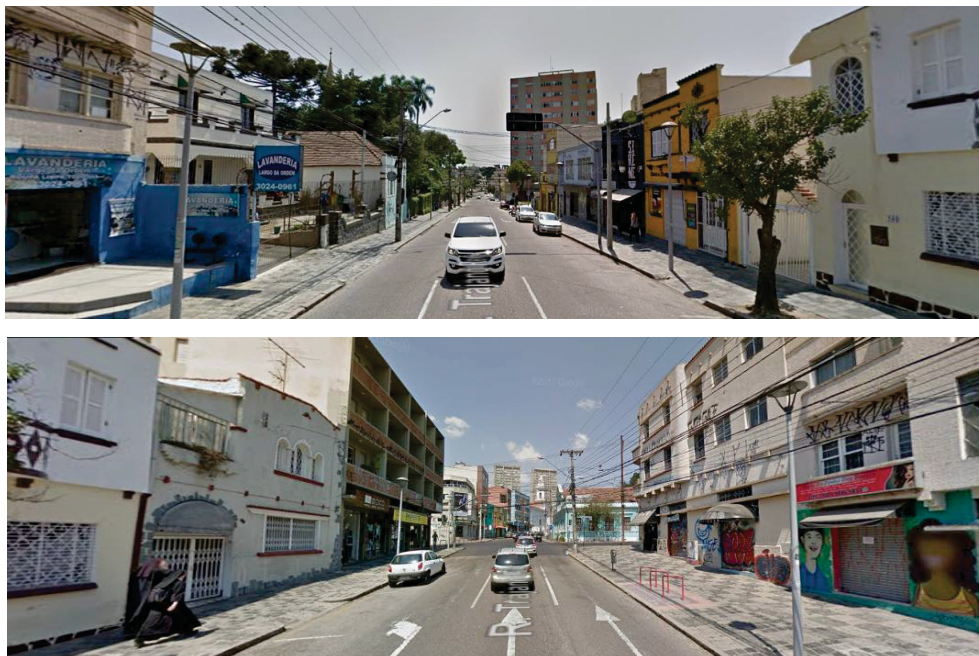


FONTE: Adaptado de IPPUC (2017).

Os passeios, com 2,5 metros à 3 metros de largura, ladeiam a via de tráfego. Esta, apesar de conter as mesmas dimensões do trecho III, possui composição asfáltica e conta com três faixas de circulação e uma faixa de estacionamento. A iluminação pública, implantada com regularidade no passeio, é reforçada por refletores instalados nas próprias fachadas comerciais. No que tange ao mobiliário urbano, não há mesas,

cadeiras ou bancos fixos, durante o dia. Porém, à noite, conforme ilustra a FIGURA 65, algumas mesas e cadeiras são implantadas pelos estabelecimentos comerciais.

FIGURA 64 – ASPECTOS FÍSICOS DO TRECHO IV (VISTA 1 e VISTA 2)



FONTE: Google Street View (setembro 2017).

FIGURA 65 – MAPA FÍSICO DO TRECHO IV



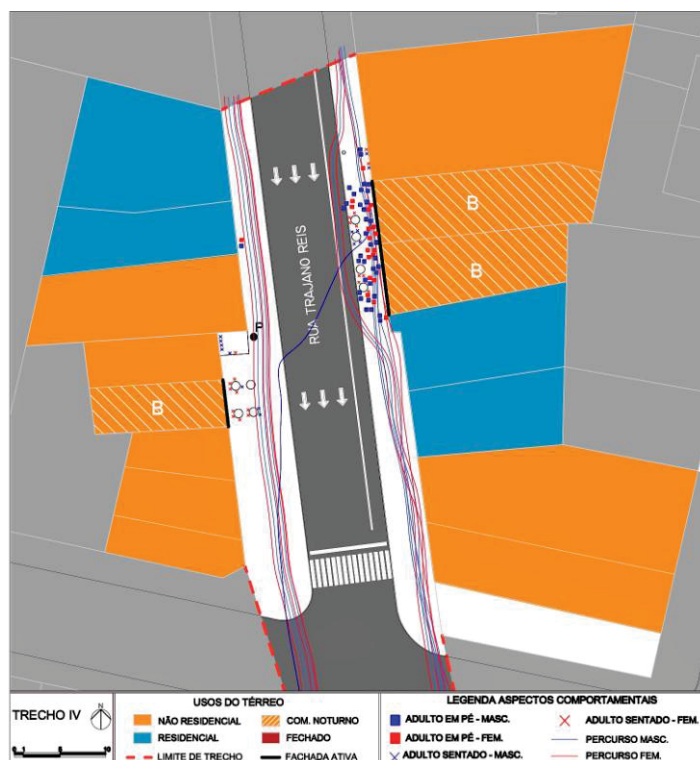
FONTE: Adaptado de IPPUC, julho de 2017.

O Trecho IV apresenta quatro usos residenciais e doze estabelecimentos não-residenciais, dentre os quais quatro são de uso noturno. Apesar dos usos residenciais estarem voltados para a rua, sua fachada não é ativa e não possui tratamento paisagístico e arquitetônico que favoreça a relação com o domínio público.

Pela percepção sensorial diurna da via apreende-se que há pouco conforto térmico, dada a falta de proteção solar e contra intempéries. O cabeamento gerado pela infraestrutura elétrica gera poluição visual, ainda que a publicidade não promova a mesma impressão, restringindo-se às fachadas. As ruas, esvaziadas, causam sensação de insegurança, apesar dos estabelecimentos comerciais. Já no período noturno, os aspectos sensoriais são alterados. A intensa ocupação e permanência de pessoas dão vida ao ambiente, que, no entanto, carece de iluminação e mobiliários para o convívio.

Realizado a partir do ponto de observação “P”, o MC dessa seção, ilustrado pela FIGURA 66, abarcou 676 pessoas, ao todo. Em um primeiro momento, indica uma aglomeração bem demarcada em frente às fachadas comerciais ativas (FIGURA 67) e um esvaziamento no lado oposto que, todavia, também possui intensa (re)apropriação em frente a maior aglomeração (FIGURA 68).

FIGURA 66- MC.IV.2_MAPA FÍSICO-COMPORTAMENTAL DO TRECHO IV (SEXTA, ÀS 21:30 HRS)



FONTE: A autora (novembro, 2017)

A observação comportamental contabilizou 77,9% pessoas que se reuniam em grupos. Entre elas, 68,1% permaneciam em pé e 31,8% sentadas, conversando ou consumindo, em mesas posicionadas sobre o passeio ou nas soleiras das portas e beirais de janelas. As mesas posicionadas pelos comerciantes sobre o passeio, por vezes, competiam com o aglutinado de pessoas, que bloqueavam o passeio, gerando um conflito entre quem permanecia e passava. Apenas 0,9% das pessoas mapeadas estavam sozinhas, seja em pé ou sentada. Já o Mapeamento de percurso indicou que 21,2% das pessoas transitavam, e seu trajeto era frequentemente alterado para desviar da aglomeração, que ocupava todo o passeio.

FIGURA 67- **OD.IV.2** AGLOMERAÇÃO NA RUA TRAJANO REIS (VISTA 3)



FONTE: A autora (novembro de 2017)

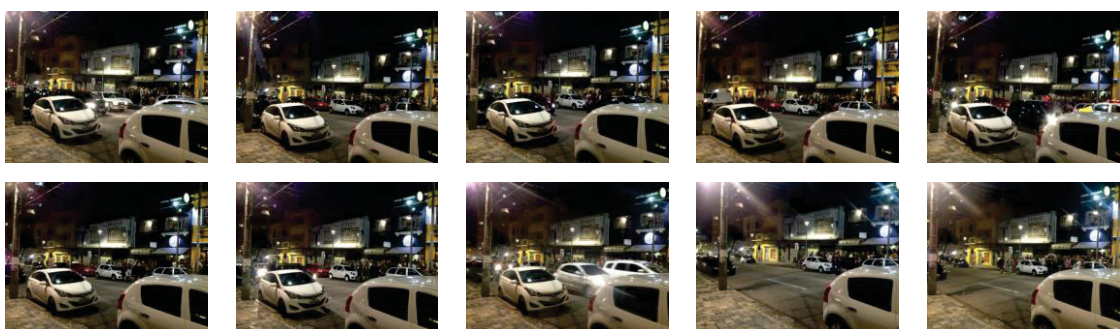
FIGURA 68- **OD.IV.2** VAZIO NA FACHADA INATIVA, RUA TRAJANO REIS (VISTA 4)



FONTE: A autora (novembro de 2017)

O *time-lapse*, realizado na seção a partir da Vista 2, ilustra pouca mudança de usos, a permanência dos veículos sobre a via (FIGURA 69). A maior concentração de pessoas ocorreu às 22:30. Já na observação de vestígios foram registrados apenas copos, garrafas e elementos de “deposição”, coadunando com os usos privados.

FIGURA 69- **TL.IV.1** *TIME-LAPSE* DO TRECHO IV (DAS 21:00 ÀS 22:30, VISTA 3)

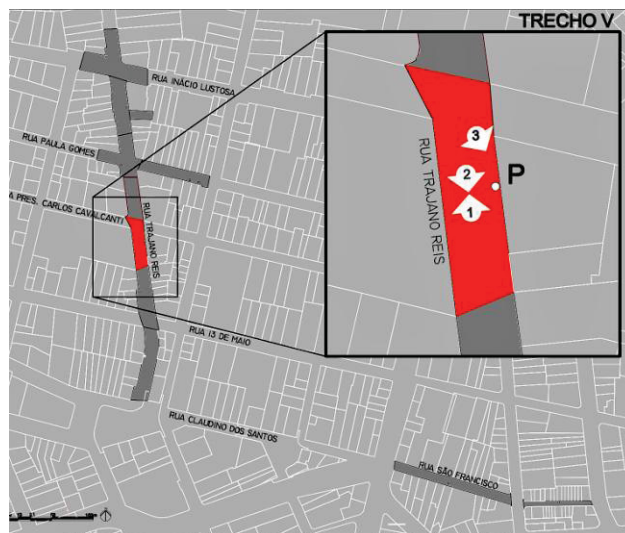


FONTE: A autora (dezembro, 2017)

4.1.6 Trecho V

Esta seção se localiza na Rua Trajano Reis, como apresentado na FIGURA 70, que também contém as vistas dos registros fotográficos.

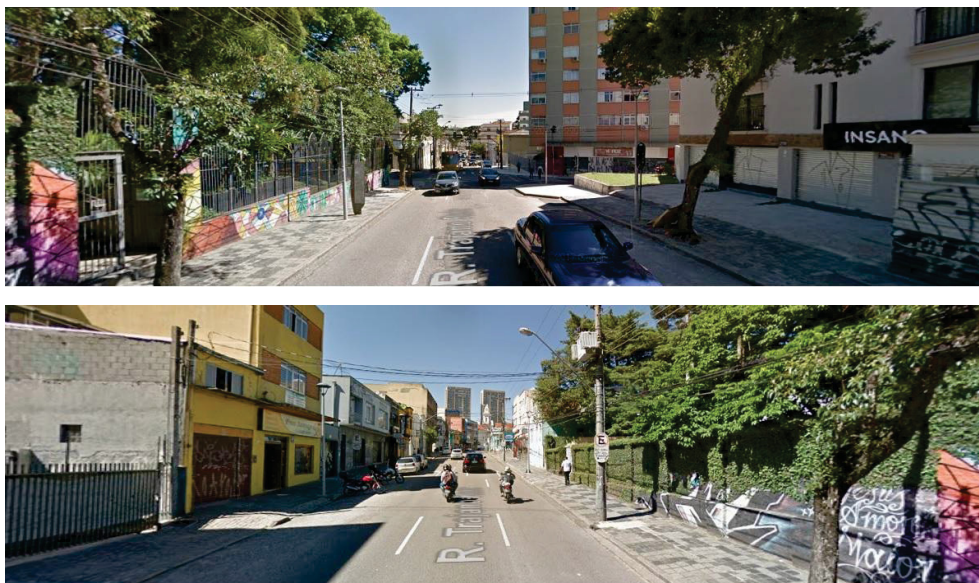
FIGURA 70 – LOCALIZAÇÃO DO TRECHO V



FONTE: Adaptado de IPPUC (2017).

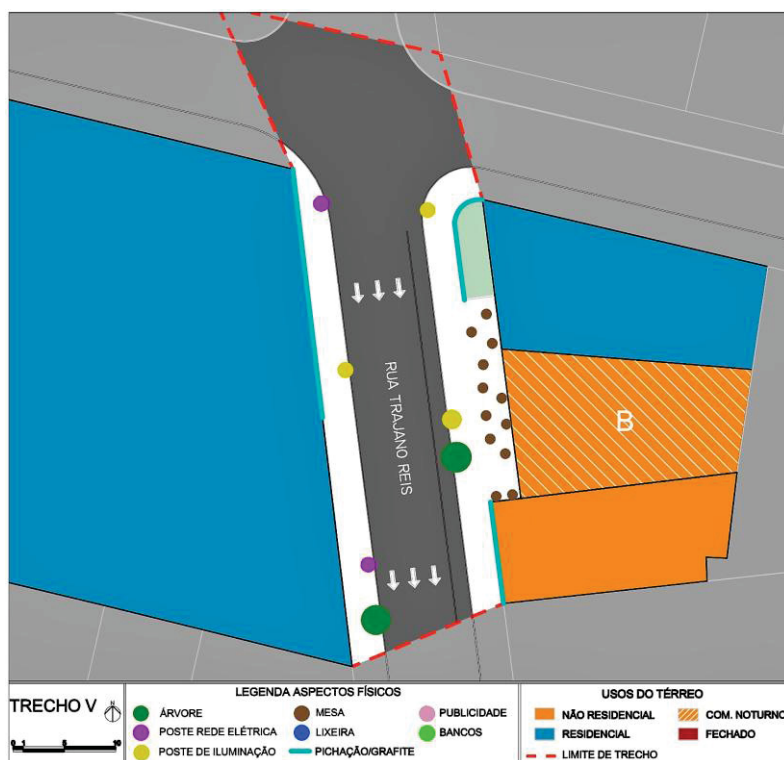
A observação física do recorte, contextualizado pela FIGURA 71, durante o período diurno, evidenciou a inexistência de mobiliários urbanos (bancos, mesas, lixeiras). Porém, durante a noite, estão dispostas nove mesas e cadeiras sobre o passeio, em frente ao recuo da fachada (FIGURA 72). Com dois usos comerciais - dentre os quais apenas um uso era noturno - e dois usos não comerciais, o Trecho V se diferencia fisicamente por essa descontinuidade do passeio provocada pelo recuo de aproximadamente quatro metros em uma esquina. Essa abriga um edifício residencial que, todavia, possui um uso misto; e comporta também um uso comercial noturno em seu térreo.

FIGURA 71 – ASPECTOS FÍSICOS DO TRECHO V (VISTA 1 e VISTA 2)



FONTE: Google Street View (2017).

FIGURA 72 – MAPA FÍSICO DO TRECHO V



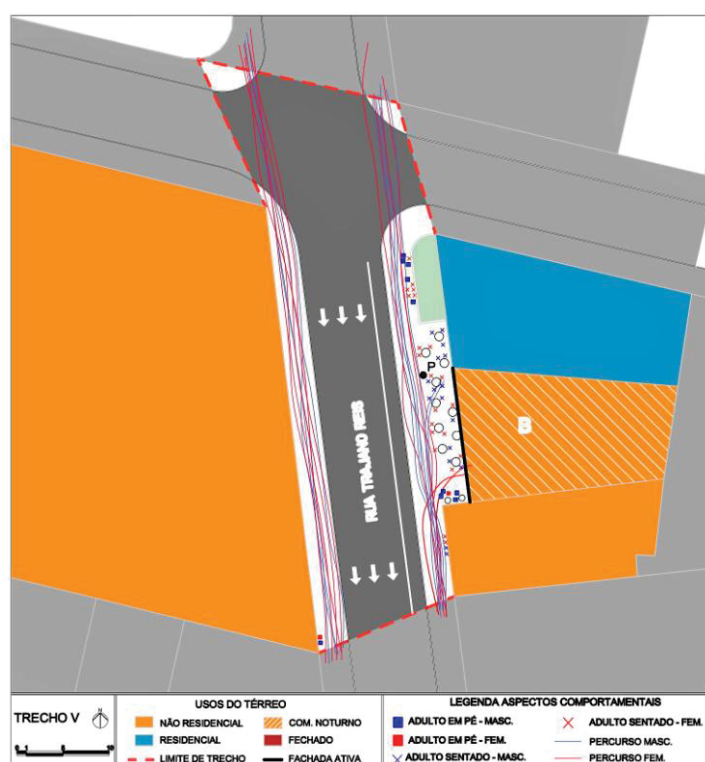
FONTE: Adaptado de IPPUC, julho de 2017.

A percepção sensorial diurna não se modificou em relação ao trecho anterior, também localizado na Trajano Reis. Os grafites e pichações estão presentes em praticamente 50% das fachadas. Já na percepção sensorial noturna destacou-se a

iluminação, muito mais intensa em frente às fachadas comerciais noturnas, que possuíam refletores.

Como é possível observar pelo MC (FIGURA 73), 58,6% das pessoas permaneciam predominantemente sentadas e em reunião, padrão que se difere dos anteriormente visualizados (FIGURA 74); e 29,5% delas permanecerem em pé, junto às mesas. O contorno de concreto do canteiro residencial também era frequentemente utilizado como banco (FIGURA 75). Um vazio social foi percebido em frente a um muro, no lado oposto à maior aglomeração. Das 426 pessoas observadas em todo o mapeamento, 11,7% delas estavam transitando. O rastreamento de percursos apontou a predominância dos fluxos sem parada, onde não havia fachada ativa; e certa permanência em frente ao estabelecimento comercial. Ao contrário dos demais trechos já analisados, foi identificado um público de maioria feminina (52,6%).

FIGURA 73- MC.V.2_MAPA FÍSICO-COMPORTAMENTAL DO TRECHO V (SEXTA, ÀS 22:40 HRS)



FONTE: A autora (2017)

FIGURA 74- **OD.V.1_PESSOAS SENTADAS NO RECUO, RUA TRAJANO REIS (VISTA 3)**



FONTE: A autora (setembro, 2017)

FIGURA 75- **OD.V.2_PESSOAS SENTADAS NO CANTEIRO, RUA TRAJANO REIS (VISTA 3)**



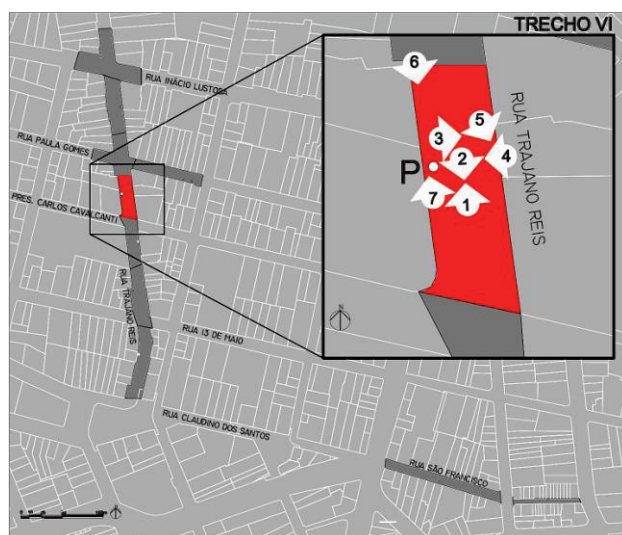
FONTE: A autora (janeiro, 2017)

Já os vestígios encontrados foram apenas de deposição – de copos plásticos, garrafas, embalagens – no canteiro, o que indica que nesse espaço há prática de consumo de alimentos e bebidas.

4.1.7 Trecho VI

A seção VI, localiza-se na parte central da Rua Trajano Reis, como ilustra a FIGURA 76, que também apresenta as vistas das fotografias.

FIGURA 76 – LOCALIZAÇÃO DO TRECHO VI

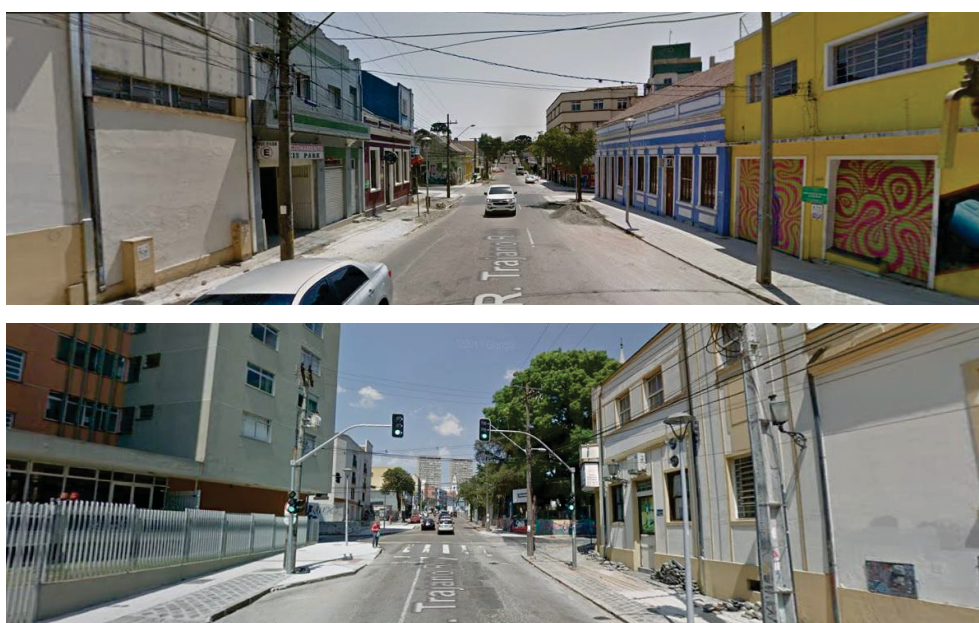


FONTE: Adaptado de IPPUC (2017).

A observação dos aspectos físicos, no quesito mobiliário urbano, aponta que as lixeiras são escassas na seção, que também não conta com bancos ou mesas (FIGURA

77). A iluminação pública é feita por postes de iluminação, que direcionam luz para o passeio; e luminárias instaladas no sistema de rede elétrica, que direcionam a luz para a via, composta de pavimentação asfáltica. Tal quais os demais trechos da Rua, seus passeios, com aproximadamente 2,5 a 3 metros de largura, são constituídos de paralelepípedo e concreto, destituídos de piso tátil (FIGURA 78). Durante a noite, os carros ocupavam duas fileiras para estacionamento e mesas são instaladas sobre o passeio.

FIGURA 77 – ASPECTOS FÍSICOS DO TRECHO VI- (VISTA 1 e VISTA 2)

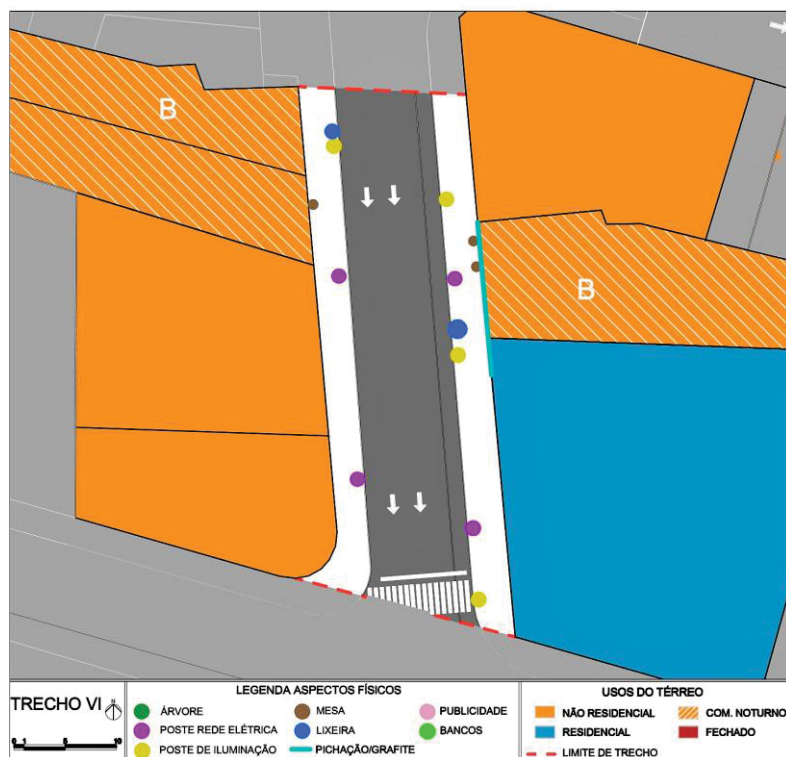


FONTE: Google Street View (2017).

Localizada na Zona Residencial 04, contém uma edificação residencial e seis edificações uso não-residencial, no andar térreo. Dos estabelecimentos comerciais, três estavam abertos no período noturno, sendo que dois deles eram bares. As fachadas são contínuas não possuem recuos, contudo, destaca-se na paisagem um edifício residencial, com 11 pavimentos que destoa dos demais edifícios, com no máximo, 2 pavimentos

Os aspectos sensoriais apontam que, durante o dia, predomina o esvaziamento da rua, que não possui conforto térmico, dada a inexistência de vegetação no trecho, ou a proteção contra intempéries. A grafiteagem e a pichação estão menos presentes na fachada em relação aos demais pontos da rua. Já no período noturno, prevalece a sensação de iluminação escassa em frente às edificações fechadas, que se fecham para a rua.

FIGURA 78 – MAPA FÍSICO DO TRECHO VI

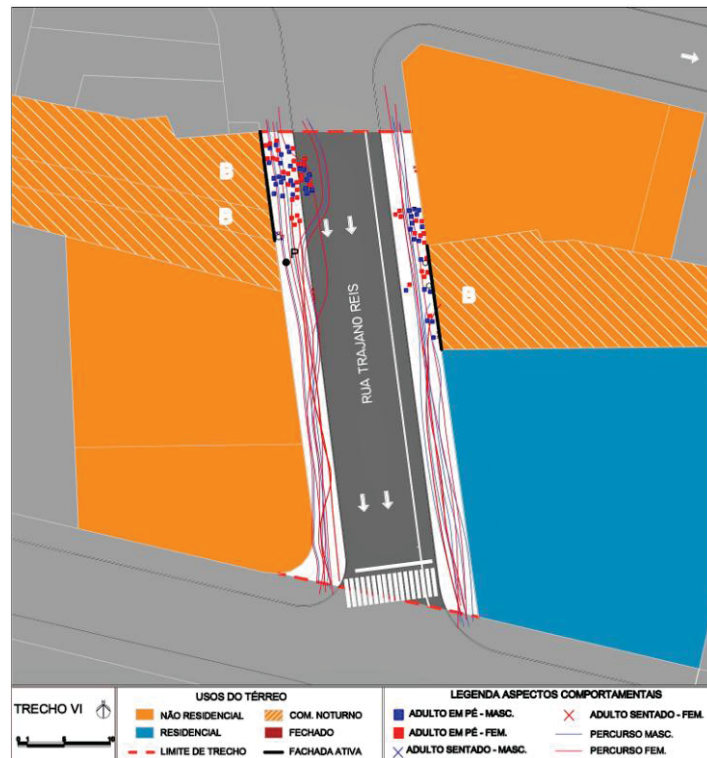


FONTE: Adaptado de IPPUC, julho de 2017.

O MC (FIGURA 79), realizado a partir do ponto “P”, apontou dois pontos com maior reunião de pessoas (FIGURA 80 e FIGURA 81). De fato, das 766 pessoas observadas, 92% estavam reunidas em grupos, consumindo e conversando, em uma interação intensa e de proximidade (menor a 1 metro). Dessas, 10,7% estavam sentadas e 89,3% permaneciam em pé. O peitoril da janela e o meio-fio e o chão eram utilizados como bancos (FIGURA 82) e os carros estacionados serviam como apoio (FIGURA 83). Do total de pessoas observadas, menos de 1% estavam sozinhas, sentadas ou em pé, geralmente consumindo ou mexendo ao celular.

O MP de percurso aponta que 6,8% dos sujeitos mapeados eram transeuntes, em fluxo rápido, realizados geralmente sobre o passeio e com poucas paradas. Dada a aglomeração de pessoas em frente a uma fachada, os transeuntes, muitas vezes, eram obrigados a passar sobre a via para continuarem seus trajetos.

FIGURA 79- **MC.VI.2**_MAPA FÍSICO-COMPORTAMENTALDO TRECHO VI (SEXTA, ÀS 23:00 HRS)



FONTE: A autora (2017)

FIGURA 80- **OD.VI.2**_REUNIÃO DE PESSOAS NA RUA TRAJANO REIS (VISTA 3)



FONTE: A autora (2017)

FIGURA 81- **OD.VI.2**_REUNIÃO DE PESSOAS NA RUA TRAJANO REIS (VISTA 4)



FONTE: A autora (2017)

FIGURA 82- **OD.VI.1_** PESSOAS SENTADAS NO PEITORIL, RUA TRAJANO REIS (VISTA 5)



FONTE: A autora (2017)

FIGURA 83- **OD.VI.2_** PESSOAS SENTADAS NO VEÍCULO E SOBRE A VIA, RUA TRAJANO REIS (VISTA 6)



FONTE: A autora (2017)

Neste trecho, os vestígios constituíam-se por “deposição” de copos e garrafas. Já o *time-lapse*, realizado no período de 1 hora apontou que o padrão de comportamento e a idade do público pouco se alteravam (FIGURA 84). A intensidade de apropriação tinha seu pico às 22:30 hrs.

FIGURA 84 – **TL.VI.1** *TIME-LAPSE* DO TRECHO VI (DAS 22:30 ÀS 23:30 HRS, VISTA 7)

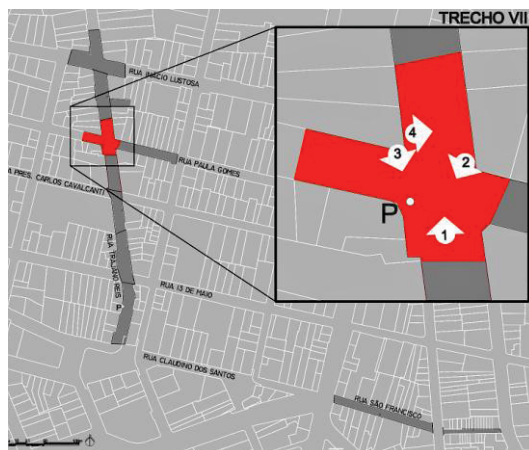


FONTE: A autora (novembro, 2017)

4.1.8 Trecho VII

O Trecho VII está situado na Rua Trajano Reis e na Rua Paula Gomes. A FIGURA 85 ilustra sua localização e as vistas das fotografias.

FIGURA 85 – LOCALIZAÇÃO DO TRECHO VII



FONTE: Adaptado de IPPUC (2017).

Os aspectos físicos, ilustrados na FIGURA 86, diferenciam-se das demais seções apenas pela existência de um recuo das edificações, no qual são posicionadas mesas no período noturno. A iluminação pública, não tão bem distribuída, é complementada por arandelas e refletores fixos às fachadas.

FIGURA 86 – ASPECTOS FÍSICOS DO TRECHO VII (VISTA 1 e VISTA 2)



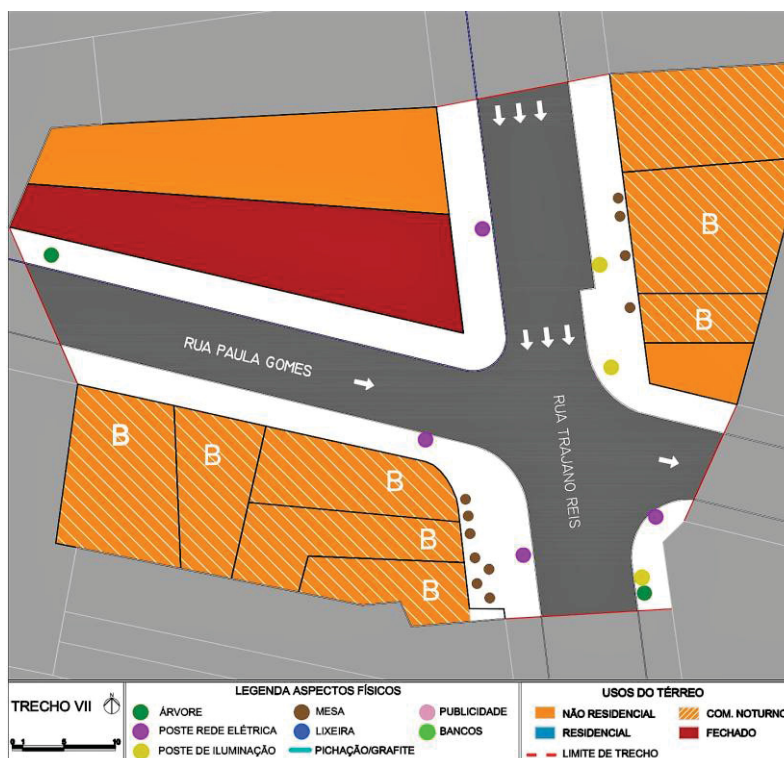
FONTE: Google Street View (2017).

A via de tráfego da Rua Trajano Reis, de composição asfáltica, possui um tráfego moderado. Já a Rua Paula Gomes é composta por pavimentação de paralelepípedo, enquanto a do passeio é composta por blocos de pedra e revestimento de concreto.

Apresenta um lote desocupado e os demais com usos não-residenciais, sendo que oito deles são abertos ao uso noturno e todos se constituem por bares ⁷⁸ (FIGURA 87).

O MC desta seção (FIGURA 88) apresentou certa distribuição de usuários, apesar de um vazio estar marcado em frente ao lote desocupado. Das 1180 pessoas observadas, novamente destacaram-se as em reunião, correspondendo a 91,1% dos registros. Nessa categoria, 72,1% pessoas permaneciam e pé, enquanto 27,8% foram mapeadas sentadas. No que tange a permanência sozinho, apenas 0,37% pessoas foram contabilizadas. Dos registros totais, 8,5% eram transeuntes, cujos trajetos – que se davam majoritariamente pelos passeios - eram de baixa velocidade e grande parte, de curta extensão, de uma quadra à outra. Poucas pessoas atravessam a rua (FIGURA 89) e, por vezes, encontram-se umas com as outras, paravam e permaneciam.

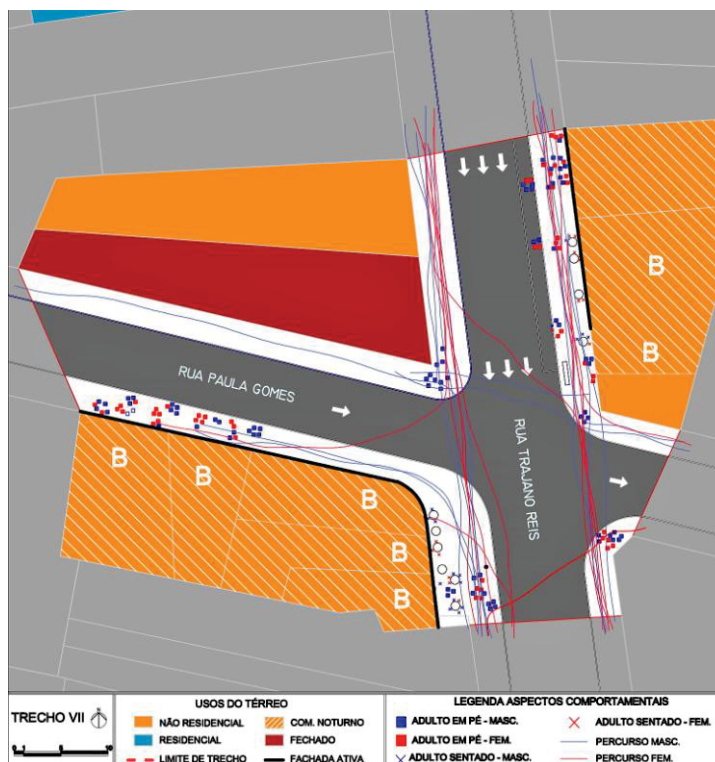
FIGURA 87 – MAPA FÍSICO DO TRECHO VII



FONTE: Adaptado de IPPUC, julho de 2017.

⁷⁸ Neste trecho, assim, como o Trecho I, há uma dinâmica diferenciada, voltada ao tráfego. Dado essa condicionante de segurança, a observação foi realizada sem a utilização do *time-lapse*, já que a fotografia exige certo cuidado em relação à exposição.

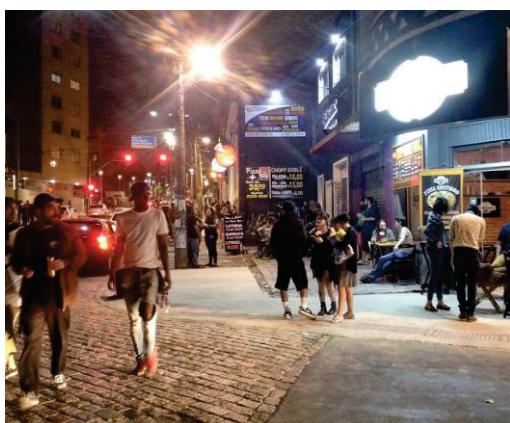
FIGURA 88- **MC.VII.4**_MAPA FÍSICO-COMPORTAMENTAL DO TRECHO VII (SÁBADO, ÀS 00:00 HRS)



FONTE: Adaptado de IPPUC (janeiro, 2017).

Em uma noite de observação, uma tática utilizada para suprir a ausência de bancos foi o posicionamento de um banco (não fixo), de aproximadamente dois metros de comprimento, em um ponto da calçada pelo proprietário do estabelecimento e que foi intensamente utilizado pelas pessoas que se apropriavam da rua (FIGURA 90). As mesas e cadeiras posicionadas pelos estabelecimentos comerciais também eram intensamente utilizadas.

FIGURA 89 - **OD.VII.I**_CIRCULAÇÃO DE PESSOAS NA RUA PAULA GOMES (VISTA 3)



FONTE: A autora (2017)

FIGURA 90 - **OD.VII.I**_COLOCAÇÃO DE BANCO EM FRENTE À FACHADA ATIVA NA RUA TRAJANO REIS (VISTA 4)



FONTE: A autora (2017)

Nesta seção, foram encontrados poucos vestígios, quando comparado aos demais trechos. Todavia, observaram-se os mesmos objetos de deposição - como copos plásticos, cigarros e garrafas.

4.1.9 Trecho VIII

Elencado como um ponto catalisador do fenômeno de (re)apropriação na Rua Trajano Reis, este segmento de rua é situado na Rua Paula Gomes e é adjacente à Rua Trajano Reis, fazendo sua ligação com a Rua Duque de Caxias (FIGURA 90).

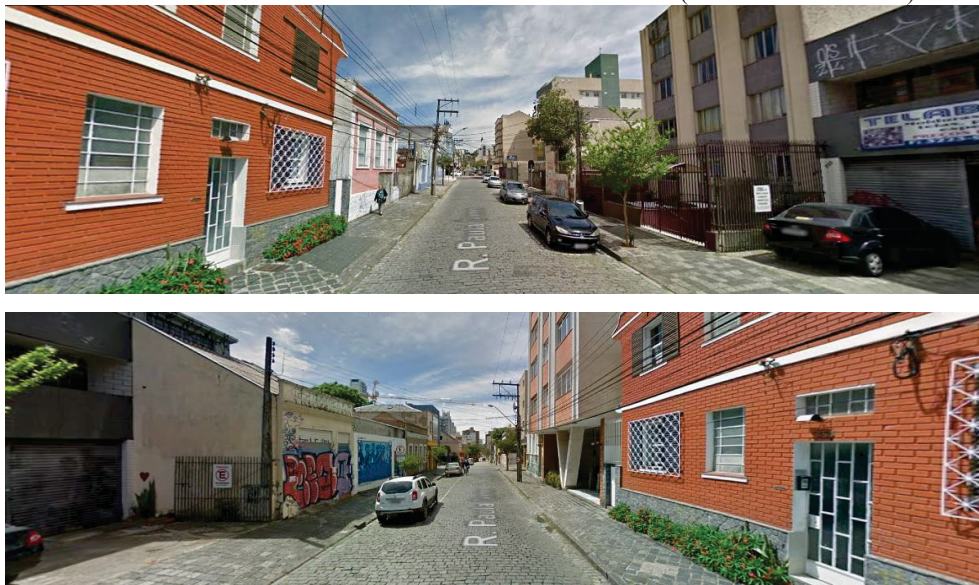
FIGURA 91 – LOCALIZAÇÃO DO TRECHO VIII



FONTE: Adaptado de IPPUC (2017).

A análise dos aspectos físicos da rua permite afirmar que há pouca iluminação ao longo do passeio, assim como são inexistentes os mobiliários urbanos. O passeio, com aproximadamente três metros de largura, é composto de pavimentação de pedras regulares. Mesma pavimentação que compõe a via, a qual possui sentido único e uma faixa para o estacionamento de veículos. Um paraciclo está posicionado na extremidade da via, em frente a um estabelecimento comercial, aberto no período noturno.

FIGURA 92- ASPECTOS FÍSICOS DO TRECHO VIII (VISTA 1 E VISTA 2)



FONTE: Google Street View (2017)

Localizado na Zona Residencial 4, os lotes possuem, em seu térreo, uso residencial (6), usos não-residenciais (9) e lotes vazios (2). As edificações são descontínuas no que tange à sua altura, variando de 1 a 14 pavimentos. A partir da percepção sensorial, pode-se afirmar que a vegetação urbana, de pequeno porte, é isolada e não possui continuidade ou porte para sombreamento; as fachadas são gravadas pelo grafite, estêncis e por pichações. Ademais, destaca-se um tapume cobria um grande vazio urbano, já danificado e com várias intervenções.

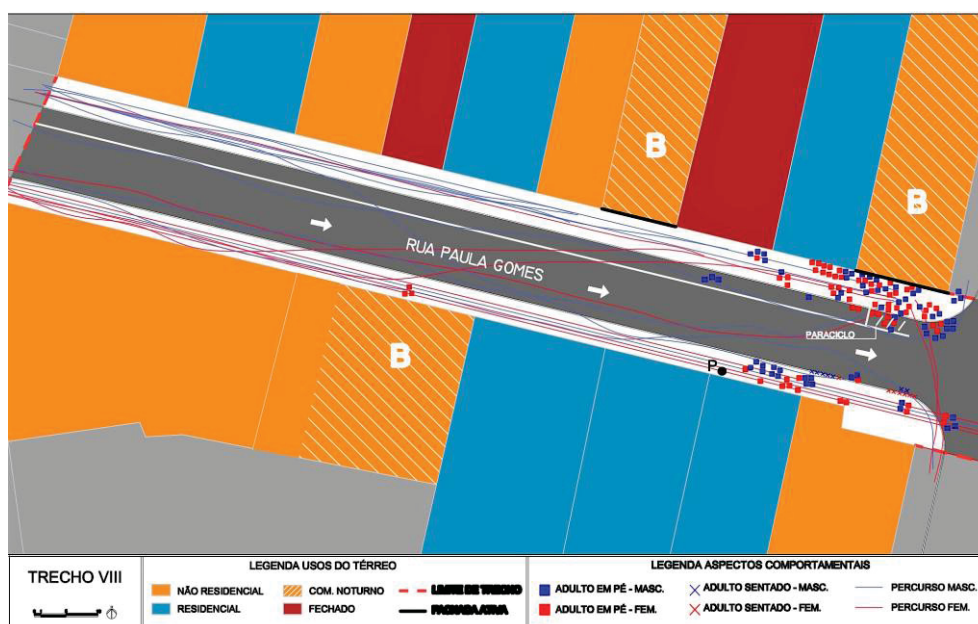
FIGURA 93 – MAPA FÍSICO DO TRECHO VIII



FONTE: Adaptado de IPPUC, julho de 2017.

O trecho apresentou semelhanças ao já mencionados: uma presença acentuada de pessoas e grupos se organizavam em pequenos ajuntamentos, conversando, bebendo ou fumando. O MC (FIGURA 94) apontou um “micro-espço” bem definido, concentrado no final do trecho: uma aglomeração de pessoas, em frente a um estabelecimento comercial noturno, que se ampliava para o outro lado da via, já que os passeios não permitiam abrigar todo o público (FIGURA 95 e 96). De fato, das 922 pessoas observadas, 96,3% enquadravam-se na categoria a reunião de público, onde 84,2% pessoas encontravam-se em pé e 15,7% sentadas. Nenhuma pessoa foi observada permanecendo sozinha. Em relação aos que transitavam, registrou-se um total de 3,6%, um índice menor quando comparados aos demais trechos, o que pode ser justificado por ser uma rua tangencial a Trajano Reis, onde o fluxo de pessoas é maior.

FIGURA 94- MC.VIII.2_MAPA FÍSICO-COMPORTAMENTAL DO TRECHO VIII (SEXTA, ÀS 22:00 HRS)



FONTE: A autora (novembro, 2017)

A maneira com que as pessoas se sentavam ao meio-fio, no passeio oposto ao estabelecimento comercial, indicava a importância do contato visual com outros grupos: encontravam-se viradas para o ponto de maior concentração (FIGURA 95). Um tipo de uso observado se diferenciou dos demais pontos observados até então descritos: a presença de um carro estacionado, do qual era emitida música e que também servia como apoio para uma pequena mesa, onde três pessoas interagiam com suas bebidas e

comidas. Esse pequeno grupo estava um pouco afastado da multidão, ainda que anexo a ela. Também se observou que um grupo de pessoas, situado na esquina em frente ao estabelecimento comercial, posicionavam-se em círculo, cujo centro abrigava uma térmica.

Apesar da edificação localizada na região central da rua apresentar as mesmas características de uso e estar aberta no período noturno, esta não concentrava o mesmo público em frente à sua fachada. Fato esse atribuído pela sua forma, que não se volta para a rua (FIGURA 98).

FIGURA 95– **OD.VIII.1**_CONCENTRAÇÃO DE PESSOAS NA RUA PAULA GOMES (VISTA 3)



FONTE: A autora (2017)

FIGURA 96– **OD.VIII.1**_CONCENTRAÇÃO DE PESSOAS NA RUA PAULA GOMES (VISTA 4)



FONTE: A autora (2017)

FIGURA 97– **OD.VIII.1**_CONCENTRAÇÃO DE PESSOAS NA RUA PAULA GOMES (VISTA 5)



FONTE: A autora (2017)

FIGURA 98– **OD.VIII.1**_FACHADA DE POUCA PERMEABILIDADE NA RUA PAULA GOMES (VISTA 6)



FONTE: A autora (2017)

Em relação aos vestígios, chamou a atenção um traço marcado na paisagem: a mudança feita em um peitoril de uma janela residencial, deixando-o inclinado, indicando que aquele costumava ser um lugar utilizado pelas pessoas que ocupavam a rua, para apoio de copos e garrafas. Já o *time-lapse* apontou maior concentração de pessoas entre 22:00hrs e 00:00hrs e poucas mudanças no padrão de comportamento (FIGURA 99).

FIGURA 99–TL.VIII.1_*TIME-LAPSE* DO TRECHO VIII (SEXTA, DAS 22:00 ÀS 00:00)



FONTE: A autora (novembro, 2017)

4.1.10 Trecho IX

O Trecho IX é representado na FIGURA 100 e está localizado na porção norte da Rua Trajano Reis.

FIGURA 100 – LOCALIZAÇÃO DO TRECHO IX



FONTE: Adaptado de IPPUC (2017).

Assim como os trechos supracitados, são ausentes os bancos e mesas sobre o passeio, com exceção daqueles instalados pelo próprio comércio, durante o período noturno. Além destes elementos, o passeio contém um abrigo para parada de ônibus, próximo ao qual está situada a única lixeira. Próximo à esquina, se demarca um avanço de um estabelecimento comercial sobre o passeio: uma pequena “cerca” onde estão localizadas mesas e cadeiras do estabelecimento comercial privado (FIGURA 101). Alinhando-se ao lado desta, no período noturno, há permanência de um comércio ambulante de venda de cachorro quente.

No tocante ao sistema de mobilidade, no período noturno duas faixas da via serviam para o estacionamento de veículos e, outras duas, para sua circulação. A pavimentação asfáltica da via é ladeada por passeios compostos por blocos de pedra e, recentemente, após requalificação da calçada, de concreto. O Trecho está abarcado na Zona Residencial 4 e os usos do térreo são compostos de sete lotes de uso não-residencial; e cinco usos residenciais. Dos usos comerciais, apenas três deles se encontravam abertos no período noturno (FIGURA 102).

FIGURA 101- ASPECTOS SÍSICOS DO TRECHO IX (VISTA 1 e VISTA 2)



FONTE: Google Street View (2017)

Os aspectos sensoriais permitem afirmar que há uma descontinuidade da fachada, gerada pelo recuo de dois lotes. Já em relação à altura das edificações, é visualizado um padrão de no máximo dois pavimentos. A vegetação é descontínua e composta por quatro árvores, de porte médio e pequeno, localizadas de maneira

aleatória sobre o passeio e sem correspondência com a paisagem edificada; a iluminação é escassa e descontínua.

FIGURA 102 – MAPA FÍSICO TRECHO IX



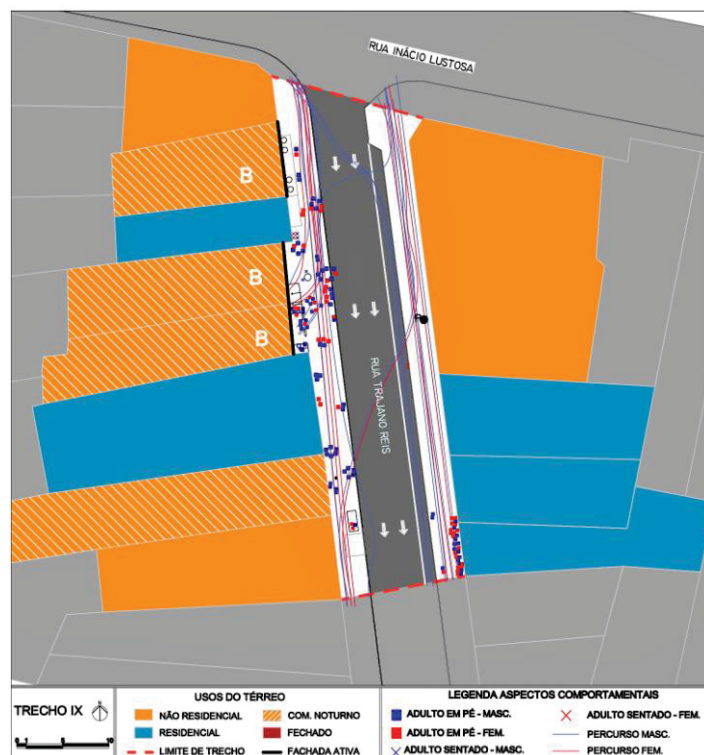
FONTE: Adaptado de IPPUC, julho de 2017.

A partir do ponto de observação “P”, mapearam-se 880 pessoas. Distingue-se dos trechos já analisados em relação à distribuição no posicionamento das pessoas, que tende a ser mais esparsa. 88,8% das pessoas se reuniam em grupos, sendo que predominavam a permanência em pé (91,8%), enquanto a permanência sentada era de 8,1%. Contudo, esse padrão é percebido em apenas um dos passeios, pois no lado oposto há um esvaziamento de pedestres, em frente a um estabelecimento comercial diurno, que possui uma fachada cega ao nível dos olhos (FIGURA 70). Nesse trecho eram realizados trajetos para outros estabelecimentos.

Certa “aglutinação” de transeuntes pôde ser identificada em frente ao recuo (FIGURA 103). Porém no avanço privado, não foi observado nenhuma (re)apropriação. O abrigo para parada de ônibus era utilizado como banco e lugar de permanência para um grupo de jovens (FIGURA 104), que também se valiam de outros elementos físicos para sentarem-se, como o meio-fio e a soleiras. Outra peculiaridade de uso foi percebida em frente a uma edificação residencial, que se localizava ao lado de uma casa noturna:

um pequeno grupo de pessoas possuía um equipamento da qual eram emitidas músicas em alto volume.

FIGURA 103- **MC.IX.2_** MAPA FÍSICO-COMPORTAMENTAL DO TRECHO IX (SÁBADO, ÀS 23:10 HRS)



FONTE: A autora (novembro, 2017)

FIGURA 104– **OD.IX.2** CONCENTRAÇÃO DE PESSOAS NA RUA TRAJANO REIS (VISTA 3)



FONTE: A autora (2017)

FIGURA 105– **OD.IX.1** USO DO ABRIGO DE ÔNIBUS NA RUA TRAJANO REIS (VISTA 4)



FONTE: A autora (2017)

O mapa ainda aponta uma concentração linear em frente a uma casa noturna, onde se formou uma fila para sua entrada (FIGURA 106). De fato, há uma mudança de padrão de (re)apropriação da rua: as pessoas tendem a permanecer em frente na rua

durante a entrada, enquanto aguardam na fila. Convém destacar, entretanto, que esse “momento” não é breve, mas concentra as pessoas em um tempo considerável, que enquanto aguardam a entrada conversam entre si, demonstrando os mesmos padrões de comportamento dos comércios acessíveis. A interação social era de proximidade, principalmente entre as pessoas que aguardavam na fila, onde também se percebiam troca de olhares e maior interação física. Foram quase inexistentes os registros de pessoas que se afastavam dessa interação e permaneciam sozinhas: 0,2%.

O MC de percurso (FIGURA 72) aponta que do total de pessoas observadas 11% estavam circulando. O recuo, no qual estão localizados dois estabelecimentos comerciais abertos no período noturno, é um ponto de permanência e de atração, um fim de trajeto. Já no passeio oposto o fluxo é mais rápido e sem paradas. São poucos os transeuntes que andam sobre a via. Um deles nitidamente desviou do ponto de ônibus, atrás do qual há um encolhimento do passeio.

FIGURA 106 - **OD.IX.1_** FILA NA RUA TRAJANO REIS (VISTA 5)

FIGURA 107 - **OD.IX.1_** FACHADA INATIVA RUA TRAJANO REIS (VISTA 6)

FIGURA 108 - **OD.IX.3_** PESSOAS SENTADAS NA RUA TRAJANO REIS (VISTA 7)



FONTE: A autora (2017)

Os vestígios apontam, pela primeira vez que há “desgastes construtivos”: são trilhas feitas em um canteiro, localizado ao lado do abrigo de ônibus, que indicam grande circulação de pessoas (FIGURA 109 e FIGURA 110). Ademais, foram observadas deposições de copos e garrafas, práticas já observadas nos trechos anteriores (FIGURA 111). O *time-lapse*, realizado pelo ponto de observação “P”, pela vista 4, registrou que os pontos de aglomeração em frente às fachadas ativas permaneceram ao longo da noite, pelo mesmo público jovem.

FIGURA 109 e FIGURA 110 - **OV.IX.1** VESTÍGIOS DE DESGASTE NA RUA TRAJANO REIS;
FIGURA 111- **OV.IX.1** VESTÍGIOS DE DEPOSIÇÃO NA RUA TRAJANO REIS

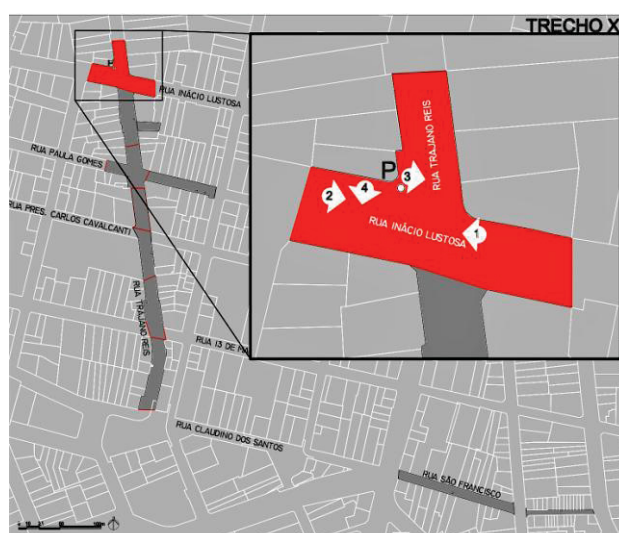


FONTE: A autora (fevereiro, 2018).

4.1.11 Trecho X

O Trecho final abrange duas ruas: a Rua Trajano Reis e a Rua Inácio Lustosa (FIGURA 112).

FIGURA 112 – LOCALIZAÇÃO DO TRECHO X



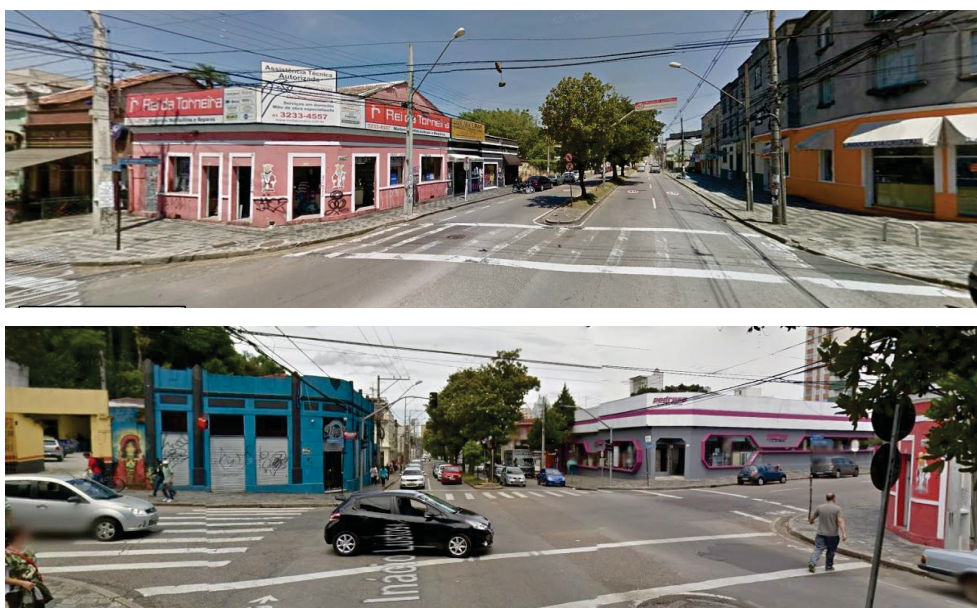
FONTE: Adaptado de IPPUC (2017).

A Rua Inácio Lustosa possui três pistas em sentido único, separadas por um canteiro central, e uma faixa de estacionamento (FIGURA 112). São aproximadamente quatorze metros destinados à circulação de veículos e aproximadamente de 2 a 4 metros de passeio, constituídos de paralelepípedo e concreto, destinados ao pedestre. A iluminação é feita por postes da rede elétrica que a direcionam para a via, um padrão diferente do observado na Rua Trajano Reis, onde a iluminação provinha de postes voltados a iluminação na calçada. Os mobiliários são ausentes no passeio: não há

bancos, mesas ou lixeiras. E, apesar da infraestrutura ser ofertada, não há acessibilidade para portadores de deficiência.

As edificações conformam um gabarito uniforme, de até três pavimentos. Os usos das edificações são comerciais, correspondendo a 81,8% dos lotes; e fechados (18,1%). Dos usos comerciais, 44,4% estavam abertos no período noturno. Não foram identificados usos habitacionais no térreo.

FIGURA 113 – ASPECTOS FÍSICOS DO TRECHO X (VISTA 1 E VISTA 2)



FONTE: Google Street View (2017)

Pela percepção sensorial do trecho, afirma-se que o fluxo de veículos é mais intenso na Rua Inácio Lustosa, quando em comparação à Trajano Reis, gerando sensação de insegurança. Nessa seção, a vegetação é regular e de médio porte no canteiro central. A pichação e o grafite não são tão presentes em relação às outras seções. Já percepção sensorial noturna aponta falta de iluminação em frente aos térreos fechados e, ao contrário dos demais trechos, não possui mesas implantadas pelos estabelecimentos comerciais.

FIGURA 114 – MAPA FÍSICO DO TRECHO X



FONTE: Adaptado de IPPUC, julho de 2017.

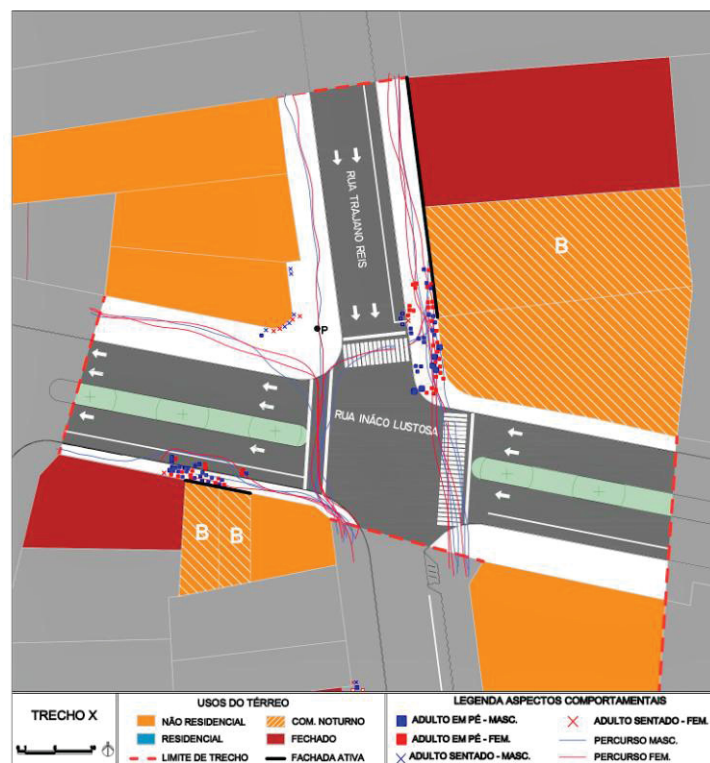
O MC (FIGURA 114) demonstra o mesmo padrão de aglomeração visto nos demais trechos, em frente aos estabelecimentos noturnos. Havia intensa reunião de pessoas, predominantemente jovens, que observavam o movimento na rua, conversavam, fumavam e consumiam, em distâncias muito próximas (FIGURA 116 e FIGURA 117). Das 1092 pessoas observadas, prevalecia um público jovem e adulto, dos quais 94,6% deles estavam em reunião, sendo que desses, 86,3% estavam em pé e 13,7% sentadas. Apenas 0,2% das pessoas do público estavam sozinhos. Novamente, o número absoluto de homens (63,6%) era maior em relação ao de mulheres.

Diante da falta de mobiliários, os pedestres se sentavam nas soleiras das portas, ação recorrente em uma esquina em frente ao comércio diurno. Também foram adaptadas proteções sobre o passeio, como a instalação de uma barraca, na qual se concentravam um grande número de pessoas, que ocupavam todo o passeio e parte da faixa de estacionamento (FIGURA 116).

No que pese ao MC de percurso, averiguou-se que 5,1% das pessoas que estavam usando a rua, apenas circulavam. Os trajetos tinham como ponto final os estabelecimentos ativos e poucos trajetos eram realizados além da mancha de

(re)apropriação, fato que permite afirmar que os percursos são geralmente realizados dentro da própria mancha.

FIGURA 115- **MC.X.4**_MAPA FÍSICO-COMPORTAMENTAL DO TRECHO IX (SÁBADO, ÀS 00:50 HRS)



FONTE: A autora (janeiro, 2017)

FIGURA 116- **OD.X.2**_CONCENTRAÇÃO DE PESSOAS NA RUA INÁCIO LUSTOSA (VISTA 4)



FONTE: A autora (2017)

FIGURA 117 - **OD.X.2**_CONCENTRAÇÃO DE PESSOAS NA RUA TRAJANO REIS (VISTA 3)



FONTE: A autora (2017)

Os vestígios derivados dos usos da rua eram constituídos basicamente por “deposição” - de copos, garrafas, papeis - que se localizavam sobre os passeios e vias.

No entanto, também foram constatados vestígios de “desgastes construtivos” nos canteiros centrais da Rua Inácio Lustosa, onde as pessoas permaneciam ou transitavam.

4.1.12 Discussão da observação

A partir da observação pessoa/ambiente, angariou-se um conjunto profícuo de dados sobre como as pessoas utilizam a rua e se comportam no processo de (re)apropriação voltado ao lazer. Em um primeiro momento, o mapeamento comportamental dos trechos, que contabilizou um total de 7886 pessoas observadas, possibilitou reconhecer quem são os atores que se (re)apropriam das ruas: em todos os trechos observados foi predominante o uso por um público jovem e adulto. Estes, juntavam-se em pequenos grupos e sua interação era predominantemente de reunião e de proximidade (menor do que 1 metro) ou de intimidade (menor do que 0,5 metros). Entre os grupos, que permaneciam majoritariamente em pé, a distância também era próxima, de no máximo 25 metros, o que caracteriza uma interação intensa (HALL; GEHL; 2015). Destarte, afirma-se que o movimento de (re)apropriação caracteriza-se pelo fortalecimento da sociabilidade, das experiências coletivas, dos afetos e dos encontros, aspectos que para Ascher (2010) tornam-se fundamentais na cidade contemporânea e indicam uma mudança de paradigma na forma de utilização dos espaços.

Em relação ao gênero, não houve distinções significativas entre homens e mulheres na forma de permanecer em algum espaço e a convivência era diversificada. Porém, os dados apontam que, em números absolutos e em todos os trechos, houve predominância de homens nas ruas. Importante assinalar também que 81,4% das pessoas que permaneciam sozinhas, sentadas ou em pé, eram do sexo masculino. Sendo assim, o acesso ao espaço público por ambos e a co-presença, ensejam um movimento contrário à segregação, aspecto destacado na Declaração de Barcelona (2016). Contudo, as mulheres tendem a permanecer em grupo, o que indica que esse grupo historicamente marginalizado, evita a permanência isolada. Já em relação às crianças, não foi observada permanência durante a observação noturna, aspecto que não deve ser considerado, dado o horário de pesquisa. Não obstante, a análise diurna dos aspectos físicos e sensoriais apontou que as ruas não são voltadas a esse público, o que para Jacobs (2011), Montaner e Dias (2017), Dias e Ferreira (2015), é negativo para o seu

acesso e desenvolvimento enquanto atores participantes da cidade. Sendo assim, apesar a co-presença e da retomada pelas pessoas, ainda não se configura um espaço total de “pluralidade”, nos termos de Arendt (1996)⁷⁹.

As práticas dos sujeitos mais observadas foram: a conversa, o consumo de alimentos e o tabagismo⁸⁰, o que caracteriza uma mancha de (re)apropriação clara, voltada ao uso para lazer. Todavia, destaca-se que o lazer, nesse contexto, não se constitui como um movimento neutro. Grupos de pessoas reforçam a esfera pública política pelo “discurso”, pelas práticas artísticas e pela “visibilidade” da multidão, no sentido de Arendt (1993). O fenômeno imprime na paisagem social formas de representação, pelo permanecer em locais destinados a circulação, por discursos, por “ações de transformação” marcadas na paisagem física por grafites e pela pichação, que são signos de resistência, táticas de representações de grupos que reivindicam o espaço central, denunciam injustiças, questões de gênero (VIDAL E POL, 2005; CALDEIRA, 2010). Ou seja, o convívio enseja um movimento positivo de cidadania, de visibilidade às práticas de exclusão.

Essa representação é reforçada na medida em que a mancha de (re)apropriação se constitui enquanto lugar de identificação simbólica, quando um público jovem e adulto tem condutas similares, tende a voltar para os mesmos espaços que importam para si, imprimem na paisagem sua marca e confirmam certa territorialidade. Esta resulta em conflitos, na medida em que, contrário ao movimento de (re)apropriação, signos de dominação e exclusão também são expostos na paisagem, seja através de cartazes proibindo certos usos (pelos estabelecimentos privados), de imóveis de alto padrão que se voltam para o interior (para galerias) ou de totens de vigilância pública.

Em relação à observação ambiente/comportamento, de maneira geral, há um aspecto a ser apontado, de suma importância para Kassenberg et al. (2015) e Gehl (2015), pois evidencia um padrão de uso recorrente em todos os trechos: há uma intensidade maior de (re)apropriação de permanência em frente aos comércios que se encontram abertos no período noturno, prática não visualizada em frente ao comércio ao

⁷⁹ Esse público jovem/adulto é característico de uma dinâmica de lazer noturna e, por isso, já era esperado, pela observação ter sido realizada no período noturno. Nesse sentido, apesar do movimento ser positivo, pode-se dizer que há certa homogeneidade e pouca diversificação em relação à idade, dada a natureza do movimento pesquisado. Este fato amplia novas possibilidades de pesquisa em direção aos diversos atores sociais e suas formas de apropriação e convivência nos espaços públicos, nos diversos horários do dia.

⁸⁰ Outra prática observada nas ruas foi o tabagismo. De fato, a Lei Anti-fumo (LEI Nº 16.239, de 29/09/2009) que proíbe a prática nos espaços privados em espaços coletivos, tem influência para a permanência dos pedestres na rua, que realiza este ato no espaço público.

longo do dia, onde os usos também são comerciais⁸¹. Ou seja, apesar da predominância dos usos comerciais, tanto durante o dia quanto à noite, observou-se que, ao longo do dia as pessoas apenas transitam sobre o passeio, mas é à noite, quando os usos são predominantemente de lazer, que as pessoas ocupam as ruas e nela permanecem. Sendo assim, é possível afirmar que um dos aspectos que favorece a (re)apropriação noturna da rua são os usos privados voltados ao lazer, principalmente os bares.

Segundo os mesmos autores, a diversificação de usos é um aspecto fundamental para que haja interação entre espaço público e privado e, apesar do zoneamento permitir uma ampla variedade de usos durante o dia, predominam os usos comerciais. Assim, depreende-se que, não apenas o uso comercial, mas usos diversos, como o educacional, o residencial, poderiam estimular o uso da rua durante os vários períodos do dia. (KASSENBERG et al, 2015).⁸² Tal assertiva é precisamente visualizada no Trecho I: localizada em frente à Praça de Bolso do Ciclista, há uma edificação de uso educacional, que contribui fortemente para a ocupação da rua, apesar de não estar inserida no térreo.

A importância das fachadas ativas é assinalada no Trecho IV e Trecho VIII, na Rua Trajano Reis e Paula Gomes, respectivamente. Nos dois trechos observou-se uma mudança no padrão comportamental. Apesar de oferecerem o mesmo serviço e estarem abertos no período noturno, dois estabelecimentos não apresentaram a mesma quantidade de pessoas na rua imediatamente a sua fachada. Uma causa, talvez, seja por estes estabelecimentos não possuírem seu térreo ativo para a rua, ou seja, apesar de acessíveis, esses eram isolados por grades (Trecho IV) ou possuíam pouca permeabilidade visual em sua fachada (Trecho VIII).

É relevante destacar ainda que, em um mesmo trecho, foram percebidos “micro-espços” vazios. De fato, as barreiras físicas - os muros, as fachadas inativas, os lotes

⁸¹O *time-lapse* apontou que, apesar de haver uma intensidade na dinâmica dos usos, estes pouco se modificaram com o passar do tempo de observação, mostrando constância no modo com que a rua é utilizada.

⁸²É importante destacar aqui que as recentes mudanças na Revisão do Plano Diretor do município de Curitiba, realizada em 2015, revelam uma percepção positiva da importância do térreo para a vitalidade da rua e abrem um novo leque de investigações. Conforme o Artigo 29 -Seção II Do Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo - CAPÍTULO I (CURITIBA, 2015) há um incentivo às fachadas ativas, denominadas como “o uso não-residencial com acesso direto e abertura independente para o logradouro, no nível da circulação de pedestres, de modo a estimular o uso misto nas edificações e reduzindo o deslocamento do uso de serviços”. Segundo Artigo 30 da mesma Seção, a fachada ativa é aplicável apenas para imóveis que se enquadrem na categoria de uso comercial e de serviços de pequeno e médio porte e de natureza adequada, conforme a Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo. Ainda recente, a presente pesquisa demonstra que a criação dessas diretrizes é essencial para a vitalidade das ruas e sua aplicação merece investigação quanto a sua efetividade.

desocupados - como já observado por Gehl (2015), inibem os contatos e a interação social e provocam a sensação de insegurança. De acordo com esse autor, o convívio requer “vistas desobstruídas, curtas distâncias, baixa velocidade, permanência no mesmo nível e orientação em direção ao que deve ser visto e experienciado”. Nesse sentido, apesar da pequena distância entre os equipamentos voltados ao lazer possibilitarem a formação da mancha e da visibilidade entre pequenos agrupamentos, há descontinuidade das fachadas. Essa descontinuidade é provocada tanto pelo uso (aberto ou fechado) quanto pela paisagem (contínua, descontínua, desinteressante), que cria pequenos espaços de insegurança, que são usados apenas para o trajeto.

É possível perceber que a (re)apropriação da rua vai muito além da perspectiva reducionista de consumo do lugar, já que essa é usada, principalmente, para fins sociais, de encontro, conversas e reuniões. Contudo, é visível que há uma relação entre os equipamentos privados (bares) e a reunião de pessoas nas ruas, o que indica a importância da economia para uma cidade ativa. Porém, carece de iniciativas de “economia colaborativa” (BORJA, 2016; DECLARAÇÃO DE BARCELONA, 2016).

Notório destacar que as práticas de mobilidade variaram muito durante o período de observação. O MC de percurso indicou que, do total de pessoas observadas, 11,5% delas estavam transitando, a pé, geralmente sobre os passeios. Alguns transeuntes paravam em frente as fachadas ativas para encontrar outras pessoas, permanecendo no local. Ainda, apontaram que onde a aglomeração impedia a passagem, a via era utilizada para circulação, prática que se demonstrou frequente nos Trechos IV e VI. Os mapas ainda apontam que o mesmo público jovem transitava por essas manchas, o que assinala certa movimentação entre trechos, compondo um pequeno “circuito”. Os MCs de percurso dos Trechos I, II e VIII indicaram que, ao contrário dos demais, havia maior circulação de pessoas na via, o que pode ser motivado pela circulação de carros acontecer em um fluxo mais lento e em apenas uma faixa. Em sentido oposto, a aglomeração de pessoas fazia com que os veículos que ali transitavam diminuíssem sua velocidade, ou seja, a ocupação da via por um número significativo de pessoas mudou a lógica de circulação de veículos.

Portanto, as práticas e táticas acima expostas exprimem mudanças positivas na maneira das pessoas ocuparem as ruas, uma prática que vai contra o planejado, na medida em que a análise dos aspectos físicos aponta de maneira clara o predomínio do “paradigma da rua” enquanto espaço de circulação para carros, dada a conspícua desproporção entre via e passeio (GEHL, 2015). Quando as placas são utilizadas como

paraciclos, é notável que a mobilidade também não é pensada para o ciclista, que contou com ciclovia em apenas no Trecho II, na Rua São Francisco. Portanto, em relação a mobilidade, é visível que os passeios não são pensados para permanência ou circulação de grandes grupos de pessoas, já as vias, abrigam um grande fluxo de carros, que competem diretamente com as pessoas que na rua estão.

Ademais, a análise dos mapas comportamentais em correspondência aos aspectos físicos revela de modo explícito como “táticas”, como definida por De Certeau (1998), são utilizadas para suprir a ausência de mobiliários urbanos, principalmente bancos, voltados a reunião de pessoas, um fator comum em todos os trechos: as pessoas sentam no meio fio - prática pode ser observada intensamente no Trecho VIII - nas soleiras das portas, peitoris das janelas ou nos carros estacionados. Por vezes, mesas e cadeiras não-fixas e de responsabilidade do comércio privado são instaladas sobre passeios e intensamente utilizadas. De fato, há uma adaptação ao espaço para suprir as necessidades básicas do corpo humano, prática já observada nos estudos de Gehl (2009). Destarte, é possível afirmar que a forma do espaço, o desenho urbano, não é pensado ou planejado para o convívio e para a escala humana (GEHL, 2015). Ou seja, apesar da (re)apropriação evidenciar a sociabilidade, não há “ambiência” que a fortaleça e a estimule (THIBAUD, 2012).

Pertinente ressaltar, contudo, que por vezes os mobiliários instalados pelo espaço privado ocupam grande parte do passeio e fazem com que as pessoas tenham que invadir a via, evidenciando um conflito sutil, que interfere nos percursos e permanências. Outro aspecto a ser considerado é que, ao mesmo tempo em que o comércio presta um serviço e atrai as pessoas, ele pode inibir o acesso por todos, quando não está claro que o mobiliário é de domínio público ou quando há restrições de uso realizadas pelo privado. Nesse caso, há privatização do espaço público, como alertou Carmona (2010).

Ademais, foram observados lotes que compõem vazios urbanos, os quais poderiam se voltar a potencialização do espaço público, segundo a Declaração de Barcelona (2016, p. 3). Neste contexto, é importante destacar a importância da efetivação dos recentes instrumentos do Estatuto da Cidade e do Plano de Reabilitação das Áreas Centrais, que incidem diretrizes sobre a propriedade privada e procuram promover o acesso à moradia nas regiões centrais.

4.2 PESQUISA DOCUMENTAL

Após formação do *corpus* de pesquisa, que se constitui de 14 notícias durante o período de 2011-2017, cujas temáticas são os conflitos resultantes do processo de (re)apropriação, são apresentados os dados obtidos. Foram delineadas três Unidades de Registro: (i) conflitos decorrentes da relação público/privado; (ii) conflitos decorrentes dos atores sociais; e (iii) conflitos decorrentes da vigilância. Após a exposição dos dados e análise do conteúdo é realizada uma discussão à luz das reflexões teóricas e dos dados já obtidos em campo.

1.1.1. Relação público/privado

O Quadro 2 apresenta 3 Unidades de Registro (notícias) que abordaram os conflitos resultantes entre o uso do espaço público e o uso do espaço privado. Esse conflito tende a se evidenciar quando as fronteiras entre essas duas esferas não estão claras e há a “privatização do público” ou “publitzização do privado”, nos termos de Carmona (2010).

QUADRO 1- ANÁLISE DE CONTEÚDO DA UNIDADE DE REGISTRO “CONFLITO ENTRE O USO PÚBLICO E USO PRIVADO”

Categoria de análise	Unidade de registro	Unidade de contexto
Conflitos	Conflito entre uso público e uso privado	Após fechamento polêmico , Bar do Fogo reabre com palco para shows e chopeiras na calçada : Bar se adequou às exigências da legislação municipal para apresentações musicais ao vivo e passará a servir almoço todos os dias.MOSER, 2017).
		Já em relação ao barulho , principal reclamação envolvendo a Vicente Machado e a Trajano Reis, Bartolomeu destaca a necessidade da educação. Para ele, os próprios bares devem conversar com seus clientes para garantir a boa convivência com a vizinhança. “Mas se o som alto vier dos próprios estabelecimentos, tem de multar. Não tem outro jeito”. MOSER, 2017).
		“Entidades divergem sobre limite de horário de funcionamento de bares (...)”. (RAMOS, 2017).
		“De acordo com o presidente da Abrabar, Fábio Aguayo, essa não é a solução para resolver o problema do barulho nas vizinhanças dos bares. Para ele, essa é uma situação que não deve ser tratada de maneira impositiva, mas a partir do diálogo e da conscientização.” (RAMOS, 2017).
		“A ideia é manter a ordem e os próprios bares estão interessados nessa fiscalização ”.(RAMOS, 2017).
		“foi resultado das reclamações de diversos moradores da

		<p>região, que se queixam sucessivamente dos distúrbios causados pela atividade noturna da área. A ação foi feita pela Patrulha do Sossego, um braço da Ação Integrada de Fiscalização Urbana (Aifu), que localizou a banda realizando uma apresentação na calçada. Ainda de acordo com a PM, foi usado um decibelímetro para verificar a intensidade sonora da música e comprovar a infração. Segundo a Lei de Crimes Ambientais, de 1998, o limite de intensidade sonora no período noturno é de 55 decibéis para zonas mistas, que abrangem áreas residenciais e atividades comerciais. (RAICOSKI, 2017).</p>
--	--	---

FONTE: Dados da pesquisa (Gazeta do Povo)

Os conflitos derivados da relação uso público e espaço privado expressaram um teor principal: conflitos derivados de reclamações ou fiscalizações referentes ao “barulho”. Curitiba tem um controle sobre ruídos urbanos, “para proteção do bem-estar e do sossego público”, normatizado pela Lei n.º 10.625 (CURITIBA, 2002). De fato, o barulho, apesar de comprovados os malefícios ao meio ambiente e a “invasão” de um espaço de intimidade, podem derivar de práticas que, por vezes, contém um teor cultural e, por isso, podem ser entendidos como positivos para a vida urbana. Destarte, se mostra valiosa a contribuição de Gomes (2006), que defende que os usos no espaço público dependem de uma relação contratual entre os usuários da rua.

Porém, algumas medidas mais radicais podem ser visualizadas. Em 2017, por exemplo, como o intuito de “evitar o barulho, a sujeira e a presença de ambulantes” a prefeitura de Curitiba propôs o fechamento dos bares na região central, equipamentos fundamentais para a retomada das ruas, como foi exposto anteriormente (GAZETA DO POVO, 2016). Uma ação justificada pela dificuldade em se administrar conflitos e uma medida extrema para acabar com um movimento positivo à cidade e seus atores sociais.

4.2.2 Atores sociais

Conforme expôs Frúgoli Jr (1995), os centros urbanos possuem uma série de atores sociais – jovens, crianças, ambulantes, moradores de rua – que o apropriam no intuito de usá-lo-, seja para o lazer ou para a sua sobrevivência. No Quadro 3 é possível averiguar a postura dos usuários, comerciantes e representantes públicos sobre os atores sociais que se (re)apropriam das ruas estudadas. A Unidade de Registro, portanto, é referente a essa temática.

QUADRO 2 - ANÁLISE DE CONTEÚDO DA UNIDADE DE REGISTRO “CONFLITO REFERENTE AOS ATORES SOCIAIS”

Categoria de análise	Unidade de registro	Unidade de contexto
Conflitos	Conflito referente aos atores sociais	“ Artistas fazem despiche da Rua São Francisco: Arte substitui pichações nas portas das lojas do comércio local.”(CANEPA, 2013).
		“Vereadores pedem fim do lazer infantil na São Francisco para não “expor” as crianças Legisladores alegam até mesmo exposição ao amor de pessoas do mesmo sexo como motivo.” (DENK, 2016).
		“Os vereadores de Curitiba votaram nesta terça-feira (16) um requerimento de denúncia ao espaço de lazer infantil da Rua São Francisco, e pediram a suspensão imediata das atividades para as crianças aos sábados e domingos por que “a Prefeitura, conivente ou não, permite que crianças estejam no meio de bebidas alcoólicas, prostituição e de grande consumo de drogas ”.(DENK, 2016).
		“(…) Mas essa rua, especificamente, é motivada por outro sentido, da bebida. Só passam pela rua as pessoas do ‘mesmo estilo’ . Algumas crianças que passaram pela região me procuraram assustadas. Além disso, pessoas do mesmo sexo ficam juntas lá. Não tenho nada contra, mas as crianças se incomodam”. (DENK, 2016).
		“A ideia é evitar o barulho, a sujeira e a presença de ambulantes nas ruas ”.(RAMOS, 2017).
		“A Rua São Francisco expõe sua face mais agitada nas noites de sexta. É o período em que a via pulsa, tomada por uma vasta gama de “tribos”. Entre garrafas, cigarros e acordes, elas tomam os cem metros da Praça de Bolso do Ciclista à Rua Riachuelo. Essa ocupação espontânea, no entanto, começa a preocupar a prefeitura, as forças de segurança e os comerciantes . As avaliações convergem em dois pontos: a aglomeração fugiu ao controle, o que ameaça o projeto inicial de tornar o local um polo gastronômico e cultural.”(ANÍBAL;ANDRADE, 2015).
		“Para a Guarda [Municipal], se você estiver na rua de moletom largo e boné, você é maconheiro. Já chegam te enquadrando. E eu só venho aqui para ficar ‘de boa’ e cansei de levar escracho”, diz um estudante .(ANÍBAL;ANDRADE, 2015).
		“O movimento já não depende dos bares, uma vez que os novos frequentadores levam sua própria bebida – o famoso “tubão” – e permanecem na rua, conversando, jogando baralho ou tocando música. Entre as novas “tribos”, estão a galera do rap e a do skate, os punks e grupos do “pixo”, entre outros.”(ANÍBAL;ANDRADE, 2015)
		“Agentes defendem ordem na São Chico”.(ANDRADE, 2015)
		“O perfil do “ novo público ”, facilmente perceptível e reforçado pela opinião dos entrevistados, é de jovens , muitos deles ligados ao movimento hip hop .(ANDRADE, 2015).
		“O que parece de maneira mais clara é eterno embate entre

		<p>periferia e centro pela disputa do espaço público". (ANDRADE, 2015).</p> <p>"Após fechamento polêmico, Bar do Fogo reabre com palco para shows e chopeiras na calçada: Bar se adequou às exigências da legislação municipal para apresentações musicais ao vivo e passará a servir almoço todos os dias." (MOSER, 2017).</p> <p>"O comércio ilegal é uma das principais preocupações dos comerciantes, principalmente por causa do chamado "terceiro turno", quando os estabelecimentos fecham as portas e o público continua na rua graças aos ambulantes. Para combater esse tipo de prática, a Abrasel-PR está lançando a campanha "Nós Somos Legais" para informar os bares e restaurantes dessas regiões sobre a importância de monitorar o que acontece ao seu entorno (...)". (MOSER, 2017)</p>
--	--	--

FONTE: DADOS DA PESQUISA (GAZETA DO POVO)

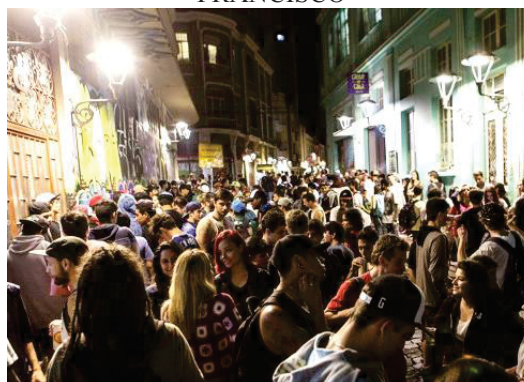
A unidade de registro composta pela temática supracitada apresentou 6 abordagens. Em relação às palavras utilizadas nas Unidades de Contexto, destacam-se alguns termos para os atores sociais, dando a entender que eles seriam os responsáveis pelos problemas e conflitos existentes, entre eles: "novo público", "jovens", "galera do Hip Hop", "novas tribos", "galera do rap", "do skate", "os punks" e "grupos do pixo". Observa-se o uso do termo "tribos", o qual Magnani (2005) alertou como pejorativo, por ser, no campo da antropologia, uma referência a grupos particulares, ou seja, bem delimitados. Enquanto os jovens possuem "caráter massificado que comumente se atribui ao estilo de vida das grandes cidades". Sendo assim, da mesma maneira que Frúgoli Jr. (1995) identificou uma série de grupos marginalizados que se apropriavam do centro de São Paulo, é possível constatar que nas ruas de estudo, em especial na Rua São Francisco, estes grupos são representativos, e compostos, majoritariamente por jovens (FIGURA 118 e FIGURA 119).

FIGURA 118 - JOVENS NA RUA SÃO FRANCISCO



FONTE: ANDRADE (2015).

FIGURA 119 - JOVENS NA RUA SÃO FRANCISCO



FONTE: ANDRADE (2015).

Os termos “mesmo estilo” e “pessoas do mesmo sexo” evidenciam a importância das recentes discussões de gênero no espaço urbano, questão já apontada pela Declaração de Barcelona (2016). A urgência desse debate é exposta pela tentativa de proibição de acesso à Rua São Francisco pelas crianças, com a justificativa de que o convívio dessas com os demais usuários da rua seria prejudicial (DENK, 2016). Sendo assim, a ocupação infantil da rua (FIGURA 84), que se mostra extremamente positiva à vida urbana - como já apontaram Jacobs (2011), Montaner e Dias (2017), Dias e Ferreira (2015) - também revelam que estratégias vêm sendo utilizadas para suprimir a liberdade, condição básica para o domínio público (ARENDT, 1993). Portanto, a tentativa de proibir a convivência social demonstra a incapacidade de lidar com uma questão que é intrínseca ao espaço público, já apontada pela autora: a convivência na diversidade.

Ademais, há um conflito marcado na paisagem, que aponta os atores sociais que intervêm na cidade pela produção de inscrições e que vêm sofrendo constantes críticas e regulações por parte do poder público (FIGURA 81). As pichações, que segundo Caldeira (2012, p. 31) “desafiam noções prévias sobre o funcionamento dos espaços públicos e revelam novas contradições da esfera pública democrática”, constituem-se como “táticas” (CERTEAU, 1998). Já identificados na observação de campo, essa prática vem subvertendo “regras de visibilidade e invisibilidade na cidade”, na qual os atores afirmam sua marginalidade e, ao falar de sua própria posição, “explicitam falhas em seu sistema de partilhas, e rompem um consenso a respeito do que é comum e do que é espaço público” (CALDEIRA, 2012, p. 31). É a inscrição pela busca de um direito à cidade.

Apesar de não constatado na observação de campo, outro termo utilizado “evitar a presença de ambulantes nas ruas”, indica a existência de uma “cultura de rua” (FRÚGOLI JR, 1995), que origina conflitos pela sua informalidade e vem sofrendo constantes vigilâncias por parte o poder público municipal, que pela Lei municipal nº 11.095/2004, regulamenta a prática. Esses atores, que tradicionalmente dependem do espaço público para sua reprodução, não tem sua informalidade reconhecida e sofrem constantemente com regulações, geralmente inacessíveis às suas condições. Portanto, as justificativas de “desordem” geradas pelos comerciantes informais dissimulam processos de higienização, quando suas práticas e vozes deveriam ser consideradas e diretrizes urbanísticas, conforme apontaram Moura e Scocuglia (2016).

É pertinente assinalar que o temo “ameaça ao projeto inicial”, faz referência aos atores que se (re)apropriam da rua. A menção “projeto inicial” faz alusão ao processo de “revitalização” da Rua São Francisco, concluída em 2012, e deixa claro que esta intervenção urbana central, promovida pelo Estado, tinha como interesse um público específico, o qual não corresponde aquele que se vem se apropriando da rua. Isto é, a partir do conteúdo exposto pela notícia supracitada, é visível que a intenção inicial de tornar a rua um polo gastronômico e cultural não abrangia todos os atores sociais, ou como referido, todas as “tribos”.

Com efeito, é possível afirmar que os atores sociais que usam a rua são diversos, o que infere que (re)apropriação vai além de um processo de consumo do lugar e evidencia grupos marginalizados que vêm reivindicando o direito à cidade. Contudo, as abordagens também demonstram que o planejamento da cidade ainda reforça práticas higienistas, na medida em que planos de “revitalização”, como os realizados na Rua São Francisco, são pensados apenas para alguns usos específicos.

4.2.3 Vigilância

Um dos conflitos mais presentes no meio urbano são os resultantes da vigilância. Esta é compreendida como instrumento de poder, onde “estratégias” de controle sobre os corpos - por práticas de policiamento, instalação de câmeras ou espaços controlados - têm por fim a sua “disciplina”, nos termos de Foucault (1999).

A Unidade de Registro “Conflito derivado da Vigilância” contou com 8 registros, dentre os quais os destacaram-se dois subtemas: a vigilância por meio da instalação de câmeras e a vigilância através do policiamento (QUADRO 4).

QUADRO 3 ANÁLISE DE CONTEÚDO DA UNIDADE DE REGISTRO “CONFLITO DERIVADO DA VIGILÂNCIA”

Categoria de análise	Unidade de registro	Unidade de contexto
		“Fechamento da São Francisco é visto com bons olhos: Entre as ideias debatidas para melhorar a região estão a instalação de câmeras de segurança (...)” (VANINI, 2015).
		“Recordista de reclamações, Rua Trajano Reis é 2º alvo da Operação Balada Protegida.” (VICENTE, 2017).
		“Por volta das 21h desta terça-feira (17), a força-tarefa -

Conflito	Conflito derivado da vigilância	formada pelas polícias Militar e Civil, Guarda Municipal, Corpo de Bombeiros, além de fiscais municipais de Urbanismo, Vigilância Sanitária, Meio Ambiente e Trânsito - chegou ao endereço, o mais barulhento da cidade, conforme a lista de reclamações no serviço 156 da prefeitura.” (VICENTE, 2017).
		“Balada Protegida’ volta à área campeã de reclamações em Curitiba”. (CORRÊA, A, 2017)
		“Agentes defendem ordem na São Chico”. (ANDRADE, 2015)
		“O objetivo é levar “ tranquilidade e ordem ”. Viaturas, agentes armados – uniformizados e a Conflito derivado da vigilância paisana – e cachorros serão utilizados dia e noite, não se sabe até quando. (ANDRADE, 2015).
		“Após queixa de moradores, músicos são presos durante apresentação em Curitiba.” (RAICOSKI, 2017)
		“O cenário se transformou em um campo de batalha, onde a população indefesa precisou correr de policiais com cassetetes, armas e bombas nas mãos”. (RAICOSKI, 2017)
		Para isso, eles elaboraram um dossiê destacando os pontos considerados sensíveis nessas regiões e devem apresentar algumas sugestões de solução, como a instalação de banheiros químicos nas proximidades e a presença da Guarda Municipal durante as fiscalizações. (GAZETA DO POVO, 2017)
		De repente, um estouro. Nuvens de fumaça e uma correria danada. Henrique e sua amiga também fugiram. “Não havia o que fazer”, diz, já que a Polícia Militar (PM) usou bombas e balas de borracha para dispersar aquelas centenas de pessoas. “Não houve aviso e nenhum diálogo”, afirma Martins. O depoimento é sintomático. (CATILHO, 2015)
		Guarda Municipal começa ação permanente na Rua São Francisco: Agentes uniformizados e à paisana irão circular na região por prazo indeterminado. Objetivo é “levar tranquilidade”, diz coordenador. (CASTILHO, 2015)
		“De acordo com o inspetor Cubas, as abordagens na rua passarão a ser frequentes. “A orientação é para que as pessoas acatem a ordem, se identifiquem e facilitem a revista. Queremos fazer um trabalho comunitário, no sentido de ajudar as pessoas. Não vamos chegar de repente, já vamos estar lá”, diz.” (CASTILHO, 2015)

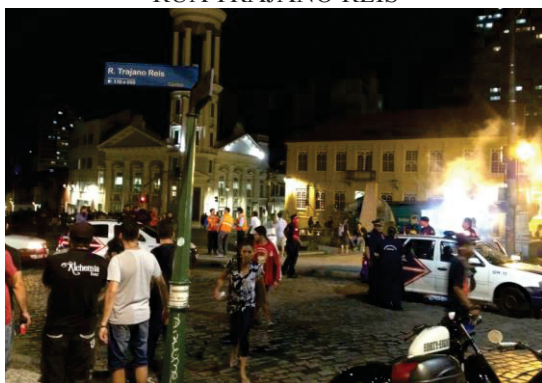
FONTE: DADOS DA PESQUISA (GAZETA DO POVO)

Duas abordagens fizeram referência ao “Balada Protegida”, um programa lançado pela Prefeitura de Curitiba, no ano de 2017, ainda vigente, que tem em sua gênese o objetivo de fiscalização sobre as casas noturnas (FIGURA 117). No entanto, essa fiscalização vem se estendendo para as ruas e para os sujeitos que nela estão. Segundo reportagem Gazeta do Povo (MAROS, 2017) “a prefeitura defende que a estratégia é voltada aos jovens”, porém, as práticas de policiamento que fazem parte do programa vão além da função educacional. Nesse sentido, a vigilância se atrela ao

controle social pela restrição da liberdade, essa última que, para Arendt (1996), é uma das condições da vida pública.

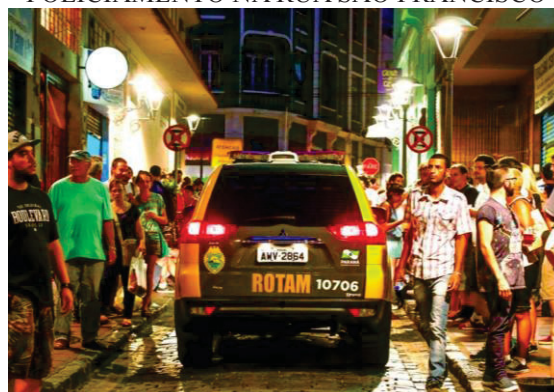
Em se tratando do emprego de palavras, é comum nas abordagens a utilização dos termos “ordem” e “tranquilidade”. Esses, denotam um sentido negativo a (re)apropriação, na medida em que a vida urbana é vista como “desordem” e explicitam que estratégias de controle vem sendo amplamente defendidas. Com efeito, é o discurso de medo um dos principais motivos preconizados para o abandono das áreas centrais pela população. Além disso, discursos de intolerância são prerrogativa para que o controle dos corpos vá além de uma vigilância abstrata ou disfarçada, mas lance mão da violência. O emprego das palavras “campo de batalha”, “população indefesa”, armas e bombas”, nas unidades de contexto, explicita que as estratégias de vigilância vêm sendo acompanhadas por essa prática (FIGURA 118). Importante destacar também que as práticas de vigilância estão diretamente ligadas aos atores sociais que estão nas ruas, os jovens.

FIGURA 120- “BALADA PROTEGIDA” NA RUA TRAJANO REIS



Fonte: a autora (2017).

FIGURA 121- ESTRATÉGIA DE POLICIAMENTO NA RUA SÃO FRANCISCO



Fonte: ANDRADE (2015).

4.2.4 Discussão da análise de conteúdo

Em conclusão da análise de conteúdo, é realizada a contagem de frequência de aparecimento das unidades de registro das notícias coletadas, acima expostas. Segundo Bardin (1977), o aumento da frequência de aparição é diretamente proporcional a importância da Unidade de Registro, neste caso, dos temas analisados. Por isso, esse panorama quantitativo permite visualizar quais os conflitos que mais se evidenciam no contexto investigado (TABELA 6).

TABELA 6 – FREQUÊNCIA DE UNIDADES DE REGISTRO

Unidades de Registro	Frequência
Conflito entre uso público e uso privado	3
Conflito referente aos atores sociais	6
Conflito derivado da vigilância	8

FONTE: A AUTORA (2017)

A unidade de registro com menor frequência de aparição foi o tema do conflito entre uso público e uso privado. Por vezes, essa questão vai além de determinações legais, como por exemplo a questão do barulho. Além de depender de normas claras de legislação urbana, a resolução desse conflito depende da necessidade de distinção entre práticas agressivas e práticas culturais esporádicas. Em todo caso, corrobora a necessidade de resolver os conflitos não pela violência, pois só dessa forma, segundo Gomes (200), ocorre a transformação de um lugar de contato e de mistura, em espaço público. Além disso, os conflitos entre uso público e privado se evidenciam quando não há um tratamento físico e paisagístico nos espaços de transição entre os dois domínios.

Os conflitos envolvendo os atores sociais foram a segunda Unidade de Registro com maior frequência de aparição. Esses atores demonstram que desigualdades sociais se ampliam da esfera privada para a pública e, através de discursos de representação, que diferenciam e aqueles que estão “aptos” a usar o espaço público aos “não-aptos”; procuram manter e fomentar restrições de acesso, práticas de controle e violência, e de intolerância, típicas de estratégias higienistas e moralistas. Essas são recorrentes nos centros urbanos, onde o convívio na diversidade é mais visível e as desigualdades, mais evidentes. A partir das análises realizadas, reitera-se que, se a cidade não é planejada para as pessoas, tampouco e de maneira exígua ela é planejada para os grupos historicamente marginalizados.

A Unidade de Registro com maior exposição foi referente aos conflitos envolvendo a vigilância. O controle dos espaços públicos por práticas de vigilância, seja por parte do poder público ou de iniciativas privadas, é um hábito recorrente na contemporaneidade e paradoxal à premissa de liberdade nesse domínio. São essas práticas que sustentam a construção de “enclaves fortificados”, de condomínios fechados e edifícios multifuncionais, que se fecham para a rua e promovem a segregação (CALDEIRA, 2011). Nesse sentido, é pertinente salientar que as pessoas se sentem mais seguras quando convivem entre si e estabelecem “olhos da rua”, observação já apontada por Jacobs (2011). Não obstante, faz-se urgente a construção de ambientes que estimulem a permanência nas ruas, principalmente no período noturno.

Ademais, se a multidão é plural e foge da unidade política dos corpos que se comportam “disciplinarmente”, toda a mancha de (re)apropriação que conforma a paisagem social torna-se “tática” e “anti-disciplina” frente ao espaço projetado para o controle dos corpos. É uma “nova maneira de fazer” do espaço urbano, que por não coadunar com intervenções subsidiadas por agente públicos ou imobiliários, sofre constantes vigilâncias. (FOUCAULT 1999; CERTEAU, 1998).

De maneira geral, as notícias inferem que a (re)apropriação das ruas centrais vem sendo vista de maneira negativa, principalmente no que se refere aos atores sociais que as utilizam, que costumam sofrer com as práticas de vigilância. O que indica que o espaço público na região central de Curitiba, que deveria ser acessível a todos, vem sendo alvo de constantes tentativas de higienização por agentes que produzem e reproduzem um modelo de cidade que sustenta as práticas de desigualdade. Consequentemente, dificultam o rompimento da visão negativa sobre a (re)apropriação urbana e sobre a heterogeneidade social.

As oportunidades de inclusão dos jovens nas cidades acabam sendo limitadas e insuficientes. Ademais, há uma constante negação da cidade, por muros, pela exclusão de certos grupos, o que afeta fortemente a sociabilidade e coesão social. É por isso que, contrário a esse movimento, a permanência nos espaços públicos, especialmente os centrais, gera conflitos. Ela está atrelada a uma nova alternativa de vivenciar a cidade por grupos que expõe as diferenças, os problemas de acesso, de desigualdade, de violência, que insistem em ser parte da cidade, mas que são desprovidos dela, ao serem tratados de maneira repreensiva pelo poder público.

5 CONCLUSÃO

“Muitas pessoas têm se convencido que nossas cidades e seus habitantes merecem uma nova oportunidade, e que há vida, valores, reconhecimentos, (...), liberdade e alegria além do carro”. (El País, 2018).

A pesquisa de uma dinâmica social demonstra-se um desafio quando pensada à luz dos processos de planejamento urbano. Após a inserção no campo e a recuperação de extensa bibliografia - que permitiu compreender as implicações sociais e urbanas do fenômeno de (re)apropriação nos espaços públicos de um centro histórico urbano – pretende-se ponderar acerca das hipóteses e do objetivo que fundaram a presente dissertação. Para refletir de que maneira o processo de planejamento urbano pode ser repensado visando à construção de cidades mais humanas, efetivando o direito à cidade na contemporaneidade, questão que suscita ainda mais interrogações frente ao processo de degradação das áreas centrais, a pesquisa partiu da compreensão dos usos cotidianos das ruas, voltados à prática do lazer noturno.

Por isso, procurou-se investigar como as pessoas usam a rua e os conflitos originários do fenômeno, apoiando-se no método de observação pessoa/ambiente e na pesquisa documental, aprofundada com o método de análise de conteúdo. Em um primeiro momento, demonstrou-se que a rua urbana é lugar da vida urbana por excelência. Esse domínio, que é lugar político e cultural, ao ser (re)apropriado, resiste às tentativas de racionalização da cidade e ao paradigma da rápida circulação, resgatando aspectos fundamentais para a vida cotidiana, como a sociabilidade, os encontros e os afetos. Além disso, a (re)apropriação das ruas centrais por grupos diversificados evidencia resistências frente aos espaços de controle, das intervenções pontuais, da segregação urbana, da gentrificação, do *marketing* urbano, típicos da produção atual da cidade. Assim, requiere-se o espaço público do centro da cidade, que historicamente conformou-se enquanto espaço de poder, mas que, todavia, é por excelência das pessoas. Por isso, enquanto a tomada das ruas para o lazer vem sendo posta como um fenômeno “problema”, o presente trabalho prova o contrário: a tomada das ruas pelas pessoas é positiva ao domínio público.

Contudo, como suposto preliminarmente, após observação do comportamento das pessoas e sua relação com o espaço físico, tendo como recorte de análise uma mancha de (re)apropriação nas ruas centrais de Curitiba, é possível afirmar que ainda há muito a ser avançado para que a forma e a função do espaço atinjam um nível de

excelência, pois a maneira com que as pessoas utilizam os espaços assevera que a atual forma de planejar, projetar e gerir não condiz com uma cidade feita para as pessoas. Em um primeiro momento, observou-se que, apesar da (re)apropriação noturna ter uma relação direta com os estabelecimentos privados - principalmente com os comércio noturno de bares – não há variedade de usos que atraiam novos públicos ou fortaleçam essa dinâmica. A exclusividade de usos voltados ao consumo faz com que apenas um público deixe a rua ativa, quando outras atividades poderiam fortalecê-la. Dado que as atuais políticas de uso do solo respondem, sobretudo, a interesses imobiliários, os terrenos ainda são pensados monofuncionalmente e possuem pouco tratamento para que suas fachadas sejam ativas. Portanto, provou-se que os usos das edificações, previstos através do zoneamento, não são suficientes para estimular os usos diversificados do terreno.

Além disso, a partir das análises físicas e sensoriais, constatou-se que esses espaços não possuem “ambiência” que fortaleça as práticas de sociabilidade. De fato, já que as ruas vêm sendo pensadas prioritariamente para os carros, os passeios acabam não possuindo estruturas para abrigar a permanência, fato que impõe que as pessoas precisem se adaptar ao ambiente construído, não favorável para o seu corpo. Com efeito, há uma distância entre a escala da rua e escala humana, das possíveis experiências que a cidade pode oferecer.

Portanto, um primeiro aspecto que demonstra imperativa à agenda do planejamento urbano foi assinalada no capítulo introdutório da presente dissertação: a necessidade, já apontada por pesquisadores, de introduzir o desenho urbano nos processos de planejamento urbano, para que a função e a forma do espaço público não dependam exclusivamente de delimitações abrangentes, por grandes zonas ou decretos, ou de intervenções pontuais, vinculadas aos interesses econômicos, mas para que a função e a forma do espaço sejam conectadas à vida cotidiana. Essa integração não é alheia às novas mudanças que sofre a sociedade, mas oferece novas alternativas de integração entre a vida humana e o ambiente, resgatando as diversas escalas do urbano, os estímulos sensoriais e experiências que derivam dos encontros e de um espaço público de qualidade.

É notório que planejar em prol da vida na cidade, para os encontros, exige um trabalho cuidadoso com as condições básicas do corpo, conforme apontou Gehl (2015). Compreende-se que o desenho da cidade também deve ser constantemente planejado, por ser indispensável na promoção dos usos dos espaços, levando em conta as

mudanças e inúmeras complexidades das dinâmicas sociais expressas em pequenas escalas, nos lugares.

Ao mesmo tempo, as questões levantadas por Thibaud (2012) trazem à tona alguns desafios na inserção do desenho urbano no planejamento urbano, no que se refere à criação de “ambiências”. Para o autor, o controle sobre os sítios “tendem a produzir espaços cada vez mais condicionados e deixam pouca margem para os rituais de interação entre pedestres ou oportunidades para improvisações da população”. Não obstante, poder-se-ia afirmar que há inúmeras potencialidades ao se planejar a cidade a partir da compreensão dos usos cotidianos atuais, procurando seus pontos fortes e explorando-os e reforçando-os, pois não há lógica que possa ser sobreposta à cidade: as pessoas a fazem, e é para eles, e não para edifícios, que devem-se atender os planos.

Um segundo ponto, que advém de uma discussão permitida pelos dados extraídos da observação é a questão afetiva, derivada das interações de proximidade e pelas práticas proporcionadas pelo lazer. Efetivamente, há mudança nos desejos das pessoas que usam a cidade. Nesse sentido, os espaços de lazer são fundamentais para uma mudança de paradigma na forma de vivenciar a cidade, por ativarem novas experiências, atividades, lugares e espaços simbólicos. Portanto, a (re)apropriação dá pistas sobre como a cidade poderia recuperar as ruas enquanto espaços de convivência, na medida em que estar com outras pessoas provoca estímulos sensoriais, empatia urbana e a assimilação das diferenças.

Indo além da sociabilidade, é possível visualizar nas formas de interação o fortalecimento da esfera pública política, o que faz com que a cidade não seja apenas afetiva, mas integre ações de democracia, que fazem os sujeitos se sentirem pertencentes e participantes da urbe. O centro, nesse contexto, torna-se representativo do comum e sua retomada é um movimento de cidadania. Diante disso, as ruas estudadas configuram-se como “ruas ótimas” – tomando a título da obra clássica de Alan Jacobs (1995) – quando abrigam encontros entre diferentes atores sociais, mas que a partir das suas práticas cotidianas manifestam potencial político. Portanto, a presença das pessoas nas ruas dá visibilidade aos atores sociais historicamente marginalizados, propicia o diálogo e a retórica na pluralidade, que para Arendt (1993), são aspectos chave para a excelência da esfera pública.

A (re)apropriação da rua também está vinculada a novas formas de intervenção no espaço público. A criação da Praça de Bolso do Ciclista, um equipamento fruto da cooperação social, também atesta que movimentos coletivos, se irradiam para manter a

ruas inclusivas e de domínio público, ainda que forças dominantes atuem. A co-presença, torna-se, nesse contexto, o primeiro passo para a coparticipação, que pode alimentar insurgências da própria sociedade civil.

Nesse contexto de mudanças de paradigmas, no qual as pessoas tomam as ruas, os conflitos são evidenciados e demonstram que o direito à cidade vem sendo requerido, sobretudo pela juventude. Reitera-se que, para a efetivação do direito à cidade, os conflitos sejam reduzidos, é imperativo que os mesmos sejam, primeiramente, evidenciados, pois denunciam injustiças, discriminações, restrições de acesso e liberdade, entre outras práticas dissonantes do ideal da esfera pública. Pois, sem esse debate, a democracia torna-se falha. Os conflitos oriundos do fenômeno de (re)apropriação – identificados, pelo método de Análise de Conteúdo - tiveram como protagonistas os temas “vigilância” e os “atores sociais”. Restrições de convivência, de liberdade, o fortalecimento de barreiras físicas, ações de violência demonstram que ainda há um “regime da visibilidade” no centro urbano, ou seja, um controle sobre o que deve ser visto ou não, prática comum do higienismo e dos processos de gentrificação. Por isso, os conflitos comprovam outro desafio ao planejamento urbano, já previsto na Constituição: a construção de uma cidade na qual todos tenham os mesmos direitos.

Se, em uma perspectiva dialética, a (re)apropriação voltada ao lazer não se constitui enquanto prática subversiva, em um sentido de “contra planejamento” - talvez a prática mais subversiva esteja sinalizada nos conflitos derivados de práticas de resistência pelos atores sociais, como a pichação. Observa-se também a potência comunicacional entre o domínio público e o poder público que é, além de simbólica, é uma ação, que se materializa pelas representações populares, pelas manifestações artísticas e culturais que trazem à tona questões e injustiças que permeiam a sociedade.

De maneira geral, **a pesquisa contribui** para demonstrar aos envolvidos no processo de planejamento urbano que é preciso ter sensibilidade e ao serem pensadas ruas para a escala humana, para que estes espaços públicos voltem a ser concebidos enquanto espaços de convivência. Se há mudanças nas formas de sociabilidade e se as transformações ocorrem com maior rapidez, como afirmou Ascher (2010), as ruas carecem de tratamento processual e devem estar aptas às mudanças. Nesse contexto, não há espaço para a preferência da mobilidade dos carros, de zonas que separam funções ou das formas monumentais longe do nível dos olhos. Os envolvidos no processo de planejamento urbano precisam estar atentos aos detalhes e às dinâmicas sociais, que oferecem um valioso meio de compreender como as pessoas querem usar a cidade e

como o espaço pode melhorar essa experiência. Indubitavelmente, revela-se a importância das dinâmicas urbanas para o ensino de planejamento urbano que, assim como a prática profissional, deve ser constantemente repensado.

Além disso, o estudo pode contribuir para o atual desafio de reabilitação dos centros urbanos, pois apesar dos recentes esforços do Ministério da Cidade, constata-se a necessidade de ir além das atuais propostas. Faz-se indispensável a reabilitação dos seus espaços públicos, em especial das suas ruas, cujas funções política e social, outrora fortificadas e posteriormente reduzidas, são urgentes. E para processos de planejamento urbanos mais humanos, é preciso considerar não apenas a pequena escala, mas assimilar questões sociais que são evidenciadas nos conflitos, o que faz reconhecer a necessidade interdisciplinar e a proximidade com a gestão urbana. Afinal, para a promoção da acessibilidade irrestrita, premissa básica do espaço público, o planejamento necessita ser mais integrado com as minorias.

Outra contribuição se amplia para o cotidiano. As dinâmicas urbanas demonstram que a (re)apropriação do espaço é busca por uma reconstrução de nós mesmos, das nossas práticas e experiências. Essa transformação é, com efeito, uma mudança de paradigma sobre o espaço vivido e vai além de uma mudança material, pois exterioriza uma conduta de convívio na diversidade, é uma expressão de cidadania que amplia novas formas de democracia, a partir da visibilidade pública. Por isso, quando a rua é (re)apropriada, ao invés de ser visto como uma ameaça pelo poder público, o fenômeno deveria ser compreendido como positivo para o mesmo.

Por fim, para o ensino, essa pesquisa das dinâmicas urbanas no espaço público auxilia na compreensão de que não há chave para construção de um espaço ou uma fórmula para seu planejamento, nem mesmo para seu total entendimento. Se o espaço vem sempre sendo construído e reconstruído ao longo do tempo pelas próprias pessoas que o ocupam e o apropriam, é preciso reconhecer que as práticas de ensino de planejamento urbano devem estar atentas às mudanças e complexidades sociais, nas diversas escalas, inclusive nas que versam sobre o desenho urbano.

Assim, a pesquisa não se esgota e inúmeras abordagens podem ser delineadas sobre o fenômeno. O presente trabalho teve como foco a observação ambiente-pessoa e dos conflitos derivados da (re)apropriação, sem, contudo, ter como objeto ou fonte primária as percepções dos sujeitos que vêm se (re)apropriando da cidade. Portanto, entende-se como uma possível investigação, que permitiria avançar no escopo desse trabalho, ampliando seu foco por uma perspectiva fenomenológica, ao ter como objetos

o sujeito, as pessoas que estão se (re)apropriando, suas impressões sobre o espaço. Afinal, conforme afirmou Thibaud (2012), uma mudança de paradigma voltada a dimensão humana deve considerar todas as suas sensações e, principalmente, os afetos.

Ademais, as entrevistas seriam um profícuo complemento, no sentido de responder os “porques” das (re)apropriações das ruas, que poderiam reforçar a percepção de que há um espaço simbólico a partir da identificação além da conduta. Outra contribuição poderia advir de um estudo comparativo entre demais formas de (re)apropriação das ruas centrais brasileiras, possibilitando uma contextualização do fenômeno em âmbito nacional. Além disso, pela relação entre fachadas ativas e (re)apropriação do espaço, a pesquisa elencou um tema pouco explorado no âmbito urbano: a relação entre o objeto arquitetônico e o espaço público.

Não obstante, ao longo do processo algumas dificuldades de pesquisa também surgiram. Por se tratar de um estudo sobre uma dinâmica urbana, tornou-se desafiador compreender o fenômeno de maneira clara e delimitá-lo, exigindo da pesquisadora uma aproximação com categorias antropológicas. O processo de compreensão do fenômeno, portanto, se deu no decorrer da pesquisa, sempre revelando novos nuances e possibilidades e, por fim, exigiu um fechamento metodológico mais preciso e que, todavia, ainda pode ser revisto, replicado e aprimorado.

Por fim, este trabalho é uma pequena demonstração de que a (re)apropriação das ruas faz da cidade um lugar interessante para se viver, ao abrigar novas descobertas e novas percepções, fazendo pensar criticamente sobre o nosso poder coletivo, sobre o nosso corpo e sobre a importância de conviver com o outro na diferença, para a construção de lugares e de nós mesmos. Enfim, estamos botando nossos blocos na rua.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAHÃO, S. L. **Espaço Público: do urbano ao político**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2008.

ARANTES, O. **Formas urbanas em mutação**. Por Vera Pallamim. Revista Eptic Online. Vol.16 n.1 p.58-67. jan.-abr. 2014. Entrevista realizada em outubro de 2013. Disponível em <http://www.fau.usp.br/wp-content/uploads/2015/09/entrevista_otilia_arantes.pdf>. Acesso em: 11 novembro 2017.

ALAMI, S.; DESJEUX, D.; GARABUAU-MOUSSAOUI, I. **Os métodos qualitativos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

ALVES, R. O. O Direito e a Propriedade: o privado, o público, o comum. In: COSTA, Geraldo Magela (org): COSTA, Heloisa S; MONTE-MOR, Roberto L. **Teorias e Práticas urbanas: condições a sociedade urbana**. Belo Horizonte: c/Arte, 2015.

ANJ (Associação Nacional de Jornais). **Os maiores jornais do Brasil de circulação paga, por ano**. 2015. Disponível em< <http://www.anj.org.br/maiores-jornais-do-brasil/>> Acesso em: 15 de março de 2018.

ASCHER, F. **Os Novos Princípios do Urbanismo**. São Paulo: Romano Guerra, 2010.

ARENDT, H. **A Condição Humana**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993.

ARRETCHE, M. **Quem taxa e quem gasta: a barganha federativa na federação brasileira**. Revista de Sociologia Política, Curitiba: UFPR, nº 24, p. 69-85, jun. 2005.

BARCELONA DECLARATION FOR HABITAT III: Public Spaces. 4-5 april 2016. Disponível em: <<http://www.verejnesoukrome.cz/wp-content/uploads/2016/06/BARCELONA-DECLARATION.pdf>> Acesso em: 30 de outubro 2017.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 1977.

BARROS, J. A. **Teoria da História: a Escola dos Annales e a Nova História**. Petrópolis: Rio de Janeiro, Vozes, 2012, p. 141.

BENCHIMOL, J. L. **Pereira Passos, um Haussmann tropical**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes / Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1990.

BLEY, L. **Percepção do Espaço Urbano: o centro de Curitiba**. 1982. Dissertação (mestrado). Universidade estadual Paulista Julio de Mesquita Filho. Rio Claro, 1982.

BORJA, J. **El Urbanismo frente a La Ciudad actual: sus desafíos, sus mediaciones e sus responsabilidades**. Disponível em <<http://www.plataformaurbana.cl/archive/2016/03/16/el-urbanismo-frente-a-la-ciudad->

actual-sus-desafios-sus-mediaciones-y-sus-responsabilidades-conclusiones-por-jordi-borja/> Acesso em: 20 junho 2016.

BORJA, J.; MUXÍ, Z. **El espacio público, ciudad y ciudadanía**. Barcelona, 2000.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Manual de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais**. Disponível em: <<http://www.capacidades.gov.br/biblioteca/detalhar/id/257/titulo/manual-de-reabilitacao-de-areas-urbanas-centrais>> Acesso em: 19 de junho 2017.

BRASIL. **Lei nº 10.257, 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm> Acesso em: 05 de junho 2007.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil, 5 de outubro de 1988**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 01 junho 2017.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei8069_02.pdf> Acesso: outubro de 2017.

BRITO, F. D. e JACQUES, P. B. **Corpocidade**: arte enquanto micro-resistência urbana. Fractal: Revista de Psicologia. Rio de Janeiro, v. 21, n. 2. 2009. pp. 337-349.

CALDEIRA, T. P. R. **Cidade de muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. 3ª ed. São Paulo: Editora 34: EDUSP, 2011.

_____. **Inscrição e Circulação**: novas visibilidades e configurações do espaço público em São Paulo. Novos estud. - CEBRAP, São Paulo, n. 94, p. 31-67, Nov. 2012. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002012000300002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 03 novembro 2016.

CAPELLÀ, H. **Al Encuentro Del Lugar**: el caso de La Parada Del Tónto, em Concepción, Chile. Revista EURE. Vol 40. Nº 121. Septiembre, 2014 pp. 101-119.

CARMONA, M. **Contemporary Public Space**: critique and classification, Part One: Critique. In Journal of Urban Design, v. 15. N. 1, Feb. 2010, p 123-148.

CAVALCANTI, S.; ELALI, G. A. (orgs.) **Temas básicos em Psicologia Ambiental**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2011.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. São Paulo: DIFEL, 1990.

CLÓS, J. Prólogo. In: KARSSSENBERG, Hans et al. **A Cidade ao Nível dos olhos**: lições sobre o Plinths. Dados eletrônicos. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015.

CRESTANI, A. M. Z. **As faces (in)visíveis da regeneração urbana: Rua Riachuelo e a produção de um cenário gentrificado.** Cad. Metrop. São Paulo, v. 17, n. 33, p. 179-200, maio 2015. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/cm/v17n33/2236-9996-cm-17-33-0179.pdf>> Acesso em: novembro 2016.

CURITIBA. LEI Nº 11.652, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2005. **Dispõe sobre O Plano Plurianual para o período 2006/2009.** Disponível em <https://leismunicipais.com.br/a1/pr/c/curitiba/lei-ordinaria/2005/1165/11652/lei-ordinaria-n-11652-2005-dispoe-sobre-o-plano-plurianual-para-o-periodo-20062009> Acesso em: Nov. 2017.

CURITIBA. LEI N.º 10.625, de 19 de dezembro de 2002. **Dispõe sobre ruídos urbanos, proteção do bem estar e do sossego público, revoga as Leis 8583 de 02 de janeiro de 1995, 8726 de 19 de dezembro de 1996, 9142 de 18 de setembro de 1997, e dá outras providências**”. Disponível em <<http://multimidia.curitiba.pr.gov.br/2010/00086318.pdf>> Acesso em: Dez. de 2017.

CURITIBA. LEI Nº 9.800 de 03 de janeiro de 2000. **Dispõe sobre o Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo no Município de Curitiba e dá outras providências.** Disponível em <<http://multimidia.curitiba.pr.gov.br/2010/00084664.pdf>> Acesso em: Jul. de 2017.

CURITIBA. LEI Nº 14771 de 17 de dezembro de 2015. **Dispõe sobre a revisão do Plano Diretor de Curitiba de acordo com o disposto no art. 40, § 3º, do Estatuto da Cidade, para orientação e controle do desenvolvimento integrado do Município.** Disponível em <http://www.ippuc.org.br/planodiretor2014/arquivos/PD_Di%C3%A1rio-Oficial.pdf> Acesso: dez. de 2017.

DAMATTA, R. **Casa, rua e outro mundo.** In: A casa & a Rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. 5ªed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DE CERTEAU, M. **A Invenção do Cotidiano:** artes de fazer. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

DEL RIO, V. **Introdução o Desenho Urbano no Processo de Planejamento.** São Paulo: Pini, 1990.

DIAS, M. S; FERREIRA, B. R. **Espaços públicos e infâncias urbanas:** a construção de uma cidadania contemporânea..Rev. Bras. Estud. Urbanos Reg., V.17, N.3, p.118-133, RECIFE, SET./DEZ. 2015.

DUDEQUE, I. T. **Nenhum dia sem uma linha:** uma história do urbanismo em Curitiba. São Paulo: Studio Nobel, 2010.

ESPIG, Márcia Janete. **O uso da fonte jornalística no trabalho historiográfico:** o caso do Contestado. Estudos ibero-americanos. PUCRS, v. XXIV, n. 2, 1998.

FERRARA, L. A. **Ver a Cidade: cidade, imagem e leitura**. São Paulo: Nobel, 1998.

FRÚGOLI JR, H. **Espaços públicos e Interação Social**. São Paulo: Marco Zero, 1995.

LAVALLE, A. G. **As dimensões Constitutivas do espaço Público** – Uma abordagem pré-teórica para lidar com a teoria. In: *Espaços e Debates*, v. 25, n. 46, jan/jul, 2005, p. 33-44.

LEFEBVRE, Henri. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

_____. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

_____. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev.2006. Disponível em <http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/arq_interface/1a_aula/A_producao_do_espaco.pdf> Acesso em Novembro de 2016.

LIVRAMENTO, M. R. **Apropriação de espaços públicos: estudo da rua Assis Brasil em São José**. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Santa Catarina.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: o nascimento da prisão**. 20ª Edição. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

FURQUIM, K. G. **A Boemia além do Consumo**. XVII ENAMPUR. São Paulo 2017. Disponível em <http://anpur.org.br/xviienanpur/principal/publicacoes/XVII.ENANPUR_Anais/ST_Sessoes_Tematicas/ST%206/ST%206.4/ST%206.4-02.pdf> Acesso em: novembro 2017.

GADENS, N. L. **O Processo de degradação Física das Áreas Centrais e sua Relação com a Dinâmica Urbana: Estudo de Caso em Curitiba, Paraná**. Dissertação, 2010.

GEHL, J. **Cidade para as pessoas**. São Paulo: Perspectiva, 2013. P. 3-29.

GEHL, J. **La humanizacion Del espácio urbano. La vida social entre os edificios**. Barcelona: Editorial Reverté, 2009.

GEHL, J; SVARRE, B. **How to Study Public Life**. Washington DC: Island Press, 2013.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas da pesquisa Social**. 6ª Edição. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, P.C.C. **A Condição Urbana: ensaios de geopolítica da cidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

GOMES, C.; ELIZALDE, Rodrigo. **Lazer e Diversidade Cultural na América Latina**. *Revista Extraprensa*, São Paulo, v. 3, n. 3, p. 690-701, nov. 2010. ISSN 2236-3467. Disponível em <<http://www.revistas.usp.br/extraprensa/article/view/77204/81066>>. Acesso em: 13 dez.

2017.

GRIMBERG, D S; DORFMAN, A. Imaginação geográfica e análise de notícias como fonte em pesquisas em Geografia. In: HEIDRICH, A. L; PIRES, C.L.Z. **Abordagens e práticas da pesquisa qualitativa em geografia e saberes sobre espaço e cultura /** organização de. Porto Alegre: Editora Letra1, 2016. 334 p.

GUNTER, H; ELALI, G.A.; PINHEIRO, J.Q. Multimédodos. In: CAVALCANTI, S.; ELALI, G. A. (orgs.) **Temas básicos em Psicologia Ambiental**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2011. Pg 239-249.

HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HALL, E.T. **A Dimensão Oculta**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HARVEY, D. **O Direito à Cidade**. Revista Piauí. Edição 82. Julho de 2013. Disponível em: <http://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-direito-a-cidade/> Acesso em: outubro de 2017.

HELLER, A. **O Cotidiano e A História**. 6ªed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

INNERARITY, D. **O Novo Espaço Público**. Lisboa: Texto Editores, 2010.

IPPUC, 2007. Mapas de Curitiba. Disponível em <<http://www.ippuc.org.br>> Acesso: 05 Julho 2017.

JACOBS, A. **Great Streets**. Cambridge: MIT Press, 1995.

JACOBS, J. **Morte e vida de grandes cidades norte-americanas**. São Paulo, Martins Fontes, 2011 (1961).

JOVCHELOVITCH, S. **Representações sociais e esfera pública**. A construção simbólica dos espaços públicos no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2000.

KARSSSENBERG, H. et al. **A Cidade ao Nível dos olhos: lições obre o Plinths**. Dados eletrônicos. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015.

KARSSSENBERG, H. **A Cidade ao Nível dos olhos: estratégias do Plinth**. In: KARSSSENBERG, H. et al. **A Cidade ao Nível dos olhos: lições sobre o Plinths**. Dados eletrônicos. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015.

KLEIN, C. **Experiências Afetivas Urbanas: a relação dos habitantes com sua praça central**. Dissertação Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia.. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis. 2016.

LEITE, R P. **Contra-usos e Espaço Público: notas sobre a construção dos lugares na Manguetown**. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol 17 nº49. São Paulo. Junho de

2002. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092002000200008. Acesso em 12 de maio de 2017.

LIBERALINO, Cíntia Camilo. **Praça: Lugar de Lazer**: Relações entre características ambientais e comportamentais na Praça Kalina Maia – Natal (RN). Dissertação (Mestrado em Psicologia – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciência Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Natal, 2011.

LIMONAD, E. Muito além do jardim: Planejamento ou Urbanismo, do que estamos falando? In: COSTA, Geraldo Magela (org): COSTA, H. S; MONTE-MOR, R. L. **Teorias e Práticas urbanas: condições a sociedade urbana**. Belo Horizonte: c/Arte, 2015. Pg 71-102.

MAGNANI, J. G. C. **De perto e de dentro**: notas para uma etnografia urbana. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 17, n. 49, junho, 2002.

MAGNANI, J. G. C. **Os circuitos dos jovens urbanos**, pp. 173-205. Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 17, n. 2. Novembro, 2005.

MARINS, P. C. G. **Habitação e Vizinhança**: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras. Em: NOVAIS, F. A.; SEVCENKO, N. História da Vida Privada no Brasil. São Paulo Companhia das Letras, 1998.

MENDONÇA, Eneida Maria. **Apropriações do espaço Público**: alguns conceitos. Estudos e Pesquisas em Psicologia, UERJ, RJ, v. 7, n. 2, p. 296-306, ago. 2007.

MIGUEZ, P. Economia Criativa: uma questão preliminar. P 95- 113. In: NUSSBAUMER, G.M. **Teorias e Políticas da Cultura**: visões multidisciplinares. Salvador : EDUFBA, 2007.

MONTANER, J. M.; DIAS, M.S. **O direito ao espaço público**. Princípios e exemplos. Arqtextos, São Paulo, ano 17, n. 203.02, Vitruvius, abr. 2017. Disponível em <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arqtextos/17.203/6517>>. Acesso em: setembro 2017.

MOURA, A.S; SCOCUGLIA, J.B.C. **Pelos “cantos” da cidade**: usos e apropriações de espaços urbanos por trabalhadores de rua no Centro de João Pessoa, Paraíba. Rev. Bras. Estud. Urbanos Reg., RECIFE, V.18, N.2, p.307-324, MAIO-AGO. 2016. Disponível em < <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2016v18n2p307>> Acesso: outubro 2017.

NETTO, V. M. **A (re)conquista da cidade**: polis e esfera pública. Cadernos Proarq19. Cadernos do PROARQ Rio de Janeiro. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-graduação em Arquitetura – 2012. Pg 266-289. Disponível em <[http://www.proarq.fau.ufrj.br/revista/public/docs/Proarq19_A\(Re\)conquistaCidade_VinicioNetto.pdf](http://www.proarq.fau.ufrj.br/revista/public/docs/Proarq19_A(Re)conquistaCidade_VinicioNetto.pdf)> Acesso em: outubro 2017.

OLIVEIRA, D. **Curitiba e o Mito da Cidade Modelo**. Curitiba: Ed. da UFPR, 2000.

ONU. **Relatório de Desenvolvimento Humano 2011**. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. 1 UN Plaza, New York, NY 10017, USA.
Disponível em < http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr_2011_pt_complete.pdf>
Acesso em: fev de 2018.

PECHMAN, Robert. O urbano fora do lugar? Transferências e traduções das idéias urbanísticas nos anos 20. In RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro, PECHMAN, Robert Pechman (orgs.). **Cidade, povo e nação: gênese do urbanismo moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

PEREIRA, A. L. S. **Intervenções em Centros urbanos e Conflitos Distributivos: modelos regulatórios, circuitos de valorização e estratégias discursivas**. 2015. Tese (Doutorado). Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015.

PERON, A C. P. **A ação coletiva na elaboração do orçamento público Municipal a partir da edição da Lei de Responsabilidade Fiscal: caso Quatro Barras (Paraná - Brasil)**. Dissertação (mestrado). Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Curitiba, 2016.

PILOTTO, A. S. **Área Metropolitana de Curitiba: um estudo a partir do espaço intra-urbano**. 195f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Setor de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

PINHEIRO, J.Q., ELALI, G.A., & FERNANDES, O.S. Observando a interação pessoa-ambiente: vestígios ambientais e mapeamento comportamental. In: Pinheiro, J.Q, & Günther, H. (Orgs.). **Métodos de pesquisa nos estudos pessoa-ambiente**. (pp.75-104). São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008.

POL, E. La apropiación Del espacio. In L.Íñiguez y E.Pol (Coord) **Cognición, representación y apropiación Del espacio**. Barcelona, Publicacions Universitat de Barcelona, Monografies Psico/Socio/Ambientals nº 9. 1996.

ROBINSON, A. Ruas como lugares: um grão mais fino nas ruas de Sydney. In: KARSSSENBERG, H. et al. **A Cidade ao Nível dos olhos: lições obre o Plinths**. Dados eletrônicos. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015.

RECHIA, S. O pulsar da vida urbana: o espaço, o lugar e os detalhes do cotidiano. In: CARVALHO, J, E. (Org). **Lazer no espaço urbano: transversalidade e novas tecnologias**. Curitiba: Champagnat, 2006.

ROSANELI, A. F. **Streetscape da periferia da cidade de Curitiba/PR**. In: CONGRESSO INTERNACIONAL ESPAÇOS PÚBLICOS, 2015, Porto Alegre. Anais. Porto Alegre, 2015.

ROSANELI, A. F. **A rua e o desenvolvimento da esfera pública: reflexão sobre os usos e apropriações nas ruas dos municípios da região metropolitana de Curitiba**. In. ROSANELI, A.F; barnabé p. m.m (orgs). **Textos sobre Curitiba: investigações sobre a cidade e seus arredores**. Curitiba: Editora UFPR, 2016. P. 11-34.

ROSANELI, A.F; BRANDENBURG, E.J; SCHAFASCHEK, M.C. I; SILVA M. M. da.

Renda e Espaço Livre Público: uma breve análise espacial em Curitiba, PR. XI Colóquio QUAPA SEL – Quadro do Paisagismo no Brasil. Salvador, Bahia – UFBA. Anais. Salvador, 2016.

ROSANELI, A. F. Conflitos, desajustes e generosidade nas ruas da região metropolitana de Curitiba. In: Alessandro Filla Rosaneli; Paulo Marcos Motto Barnabé. (Org.). **Textos Sobre Curitiba**. 1ed. Curitiba: EDITORA UFPR, 2017, v. 1, p. 1-2.

ROSANELI, A. F. Introdução: As paisagens do Centro de Curitiba. In: ROSANELI, A. F.; BARNABÉ, P.M.M (Orgs). **Projeto e Paisagem Urbana:** ensaios de projeto para a área central de Curitiba. Curitiba: Ed. UFPR, 2017.

ROSANELI, A. F. et al. **Apropriação do espaço livre público na metrópole contemporânea: o caso da Praça Tiradentes em Curitiba/PR.** urbe, Rev. Bras. Gest. Urbana, Curitiba, v. 8, n. 3, p. 359-374, Dec. 2016. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-33692016000300359&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: Nov. 2018.

SÁNCHEZ, F. **Cidade Espetáculo:** política, planejamento e city marketing. Curitiba: Palavra, 1994.

SANTANA, D T. **Praça de Bolso do Ciclista de Curitiba/PR:** idealização, cotidiano e o uso da bicicleta como forma de contestação. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Biológicas. Programa de Pós-Graduação em Educação Física. Curitiba, 2016.

SANTOS, C. N. F. **Quando a Rua Vira Casa:** apropriações de espaços de uso coletivo em centros de bairro. Coord. Nelson Carlos Ferreira dos Santos e Arno Vogel. 3ª edição ver. E atualizada. São Paulo: Projeto, 1985.

SANSOT, P. (1976). **Notes sur Le concept d'appropriation.** Dans Korosec-Serfaty (1976).

SCHÖNFELDA K C.; BERTOLINI, L. **Urban streets:** Epitomes of planning challenges and opportunities at the interface of public space and mobility. Cities. V.68. P48-55. Abril de 2017. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1016/j.cities.2017.04.012> Acesso em Jul. de 2017.

SENNET, R. **O Declínio do Homem Público:** as tiranias da intimidade. Tradução: Lígia Araujo Watanabe. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SHLESENER, A. H. **Hegemonia e Cultura:** Gramsci. 3ª ed. Curitiba: Editora UFPR, 2007.

SOBARZO, O. **A produção do Espaço Público:** da dominação à apropriação. GEOUSP – Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 19, pp.93-111, 2006.

SOUZA, M.L. **Mudar a cidade:** Uma Introdução Crítica ao Planejamento e Gestão Urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

SOUZA, M. L. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

SILVA, K. V; SILVA, H. **Dicionário de Conceitos Históricos**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2009.

SAWAIA, B. B. **O calor do Lugar**: Segregação Urbana e identidade. São Paulo em Perspectiva. Disponível em http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v09n02/v09n02_04.pdf Acesso em: dezembro 2017.

TEIXEIRA, M. F. I. M. **Planejamento Urbano e Desenho Urbano**: um estudo sobre suas relações múltiplas e mutantes. Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2013.

TELLES, V. S. **Espaço público e espaço privado na constituição do social**: notas sobre o pensamento de Hannah Arendt. Tempo social; Ver. Sociol. USP, São Paulo, 1. Sem 1990.

THIBAUD J. P. **A Cidade Através dos Sentidos**. Cadernos. Revista Pró-Arq 18. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012. Pg 1-16. Disponível em http://www.proarq.fau.ufrj.br/revista/public/docs/Proarq18_ACidade_JeanThibaud.pdf Acesso em: dezembro 2017.

TUAN, Y. **Topofilia**: Um Estudo da Percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: DIFEL, 1980.

TUAN, Y. **Espaço e Lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: DIFEL, 1980.

ULTRAMARI, C. **Significados do Urbanismo**. Revista Pós Usp. V.16 n.25. Junho 2009. Disponível em <http://www.revistas.usp.br/posfau/article/view/43614/47236> >Acesso em: agosto 2017.

URIARTE, U.M. **Olhar a Cidade**: contribuições para a etnografia dos espaços urbanos. In Ponto Urbe, 13, 2013.

VALERA, S. **Estudio de La relación entre el espacio simbólico urbano y los procesos de identidad social**. Revista de Psicología Social, Vol. 12, 17-30, 1997.

VARGAS, H.C.; CASTILHO. A.L.H de (org). **Intervenções em Centros Urbanos**: objetivos, estratégias e resultados. 2ª edição. Barueri: SP: Manole, 2009.

VAINER, C. **Pátria, empresa e mercadoria**: notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Urbano Estratégico. In: ARANTES, O. B. F., et al. (Org). **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000. P. 75-103.

VIDAL M. T.; POL U E. **La Apropiación Del Espacio**: una propuesta teórica para comprender La vinculación entre las personas y los lugares. In: Anuario de Psicología. Vol. 36, nº 3, pp 281-297, 2005. Disponível em

<<http://www.raco.cat/index.php/anuariopsicologia/article/viewFile/61819/81003>>
Acesso em: agosto 2017.

VILLAÇA, F. **Espaço Intra-urbano no Brasil**. 2. Ed. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP, 2001.

WHYTE, W.H. **The Social Life of Small Urban Spaces**. New York: Project for Public Spaces, 2001.

ZEISEL, J. **Inquiry by Design**. New York: W. W. Norton & Company, Inc, 2006.

ZUKIN, S. **Naked City: the death and life of authentic urban spaces**. New York: Oxford Universitypress, 2010.

DOCUMENTÁRIO

São Francisco, Curitiba. Direção: João Marcelo. Fotografia: Renata Corrêa. Curitiba, PR: Instituto Arq Brasil, 2016. 1 DVD.

FONTES DE REVISTAS E JORNAIS

ANDRADE, M. Agentes defendem ordem na São Chico. **Gazeta do Povo**. 03 de Mai. 2015. Disponível em < <http://www.gazetadopovo.com.br/caderno-g/agentes-defendem-ordem-na-rua-sao-francisco-10kwy1v8ff8i8f4o5iy6k2bi4>> Acesso em: julho de 2017.

ANÍBAL, F; ANDRADE. M. A rua com vocação para a boemia e para a polêmica. **Gazeta do Povo**. 26 de set. 2015. Disponível em < <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/a-rua-com-vocacao-para-a-boemia-e-para-a-polemica-793q8jcw39timc64n8gbme8fa>> Acesso em: julho de 2017.

CANEPA, L. Artistas fazem despiche da Rua São Francisco. **Gazeta do Povo**. 23 de jul. 2013. Disponível em <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/especiais/despiche/artistas-fazem-despiche-da-rua-sao-francisco-0f03d5gilj6lfcc1uz15alz66>> Acesso em: julho de 2017.

CASTILHO, C. Guarda Municipal começa ação permanente na Rua São Francisco. **Gazeta do Povo**. 27 de abr. 2015. Disponível em <<http://www.gazetadopovo.com.br/caderno-g/guarda-municipal-comeca-acao-permanente-na-rua-sao-francisco-7p4awn5hqfsbeginav6t79vg>> Acesso em: julho e 2017.

CASTILHO, C. Agora, é a vez da Rua São Francisco. **Gazeta do Povo**. 17 de jan. 2015. Disponível em <<http://www.gazetadopovo.com.br/caderno-g/agora-e-a-vez-da-rua-sao-francisco-eixtg9sr6vbnh7s9fwnmj3gwe>> Acesso em: julho de 2017.

CORRÊA, A. ‘Balada Protegida’ volta à área campeã de reclamações em Curitiba. Saiba qual. **Gazeta do Povo**. 07 de mar. 2017. Disponível em < <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/balada-protegida-volta-a-area->

campea-de-reclamacoes-em-curitiba-saiba-qual-43ca77lddjzspg222nurd1ufv?ref=aba-ultimas> Acesso em: julho de 2017.

DENK, E. Vereadores pedem fim do lazer infantil na São Francisco para não “expor” as crianças. **Gazeta do Povo**. 17 de set. 2016. Disponível em <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/vereadores-pedem-fim-do-lazer-infantil-na-sao-francisco-para-nao-expor-as-criancas-f417d97wo0aoavo40avvm0bpy?ref=aba-ultimas>> Acesso em: julho de 2017.

EL PAÍS. Cambio de paradigma en la movilidad. **EL PAÍS**. 28 de fev. 2018. Disponível em <https://elpais.com/elpais/2018/02/20/seres_urbanos/1519149168_328125.html> Acesso: março de 2018.

FOLHA DE SÃO PAULO. O Coração Reanimado. **Folha de São Paulo**. Jornal Impresso. 23 de set. 2017.

RIBEIRO, D; TRISOTTO, F. Rua São Francisco ganha cara nova após 4 meses. Curitiba (PR). **Gazeta do Povo**. Dez. 2012. Disponível em <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/restaurante-vegetariano-da-rua-sao-francisco-fecha-para-avaliar-depredacao-35vdbtuzukpyk6sy666ejm65s>> Acesso: Junho de 2017.

GAZETA DO POVO. Associação de Bares vai pedir a Greca que estenda Balada Protegida para Trajano Reis. **Gazeta do Povo**. 17 de jan. 2017. Disponível em <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/associacao-de-bares-vai-pedir-a-greca-que-estenda-balada-protegida-para-trajano-reis-b0bmqertta3x23bixlfkfkt6b>> Acesso em: julho de 2017.

GIRARDI, J. Bairro boêmio: Principal reduto noturno de Curitiba, o São Francisco a cada dia ganha novas opções de bares, que atraem os mais diferentes públicos. Com perfis diversificados, estabelecimentos não concorrem entre si. 15 de nov. 2010. **Gazeta do Povo**. Disponível em <<http://www.gazetadopovo.com.br/caderno-g/bairro-boemio-0p6frjsa6t0cb4zihplwjs09a>> Acesso em: julho de 2017.

MAROS, A. Balada protegida chega a sua 50ª edição com críticas e polêmicas em Curitiba. **Gazeta do Povo**. 12 de dez. 2017. Disponível em <<http://www.gazetadopovo.com.br/curitiba/balada-protegida-chega-a-50-edicao-com-criticas-e-polemicas-em-curitiba-03jxf3qnwel5idwztqeh8ftxo>> Acesso em: janeiro de 2018.

MOSER, S. Após fechamento polêmico, Bar do Fogo reabre com palco para shows e chopeiras na calçada. **Gazeta do Povo**. 30 de jun. 2017. Disponível em <<http://guia.gazetadopovo.com.br/materias/bar-do-fogo-reabre/>> Acesso em: outubro de 2017.

RAICOSKI, F. Após queixa de moradores, músicos são presos durante apresentação em Curitiba. **Gazeta do Povo**. 27 de nov. 2017. Disponível em <<http://www.gazetadopovo.com.br/curitiba/apos-queixa-de-moradores-musicos-sao->

presos-durante-apresentacao-em-curitiba-57qh4tn1nn3qrok19bom3sod7> Acesso em: novembro de 2017

RAMOS, D. Entidades divergem sobre limite de horário de funcionamento de bares em Curitiba. **Gazeta do Povo**. 18 de jan. 2017. Disponível em <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/entidades-divergem-sobre-limite-de-horario-de-funcionamento-de-bares-em-curitiba-cg0wbe7ymasbhxvpbyymm6x0oj?ref=aba-ultimasCuritiba>> Acesso em: julho de 2017.

RIBEIRO, D; TRISOTTO, F. Rua São Francisco ganha nova cara após 4 meses. 19 de dez. 2012. **Gazeta do Povo**. Disponível em <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/rua-sao-francisco-ganha-nova-cara-apos-4-meses-31fz8hpdkntmxew2sln74x1q>> Acesso em: julho de 2017.

VANINI, F. Fechamento da São Francisco é visto com bons olhos. **Gazeta do Povo**. 19 de fev. 2015. Disponível em <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/fechamento-da-sao-francisco-e-visto-com-bons-olhos-ek2vw3ctjisholz168qz35n4e>> Acesso em: julho de 2017.

VICENTE, M.X. Recordista de reclamações, Rua Trajano Reis é 2º alvo da Operação Balada Protegida. **Gazeta do Povo**. 17 de jan. 2017. Disponível em <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/recordista-de-reclamacoes-rua-trajano-reis-e-2-alvo-da-operacao-balada-protegida-ajand0fqu297p7bw75djvrf03?ref=aba-ultimas>> Acesso em: julho de 2017.

IMAGENS

FUNDAÇÃO CULTURAL DE CURITIBA. **Rua São Francisco, no início do século XX**. Acervo: Diretoria de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural. Disponível em <<http://www.curitiba.pr.gov.br/conhecendocuritiba/ruasaofrancisco>> Acesso em: dez. de 2017.

EBERSPÄCHER, G. De pé ou no meio-fio, o São Francisco mata sua fome. **Gazeta do Povo**. 27 de jun. 2013. Disponível em <<http://www.gazetadopovo.com.br/economia/de-pe-ou-no-meio-fio-o-sao-francisco-mata-sua-fome-bndljp0tb98qfmpxj5a4cle6>> Acesso: junho de 2017.

GEROLLA, G. **Curitiba repagina área central**. Disponível em <<http://infraestruturaurbana17.pini.com.br/solucoes-tecnicas/9/curitiba-repagina-area-central-remodelacao-das-calcadas-pintura-dos-241084-1.aspx>> Acesso em: dezembro de 2017.

APÊDICE 1 – CORPUS DA PESQUISA DOCUMENTAL

Corpus
2013-06-23 - Artistas fazem despiche da Rua São Francisco: Arte substitui pichações nas portas das lojas do comércio local.
2015- 01-17 - Agora, é a vez da Rua São Francisco Incidente no fim de semana passado reacende debate sobre a ocupação espontânea de espaços públicos na cidade.
2015-03-27- A Rua com Vocação para boemia e para a polêmica.
2015-04-27 - Guarda Municipal começa ação permanente na Rua São Francisco: Agentes uniformizados e à paisana irão circular na região por prazo indeterminado. Objetivo é “levar tranquilidade”, diz coordenador.
2015-05-03- Agentes defendem ordem na São Chico.
2017-06-29 - Após fechamento polêmico, Bar do Fogo reabre com palco para shows e chopeiras na calçada: Bar se adequou às exigências da legislação municipal para apresentações musicais ao vivo e passará a servir almoço todos os dias.
2015-02-19 - Fechamento da São Francisco é visto com bons olhos: Entre as ideias debatidas para melhorar a região estão a instalação de câmeras de segurança, mudanças no direcionamento das ruas e a circulação parcial ou total de veículos.
2017-03-07 - Vereadores pedem fim do lazer infantil na São Francisco para não “expor” as crianças
Legisladores alegam até mesmo exposição ao amor de pessoas do mesmo sexo como motivo
2017-01-17 - Associação de Bares vai pedir a Greca que estenda Balada Protegida para Trajano Reis
2017-03-07 - ‘Balada Protegida’ volta à área campeã de reclamações em Curitiba. Saiba qual
2017-01-08 - Entidades divergem sobre limite de horário de funcionamento de bares em
2017-01-17- Recordista de reclamações, Rua Trajano Reis é 2º alvo da Operação Balada Protegida.
2017-11-27 - Após queixa de moradores, músicos são presos durante apresentação em Curitiba

FONTE: A AUTORA

**APÊNDICE 2 – TÉCNICAS, DADAS, HORÁRIOS E LEGENDA DE REGISTRO DO MÉTODO OBSERVAÇÃO
PESSOA/AMBIENTE.**

Trecho	Técnica	Mês	Dia	Hora	Produto	Técnica + nº do trecho + nº do registro
I	Mapeamento comportamental (MC)	Dezembro	02	21:00 hrs	Mapa 1	MC.I.1
	Mapeamento comportamental (MC)	Fevereiro	23	20:00 hrs	Mapa 3	MC.I.2
	Mapeamento comportamental (MC)	Fevereiro	24	19:30 hrs	Mapa 4	MC.I.3
	Mapeamento comportamental (MC)	Fevereiro	24	21:00 hrs	Mapa 5	MC.I.4
	Mapeamento comportamental (MC)	Março	02	20:00 hrs	Mapa 6	MC.I.5
	Observação de Vestígios	Janeiro	12	21:30 hrs	Fotografia 1	OV.I.1
	Observação de Vestígios	Fevereiro	22	08:00 hrs	Fotografia 2	OV.I.2
	Observação de Vestígios	Fevereiro	23	19:30 hrs	Fotografia 3	OV.I.3
	Observação Direta	Janeiro	12	19:00 hrs às 20:00	Fotografia 1	OD.I.1
	Observação Direta	Janeiro	20	19:00 hrs às 20:00	Fotografia 2	OD.I.2
II	Mapeamento comportamental (MC)	Dezembro	02	21:30 hrs	Mapa 1	MC.II.1
	Mapeamento comportamental (MC)	Fevereiro	23	20:25 hrs	Mapa 3	MC.II.2
	Mapeamento comportamental (MC)	Fevereiro	24	20:00 hrs	Mapa 4	MC.II.3
	Mapeamento comportamental (MC)	Fevereiro	24	21:30 hrs	Mapa 5	MC.II.4
	Mapeamento comportamental (MC)	Março	02	20:30 hrs	Mapa 6	MC.II.5
	Observação de Vestígios	Janeiro	12	22:00 hrs	Fotografia 1	OV.II.1
	Observação de Vestígios	Fevereiro	22	08:15 hrs	Fotografia 2	OV.II.2
	Observação de Vestígios	Fevereiro	23	19:40 hrs	Fotografia 3	OV.II.3
	Observação Direta	Novembro	11	19:00 hrs às 20:00	Fotografia 1	OD.II.1
	Observação Direta	Janeiro	12	20:00 hrs às 22:00	Fotografia 2	OD.II.2
	Observação Direta	Fevereiro	23	20:00 hrs às 21:00	Fotografia 3	OD.II.3
	<i>Time-Lapse</i>	Fevereiro	12	20:00 hrs às 22:00	-	TL.II.1
III	Mapeamento comportamental (MC)	Outubro	27	22:00 hrs	Mapa 1	MC.III.1
	Mapeamento comportamental (MC)	Novembro	17	21:15 hrs	Mapa 2	MC.III.2
	Mapeamento comportamental (MC)	Dezembro	02	23:20 hrs	Mapa 3	MC.III.3
	Mapeamento comportamental (MC)	Janeiro	20	23:00 hrs	Mapa 4	MC.III.4
	Mapeamento comportamental (MC)	Fevereiro	23	21:30 hrs	Mapa 5	MC.III.5

	Mapeamento comportamental (MC)	Fevereiro	24	21:30 hrs	Mapa 6	MC.III.6
	Mapeamento comportamental (MC)	Fevereiro	24	23:10 hrs	Mapa 7	MC.III.7
	Mapeamento comportamental (MC)	Março	02	21:30 hrs	Mapa 8	MC.III.8
	Observação de Vestígios	Dezembro	02	23:25 hrs	Fotografia 1	OV.III.1
	Observação de Vestígios	Fevereiro	22	08:00 hrs	Fotografia 2	OV.III.2
	Observação de Vestígios	Março	02	23:00 hrs	Fotografia 3	OV.III.3
	Observação Direta	Setembro	29	22:30 hrs	Fotografia 1	OD.III.1
	Observação Direta	Novembro	10	22:15 às 23:00hrs	Fotografia 2	OD.III.2
	Observação Direta	Fevereiro	24	20:15 às 21:00hrs	Fotografia 3	OD.III.3
	Time-Lapse	Novembro	11	22:15 às 23:15 hrs	Fotografia 1	TL.III.1
IV	Mapeamento comportamental (MC)	Outubro	27	22:15 hrs	Mapa 1	MC.IV.1
	Mapeamento comportamental (MC)	Novembro	17	21:30 hrs	Mapa 2	MC.IV.2
	Mapeamento comportamental (MC)	Dezembro	02	23:35 hrs	Mapa 3	MC.IV.3
	Mapeamento comportamental (MC)	Janeiro	20	23:17 hrs	Mapa 4	MC.IV.4
	Mapeamento comportamental (MC)	Fevereiro	23	21:45 hrs	Mapa 5	MC.IV.5
	Mapeamento comportamental (MC)	Fevereiro	24	21:00 hrs	Mapa 6	MC.IV.6
	Mapeamento comportamental (MC)	Fevereiro	24	23:25 hrs	Mapa 7	MC.IV.7
	Mapeamento comportamental (MC)	Março	02	21:40 hrs	Mapa 8	MC.IV.8
	Observação de Vestígios	Janeiro	12	22:10 hrs	Fotografia 1	OV.IV.1
	Observação de Vestígios	Fevereiro	22	08:00 hrs	Fotografia 2	OV.IV.1
	Observação Direta	Setembro	23	Das 21:00 às 22:00 hrs	Fotografia 1	OD.IV.1
	Observação Direta	Novembro	11	Das 23:20 às 00:20 hrs	Fotografia 2	OD.IV.2
	Time-Lapse	Dezembro	01	Das 21:00 às 22:30 hrs	Fotografia 1	TL.IV.1
	V	Mapeamento comportamental (MC)	Outubro	27	22:32 hrs	Mapa 1
Mapeamento comportamental (MC)		Novembro	17	21:40 hrs	Mapa 2	MC.V.2
Mapeamento comportamental (MC)		Dezembro	02	23:48 hrs	Mapa 3	MC.V.3
Mapeamento comportamental (MC)		Janeiro	20	23:35 hrs	Mapa 4	MC.V.4
Mapeamento comportamental (MC)		Fevereiro	23	22:00 hrs	Mapa 5	MC.V.5
Mapeamento comportamental (MC)		Fevereiro	24	21:20 hrs	Mapa 6	MC.V.6
Mapeamento comportamental (MC)		Fevereiro	24	23:40 hrs	Mapa 7	MC.V.7
Mapeamento comportamental (MC)		Março	02	22:00 hrs	Mapa 8	MC.V.8
Observação de Vestígios		Janeiro	12	21:45 hrs	Fotografia 1	OV.V.1
Observação de Vestígios		Fevereiro	22	08:00 hrs	Fotografia 2	OV.V.2

	Observação Direta	Setembro	23	22:00 às 22:45 hrs	Fotografia I	OD.V.1
	Observação Direta	Janeiro	12	22:15 às 23:00 hrs	Fotografia II	OD.V.2
VI	Mapeamento comportamental (MC)	Outubro	27	22:50 hrs	Mapa 1	MC.VI.1
	Mapeamento comportamental (MC)	Novembro	17	22:00 hrs	Mapa 2	MC.VI.2
	Mapeamento comportamental (MC)	Dezembro	02	24:00 hrs	Mapa 3	MC.VI.3
	Mapeamento comportamental (MC)	Janeiro	20	23:50 hrs	Mapa 4	MC.VI.4
	Mapeamento comportamental (MC)	Fevereiro	23	22:15 hrs	Mapa 5	MC.VI.5
	Mapeamento comportamental (MC)	Fevereiro	24	21:43 hrs	Mapa 6	MC.VI.6
	Mapeamento comportamental (MC)	Fevereiro	24	23:22 hrs	Mapa 7	MC.VI.7
	Mapeamento comportamental (MC)	Março	02	22:30 hrs	Mapa 8	MC.VI.8
	Observação de Vestígios	Fevereiro	23	22:15 hrs	Fotografia 1	OV.VI.1
	Observação de Vestígios	Fevereiro	22	08:00 hrs	Fotografia 2	OV.VI.2
	Observação Direta	Setembro	23	23:00 hrs	Fotografia 1	OD.VI.1
	Observação Direta	Novembro	17	Das 22:30 às 00:00 hrs	Fotografia 2	OD.VI.2
	<i>Time-Lapse</i>	Novembro	17	Das 22:30 às 23:30 hrs	Fotografia 1	TL.VI.1
VII	Mapeamento comportamental (MC)	Outubro	27	23:15 hrs	Mapa 1	MC.VII.1
	Mapeamento comportamental (MC)	Novembro	17	22:20 hrs	Mapa 2	MC.VII.2
	Mapeamento comportamental (MC)	Dezembro	02	00:20 hrs	Mapa 3	MC.VII.3
	Mapeamento comportamental (MC)	Janeiro	20	00:05 hrs	Mapa 4	MC.VII.4
	Mapeamento comportamental (MC)	Fevereiro	23	22:30 hrs	Mapa 5	MC.VII.5
	Mapeamento comportamental (MC)	Fevereiro	24	22:00 hrs	Mapa 6	MC.VII.6
	Mapeamento comportamental (MC)	Fevereiro	24	23:55 hrs	Mapa 7	MC.VII.7
	Mapeamento comportamental (MC)	Março	02	22:43 hrs	Mapa 8	MC.VII.8
	Observação de Vestígios	Fevereiro	22	08:25 hrs	Fotografia I	OV.VII.1
	Observação de Vestígios	Fevereiro	23	23:35 hrs	Fotografia II	OV.VII.2
	Observação Direta	Outubro	06	22:12 às 22:45 hrs	Fotografia I	OD.VII.1
	Observação Direta	Novembro	18	22:00 às 23:00 hrs	Fotografia II	OD.VII.2
VIII	Mapeamento comportamental (MC)	Outubro	27	23:40 hrs	Mapa 1	MC.VIII.1
	Mapeamento comportamental (MC)	Novembro	24	22:00 hrs	Mapa 2	MC.VIII.2
	Mapeamento comportamental (MC)	Dezembro	02	00:35 hrs	Mapa 3	MC.VIII.3
	Mapeamento comportamental (MC)	Janeiro	20	00:20 hrs	Mapa 4	MC.VIII.4
	Mapeamento comportamental (MC)	Fevereiro	23	22:45 hrs	Mapa 5	MC.VIII.5

	Mapeamento comportamental (MC)	Fevereiro	24		22:25 hrs	Mapa 6	MC.VIII.6
	Mapeamento comportamental (MC)	Fevereiro	24		00:00 hrs	Mapa 7	MC.VIII.7
	Mapeamento comportamental (MC)	Março	02		23:10 hrs	Mapa 8	MC.VIII.8
	Observação de Vestígios	Novembro	24		00:15 hrs	Fotografia 1	OV.VIII.1
	Observação de Vestígios	Janeiro	12		08:35 hrs	Fotografia 2	OV.VIII.2
	Observação Direta	Novembro	24		Das 22:00 às 00:00 hrs	Fotografia 1	OD.VIII.1
	<i>Time-Lapse</i>	Novembro	24		Das 22:00 às 00:00 hrs	Fotografia 1	TL.VIII.1
IX	Mapeamento comportamental (MC)	Outubro	27		00:00 hrs	Mapa 1	MC.IX.1
	Mapeamento comportamental (MC)	Novembro	18		23:10	Mapa 2	MC.IX.2
	Mapeamento comportamental (MC)	Dezembro	02		01:45 hrs	Mapa 3	MC.IX.3
	Mapeamento comportamental (MC)	Janeiro	20		00:40 hrs	Mapa 4	MC.IX.4
	Mapeamento comportamental (MC)	Fevereiro	23		00:00 hrs	Mapa 5	MC.IX.5
	Mapeamento comportamental (MC)	Fevereiro	24		22:43 hrs	Mapa 6	MC.IX.6
	Mapeamento comportamental (MC)	Fevereiro	24		00:15 hrs	Mapa 7	MC.IX.7
	Mapeamento comportamental (MC)	Março	02		23:25 hrs	Mapa 8	MC.IX.8
	Observação de Vestígios	Novembro	18		00:30 hrs	Fotografia 1	OV.IX.1
	Observação de Vestígios	Fevereiro	22		08:40 hrs	Fotografia 2	OV.IX.2
	Observação Direta	Novembro	18		23:10 às 00:00 hrs	Fotografia 1	OD.IX.1
	Observação Direta	Dezembro	01		22:40 às 23:40 hrs	Fotografia 2	OD.IX.2
	Observação Direta	Fevereiro	24		00:35 às 01:00 hrs	Fotografia 3	OD.IX.3
	<i>Time-Lapse</i>	Dezembro	01		Das 23:00 às 00:00	Fotografia 1	TL.IX.1
X	Mapeamento comportamental (MC)	Outubro	27		00:15 hrs	Mapa 1	MC.X.1
	Mapeamento comportamental (MC)	Dezembro	02		02:00 hrs	Mapa 2	MC.X.2
	Mapeamento comportamental (MC)	Janeiro	13		23:30 hrs	Mapa 3	MC.X.3
	Mapeamento comportamental (MC)	Janeiro	20		00:50 hrs	Mapa 4	MC.X.4
	Mapeamento comportamental (MC)	Fevereiro	23		00:15 hrs	Mapa 5	MC.X.5
	Mapeamento comportamental (MC)	Fevereiro	24		22:55 hrs	Mapa 6	MC.X.6
	Mapeamento comportamental (MC)	Fevereiro	24		00:35 hrs	Mapa 7	MC.X.7
	Mapeamento comportamental (MC)	Março	02		23:45 hrs	Mapa 8	MC.X.8
	Observação de Vestígios	Outubro	12		21:45 hrs	Fotografia 1	OV.X.2
	Observação de Vestígios	Fevereiro	22		09:00 hrs	Fotografia 2	OV.X.2
	Observação Direta	Outubro	28		22:00 às 23:00 hrs	Fotografia 1	OD.X.1
	Observação Direta	Janeiro	19		23:00 às 00:00 hrs	Fotografia 2	OD.X.2